

Universidade de Brasília

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

**Um Caso Peculiar de Unidade do Diverso: Um Olhar sobre a Apropriação de
Espaços Públicos em Áreas Residenciais do Plano Piloto**

Francisco Ricardo Costa Pinto

Brasília, DF

2011



Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Um Caso Peculiar de Unidade do Diverso: Um Olhar sobre a Apropriação de Espaços
Públicos em Áreas Residenciais do Plano Piloto

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Francisco Ricardo Costa Pinto

Orientador: Prof. Dr. Benny Schvasberg

Brasília, DF

2011

Um Caso Peculiar de Unidade do Diverso: Um Olhar sobre a Apropriação de Espaços Públicos em Áreas Residenciais do Plano Piloto

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 992392.

Pinto, Francisco Ricardo Costa.
P659ca Un caso peculiar de unidade do diverso : um olhar sobre a apropriação de espaços públicos em áreas residenciais do Plano Piloto / Francisco Ricardo Costa Pinto. -- 2011.
290 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2011.
Inclui bibliografia.
Orientação: Benny Schvasberg.

1. Espaços públicos - Brasília (DF). I. Schvasberg, Benny. II. Título.

CDU 711.4(817.4)

Um Caso Peculiar de Unidade do Diverso: Um Olhar sobre a Apropriação de Espaços
Públicos em Áreas Residenciais do Plano Piloto

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, defendida e aprovada pela banca
examinadora a seguir assinada:

Orientador: Prof. Dr. Benny Schvasberg

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Profa. Dra. Letícia C. R. Vianna

Consultora do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN e Pesquisadora do
laboratório Transdisciplinar de Estudos sobre a Performance – TRANSE /UnB

Profa. Dra. Ana Elisabete de Almeida Medeiros

Faculdade de Arquitetura Urbanismo – FAU/UnB

Dedicatória

Dedico este trabalho em memória de duas importantes pessoas que não estão mais entre nós fisicamente.

A primeira, minha irmã, Rejane Costa Pinto, que faleceu no ano de 1982, seis meses antes de concluir o curso de Arquitetura e Urbanismo, com ela gostaria de dividir mais essa etapa de minha vida, gostaria que estivesse ao meu lado, vivendo todas essas descobertas, vivendo a arquitetura e urbanismo em sua plenitude, mas sinto que, de alguma forma, ela está ao meu lado.

A segunda, um “senhor de bochechas rosadas”, que um dia tive o prazer de conhecer. Esta dissertação é parte da resposta à pergunta que, segurando meu braço, ele me fez um dia: “você gosta de Brasília?”

Ele me conquistou por sua simplicidade, inteligência e cultura, expressas por meio de seu traço poético – Lúcio Costa; a você o meu reconhecimento. Agradeço todos os ensinamentos e agradeço por Brasília.

Ao conhecer o universo das superquadras, percebi que de fato sua “profecia” se concretizou: “a cidade tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa. [...] O sonho foi menor que a realidade. A realidade foi maior, mais bela.”

Fiquei feliz com o que encontrei. Você ficaria orgulhoso com sua contribuição.

Agradecimentos

Realmente, esta dissertação foi um aprendizado para minha vida e, ao longo desse processo, tive muito apoio, muito carinho e compreensão, e não poderia deixar de citar e agradecer aqui às pessoas que conviveram comigo ao longo de todo esse processo:

Às Minhas irmãs Rosângela Costa Pinto, Roseane Costa Pinto e Eliane Costa Pinto Marinho, pessoas especiais e muito queridas, que sempre estiveram ao meu lado e sempre acreditaram na possibilidade desta pesquisa. Obrigado pelo incentivo, pelo carinho, pelos ensinamentos. Obrigado por contribuir com minha formação enquanto pessoa.

Ao meu orientador, BennySchvasberg, pelos ensinamentos, pela paciência e principalmente pelo respeito a minha forma de perceber e entender a cidade. Suas contribuições foram de fundamental relevância ao processo de investigação dessa pesquisa.

À Letícia C. R. Vianna, por direcionar o meu olhar na busca de uma melhor percepção dos registros das culturas com que me deparei ao longo da pesquisa. Obrigado pela gentileza, pela disponibilidade e pelo aprendizado.

Ao professor Antonio Carlos Carpintero, pela generosidade de repassar para mim alguns conceitos iniciais, fundamentais ao desenvolvimento dessa pesquisa.

À Sandra Bernardes Ribeiro, por todo o material fornecido e pelas informações repassadas por meio da abertura dos “bastidores” de seu livro: “Brasília: Memória, Cidadania e Gestão do Patrimônio Cultural”.

Aos meus sócios Guga Lobo e Célio da Costa, pela compreensão no momento em que foi preciso ausentar-me de nossa empresa para a conclusão da dissertação. E, também, a toda equipe da minha empresa – O A arquitetura, em especial a Clarissa Faro e Kátia Mrtini.

Ao amigo Sérgio Grein Teixeira, pela confiança, consideração e incentivo.

Em especial, ao Álus Paulino Correia de Lima, pelo apoio incondicional durante todo o processo, fundamental ao meu equilíbrio.

Ao amigo Ediberto San Miguel por todo apoio. À Lua Bittencourt, por sua contribuição nos mapas e croquis gerados. À Gisele Helena Fernandes, por sua grande ajuda na condução das entrevistas e olhar jornalístico.

Ao Júlio Cesar Machado de França, pela revisão, e à Fernanda Gomes, pela formatação do trabalho.

Aos Prefeitos e moradores das superquadras pela gentileza e disponibilidade ao longo da pesquisa, essencial à leitura do espaço aqui estudado.

“... Só o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma bastilha. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília esta funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior , mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído.”

Lúcio Costa

Resumo

Esta dissertação trata de Brasília, a partir de um olhar específico sobre os usos da superquadra do Plano Piloto. Busca observar e mostrar as diferentes dimensões da vivência cotidiana, refletindo sobre a densidade dos significados atribuídos a esses espaços por meio das apropriações e usos dos moradores, mediante uma vivência individual e coletiva. Assim, terá ênfase a relação do morador com o lugar, explorado como espaço de referência e cenário de suas experiências de vida, buscando entender a construção de suas raízes com esse, a partir dos laços estabelecidos tanto no âmbito afetivo, como nas relações de convívio social. A comparação, o contraste, a percepção, a compreensão serão os instrumentos de investigação, análise e reflexão sobre o processo de apropriação dos espaços públicos nas áreas residenciais do Plano Piloto, não apenas como espaços destinados à passagem, mas à permanência, ao encontro de pessoas; espaços identitários, onde os indivíduos se reconheçam e reconheçam o espaço como lugar. A superquadra de Brasília, fragmento da cidade, será, então, percebida não apenas como idealizada, imaginada, projetada, como conceito, como mito; a ênfase está em perceber como foi recebida e como vem sendo vivida por seus habitantes: homens, mulheres, crianças – cidadãos, que, por vezes, tentam, por meio de suas ações, moldar esse espaço a sua imagem, fazendo valer sua identidade, sua cultura. Nesse sentido, esta pesquisa trará ao nosso conhecimento a realidade, outro olhar sobre a cidade de Brasília, destacando os cenários que se formam no interior das superquadras. A intenção é perceber que, aos poucos, moradores de algumas superquadras começam a reivindicar e tomar posse de seu território, começam a criar subsídios para a garantia da tão sonhada qualidade de vida, buscando alternativas, de acordo com seu olhar de usuário, de tornar melhor o uso dos espaços onde vivem. Em suma, propõe-se tomar como objeto de pesquisa e análise um conjunto delimitado, mas significativo de áreas residenciais do Plano Piloto, buscando observar e captar a essência da vida nesse lugar. Para essa seleção, a pesquisa fará uso de critérios de abrangência e representatividade da diversidade de tipos que caracterizam a riqueza dessas áreas em Brasília. O processo investigatório buscará perceber a diversidade existente entre as superquadras das Asas Sul e Norte, 100, 200, 300 e 400, a partir de uma amostragem de tipologias de uso. A base desta pesquisa será o homem e a cidade, suas relações com o lugar, a memória coletiva. Espera-se a articulação da história urbana com os novos significados que as práticas contemporâneas imprimem nos seus espaços, nesse caso específico, nas áreas

residenciais, objeto de estudo e investigação. Finalmente, esse estudo poderá vir a contribuir com a política de preservação da imaterialidade do patrimônio cultural da cidade, tendo na figura da sociedade o seu maior gestor.

Palavras-chave: Brasília. Patrimônio imaterial. Superquadras. Lugar.

Abstract

This dissertation examines Brasília from a specific standpoint, that is, the use of its public spaces in the *superquadras* of *Plano Piloto*. It aims to observe and show the different dimensions of daily life, reflecting upon the density of meanings given to these areas through the appropriation and use of the residents, since an individual and collective experience.

So it will focus on the relationship of the residents with the place where they live, exploring it as space reference and the setting of their life experiences, seeking to understand the growth of their roots in this environment, based on bonds established in the affective scope as well as on the relationships of social coexistence. Comparison, contrast, perception and comprehension will be the research, analysis and reflection tools concerning the process of appropriation of public spaces in residential areas of *Plano Piloto*, not only as spaces intended for passage, but also for permanence, gathering of people and well-known spaces, where individuals know each other and recognize the space as a place. The *superquadra* of Brasilia, a fragment of the city will then be perceived not simply as it was idealized, imagined, designed originally as a concept or as a myth; the emphasis is in figuring out how it was welcomed and as it has been experienced by its inhabitants: men, women, children - citizens, who sometimes try through their actions, shape this space in their own image, by asserting their identity and their culture. In this sense, this research will bring to our attention another reality, another look at the city of Brasilia, highlighting the settings formed within the *superquadras*; the intention is to realize that gradually residents of some *superquadras* start to claim and take possession of their territory, by creating subsidies to ensure the long-awaited quality of life, and seeking alternatives, according to their views, to make better use of the spaces where they live. In summary, it is proposed as the object of research and analysis a delimited set, but significant residential areas in *Plano Piloto*, seeking to observe and capture the essence of life in that place. For this selection, the research will make use of the criteria of scope and representativeness of the diversity of types which characterize the richness of these areas in Brasilia. The investigative process will seek to perceive the diversity among the *superquadras* of *Asas Sul* and *Norte*, 100, 200, 300 and 400, from a sampling based upon typologies of use. The basis of this research will be the man and the city as well as his relationships with the place, that is, the collective memory. It is expected the articulation of urban history with the new significance that contemporary practices imprint in their spaces, in this specific case, in residential areas, the object of study and research. Finally, this study could contribute to the policy of preservation of immaterial cultural heritage of the city, having in the figure of the society its greatest administrator.

Keywords: Brasília. Immaterial Heritage. *Superquadras*. Place.

Lista de Ilustrações

- Figura 1.** Diagrama Circular – Ebenezer Howard.
- Figura 2.** Letchworth – Cidade Jardim na Inglaterra.
- Figura 3.** Letchworth – Cidade Jardim na Inglaterra.
- Figura 4.** Jardim América, São Paulo.
- Figura 5.** Clube Paulistano, São Paulo.
- Figura 6.** Sociedade Harmônica de Tênis, São Paulo.
- Figura 7.** Igreja Nossa Senhora do Brasil.
- Figura 8.** Comunidade de Radiburn, Nova Jersey.
- Figura 9.** Comunidade de Radiburn, Nova Jersey.
- Figura 10.** Superbloco, Associação Radiburn, Nova Jersey.
- Figura 11.** Ville Radieuse, Le Corbusier.
- Figura 12.** Edifício Narkomfim, Moscou.
- Figura 13.** Siedlungen, Conjunto Habitacional, Alemanha.
- Figura 14.** Planta Conjunto Pedregulho, Rio de Janeiro, Projeto Reidy.
- Figura 15.** Conjunto Pedregulho, Rio de Janeiro, Projeto Reidy. Foto Marcel Gautherot.
- Figura 16.** Conjunto Pedregulho, Rio de Janeiro, Projeto Reidy. Foto Carmem Portinho.
- Figura 17.** Vila Operária Monlevade, Rio de Janeiro, 1948-54.
- Figura 18.** Parque Guinle, Minas Gerais, 1934.
- Figura 19.** Parque Guinle, Minas Gerais, 1934.
- Figura 20.** Croqui, Lúcio Costa.
- Figura 21.** Croqui, Lúcio Costa.
- Figura 22.** Croqui, Lúcio Costa (COSTA, 1991).
- Figura 23.** Lúcio Costa.
- Figura 24.** Croqui, Lúcio Costa.
- Figura 25.** Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.
- Figura 26.** Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.
- Figura 27.** Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.
- Figura 28.** Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.
- Figura 29.** Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.
- Figura 30.** Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.
- Figura 31.** Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.
- Figura 32.** Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.
- Figura 33.** Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 34.Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 35.Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 36.Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 37.Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 38.Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 39.Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 40.Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 41.Gráfico – Incidência de Liderança Comunitária no Plano Piloto.

Figura 42.Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 43.Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 44. Croqui Ilustrativo. Configuração de espaço.

Figura 45. Croqui Ilustrativo. Configuração de espaço.

Figura 46. Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 47.Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 48.Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 49. Croqui Ilustrativo. Configuração de espaço.

Figura 50. Croqui Ilustrativo. Configuração de espaço.

Figura 51.Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 52. Croqui Ilustrativo. Configuração de espaço. Lua Bittencourt.

Figura 53. Croqui Ilustrativo. Configuração de espaço. Lua Bittencourt.

Figura 54.Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 55.Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 56.Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 57.Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 58. Foto cedida pela Prefeitura da SQN 415 em junho de 2011.

Figura 59. Foto cedida pela Prefeitura da SQN 415 em junho de 2011.

Figura 60. Foto cedida pela Prefeitura da SQN 415 em junho de 2011.

Figura 61. Foto cedida pela Prefeitura da SQN 415 em junho de 2011.

Figura 62. Foto cedida pela Prefeitura da SQN 415 em junho de 2011.

Figura 63. Foto cedida pelo Conselho Comunitário da Asa Sul em junho de 2011.

Figura 64. Foto cedida pelo Conselho Comunitário da Asa Sul em junho de 2011.

Figura 65. Foto cedida pelo Conselho Comunitário da Asa Sul em junho de 2011.

Figura 66. Foto cedida pelo Conselho Comunitário da Asa Sul em junho de 2011.

Figura 67. Foto cedida pela Companhia Teatral “Esquadrão da Vida” em junho de 2011.

Figura 68. Foto cedida pela Companhia Teatral “Esquadrão da Vida” em junho de 2011.

Figura 69. Foto cedida pela Companhia Teatral “Esquadrão da Vida” em junho de 2011.

Figura 70. Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 71. Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 72. Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 73. Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 74. Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 75. Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 76. Formulário de Pesquisa de campo.

Figura 77. Tabela de Resultados Parciais.

Figura 78. Tabela de Resultados – Planilha Geral de Tipologias.

Figura 79. Planta do Plano Piloto de Brasília / Indicação Geral das Tipologias de Ocupação.

Figura 80. Planta do Plano Piloto de Brasília / Incidência das Tipologias de Ocupação – Resultado Parcial – Asa Norte e Asa Sul.

Figura 81. Planta do Plano Piloto de Brasília / Incidência das Tipologias de Ocupação – Resultado Geral – Plano Piloto.

Figura 82. Croqui Planta do Plano Piloto, Brasília.

Figura 83. Imagem Google Earth, SQS 303.

Figura 84. Imagem Google Earth, SQN 313.

Figura 85. Imagem SQS 303 – 2010/2011.

Figura 86. Imagem SQS 303 – 2010/2011.

Figura 87. Imagem SQS 303 – 2010/2011.

Figura 88. Imagem SQS 303 – 2010/2011.

Figura 89. Imagem SQS 303 – 2010/2011.

Figura 90. Imagem SQS 303 – 2010/2011.

Figura 91. Imagem SQS 303 – 2010/2011.

Figura 92. Imagem SQS 303 – 2010/2011.

Figura 93. Imagem SQS 313 – 2010/2011.

Figura 94. Imagem SQS 313 – 2010/2011.

Figura 95. Imagem SQS 313 – 2010/2011.

Figura 96. Imagem SQS 313 – 2010/2011.

Figura 97. Imagem Google Earth, SQS 209.

Figura 98. Croqui Planta do Plano Piloto – Brasília.

Figura 99. Imagem Google Earth, SQN 309.

Figura 100. Foto cedida pela Prefeitura da SQS 209 em junho/2011.

Figura 101. Foto cedida pela Prefeitura da SQS 209 em junho/2011.

Figura 102. Foto cedida pela Prefeitura da SQS 209 em junho/2011.

Figura 103. Foto cedida pela Prefeitura da SQN 309 em junho/2011.

Figura 104. Foto cedida pela Prefeitura da SQN 309 em junho/2011.

Figura 105. Foto cedida pela Prefeitura da SQN 309 em junho/2011.

Figura 106. Imagem SQS 209 – 2010/2011.

Figura 107. Imagem SQS 209 – 2010/2011.

Figura 108. Imagem SQS 209 – 2010/2011.

Figura 109. Imagem SQS 209 – 2010/2011.

Figura 110. Imagem SQS 209 – 2010/2011.

Figura 111. Imagem SQS 209 – 2010/2011.

Figura 112. Imagem SQS 209 – 2010/2011.

Figura 113. Imagem SQN 309 – 2010.

Figura 114. Imagem SQN 309 – 2010.

Figura 115. Imagem SQN 309 – 2010.

Figura 116. Imagem SQN 309 – 2010.

Figura 117. Imagem SQN 309 – 2010.

Figura 118. Imagem SQN 309 – 2010.

Figura 119. Imagem SQN 309 – 2010.

Figura 120. Imagem Google Earth, SQN 303.

Figura 121. Croqui Planta do Plano Piloto, Brasília.

Figura 122. Imagem Google Earth, SQN 211.

Figura 123. Imagem Google Earth, SQN 213.

Figura 124. Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 125. Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 126. Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 127. Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 128. Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 129. Imagem – superquadra do Plano Piloto – Brasília, 2010/2011.

Figura 130. Imagem SQN 303 – 2010/2011.

Figura 131. Imagem SQN 303 – 2010/2011.

Figura 132. Imagem SQN 303 – 2010/2011.

Figura 133. Imagem SQN 303 – 2010/2011.

Figura 134. Imagem SQN 303 – 2010/2011.

Figura 135. Imagem SQN 303 – 2010/2011.

Figura 136. Imagem SQN 211 – 2010/2011.

Figura 137. Imagem SQN 211 – 2010/2011.

Figura 138.Imagem SQN 211 – 2010/2011.
Figura 139.Imagem SQN 211 – 2010/2011.
Figura 140.Imagem SQN 211 – 2010/2011.
Figura 141.Imagem SQN 211 – 2010/2011.
Figura 142.Imagem SQN 213 – 2010/2011.
Figura 143.Imagem SQN 213 – 2010/2011.
Figura 144.Imagem Google Earth, SQN 303.
Figura 145. Croqui Planta do Plano Piloto – Brasília.
Figura 146.Imagem SQB. Superquadra Brasília – Guar – 2011.
Figura 147.Imagem SQB. Superquadra Brasília – Guar – 2011.
Figura 148.Imagem SQB. Superquadra Brasília – Guar – 2011.
Figura 149.Imagem SQN 303 – 2010/2011.
Figura 150.Imagem SQN 303 – 2010/2011.
Figura 151.Imagem SQN 303 – 2010/2011.
Figura 152.Imagem SQN 303 – 2010/2011.
Figura 153.Imagem SQN 303 – 2010/2011.
Figura 154.Imagem SQN 303 – 2010/2011.
Figura 155. Croqui Planta do Plano Piloto – Brasília.
Figura 156.Imagem Google Earth,SQS 213.
Figura 157.Imagem Google Earth,SQN 205.
Figura 158.Imagem SQS 213 – 2010/2011.
Figura 159.Imagem SQS 213 – 2010/2011.
Figura 160.Imagem SQS 213 – 2010/2011.
Figura 161.Imagem SQS 213 – 2010/2011.
Figura 162.Imagem SQN 205 – 2010/2011.
Figura 163.Imagem SQN 205 – 2010/2011.
Figura 164. Croqui Planta do Plano Piloto – Brasília.
Figura 165.Imagem Google Earth, SQS 210.
Figura 166.Imagem Google Earth, SQN 415.
Figura 167.Imagem SQS 210 – 2010/2011.
Figura 168.Imagem SQS 210 – 2010/2011.
Figura 169.Imagem SQS 210 – 2010/2011.
Figura 170.Imagem SQS 210 – 2010/2011.
Figura 171.Imagem SQS 210 – 2010/2011.
Figura 172.Imagem SQN 415 – 2010/2011.

Figura 173.Imagem SQN 415 – 2010/2011.

Figura 174. Imagem SQN 415 – 2010/2011.

Figura 175.Imagem SQN 415 – 2010/2011.

Figura 176.Imagem SQN 415 – 2010/2011.

Figura 177.Imagem SQN 415 – 2010/2011.

Figura 178.Imagem SQN 208 – 2010/2011.

Figura 179.Mosaico de Imagens dos superquadras do Plano Piloto 2010 /2011.

Figura 180.Imagem SQN 303 – 2010/2011.

Figura 181.Imagem“outdoor” – Propaganda Imobiliária – 2010/2011.

Figura 182. Imagem. SQS 114 – 2010/2011.

Figura 183. Imagem– Devaneios. Asa Sul – 2010/2011.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
O ENCONTRO COM BRASÍLIA E A DESCOBERTA DA SUPERQUADRA	19
INTRODUÇÃO	29
CAPÍTULO 1	
BRASÍLIA UM MOSAICO DE CORES: CIDADE QUE SE FEZ BRASIL	39
1.1 A Cultura do projeto: o traçado poético de um homem chamado Lúcio Costa.....	40
CAPÍTULO 2	
A SUPERQUADRA: DOS PRIMÓRDIOS A BRASÍLIA	56
2.1 Superquadra: a origem e invenção de um conceito	57
2.2 Superquadra de Brasília: uma realidade	79
2.2.1 Fase 1 – A superquadra na visão de Lúcio Costa	81
2.2.2 Fase 2 – Outro olhar sobre a superquadra: críticas a um conceito e o surgimento de uma realidade.....	90
2.2.2.1 Espaço-lugar: símbolo-significado-legitimidade	99
2.3 Conclusões parciais: primeiras reflexões sobre uma realidade: diálogo com o espaço construído	102
CAPÍTULO 3	
O DIREITO DE IR E VIR.....	110
3.1 Uma reflexão sobre o público e o privado na superquadra do Plano Piloto.....	111
3.1.1 Sobre o aspecto cultural local: emocionais-simbólicos-legitimidade-identidade.....	118
3.1.2 Sobre a existência ou não de liderança comunitária.....	122
3.1.3 Sobre a configuração do espaço público na superquadra	126
3.1.4 Sobre o aspecto econômico	135
3.1.5 Aspectos de Segurança / Insegurança	138
3.2 Conclusões parciais: reflexões sobre o aspecto de interação entre o espaço e o público usuário: até que ponto o espaço nos convida a interagir com ele.....	142
CAPÍTULO 4	
METODOLOGIA DA PESQUISA	153
4.1 Max Weber – As influências na construção de um “tipo ideal”	154
4.2 Clifford Geertz – As influências na construção do processo de interpretação	159
4.3 Como se deu o processo de reflexão teórica – “diálogo do referencial com a metodologia”	163
4.4 Como se deu o processo de investigação – a pesquisa de campo.....	167
CAPÍTULO 5	
AS APROPRIAÇÕES ENCONTRADAS: TIPOLOGIAS DE USO.....	172
5.1 Definições Gerais sobre a aplicação do método.....	173
5.2 Considerações gerais: informações sobre a incidência das tipologias nas Asas Sul e Norte – Plano Piloto	175
5.2.1 Tipologia 1	179
5.2.1.1 Estudo de caso	180
5.2.1.2 Conclusões parciais– Diagnóstico da tipologia	184

5.2.2	Tipologia 2	189
5.2.2.1	Estudo de caso	190
5.2.2.2	Conclusões parciais– Diagnóstico da tipologia	196
5.2.3	Tipologia 3	201
5.2.3.1	Estudo de caso	202
5.2.3.2	Conclusões parciais– Diagnóstico da tipologia	208
5.2.4	Tipologia 4	213
5.2.4.1	Estudo de caso	216
5.2.4.2	Conclusões parciais– Diagnóstico da tipologia	221
5.2.5	Tipologia 5	225
5.2.5.1	Estudo de caso	226
5.2.5.2	Conclusões parciais– Diagnóstico da tipologia	230
5.2.6	Tipologia 6	233
5.2.6.1	Estudo de caso	234
5.2.6.2	Conclusões parciais– Diagnóstico da tipologia	239
CAPÍTULO 6		
A IMATERIALIDADE DE UM PATRIMÔNIO EM CONSTRUÇÃO		244
6.1 Patrimônio, cultura e identidade		
A Construção de uma cidade: memórias de um patrimônio – o surgimento.....		245
CAPÍTULO 7		
CONSIDERAÇÕES FINAIS:		
UM CASO PECULIAR DE UNIDADE DO DIVERSO		262
REFERÊNCIAS		283

PREFÁCIO

O ENCONTRO COM BRASÍLIA E A DESCOBERTA DA SUPERQUADRA

... E de repente, assim como o soprar do vento em meu rosto deparo-me com ela, encantadora, imponente e ao mesmo tempo singela, envolta por mistérios, ora meio cinza, ora repleta de cores, ora meio mal cheirosa, ora perfumada com o mais puro dos aromas... e esse céu ... esse azul, que mais parece um mar; esse verde que invade nossas vidas e impõe sua presença... E de repente veio o encanto, a magia, e ela surge, sempre de asas abertas, como braços, meio que convidando, que seduzindo... E eu, deixei-me envolver, aceitei o convite e me envolvi, fiz-me parte dela, ela se fez parte de mim ... E então me apaixonei. Essa foi a energia de nosso primeiro encontro, foi assim meio que de repente que encontrei e descobri Brasília, cidade que tomou conta de meu coração, cidade que antes de ser patrimônio cultural da humanidade é minha, é sua, é de todos, afinal, É uma cidade que se fez Brasil.

Ricardo Costa

Em 1987, o ano que marcou meu encontro com Brasília e minha descoberta da superquadra. Nasci na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, cheguei a Brasília em 1987, motivado por um sério acidente de moto sofrido em minha terra natal; cheguei à cidade em busca de tratamento no conceituado hospital Sara Kubitschek, onde fui muito bem recebido. Nessa época nada me levava a crer que Brasília seria o lugar que me acolheria um dia, mas algo em minha mente tranquilizava-me, tirava-me a ansiedade comum aos turistas; em algum lugar em minha mente pairava o pensamento de que um dia ainda teria muito tempo para contemplar as belezas desse lugar.

Cheguei ao final do período de seca, uma rigorosa seca, estranhei a falta de umidade, os lábios ressecados, o nariz sangrando e sofri um pouco com os efeitos dela. Nesse período morei na SQN 203 com meus tios, Tereza Cristina e Francisco de Assis, mais precisamente no 4º andar do bloco “A”. Da janela do apartamento, as primeiras imagens da superquadra começavam a percorrer e embriagar-me, o gramado que envolvia os blocos, as árvores, o céu e toda sua imensidão, o entardecer alaranjado, comum em época de seca. É certo que todo esse cenário estava abalado com a força da seca, mas, mesmo assim, já apresentava sua essência. No rádio, um som era comum de ser ouvido, a canção do Renato Russo que trazia um pouco dessa época “será que vai chover, eu não sei não, não...”.

O tempo passou, chegou o fim da seca, veio, então, a chuva. Realmente fiquei maravilhado, quando, ao me debruçar na janela, deparei-me com uma cena, que naquele momento ainda me parecia um pouco estranha. Era final de tarde e começou a chover, percebi pessoas saindo de seus apartamentos e tomando banho de chuva, uma visão bem interiorana, bem conhecida minha como nordestino, mas estranha para uma cidade como Brasília; nunca imaginei que pudesse me deparar com tal cena. Fui tomado por uma vontade intensa de fazer o mesmo, mas o fato de estar recentemente operado impediu-me.

Fiquei na janela, só a contemplar; a chuva, inicialmente fina, molhou os arredores do prédio, fazendo brotar do chão o cheiro de terra molhada. O cenário da superquadra mudara: o verde ficou intenso, as árvores floridas e a essência do lugar brotaram com a chegada da chuva.

Naquele momento, comecei a pensar que, por trás de toda aquela monumentalidade exposta na cidade de Brasília, poderia existir algo diferenciado, mais acolhedor e até interiorano, onde a vida brotaria de forma intensa e diferenciada. Acho que essa foi minha primeira impressão sobre a superquadra, o que primeiro marcou e contribuiu para acrescentar em minha mente um olhar diferenciado sobre aquele lugar.

Vencendo mais uma etapa de recuperação foi possível sair do apartamento e começar a explorar o entorno imediato, no caso em questão, a superquadra 203 Norte e, assim, começar a adentrar seus cenários. Ao descer um som chamou-me a atenção, alguém com um megafone divulgando a venda de doces, hortaliças e frutas em geral. Achei estranho e fui conferir, deparei-me com uma pequena feira na própria SQN 203. Permiti-me uma pausa e comecei a puxar conversa com o feirante, descobri que a feira era semanal e que ele já tinha clientela formada, não resisti e comprei algumas frutas, então procurei a sombra de uma árvore nas proximidades da entrequadra 203/202 Norte e as degustei. Imaginei como seria interessante um piquenique naquela área, os elementos estavam presentes, sombra, verde e muito céu.

Continuei a caminhada e as descobertas, encontrei pessoas, mães e domésticas com carrinhos de bebê ou simplesmente caminhando. Deparei-me com a pracinha entre os blocos, mais uma vez permiti-me uma pausa, busquei a sombra de um pergolado existente na área e fiquei observando as crianças brincando no parquinho. Um pensamento era comum, como será viver em um lugar como esse? Será que essas imagens são comuns em outra parte da cidade? Será que em toda superquadra existe essa apropriação, esse uso intenso dos espaços? Será que as pessoas se encontram? Como será a convivência nesse lugar?

O tempo passou e minha irmã Rosângela, médica da Fundação Hospitalar de Brasília, comprou um apartamento na SQN 402 e convidou-me para morar com ela, ou seja, não mais retornar a João Pessoa, ficar e a ser morador da cidade de Brasília. De início fiquei meio atordoado, tudo parecia muito novo, mas fui seduzido pela magia do lugar e aceitei o convite. O fato de morar em uma superquadra contribuiu e muito com essa decisão, pois fiquei fascinado por esse lugar, com muita vontade de conhecer outras, de observar o comportamento da vida presente naquele cenário, de envolver-me e fazer parte dele.

Na quadra 402, outras visões tomaram-me a mente, a escala era diferente, agora morava em um edifício de três pavimentos, não tinha elevador, o bloco ficava próximo à L2 Norte, mas não conseguia enxergar muito a avenida, pois existia outro bloco em frente ao que minha irmã morava, era outra visão. A varanda era pequena, mas tinha espaço para uma pequena cadeira, de lá conseguia relaxar e contemplar um pouco o entorno, enxergar o gramado na extremidade do bloco e, por vezes, participar um pouco da vida das pessoas do bloco em frente, algo meio *voyer*, mas era inevitável, bastava chegar na varanda e observar e ser observado.

Assim como na quadra anterior, era comum deparar-se com cenas interioranas, megafones anunciando pamonha no meio da tarde, vans com exposição de doces, pães e

outras guloseimas. Também era comum encontrar crianças brincando nos parquinhos, pessoas caminhando pelas calçadas; era perceptível a vida no lugar, situação um pouco diferente do que já tinha ouvido sobre Brasília, um “lugar meio frio, onde as pessoas não se encontram”.

O apartamento era simples, mas muito aconchegante, o quarto que dormia tinha uma pequena janela, do tipo *max ar*, era muito estreita, “pequenina”, mas era meu elo com o exterior.

Também, chamou-me atenção a proximidade do bloco com o comércio, era muito bom descer do apartamento no meio da tarde e comprar um pão quentinho na padaria, em uma caminhada sempre repleta de descobertas. Era interessante perceber os diversos atores que diariamente faziam uso dos cenários da superquadra, alguns passavam apenas para cumprir seu percurso até o local do trabalho, outros porque trabalhavam nos blocos, outros porque visitavam amigos nos blocos; de uma ou de outra forma, desfrutavam do lugar, mas acredito que com olhar diferenciado, algo ainda meio nebuloso para mim naquele momento.

Era chegada a época de continuar com a vida, de frequentar uma universidade e definir os rumos de minha profissão: arquitetura; não poderia ser outra profissão, sempre me deslumbrei com as possibilidades que ela oferecia e principalmente com o “poder condicionador do espaço”.

Minha rotina era intensa, estudava em um horário, almoçava e o restante do dia isolava-me na biblioteca do Instituto Nacional do Livro (INL). Algumas vezes eu estudava só, em outras na companhia de amigos de cursinho. Às vezes, ao final da tarde, nos permitíamos uma pausa para um lanche na lanchonete do comércio local. Outro local que gostava muito de estudar era a biblioteca da escola classe 308 Sul, pois a achava aconchegante, tinha ao centro um belo jardim, um pátio muito agradável, principalmente em dias de chuva, uma sensação de estar dentro e ao mesmo tempo fora.

Lembro que, em dias de muita saudade de minha terra natal, permitia-me uma pausa nos estudos e caminhava pelas quadras do entorno, e foi assim que passei a conhecer melhor as quadras que conformam a unidade de vizinhança, rezei muito na Igrejinha de Fátima, relaxei na sombra das grandes árvores da quadra, algumas vezes até deitado nos bancos que ficam nas proximidades da igrejinha. Saboreei as delícias do comércio local como a pizzaria Dom Bosco, o cachorro quente da igrejinha e outras. Realmente a cada dia sentia-me mais envolvido com as possibilidades que aquele lugar oferecia.

Nessas idas e vindas do tempo, cheguei ao ano de 1990, e comecei a cursar arquitetura e urbanismo na Universidade de Brasília, minha tão querida UnB.

Vivi intensamente esse período, participei de muitos encontros... Encontrei pessoas. Lembro-me com carinho do ano de 1991, marcante em minha vida; em um dos encontros promovidos pelo Centro Acadêmico da FAU-UnB, onde fui um dos representantes, resolvemos convidar Lúcio Costa para uma homenagem dos alunos, para nossa surpresa e grata felicidade ele aceitou.

Em uma tarde meio chuvosa desse ano desloquei-me juntamente com o motorista da Reitoria da UnB ao Hotel Nacional, foi na recepção do hotel o meu primeiro encontro com o Lúcio, lembro perfeitamente desse dia.

Com toda sua simplicidade, sua brancura e bochechas rosadas ele veio em minha direção e me abraçou. Em seguida nos dirigimos ao carro e à UnB. Com toda aquela emoção, não resisti e pedi ao Lúcio para alterarmos um pouco o percurso e passarmos antes pela esplanada dos ministérios, não me contive em expressar a emoção de passar por aquele lugar com o criador; ao passarmos pela rodoviária, ele descreveu aquele lugar como uma expressão do Brasil, uma tomada de posse, um local onde as pessoas se apropriaram e de alguma forma deram o seu tom, a cor do Brasil.

A cerimônia na UnB foi mágica, emocionante. Ao final, em nossa despedida, já no carro, ele segurou em meu braço e me perguntou: “você gosta de Brasília? Você quer realmente ser arquiteto? Meio trêmulo e emocionado, declarei meu ainda prematuro amor à cidade, à sua criação e completei afirmando a certeza de que ser arquiteto era o que queria, era minha missão nesse lugar. Ainda segurando meu braço, ele falou-me sobre a necessidade da sensibilidade no fazer arquitetura, algo que eu deveria ter sempre comigo. Com o passar do tempo, tive a oportunidade de encontrar novamente Lúcio em mais dois eventos, sempre com muita emoção, e ele sempre com toda sua simplicidade, misturada a uma intensa luz. Rendo minhas homenagens a esse homem, a esse profissional, a essa pessoa maravilhosa.

Certamente, minha passagem pela UnB proporcionou-me outro olhar em relação à cidade de Brasília, a cada ano que passava estudava um pouco mais e me tornava mais íntimo da cidade. Guardo, em especial, o momento do curso que trabalhamos diretamente com a superquadra, foi na disciplina conhecida na época como “PA5 – Edifício em altura”, em que a intenção era estudar e projetar uma superquadra, chegando ao projeto de um dos edifícios. Foi muito interessante, pois, para projetar, era necessário entender a realidade do lugar e suas relações com o entorno, com a cidade; entender um pouco da vida naquele lugar.

Como estava envolvido com o projeto da FAU-UnB, e morava no início da Asa Norte, próximo a UnB, muitas vezes fui à Universidade caminhando, assim pude desvendar outros cenários, perceber como a vida fluía no encontro das superquadras. Assim, quando

tinha mais tempo, gostava de passar por dentro dos espaços da superquadra e participar da vida presente naqueles espaços, que se ligavam de alguma forma; gostava dessa sensação, sentia um certo ar de liberdade.

Nessa época, deixei a SQN 402 e voltei a morar na quadra 203 Norte, mas precisamente no Bloco “G”, 6º andar. Permaneci nesse apartamento até o final do curso de arquitetura. Do alto do 6º andar, eram intensas as visões, conseguia enxergar a copa das árvores e a beleza do verde gramado da entrequadra 202/203 Norte. Deparei-me com várias cenas que me apresentavam um pouco do uso do espaço, entre outras, pessoas tomando sol como se estivessem na praia, pessoas fazendo ginástica, jogando futebol e vôlei, soltando pipa, vivendo o espaço.

O relógio do tempo continuou girando, e, cada vez mais, aumentava meu envolvimento com a cidade de Brasília, as vésperas de minha formatura, ano de 1996, era intensa a vontade de trabalhar com a cidade e para a cidade.

Essa necessidade, essa vontade colocou em meu caminho várias oportunidades de encontro com a cidade, que teve início ainda em 1996, na Administração Regional de Taguatinga, passou pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do DF (DePHA), em 1998, chegando ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1999.

Ao longo dessa caminhada, merecem destaque dois projetos: o primeiro, desenvolvido no DePHA, chamado “Brasília, uma paisagem em construção”, realizado com conselheiros comunitários, síndicos e prefeitos, moradores do plano piloto.

Esse projeto abriu possibilidades de perceber como vinha ocorrendo o processo de uso dos espaços no interior das áreas residenciais. Foi também um momento utilizado para discutir com a população as bases que nortearam o tombamento da cidade, seu significado, suas raízes e o qual sua ligação com a tão comentada “qualidade de vida”,¹ aqui inicialmente registrada mediante qualidade da vivência no espaço da superquadra, uma dimensão imaterial

¹ Qualidade da Vivência – Nesse sentido levanto a hipótese de que esta qualidade da vivência neste espaço possa ser considerada como uma dimensão imaterial do patrimônio cultural já reconhecido preliminarmente em algumas superquadras por seus habitantes. Entendendo Patrimônio Imaterial como aglutinador de expressões culturais e tradições que um determinado grupo preserva em respeito a suas origens. Essa situação é sustentada na própria Constituição Federal de 1988, que passa a enxergar o patrimônio em uma dimensão maior, não apenas como patrimônio histórico e artístico, mas como patrimônio cultural, representado pelo conjunto de bens materiais e imateriais, valores, tradições e costumes herdados do passado e reapropriados no presente como patrimônio histórico e artístico, mas como patrimônio cultural, representado pelo conjunto de bens materiais e imateriais, valores, tradições e costumes herdados do passado e reapropriados no presente.

do patrimônio cultural, que será trabalhada ao longo dessa pesquisa, em que a intenção é entender melhor como a diversidade de identidades influencia o uso dos espaços.²

O encontro foi um momento de falar, mas principalmente de ouvir. A intenção era justamente tentar entender os anseios dos moradores em relação aos espaços que permeavam o conjunto residencial. Para nós que desenvolvemos o trabalho, foi também uma possibilidade de experimentar uma realidade, pois sabíamos que receberíamos muitas críticas como órgão ligado à preservação, ao tombamento, mas essa era a real intenção, quebrar a distância, buscar uma aproximação com os problemas, com os anseios, com os sonhos, com a realidade daqueles que vivem e fazem uso dos espaços. E, também, de apresentar a essas mesmas pessoas as dificuldades encontradas pelos técnicos em desenvolver essa árdua tarefa da “proteção”, de gestão do patrimônio.

Para mim, em especial, foi um marco, pois naquele momento dividimos para em seguida somar, despimo-nos do papel de técnicos e nos colocamos no papel de morador, nos permitimos enxergar o lugar sob outra esfera.

O segundo trabalho, foi desenvolvido mais à frente, quando já me encontrava no IPHAN (1999). Trata-se do projeto de inventário da unidade de vizinhança 107 – 307 / 108 – 308, uma experiência incrível. Aplicamos questionários e buscamos entender um pouco sobre o processo de formação da unidade de Vizinhança.³

Esse momento foi o ponto de partida, o plantio da semente, o início de uma intenção, que anos mais tarde se tornaria realidade, o encontro com a vida na superquadra, o estudo de caso que se transformaria em projeto de mestrado.

Ao percorrer a unidade de vizinhança, deparei-me com inúmeras situações de apropriação de espaço e despertou a vontade de um dia trabalhar com essa temática, de entender um pouco sobre a vida nesse lugar chamado “superquadra”.

No ano de 2000, deixei o IPHAN e, durante alguns anos, dediquei-me à minha vida profissional, passei a trabalhar apenas com projetos de arquitetura e urbanismo, desenvolvidos na empresa de arquitetura que divido com dois sócios. Nesse período, apesar de acompanhar o

² Diversidade e Identidade: de acordo com Pelegrini e Funari (2008), Não se pode separar a valorização da diversidade humana da eclosão do reconhecimento do valor de identidades sociais e, portanto da contestação dos conceitos de cultura monolítica e homogênea.

³ Unidade de Vizinhança – Aqui me refiro à unidade de vizinhança número um “107-307 / 108-308”, que é muito diferenciada dos padrões tanto nos centros quanto nas periferias, bairros, condomínios, invasões, com alta ou baixa densidade demográfica da maioria das cidades. Naquele momento se pretendia observar as diferentes dimensões de vivências cotidianas no espaço, as apropriações e modos de vidas que tornavam o espaço um lugar denso de significados, desconstruindo a ideia comum de que Brasília não tem gente na rua, que não há encontro ou vivência individual e coletiva do espaço.

desenvolvimento da cidade, o sonho do desenvolvimento de uma pesquisa que buscasse entender os rumos da apropriação dos espaços públicos em uma superquadra foi adiado.

Também no ano de 2000, deixei a SQN 203 e morei só em um pequeno apartamento na W3 Norte, 711 para ser preciso. Era um apartamento simples localizado na própria comercial da W3. Ao abrir a janela, era outra a visão, não mais me deparava com o gramado, a copa das árvores, agora minha visão era a W3 Norte, o trânsito, o barulho, o movimento diário próprio de uma avenida desse porte. Aos finais de semana, permitia – me percorrer as superquadras do entorno, isso é algo muito bom na cidade, somos um pouco dono de tudo, mesmo não morando em uma determinada quadra, tenho o direito de circular livremente, posso fazer uso de seus espaços, desfrutar de seus cenários. Precisava de tudo isso, precisava dessa energia para seguir adiante. Permaneci nesse apartamento até o ano de 2003.

Ao final de 2003, deixei a W3 e passei a morar na SQN 416, bloco “C”. Que maravilha de lugar, muitas árvores, muito verde, muitos cenários. Nessa época, frequentei o Parque Olhos D’água e as quadras do entorno. Algo que muito me chamou a atenção nessa época foi a escala do prédio em relação às árvores. Quando morei na quadra 402 Norte, minha visão era outra, pois o apartamento não era “vazado”, ou seja, só tinha visão para um único lado e que era de outro bloco e de um estacionamento entre os dois.

Na quadra 416 Norte, ao abrir a janela, quase que podia tocar a copa das árvores, era uma sensação de liberdade, era mágico enxergar o céu de Brasília em meio aos galhos da árvore.

A rotina mudou, em minhas caminhadas, passava na comercial, comprava pão na Panificadora Santo Antônio, frutas na “vendinha”, fazia a bainha da calça no quiosque da ponta do bloco, tomava sorvete na sorveteria existente em um dos blocos... Desfrutava da sombra das árvores da superquadra... Caminhava, conhecia, vivia o lugar.

No ano de 2005, mudei para um apartamento na quadra 712 Norte, onde resido até os dias de hoje. O apartamento fica no 5º andar de um prédio, construído para os funcionários dos correios, um bom apartamento, também “vazado”, que mesmo não sendo superquadra, guarda em parte algumas de suas características. Da janela do apartamento, tem-se a visão de uma praça, uma simples e aconchegante praça, cenário de namoros e encontros da garotada quando saía das escolas das proximidades, de moradores de blocos vizinhos, da repreensão de policiais ao consumo de maconha, do atleta que se exercita no *kit* malhação e outros. Todos convivem e fazem uso do lugar de forma harmônica, existe espaço para todas as “tribos”. Também na lateral do bloco, existe um grande estacionamento, é comum se deparar com

adolescentes jogando futebol, andando de *skate* e, até mesmo, alguns rebeldes em seus abusos, como no caso de “cavalos de pau”, giros abusivos com o carro no meio da noite.

Também no mês de junho, participo sempre, no conforto da janela de meu apartamento, da visita da imagem de Nossa Senhora da Consolata, padroeira da quadra. Esse evento ocorre em comemoração ao Dia da Consolata, a quadra toda se prepara para esse dia, alguns moradores decoram as ruas nas cores azul e branco, desenham corações no chão e aguardam a visita, que ocorre sempre em carro aberto, em que se monta um altar com a imagem da santa. O carro para no estacionamento e o padre faz orações abençoando a quadra, uma visão bem interiorana, que, por vezes, percebemos em algumas quadras do plano piloto, com mais veemência em superquadras mais populares, onde é mais forte a relação e o senso de comunidade. Nesse sentido, destaca-se também as festas juninas das quadras 400's.

Com o passar do tempo e com minha maturidade em relação à cidade, principalmente ao significado das imagens, que de forma subjetiva, eram percebidas como significado de construção dos espaços na cidade, resolvi, em 2009, retomar os estudos e a UnB para cursar o mestrado. Inicialmente meu tema seria trabalhar com a questão do público e privado, mas no decorrer do curso, repensei no tema, e parti para o que de fato despertou-me o interesse no mestrado – estudar e melhor entender o universo da superquadra, o modo de vida nesse lugar. Nesse contexto, percebido por meio da diversidade de vida presente no lugar, que acaba por sugerir uma diversidade de culturas.

Realmente, vem de longe meu encontro com a cidade, vem de longe a vontade de melhor entender o porquê das imagens e dos cenários percebidos, surgidos durante o tempo, desvendando o que existe por trás de cada.

Não poderia de forma alguma propor um olhar sobre Brasília sem antes descrever o meu encontro com a cidade, minhas primeiras sensações, o meu primeiro olhar, afinal, assim como os “candangos”, deixei minha terra, trouxe comigo a minha cultura, a minha forma de enxergar o mundo, aqui cravei minhas raízes, encontrei outras pessoas, outras culturas, e, dessa mistura, desse e de tantos outros encontros, é que certamente surgiu e vem surgindo a cada ano uma cultura própria desse lugar.

Como numa relação de paixão, permito-me alguns “devaneios”, por vezes expressos por um vocabulário poético, comuns aos apaixonados.

Finalmente, ao longo de toda a pesquisa será possível perceber o meu envolvimento com a cidade; vivo e sinto; emocionou-me com as pequenas descobertas de um simples olhar, com as sensações causadas pelos aromas que me deparei, como o cheiro de terra molhada em dias de chuva, o intenso cheiro da “dama da noite” nas proximidades de alguns blocos

residenciais; com o encanto da beleza dos ipês em sua floração; com os espaços que encontrei e as imagens que percebi ao longo dessa caminhada rumo à descoberta de um lugar que é “impar”, que considero “ **Um caso peculiar de unidade do diverso**” – a superquadra do Plano Piloto de Brasília.

INTRODUÇÃO

Toda ação humana, consciente ou não, subentende uma conduta política e pressupõe a produção de cultura.

[...] Análoga e simultaneamente, em infinitos momentos de sua vida, ele passa a se informar, a se comunicar e a se relacionar com seus semelhantes, intercâmbio que o ministra com os valores anímicos da coletividade, num acúmulo de insumos que o ajustam com o meio espiritual específico. Envolvido por esse processo de particularização, ele vai percebendo a condição de estrangeiro.

Em decorrência da absorção deste conjunto de saberes, o indivíduo adquire um idioma, assimila costumes e crenças, aprende o significado das coisas e constrói uma visão do mundo, apropriação que o incorpora a uma determinada sociedade, o outorga uma identidade nacional e o metamorfoseia num indivíduo representativo. Trata-se do elo cultural.

Esse repertório de experiências é obtido mais propriamente na cidade, lugar de reavaliação incessante de valores, da conquista do conhecimento e onde emerge o saber e a inteligência. A urbe, a despeito de ser um sítio do qual se observa materializados o empilhamento histórico e os registros da memória de uma comunidade ali enraizada, é o espaço da emergência dos problemas novos, da informação atualizada, da circunstância imprevisível e das experiências nas esferas da filosofia, da ciência e da arte, que são fatores geradores de uma cultura. [...]. (CAZÉ, 2000, p. 110.)

O objeto desta dissertação é Brasília, mas precisamente a área residencial do Plano Piloto de Brasília – a superquadra, o “bairro” que Lúcio Costa propôs para abrigar os habitantes da cidade por ele concebida.

“Bairro”, é esta a essência que Costa atribuiu a superquadra de Brasília, como veremos na fundamentação teórica. Nesse contexto, percebe-se a intenção do autor do projeto do Plano Piloto em atribuir força e vitalidade para essa área, pensada para possuir forte inflexão cultural.

A superquadra cresceu com a cidade, e são muitas as transformações percebidas no decorrer dos 51 anos de existência da cidade, algumas, que mesmo sem uma intenção prévia, conquistaram o “ar” de vivência desejado, em sua conceituação como lugar, por Costa. Ao longo dessa dissertação, descobriremos juntos como essas transformações ocorreram e por que ocorreram.

A superquadra, por si só, conceitualmente, já é dotada de muita força, agora, unindo-se ao conceito para ela previsto, a força e a diversidade cultural do homem que dela se apropriou, sem dúvida, teremos um resultado de grande riqueza cultural, mesmo sem ir muito adiante, apenas com a união dos conceitos.

Se estreitarmos os laços com a convivência nos espaços, se adentrarmos seu universo e buscarmos o entendimento de toda essa força, estaremos propondo a descoberta de outro patrimônio, um rico patrimônio, que retrata o olhar, o sentimento que o homem construiu ao longo de uma vida com a cidade e, especialmente, com a superquadra. Uma relação, de certa forma, repleta de carinho, de respeito, e por que não de amor, que, ao ser percebido, fez despertar a vontade de melhor entender esse universo, o desejo de pesquisar, de adentrar, compreender e, mesmo que por pouco tempo, compartilhar com essa gente os encantos e os desencantos de se viver em um lugar como esse, compreendendo se o “sonho se transformou em realidade” ou realmente a “realidade foi maior e mais bela”, como apontou Costa, ao falar sobre Brasília, até aonde essa percepção se estende ao universo da superquadra?

Existem muitos trabalhos que tratam da dinâmica da cidade de Brasília, do traçado urbano, de sua concepção, mas poucos tratam da questão que permeia a relação do homem, do morador de Brasília com seu lugar de morada, da identificação ou não desses moradores com os espaços previstos na concepção do projeto de Costa para a sua convivência.

Uma das contribuições que se pretende com esta pesquisa é possibilitar um olhar diferenciado sobre essa fração específica da cidade, a área residencial. Por meio desse olhar específico, pretende-se desvendar um universo a parte, como as intervenções do homem de Brasília sobre esses espaços públicos ao longo da existência da cidade, que contribuíram ou

não para difusão de uma vida social intensa, decifrando a relação direta de uma possível “qualidade de vida” com a incorporação do espaço como lugar de morada, referência de vida.

A ênfase será buscar a confirmação de uma cidade viva, uma Brasília percebida não mais como vertigem, sonho, mas como uma cidade e como qualquer outra, repleta de erros, acertos e cultura.

E nessa compreensão, será externada a visão de patrimônio construído a partir das influências de uma vivência dos próprios moradores nos espaços da superquadra, numa tentativa de entender em que dimensão esse patrimônio está presente na vida dessas pessoas que dele fazem uso; perceber como essa relação ocorre em seu cotidiano e, ainda quais os significados que esses moradores construíram sobre esse lugar chamado superquadra, e se esses valores contribuíram ou não para o aparecimento de um lugar singular, ímpar, considerado nessa pesquisa, “**Um caso peculiar de unidade do diverso**”.

A intenção é se desnudar das vestes de um planejador teórico e permitir-se por algum momento ser um *flâneur*, aquela figura curiosa tão comentada por Baudelaire, figura essa que dedica seu tempo a vagar pela cidade, adentrando suas ruas, no intento de observar o cenário urbano. “Se locomove a pé, sem pressa, como requer qualquer trabalho de análise da vida cotidiana”.

E, assim, permitir-se a descoberta das singularidades desse lugar, percebendo os sentimentos dos indivíduos que dele vive e faz uso, tentando entender o porquê da necessidade de criação dos “cenários” surgidos nos espaços públicos existentes no interior da área residencial do Plano Piloto, alguns inclusive, que atribuem a esse lugar certo “ar interiorano”.

Vale lembrar a sabedoria do sociólogo Halbwachs (1990), com relação à construção de lugares, em que destaca os significados construídos ao longo de nossa vida, significados esses que geram uma realidade:

As imagens especiais desempenham um papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e as figuras. [...]. O lugar recebeu a marca do grupo e vice-versa. [...] Cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes de espaço que ele ocupou correspondem a outra tanto de aspectos diferentes da vida de sua sociedade. (HALBWACHS, 1990, p.133)

Para o conhecimento dessa realidade, a pesquisa ocorrerá em um conjunto delimitado, mas significativo de áreas residenciais do Plano Piloto, buscando observar e captar a essência da vida nesse lugar. Para essa seleção, a pesquisa faz uso de critérios de

abrangência e representatividade da diversidade de tipos que caracterizam a riqueza dessas áreas em Brasília. O processo investigatório busca perceber a diversidade existente entre as ocupações dos espaços públicos nas superquadras das Asas Sul e Norte: 100, 200, 300 e 400, a partir da definição de uma amostragem de tipologias de uso e ocupação.

O cerne dessa pesquisa está na articulação da história urbana com os novos significados que as práticas contemporâneas imprimem nos seus espaços, nesse caso específico, nas áreas residenciais, objeto de estudo e investigação. Nesse sentido, este estudo poderá vir a contribuir com a política de preservação do patrimônio cultural da cidade, tendo na figura da sociedade o seu maior gestor.

E em se tratando de uma cidade, que é Patrimônio Cultural da Humanidade, não se podem deixar de lado os valores desse bem, desse patrimônio para os seus habitantes, para as pessoas que fazem uso dele.

E, pensando em patrimônio, toma-se a mente a questão do tombamento da cidade, essa questão já é bem conhecida e já foi largamente trabalhada por outros pesquisadores e críticos da cidade. As questões que conduziram ao tombamento da cidade de Brasília podem não ser muito bem compreendidas em todos os seus princípios, mas o título de Patrimônio Cultural da Humanidade sempre é citado e, de alguma forma, é percebido e reconhecido pela comunidade de Brasília, mesmo não entendendo em sua totalidade suas bases conceituais e, ainda, o que fazer para garantir a preservação, enxergando assim, o seu valor não apenas como título, mas como referência para uma possível “qualidade de vida”.

Nesse contexto, não temos como fugir dessa questão, que também permeia a pesquisa, mas esse não é o ponto crucial deste estudo.

Aqui, o foco é a superquadra e por meio dela que a questão do patrimônio será tratado, percebendo o patrimônio que foi entregue a comunidade e, ao adentrar a superquadra, entender a construção de outro patrimônio, fazendo valer o que um dia Costa falou “a cidade que saiu de minha mente, não mais me pertence, pertence aos brasileiros”. Mas o que será que esses brasileiros, esses brasilienses, fizeram com as superquadras? Será que a força de sua cultura formadora fez brotar nas superquadras a essência que um dia Costa pensou? Será que os usos atribuídos aos espaços públicos das superquadras refletem os saberes, os valores, a cultura dessa gente?

Essas e outras questões justificam a motivação dessa pesquisa, o conhecimento de uma Brasília ainda pouco explorada, a Brasília dos brasilienses, dos moradores, daquele sujeito que um dia enxergou as possibilidades desse lugar, como um descobridor enxerga a

terra, mas aqui prevalece não apenas o “enxergar a terra”, mas o “descobrir” e compreender a sua essência, buscando o diálogo entre quem equaciona o espaço e quem dele faz uso.

É, portanto, diante desse novo cenário que se apresenta, que se faz necessário, a valorização e compreensão desse outro patrimônio que vem sendo construído, sustentado e enraizado em práticas sociais e práticas discursivas específicas, um patrimônio que não é palpável, que não se sustenta na maestria de suas construções, mas se sedimenta na cabeça e coração dessa gente, um patrimônio não material. Trata-se de um patrimônio imaterial, construído a partir da articulação conceitual das expressões culturais dos moradores da cidade de Brasília, cuja dinâmica define e estrutura sua própria identidade com o lugar.

No Brasil, a implementação do conceito de Patrimônio Cultural Imaterial trouxe muitos benefícios para a construção de uma memória social, sugerindo uma reflexão sobre os significados compartilhados e as práticas sociais de um determinado grupo sobre um determinado lugar.

Segundo Santos, socióloga do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília,

O caráter dinâmico das práticas sociais, na medida em que se associa às formas de transmissão dos modos de “distinção” e das modalidades da herança, é que estabelece a relação entre patrimônio imaterial e tradição como intrínseca, sendo a tradição constituinte deste patrimônio cultural. (SANTOS, 2006, p.32)

E ao falar em patrimônio imaterial, toma-se a mente a sensação de algo que não pode ser tocado, não pode ser emoldurado, colocado em uma redoma e apresentado ao homem em uma exposição de museu, ou sob o efeito de holofotes, lançados estrategicamente para valorizar os contornos do mesmo ao cair da noite. Esse patrimônio aqui externado é algo que se encontra mais fundo em nossa mente, e a moldura, a proteção desse patrimônio, está diretamente relacionada com o sentimento, com o respeito, com o reconhecimento deste diretamente para nossas vidas, percebendo que sua preservação é também a preservação de nossa história.

Nesse contexto, o patrimônio abordado é intangível e, assim, liga-se diretamente ao sentido que a ele atribuímos, ao significado dele para nossas vidas, fruto de uma pluralidade e heterogeneidade étnica, social e cultural humana.

Em épocas passadas, pensadores como Platão e Aristóteles, já apresentavam em seus discursos suas considerações sobre a utopia urbana, em que apresentavam a *Polis* como palco de reflexão de uma teoria ética e política traduzível na construção de um arranjo de vida social. (ASSAY; SCHOONBRODT, 1989)

Certamente foram muitas os conceitos traçados sobre a cidade desde épocas passadas, na Idade Média, período sob forte influência da revolução de Copérnico, a cidade foi apresentada como “ausência de ordem”, na Renascença, seu conceito foi aprimorado, passando a se configurar “enquanto lugar onde a memória histórica de uma comunidade aponta para a captura de sua alma” (FILHO; ECKERT; BELTRÃO, 2007, p. 345). Outra transformação ocorre na época de Galileu, era das transformações cósmicas. Nessa época, a cidade passa a ser vista sob a “perspectiva do plano conceitual e paradigmático de suas produções, tendo o palácio real como centralidade organizadora” (FILHO; ECKERT; BELTRÃO, 2007).

Quando despontaram os primeiros raios luminosos do período da Ilustração no Ocidente moderno, a cidade já fornecia, portanto, aos filósofos, pensadores e intelectuais um conjunto de valores ético-morais espacialmente delimitados em termos da feição de um território de vida coletiva – lugar onde de depositaram lentamente diferentes instituições humanas e para as quais foi atribuída uma pluralidade de sentidos acerca da natureza dos vínculos sociais. (FILHO; ECKERT; BELTRÃO, 2007, p. 345)

Há de se considerar que as motivações que favoreciam o olhar dos habitantes sobre o seu lugar, prevalecendo o reconhecimento desses sobre os valores, ou seja, uma relação intangível com o “enraizamento” com o lugar surge de forma evidenciada com as modernas sociedade urbano-industriais, por meio dos arranjos da vida em sociedade, “construídos na retomada das lembranças históricas no centro da memória coletiva da civilização ocidental”. (FILHO; ECKERT; BELTRÃO, 2007, p. 345).

Para o Alemão Simmel (2007), as cidades dotam os indivíduos de diversas motivações, conteúdos da vida social (paixões, desejos, angústias) e, através dessas motivações, interagem e se transformam, num ritmo febril, uma mutação constante. Para ele, a vida pode ser percebida como fonte de energia que alimenta as relações recíprocas dos elementos.

Entre idas e vindas conceituais, nota-se que a cidade é, portanto, palco de transmissão de saberes e de fazeres, nesse sentido, o reconhecimento de patrimônios imateriais permite o conhecimento dos seus habitantes, de um determinado grupo, ou nação, de seus percursos históricos, promovendo e valorizando a “consciência do viver social”.

Tomou-se, então, como ponto de partida para esse trabalho a experiência própria de uma vida construída com a cidade, onde, morando há mais de 20 anos, já se considerando “brasiliense de coração”; esta pesquisa comparece, portanto, como fruto de todo esse sentimento acumulado ao longo desses anos, de todo o reconhecimento ao “fenômeno”

chamado Brasília e de uma intensa sedução pelos espaços de vivência surgidos nas superquadras do Plano Piloto, reflexo inclusive de uma história própria, de uma relação construída com a cidade, como apresentada no prefácio desta dissertação.

Assim, mediante a amostragem de superquadras, onde foram percebidas tipologias de uso diversificadas, perceberá como os usos ocorrem e por que ocorrem de uma ou de outra forma, em outras palavras, por que existem nas superquadras espaços com grande grau de convivência, enquanto em outros essa convivência é pouco percebida.

Ao longo dessa caminhada, foi necessário ter a companhia de alguns conceitos, como: memória, cultura, identidade, signo, significado, legibilidade, entre outros, que subsidiaram a compreensão da relação do homem com o lugar, no caso específico trabalhado, com a superquadra. Também foi preciso conhecer e entender as críticas feitas à cidade de Brasília, como as de Jane Jacobs e Holston, entre outros, críticas, vale ressaltar, não apenas à cidade de Brasília, mas a concepção de cidades modernas. A partir desse entendimento, foi possível a percepção sobre a aplicabilidade dessas críticas ao universo estudado nessa pesquisa, a superquadra.

Notadamente, só o fato de olhar para as cidades, obras arquitetônicas por natureza, que, por si só, já simbolizam a grande construção de um espaço, certamente sua visão já induz a um prazer especial e, quando essa cidade é reconhecidamente Patrimônio Cultural da Humanidade, esse prazer aumenta, principalmente pela curiosidade de desvendar o que é esse patrimônio, e, quando se coloca que parte desse patrimônio, não pode ser tocado, mas sentido, a dificuldade aumenta, mas certamente, junto com ela, a curiosidade de vencer o desafio.

A cidade esconde alguns mistérios, e, no caso de Brasília, esses mistérios propagam-se com maior intensidade no universo das superquadras, são realidades que muito diferem do que se imagina com a simples percepção e entendimento dos conceitos que margeiam uma cidade que é marca de uma época, certamente, “há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, um cenário, uma paisagem esperando para serem explorados” (LYNCH, 1997, p.1).

Mistérios diversos, como se existissem muitas Brasília, àquela do sonho de Dom Bosco, de JK, da Tia Neiva, de Lúcio Costa, de Oscar Niemeyer, dos modernistas, dos políticos, agora, falta chegarmos mais perto de sua terra vermelha e assim buscar um contato mais íntimo com sua gente, que fez dessa cidade o que é hoje, aos 51 anos de existência, uma cidade, e isso, por si só, já basta, uma cidade.

E se tratando das superquadras de Brasília, não dá para se contentar apenas com o primeiro olhar, é necessário ir fundo, perceber que nada, nenhum desses espaços é vivenciado

em si mesmo, mas sempre em conjunto com uma profusão de valores, reflexo de experiências vividas; imagens impregnadas de lembranças e significados de cada cidadão que vive nessa parte da cidade (LYNCH, 1997).

Em seu livro “A Imagem da Cidade”, Lynch (1997) traz um olhar sobre a fisionomia da cidade, apresentando que a diversidade das imagens apresenta-se a partir de nossas percepções, seu poder de mutabilidade e, sobretudo, destaca a força da ação das pessoas sobre os espaços da mesma, onde essas pessoas comparecem não apenas como observadores, mas como participantes, como agentes dessas transformações.

E se tratando de Brasília, uma cidade cuja tradição vem se construindo a partir da união de diversas culturas, as transformações desses agentes não poderiam ser neutras. Essas ações refletem sua cultura, sua forma de perceber e conceber o mundo que lhes parece ideal para sua vida; é mistura de nordestinos, gaúchos, mineiros, cariocas, paulistas e tantos outros que aqui chegaram.

Em sua visão, o filósofo e poeta francês Gaston Bachelard acredita na importância da percepção da poética para a busca dos significados que se atribui aos espaços. Em seu livro “A Poética do Espaço” (1974), traça um panorama sobre a relação de intimidade do homem com o espaço, faz uso de devaneios e, por meio de uma análise semiótica, demonstra a existência de poesia nos principais espaços proferidos pelo homem, na casa; no sótão; no porão; numa simples gaveta; num cofre; num armário; expondo seu pensamento sobre a existência de poesia na relação do homem com o mundo.

Em um artigo da *Web*, João Ferreira (2008) traça considerações sobre a obra do poeta e descreve que Bachelard:

tem a capacidade de nos mostrar a fenomenologia do homem e sua relação com o mundo por meio de análises de textos que mostram que há poesia dentro do homem e à sua volta. Poesia profunda de sentido de relação metafísica e psicológica. Poesia que pode e deve ser participada pelos seres humanos atentos, sensíveis, imaginativos.⁴

Bachelard considera que, na relação que o homem mantém com o espaço, ocorre a construção de um passado íntimo com a tradição; é no reconhecimento que é atribuído a força emotiva com o espaço; é no grau de intimidade que dedicamos ao espaço que ocorre a sua conversão em lugar, assim, mesmo sem perceber a poesia aparece constantemente nas ações

⁴ Disponível em: <<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=36643&cat=Artigos&vinda=S>>.

do cotidiano sob forma de significação, em que atribuímos maior ou menor significado ao que nos desperta a atenção, nos envolve e, de alguma forma, nos comunica com um sentido.

Sob essa ótica, o sentido que o homem aplica a um determinado espaço é, portanto, uma condição necessária para o seu uso mesmo e, conseqüentemente, para sua transformação em lugar (LEITE, 2007).

Uma grande conquista, resultado desta pesquisa, foi o encontro do arquiteto e urbanista com as Ciências Sociais, sem dúvida, esse encontro possibilitou um olhar mais humano em relação à percepção do lugar e de sua apropriação pelo homem.

Em Max Weber e Clifford Geertz encontraram-se as bases para a fundamentação de uma metodologia que privilegiou a observação e compreensão das imagens que se apresentavam, favorecendo a identificação de uma parte da cidade ainda pouco comentada, de um patrimônio denso de significados, compreendido a partir da correlação de temas como memória, cultura, identidade.

Assim, a cidade foi observada e, mediante o universo das superquadras, compreendida, às vezes o pesquisador confundiu-se com o morador, com o candango que aqui chegou em 1987, com o apaixonado, com o crítico, com o planejador, com o cidadão. Foram muitas as tentativas, até que se descobriu que não seria por meio de números, fórmulas, estatísticas que se chegaria a compreensão desse fragmento de cidade, foi preciso entrar em um campo mais profundo, buscar mediante a percepção aguçada dos sentidos um contato direto com a realidade.

Para entender a vivência na superquadra, foi preciso certo tempo, afinal como entender uma vivência sem antes vivê-la, sem antes observá-la, sem antes integrar-se a esse universo. Durante meses, semanas, dias, horas, ficou-se a observar, registrar o inesperado, enxergar muito mais além da visão de um simples olhar; foi preciso sentir, cheirar, ouvir, ou melhor, saber ouvir, sem interferências diretas, mesmo quando o que se ouvia parecia soar estranho.

Foi interessante perceber a reação das pessoas encontradas ao longo dessa caminhada, pessoas que tinham uma necessidade emergencial de falar da cidade, de declarar um sentimento àquele lugar. Não percebiam, mas de fato não estavam simplesmente contando a história da cidade, estavam contando sua história, e o lugar, certamente foi valorizado, não simplesmente por seu simbolismo externo, mas pelo que era invisível aos olhos, de certa forma não poderia ser tocado, o que justificava a existência daquele lugar era sim, a relação, o sentimento que essas pessoas construíram com ele. Ficou tudo mais nítido, aqui estava o elo, a

cultura, a memória, afinal, “compreender a vida no espaço construído, é compreender o ser humano na sua diversidade e complexidade” (SANTOS, 1998, p. 47).

A partir desta pesquisa e da vivência com a cidade, quebraram-se algumas barreiras, de relevante importância ao amadurecimento profissional. Aqui se destaca o encontro com outros campos da ciência, como Sociologia e Antropologia, outros universos até então pouco explorados, sendo, por meio dessas novas descobertas, possível perceber a essência do que um dia se ouviu, ao passar pela rodoviária do Plano Piloto na companhia de Costa, quando perguntaram sobre o que achava daquilo que via, toda aquela profusão de gente circulando, toda aquela mistura, todas as interferências. Com sua simplicidade, Costa comentou: “é uma expressão da cultura, os brasileiros tomaram conta do que é deles, não poderia ser diferente”.

Ele realmente tinha razão. Por meio desta pesquisa, descobriu-se outra cidade, a Brasília dos brasilienses, da gente que Costa um dia comentou que dela tomaria posse. Certamente eles tomaram posse do que foi construído.

Realmente, viver na superquadra de Brasília é uma experiência repleta de cultura. Para conseguirmos, de fato, entender a essência desse lugar, é preciso nos desnudar de qualquer preconceito em relação à cidade de Brasília, é necessário percebermos que a essência da superquadra não está simplesmente atrelada ao belo, à disposição planejada e ordenada das coisas. Sua real essência está no modo como ela foi incorporada pelos brasilienses, pessoas que chegaram, que nasceram, que simplesmente passaram, que permanecem, que de uma forma ou de outra transformaram esse espaço em um lugar diferenciado, em um “**caso peculiar de unidade do diverso.**”

CAPÍTULO 1

BRASÍLIA, UM MOSAICO DE CORES: CIDADE QUE SE FEZ BRASIL

Uma cidade só existe verdadeiramente a partir do coração de quem nela mora. Pouco importa se ela é modernista, medieval, neoclássica, *punk*, gótica, roqueira ou sertaneja, se é um povoado do sertão da Paraíba ou uma cidadezinha dos Alpes suíços. Se é uma metrópole europeia ou uma capital modernista do Brasil. Uma cidade é o território que cada um de nós delimita para si. Uma cidade só é mesmo uma cidade quando ela se desdobra no coração como se fosse a casa de infância elevada à máxima potência.

(FREITAS, 2009, p. 47)

1.1 A Cultura do projeto

O Traçado Poético de um homem chamado Lúcio Costa

“[...] Era um rabisco e pulsava.”
(Carlos Drummond de Andrade – ao falar sobre o risco de Lúcio Costa)

Construída sobre a influência de tantas culturas, Brasília por si só é um caso peculiar de unidade do diverso, onde a integração não suprime diferenças – ao contrário, compõem-nas como as cores de um mesmo quadro, cores que refletem uma cidade com forte inflexão cultural e raízes brasileiras. Segundo seu criador:

a cidade foi pensada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país. (COSTA, 1995, apud BRAGA, 2010, p. 164)

Surgida como reafirmação das ideias desenvolvimentistas que envolviam a transferência da capital para o interior do país, situação já prevista na Constituição Federal desde o século XIX e levado a diante por Juscelino Kubitschek em seu programa de governo “50 anos em 5”, Brasília já nasceu com o signo de cidade símbolo. Essa nova experiência e essa iniciativa acabaram por coroar os “dourados anos” de JK no período entre setembro de 1956 e março de 1957, quando ocorreu o concurso Nacional do Plano Piloto da nova Capital do Brasil.

Esse período coincidiu com um momento de grande maturidade arquitetônica no país, em que os princípios éticos e formais da arquitetura e do urbanismo respiravam “ar de modernidade”.

Sua concepção, o seu traçado, marcou nova era e confirmou a conversão de um arquiteto, urbanista neocolonial em modernista – Lúcio Costa.

Aqui, uma pausa para entender-se um pouco como se deu essa transição, essa conversão e como Lúcio Costa contribuiu para inserir a arquitetura moderna brasileira no cenário mundial.

Os anos de 1930 e 1931 marcaram a transição, na arquitetura brasileira, do neocolonial ao modernismo, e Lúcio Costa teve posição importante nesse contexto, sendo o ano de 1931, mais precisamente o “salão de 31”. Esse evento Revolucionário, que contou com a participação de renomados artistas como: Candido Portinari, Guignard, Di Cavalcanti, Anita Malfatti e Tarsila do Amaral, contribuiu para a divulgação do movimento iniciado em São

Paulo com a Semana de 1922 e sinalizou o esforço do próprio Costa em modernizar o ensino de arte no país e de abrir definitivamente as mostras oficiais. Tal ato acabou por afirmar a posição de Lúcio Costa sobre essa nova forma de enxergar a arquitetura.

Em seu livro “Lúcio Costa”, Wisnik (2001) comenta que:

o próprio discurso de Lúcio Costa faz parecer que sua conversão tenha resultado de uma casualidade momentânea, pois, não tendo se interessado pelas palestras de Le Corbusier no Rio de Janeiro, em 1929, teria despertado para a nova arquitetura fortuitamente por meio de magazine que apresentava fotos da casa “modernista”, de Warchavchick. Algum tempo antes, inclusive, ele chegara a afirmar que a nova arquitetura podia tratar-se de um “modismo passageiro”, sem maiores consequências. (WISNIK, 2001, p.14)

E, continuando, o autor apontou as insatisfações de Costa com o estilo neocolonial, o que se percebeu a partir de sua visita às cidades históricas de Minas Gerais, no ano de 1924, com críticas que o conduziram ao modernismo.

Das críticas lançadas, mereceram destaque os elementos que segundo Costa ocasionava o chamado “colonial de estufa”, originando espaços que valorizavam muito mais o efeito decorativo do que a funcionalidade. Como por exemplo, tem-se “varandas onde mal cabe uma cadeira, lanternins que não iluminam, telhadinhos que não abrigam nada, jardineiras em lugares inacessíveis, escoras que nenhum piso escorou”. De acordo com Costa, era apenas embelezamento decorativo, pois “tudo em arquitetura deve ter uma razão de ser, exercer uma função” (WISNIK, 2001, p. 14-15).

A partir dessa afirmação, percebeu-se claramente a ruptura com estilos que venham simplesmente mascarar determinada arquitetura, abrindo caminho para a adoção de um novo conceito, que buscou, sobretudo, concordância funcional entre a arquitetura e a sociedade.

Contudo, em momento algum de seu discurso profissional, Costa abandonou sua visão histórica e seus valores culturais, princípios esses que se percebeu em meio as suas concepções, sejam essas arquitetônicas e/ou urbanísticas, como será notado no aparecimento da Cidade de Brasília mais a frente.

Em 1936, quando se criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, atual IPHAN, a proposta do grupo de intelectuais, vinculados ao movimento modernista, entre outros, Mário de Andrade, Rodrigo de Melo Franco e o próprio Lúcio Costa, tinha como preceito básico a busca de homologia entre a arquitetura colonial brasileira e a arquitetura moderna, uma releitura do passado, possibilitando a construção de um futuro. O passado é considerado como referência, ao mesmo tempo em que há uma atitude de ruptura na proposta de uma nova arquitetura (SANTOS, 2004, p. 77-95).

Para Silva (1997), o movimento modernista simbolizava a busca de uma identidade nacional, que estava na base da formulação de um projeto cultural da nacionalidade, representação da ideologia desenvolvimentista, caracterizada pela industrialização e pelo planejamento.

Já Holston (1993) aponta que o cerne da arquitetura modernista, como movimento internacional, está em possibilitar o avanço do desenvolvimento nacional, o que ocorre com a construção de novas cidades, as quais, por sua vez, transformam a vida cotidiana.

A década de 1930 foi marcada por mudanças significativas no panorama político brasileiro, culminando com o golpe de 1937. Esse período marcou também a biografia de Costa, que, a partir do projeto para o edifício do Ministério de Educação e Saúde, desenvolvido na primeira metade de 1936, atestou sua adesão à nova arquitetura. Seu projeto contemplaria essas mudanças e buscaria equilíbrio entre política e educação, uma vez que a década de 1930 indicava que “a educação seria a arena principal em que o embate ideológico se daria” (SCHWARTZMAN, 2000 apud WISNIK, 2001, p.18).

O projeto do edifício, convite do então Ministro Gustavo Capanema, foi desenvolvido em conjunto com jovens arquitetos: Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira, Ernani Vasconcellos, sob a coordenação de Le Corbusier. Tal obra foi considerada marco na arquitetura moderna e, como símbolo de uma época, veio a confirmar a adoção dos cinco pontos da arquitetura moderna, de acordo com a visão de Le Corbusier: Térreo com pilotis, estrutura independente, aberturas horizontais, terraço-jardim e fachada livre.

Essa nova configuração foi reverenciada mais a frente na exposição *Brazil Builds*, ocorrida no Museu de Arte Moderna de Nova York, em 1943, organizada pelo arquiteto Philip Goodwin. O grande destaque ficou por conta da fachada livre e envidraçada, protótipo de vários outros edifícios espalhados pelo mundo.

O modelo surgido naquele momento representava ruptura com uma série de conceitos e a elevação de uma arquitetura com autonomia estética. Sua monumentalidade está na solidez, e interpretação de conceitos está na adoção de repertório formal com linguagem nova, notório por suas proporções.

Wisnik (2001) comenta que:

O Ministério é o exemplo de um todo homogêneo – constituído por volumes puros, fachadas íntegras – no qual, no entanto, as partes mantêm uma desejada autonomia. A estrutura, independente, recua em relação à fachada, tanto externamente, no bloco mais baixo, quanto internamente, no bloco mais alto, reforçando a identidade entre ambos na medida em que a altura dos pilotis é mantida uniforme na praça térrea.

Essa relação, dada a altura elevada do pilotis, evita que o térreo se transforme em base subordinada ao corpo do edifício, participando da ascensionalidade do conjunto. (WISNICK, 2001, p. 21)

Já Yves Bruand (1981) afirma, a respeito do mesmo edifício: “A simples justaposição de volumes contíguos transformava-se numa integração perfeita, tanto horizontal quanto verticalmente; por outro lado, as altas e delgadas colunas do bloco principal evitaram a sensação de esmagamento” (BRUAND, 1981 apud WISNIK, 2001, p. 21).

Substantivamente, outro importante momento na trajetória de Costa deu-se em 1948-1954, com o desenvolvimento do projeto do Conjunto Residencial do Parque Guinle, no Rio de Janeiro, que mais à frente trataremos de forma específica.

Foram muitos os projetos desenvolvidos, contudo, apesar de seu notável talento como arquiteto e urbanista, Costa destacou-se não apenas por sua atuação como projetista, mas também por sua difusão como teórico, uma vez que publicou textos importantes que trouxeram inúmeras contribuições à renovação da arquitetura brasileira. Entre outros, merece destaque “Razões da nova arquitetura” – 1936, “Carta depoimento” – 1948 e “Depoimento de um arquiteto carioca” – 1951.

Em algumas dessas reflexões teóricas, evidenciou-se que a classe simpatizante dessa nova forma de enxergar a arquitetura foi seduzida com sua lógica racional, formal, técnica. O pensamento comum era a construção de uma nova realidade para o país, erguida sobre bases ideológicas mais adequadas e consistentes. Esse pensamento surgiu em meio a um período em que o Brasil enfrentou certa pujança econômica. O Governo Vargas tentou marcar a época com a bandeira da modernização. Elegeu como prioridade a construção de palácios para abrigar ministérios e órgãos públicos, a serem usados como prédios administrativos (CAVALCANTI, 2006).

Nessa atmosfera de criação de novas formas, de esforço governamental de modernização do país, de construção de discurso arquitetônico, que prezada pela eliminação de ornamentos e liberdade de expressão, a arquitetura moderna brasileira se estabeleceu e consagrou sua superioridade no cenário mundial.

Em seu livro “Moderno e Brasileiro”, Lauro Cavalcanti (2006) destaca esse momento: “Gostar ou não gostar das formas modernas deixa de ser um direcionamento estilístico para se tornar uma necessidade política e social, como frisava ‘corbusianamente’ Lúcio Costa”.

É nesse contexto de modernização atrelada ao ideal de realização, que no final dos anos 1950, surge Brasília, como síntese, como integração das esferas artísticas, arquitetônicas e urbanísticas.

Seu traçado marcou uma nova era e confirmou a conversão de um arquiteto e urbanista neocolonial em modernista – Lúcio Costa.

A ideia da mudança da capital do Brasil semeou em todo país uma atmosfera de otimismo, de esperança, de renovação, o que pode se traduzir na “imagem símbolo de Brasília – a alvorada” (BRAGA, 2010, p.7).

Sua concepção contribuiu para um novo olhar sobre a arquitetura e os profissionais da área, “o arquiteto deixava de ser um profissional cindido entre as belas artes e a engenharia pra se tornar um urbanista, isto é, um intelectual capaz de pensar a sociedade como um todo” (ARGAN, 1992, p. 263-264).

Em 1959, o então Ministro de Assuntos Culturais da França, Sr. André Malraux, em um discurso proferido em Brasília, a coloca em um patamar elevado quando a chama de “Capital da esperança”.

Um marco na história da arquitetura e urbanismo, Brasília selou também a sinergia entre Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, consolidando uma relação, que teve início em 1936, quando do projeto do MEC no Rio de Janeiro.

Certamente, Brasília marcou uma época, foi palco de muitos encontros, fonte de inspiração para mestres modernos, a heroína da epopeia sinfônica de Tom Jobim e Vinicius de Moraes, foi sonho, utopia, “capital oásis”, cidade feita para nascer e permanecer (BRAGA, 2010, p.11).

Mas nem tudo foi sonho, nem tudo se conformou em encontros, a construção da nova capital brasileira trouxe também desencontros e críticas, como as surgidas no Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte, ocorrido em Brasília no ano de 1959. Durante o Congresso, o teórico Italiano Bruno Zevi comentou: “Todos nós somos responsáveis – se há defeitos é porque Brasília concretiza os problemas que nós – Todos nós, em todas as partes do mundo não resolvemos”.

Com essa fala, Zevi referiu-se ao efetivo problema de escala nos projetos propostos para Brasília, o que em sua visão acabou por distanciar a vida real de cada homem, de cada morador, que é parte integrante da cidade.

Clarice Lispector, poeta brasileira, também traçou críticas em relação à cidade e acrescentou:

Brasília é construída na linha do horizonte. Brasília é artificial. Tão artificial como deveria ter sido o mundo quando foi criado. Quando o mundo foi criado, foi preciso criar um homem especialmente para aquele mundo. Nós somos todos deformados pela adaptação à liberdade de Deus. Não sabemos como seríamos se tivéssemos sido criados em primeiro lugar e depois o mundo deformado às nossas necessidades. Brasília ainda não tem o homem de Brasília. Se eu dissesse que Brasília é bonita veriam imediatamente que gostei da cidade. Mas se digo que Brasília é a imagem de minha insônia vêem nisso uma acusação. Mas a minha insônia não é bonita nem feia, minha insônia sou eu, é vivida, é o meu espanto. É o ponto e vírgula. Os dois arquitetos não pensaram em construir beleza, seria fácil: eles ergueram o espanto inexplicável. A criação não é uma compreensão, é um novo mistério.⁵

Além dessas e de outras críticas imediatamente a sua construção, a cidade incorporou as feridas e as fraturas de um país, fraturas surgidas com o golpe militar de 1964, que veio para reverter o impulso democrático que embasava a construção da cidade.

Nesse contexto, Brasília passou a ser alvo de críticas, tornando-se tabu com o passar do tempo. O movimento “Tropicália” de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Torquato Neto, Os Mutantes e Tom Zé representaram bem essa época. Esse movimento misturou manifestações tradicionais da cultura brasileira com críticas, o que ecoava em boa parte da sociedade, sob o regime militar. A Tropicália foi sentido principalmente na música, sendo a canção “Tropicália” de Caetano Veloso um dos maiores exemplos do movimento. Percebe-se, em meio a esta letra, esse grotesco cenário, que marcou e deixou marcas em uma geração.

[...] Sobre a cabeça os aviões
 Sob os meus pés os caminhões
 Aponta contra os chapadões
 Meu nariz
 Eu organizo o movimento
 Eu oriento o carnaval
 Eu inauguro o monumento
 No planalto central do país
 Viva a Bossa, as,as
 Viva a Palhoça, ça,ça,ça,ça
 Viva a Bossa, as,as
 Viva a Palhoça, ça,ça,ça,ça
 O monumento
 É de papel crepom e prata [...]
 ...O monumento é bem moderno
 Não disse nada do modelo
 Do meu terno [...]

Brasília foi então remexida, virada de ponta cabeça e em pouco tempo uma cidade que era considerada “capital da esperança”, que surgiu do traçado Cabralino de Costa, e símbolo da transformação de uma sociedade brasileira, como descreve Sérgio Ferro “um sonho estranho” (FERRO, 2006 apud BRAGA, 2010, p.11).

⁵ Disponível em: <<http://www.urbanamente.net/blog/2009/06/19/cidades-literarias-clarice-lispector/>>.

E também como resumiu Frampton, arquiteto, crítico, historiador e professor de arquitetura da Universidade de Columbia em Nova Iorque “ Brasília passa a ser vista como manifestação tardia de uma utopia democrática que se revelou simplista e autoritária e incapaz de processar as mudanças sociais ocorridas no mundo no pós – segunda guerra mundial” (FRAMPTON, 1997, apud BRAGA, 2010, p. 9-10).

Um pouco mais tarde, já no ano de 1987, o filósofo americano Marshall Berman,⁶ discípulo da escritora e ativista canadense Jane Jacobs (2000), quando de sua visita ao Brasil e a Brasília para a divulgação de seu livro “Tudo que é sólido se desmancha no ar”, fez críticas ao modelo de cidade adotado. Em sua entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*⁷ Berman afirmou que a cidade era a “concretização do conceito de modernidade imposta de cima para baixo pelas elites dominantes, coerente com o stalinismo de Niemeyer e a única saída digna para o futuro da cidade era que o povo se apossasse dela, ocupando com vida seus imensos espaços vazios e sombrios”.

Para se entender melhor as críticas de Berman em relação à Brasília, é necessário conhecer um pouco sobre o mundo de Jacobs, o seu olhar sobre as cidades modernas, em especial do enfoque crítico de uma de suas mais famosas obras, o livro, “Morte e vida de Grandes Cidades” (1961), onde apresenta uma teoria em que os espaços de uma cidade, antes de pertencerem ao poder público, pertencem às pessoas. A autora defende que esses espaços devem ser pensados a partir do ponto de vista das relações sociais que nesses surgem e se desenvolvem.

No que se refere ao planejamento urbano, Jacobs traça críticas ao que chama de planejamento urbano ortodoxo, que abrange as utopias do final do século XIX. Ela defende uma linha de planejamento urbano não restritivo, que permita que a cidade seja feita e refeita pelos pequenos, médios e grandes empreendedores. Acredita e aposta no indivíduo, em sua capacidade de criar cenários que venham a se transformar em suas cidades e bairros.

Segundo Jacobs (2000), esse tipo de prática acaba por desprezar a vitalidade do urbanismo, pois não valoriza a diversidade e todo o potencial existente nas cidades, assim, considera que o planejamento urbano ortodoxo é o causador da monotonia dos espaços monumentais, padronizados, vazios, sem vida e sem usuários.

⁶ Marshall Berman – Filósofo americano nascido em 1940 de tendência marxista enxerga a modernidade como uma experiência vital de tempo e espaço de si e dos outros. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que tenha o poder de transformar as coisas em redor. Ser moderno, segundo Marshall é fazer parte do universo. De acordo com o filósofo muitas pessoas enxergam na modernidade uma possibilidade de rompimento com as tradições, o que não procede, pois ao longo de séculos a modernidade vem construindo uma rica história e uma variedade de tradições próprias.

⁷ Disponível em: <<http://ultimobaile.com/?p=1469>>.

As reflexões propostas por Jacobs permitem compreender parte da vitalidade e da morbidade de bairros brasileiros de nossas grandes cidades. Descreve que o conceito sentimental de “vizinhança” é prejudicial ao planejamento urbano. Segundo a autora, “está na moda” mencionar que certos referenciais de uma vida digna conseguem criar bairros dignos.

Em sua totalidade, o conceito trabalhado pela autora sugere defesa à diversidade, que se intensifica e é mais bem percebida nas ruas e calçadas.

De acordo com Jacobs (2000), a vida floresce com intensidade quando ocorre o encontro, o contato nas ruas, a troca de vivências, de experiências.

As calçadas devem ser largas, pois podem apresentar grau maior de importância que os parques para atividades das crianças (JACOBS, 2000).

Nos conjuntos habitacionais, as áreas livres e o paisagismo existentes não necessariamente se prestam aos encontros entre os moradores, mas a vizinhança pode proporcionar esse encontro, mais precisamente, a diversidade e a intensidade dos usos.

O ponto crucial da defesa de Jacobs (2000) fundamenta-se na tese que o grau de urbanidade de uma cidade, de um bairro ou de uma rua depende da vitalidade ali presente. Esse aspecto é de fundamental importância para a pesquisa aqui trabalhada, esse será um dos pontos analisados no conjunto que conforma a superquadra de Brasília, acreditando que esse aspecto garante a própria legitimidade do espaço, do lugar.

A autora aposta nos processos sociais, destacando que o ideal de uma vida urbana é o convívio por meio de atividades diversas, como morar, trabalhar, passear, fazer compras, conviver e circular, em um mesmo espaço, a vitalidade está no encontro; ao contrário do que ocorre com extensos quarteirões e equacionamento equivocado do convívio entre pedestre e automóvel (JACOBS, 2000).

Nesse contexto, seu discípulo, Marshall Berman, americano de tendência marxista, filósofo que enxerga a modernidade como uma experiência vital de tempo e espaço de si e dos outros, que acredita que ser moderno é encontrar-se em um ambiente que tenha o poder de transformar as coisas em redor, repassa para Brasília os seus conceitos sobre a cidade, ou ainda, sobre como a cidade deveria ser pensada, planejada e assumida por seus moradores.

Em 1993, quando da publicação do livro “A cidade modernista: uma crítica a Brasília e sua utopia”,⁸ o antropólogo James Holston apresentou críticas a ideologia modernista, apontando que, ao contrário do que ocorre em cidades tradicionais, a cidade

⁸ Em seu livro James Holston abre perspectivas inovadoras para o estudo das cidades e da sociedade, demonstrando o potencial da antropologia para desenvolver uma crítica da modernidade. Unindo análise formal de convenções arquitetônicas e de planejamento urbano e análise socioeconômica, Holston exhibe as contradições inerentes à racionalidade e ao projeto utópico modernos, tal como encarnados na nova capital do país.

modernista causa a morte da rua e acaba por restringir o domínio privado, o que é consequência da existência de um espaço público infinito, situação, segundo Holston, comum na cidade de Brasília. A existência desses espaços acaba também, em sua visão, por extinguir o *flâneur* de Baudelaire.⁹

Desta forma, o relógio do tempo girou e entre um mar de críticas, algumas delas como reflexo de uma maré pós-moderna, Brasília sobreviveu, ultrapassou as barreiras do tempo e se fez brotar, assim como uma flor em pleno cerrado.

Não se pode negar, desde sua concepção, seu traçado, Brasília foi envolta por poesia e muita sensibilidade, dá pra imaginar a mão de seu criador sobre o papel, meio que de leve, marcando o sinal da cruz, cravando o seu traço e demarcando o início da vida em pleno cerrado.

Embriagado com a “sabedoria do arquiteto”, Mário Pedrosa defende assim essa chamada “utopia”:

Consistiu em aceitar a incongruência inerente ao programa, e, evitando toda solução de meio-termo, ou eclética, decidir resolutamente pelo lado inexorável dado as condições objetivas imediatas: o reconhecimento pleno de que a solução possível ainda era na base da experiência colonial, quer dizer, uma tomada de posse à moda cabralina, chanfrando na terra o signo da cruz. (PEDROSA, 1981 apud WISNIK, 2001, p. 25)

Por sua essência, pelas características de seu surgimento, por seu reconhecimento como obra-monumento, Brasília, pouco tempo após sua inauguração, se viu rodeada pelos ideais de preservação, o que culminaria em seu tombamento. Em seu livro “Brasília – Memória, Cidadania e Gestão do patrimônio Cultural”, Sandra Bernardes, arquiteta, relembra esses fatos e descreve como se deu o processo que levou para Brasília o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

A proteção deu-se em dois níveis, inicialmente em âmbito local, sob o governo José Aparecido, com o Decreto-Lei nº 10.829, redigido pelo arquiteto Ítalo Campofiorito, no mês de outubro de 1987. Esse decreto regulamenta o art. 38 da Lei Federal nº 3.751, de 13 de abril de 1960 – Lei Santiago Dantas.

Em seguida, em dezembro do mesmo ano, vem o reconhecimento, Brasília foi inscrita como Patrimônio Cultural da Humanidade. Em 1989, por articulação de José Aparecido, o processo de tombamento tramitou no SPHAN, tendo início com uma carta de Ítalo Campofiorito (Ofício nº 37, de 24/11/1989) a Lúcio Costa, em que defendia a

⁹ Para Charles Baudelaire, *flâneur* é um observador que caminha tranquilamente pelas ruas, por meio de seu olhar detalhista, apreende o cenário, a paisagem, sem contudo se inserir e por meio desse olhar busca uma nova percepção da cidade. A rua e a vida cotidiana são sua matéria prima, “sua fonte de inspiração”.

preservação da cidade de Brasília, o que deveria ocorrer por meio de definição de escalas urbanísticas:

[...] Eu manifesto minha absoluta convicção de que a legislação preparada pelo GDF – em que se diluem as nítidas normas levadas à Unesco – não será suficiente para barrar a cobiça imobiliária e os preconceitos desavisados que vão ameaçar o que é essencial em Brasília, a partir da escala residencial (constituída pela altura dos edifícios, pela ocupação máxima permitida, a entrada única, a faixa verde e o equipamento comunitário); quanto às outras escalas, o mais que pode ser garantido pela SPHAN, nos termos da inscrição da Unesco, também deve ser tentado. (Ofício nº 37, de 24 de novembro de 1989)

Em sua resposta, escrita em 1º/1/1990, Costa destacou que “[...] só mesmo o tombamento será capaz de assegurar às gerações futuras a oportunidade e o **direito** de conhecer Brasília tal como foi concebida” (COSTA, 1991, apud RIBEIRO, 2005, p. 106, grifo do autor). Em continuidade, Costa falou sobre a questão da definição de escalas urbanísticas e por fim, concluiu da seguinte forma: “[...] Em suma, trata-se de **respeitar** Brasília. De completar com sensibilidade e lucidez o que ainda lhe falta, preservando o que de válido sobreviveu. A cidade, que, primeiro viveu dentro de minha cabeça, se soltou: já não me pertence, pertence ao Brasil” (COSTA, 1991, apud RIBEIRO, 2005, p. 106).

Em 12 de fevereiro de 1990, a Procuradoria Jurídica do IPHAN assumiu que o conjunto urbanístico de Brasília devia ser preservado pelo valor histórico. Três dias depois os moradores da cidade e os técnicos do IPHAN tomaram conhecimento da decisão, quando então é publicada a notificação de tombamento nos jornais da cidade (Correio Braziliense e Jornal de Brasília) e no Diário Oficial da União (RIBEIRO, 2005).

Em seu parecer, o então relator do Conselho Consultivo do IPHAN, Eduardo Kneese de Melo afirmou que Brasília era um “grande monumento histórico nacional”, referindo-se à importância geopolítica da capital. Afirmou também que Brasília “é o grande monumento artístico brasileiro”, assim, se reportando ao urbanista inglês Willian Holford, que se refere a Brasília como a mais importante construção do século XX (RIBEIRO, 2005).

Foi assim, meio que de repente, que os moradores da nova cidade foram informados sobre o tombamento, foi através dos jornais que ficaram sabendo que a cidade que eles moravam, cidade essa que começava a se formar já era percebida como obra de arte e que a partir daquele momento uma poligonal demarcaria uma área de 112,25 Km², meio que abraçando o Plano Piloto, o Cruzeiro e a Candangolândia.

Assim, ouviu-se algo ainda mais estranho naquele momento, a preservação dessa área deveria contemplar o conjunto urbanístico, e não uma ou outra edificação, o que já era

comum e conhecido no Brasil. Diferente de outras cidades, a proteção deveria ocorrer a partir do respeito a quatro escalas então definidas pela Portaria de tombamento: **Monumental** – confere à cidade a marca de efetiva capital do país; **Residencial** – compreende as áreas residenciais das Asas Sul e Norte e sugere uma nova maneira de morar; **Gregária** – configura-se por meio do centro urbano, em torno da intersecção dos eixos Monumental e Rodoviário; **Bucólica** – é representada pela intensa massa verde que permeia toda a cidade e confere o seu caráter de cidade-parque (COSTA, 1991).

Outro fato que merece destaque é o *slogan* “capital da esperança”, surgido em meio ao processo de inauguração da cidade, com esse *slogan* o governo estimulou a vinda de pessoas, brasileiros de diversas regiões do país, que deixaram suas terras e acreditaram nesse ideal, nessa chamada “capital da esperança”. Em 1959, a Comissão Censitária Nacional realizou um Censo Demográfico e conferiu que já habitavam a cidade cerca de 52.058 mil brasileiros, compostos em sua maioria por nordestinos e goianos, pessoas que chegaram e acabaram por assumir postos na área da construção civil, que trouxeram em sua bagagem a esperança de um futuro (COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL, 1959).

Foram e são muitas as teorias e os conceitos aplicados a Brasília, alguns enaltecendo, como: “cidade símbolo”, “grande monumento artístico brasileiro”, “grande monumento histórico nacional”, outros denegrindo, como: “cidade fria”, “artificial”, “cidade sombria”, “cidade sem rua”, “manifestação tardia de uma utopia democrática” e tantos outros, que marcaram e marcam até hoje as origens dessa cidade.

Esse foi o patrimônio que se recebeu e que a nós, brasilienses, por meio de decretos, portarias, nos foi atribuído o direito e dever de preservar. Um patrimônio repleto de fraturas, de feridas surgidas ao longo de sua jornada, um patrimônio repleto de incertezas, um passado meio sombrio, ainda sem muita tradição.

Um patrimônio que, por muito tempo, teve sua essência de cidade encoberta pelas críticas de um passado conturbado. Uma cidade que começou como sonho, passou por interesses políticos, percorreu a mão poética de um arquiteto, saiu de sua mente e de sua prancheta, tornou-se real, brotou, fez-se presente, incomodou, não se fez entender, e, por 51 anos, vem buscando o resgate a sua essência maior, sua própria identidade.

Sob esse prisma, a cidade se ergueu, pessoas passaram a ocupar suas moradias, sejam essas moradias em blocos de apartamento nas superquadras ou nos já solidificados acampamentos de pioneiros surgidos desde o início da construção, como é o caso da Vila Paranoá, Vila Metropolitana, Candangolândia e Vila Planalto, tombada como patrimônio histórico do DF. Não se pode esquecer o aparecimento das cidades satélites, surgidas em

decorrência do intenso número de invasões existentes nessa época. Nesse sentido, como bem aponta Gouveia em seu livro “Brasília: A capital da segregação e do controle social”, o GDF toma medidas para conter o desenvolvimento das “favelas” e cria nova área para abrigar essa população, como é o caso da cidade de Ceilândia, que recebe aproximadamente 82 mil famílias (GOUVEIA, 1991, p. 75-96).

Assim, em meio a sonho, esperança e “segregação” a cidade de Brasília consolidou-se, tornou-se real, e de uma ou outra forma, passou a fazer parte da vida de seus habitantes, pessoas que, em geral, acreditaram na possibilidade de sua concretização, pessoas que investiram tudo e apostaram, deixaram suas terras e aqui chegaram; “candangos”, pessoas anônimas que chegaram e chegam a cada ano, a cada dia; pessoas que que buscam outro olhar, outra percepção, de uma cidade que é muito mais que um monumento, uma obra de arte; é cidade, lugar de viver e conviver, lugar de diferenças, lugar de erros e acertos, uma cidade, muito mais que uma flor de estufa, muito mais que mero objeto de contemplação, cenário físico vivo e integrado, capaz de produzir as mais variadas sensações.

A cidade nos convida diariamente a nos aventurarmos, Brasília não poderia ser diferente, ela convida-nos constantemente a entendê-la, sem preconceitos, sem barreiras, desafia-nos a desvendar o sentido de seus espaços, nos estimula a ser um *flâneur*, aquela figura curiosa de Baudelaire, que dedica seu tempo a vagar pela cidade, adentrando suas ruas, no intento de observar o cenário urbano. Como bem definiu Benjamin (1994), o *flâneur* é um ser que se locomove a pé, passa o tempo a observar, como requer qualquer pesquisa em que seja necessária a análise da vida cotidiana.

E, a partir dessa observação, dessa sedução, Brasília convida-nos a fazer parte dela, a participar de seus cenários, a entendê-la e até refazê-la, a adentrar e percorrer seus bastidores, a participar de sua evolução junto com outros participantes, parceiros, atores, pessoas que vivem e fazem uso de seus espaços e que, aos poucos, a legitimam como seu lugar.

Pensando-se em Hernán,¹⁰ não se pode deixar de citar que a cidade é certamente a maior criação humana, do ponto de vista de materialização das ações do homem, cenário maior que acolhe seus desejos, suas contradições, suas diversidades, suas disputas sociais. Traduz e armazena em seu espaço diferentes memórias de tempos distintos.

É essa a imagem que se tem de uma cidade, é isso que legitima Brasília, é isso que molda sua imagem e a concede o status de cidade, de lugar de viver.

¹⁰ Hernán Crespo Toral, Diretor do Escritório Regional de Cultura da América Latina e Caribe – Unesco, quando cita Reismann – Discurso de abertura do Seminário Taller: Reabilitación Integral em Areas e Sítios Históricos Latinos Americanos. Quito – Equador – 1994.

E se pensarmos em patrimônio, se sairmos às ruas perguntando as pessoas qual o patrimônio que consideram e que desejam proteger em Brasília, certamente ouviríamos centenas e por que não milhares de relatos e fragmentos de histórias, que juntas remontam a da própria cidade, histórias que se ligam a lugares, a pessoas, ao convívio; que se misturam, se entrelaçam e sem perceber acabam por conceber uma nova cultura.

Cultura, esse é o maior legado de uma preservação. Não se preserva um bem, por ele próprio, mas pelas histórias, por seu significado, sua tradição, sua representatividade. Isso nos assegura que a finalidade da cultura é a formação plena da identidade das pessoas e o enriquecimento da sensibilidade humana.

Em Brasília, esse processo não foi diferente, sua preservação deveu-se ao fato de sua representatividade para o Brasil e para a humanidade.

Certamente, é a difusão dessa cultura que se forma que abrirá Brasília aos brasilienses e conseqüentemente para o Brasil.

Muito se fala em patrimônio, mas até que ponto esse patrimônio é conhecido e reconhecido pelas pessoas? Será que existe esse reconhecimento?

Desde o início do processo de preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, houve grande preocupação em preservar para a história, para a humanidade. Ao pensar dessa forma, parece que há distanciamento de algo extremamente importante, o compartilhamento desse ideal de patrimônio com quem de fato dele faz uso, os moradores, os brasilienses.

Recebe-se um patrimônio “dito” construído, pronto e por que não, “embalado para viagem”, para exposição, para ser símbolo de uma época, representativo de um determinado intervalo de tempo. No entanto, faltou o principal, a disseminação desse ideal, faltou plantar no coração de cada brasiliense o reconhecimento a esse patrimônio, faltou de fato a implementação de uma cultura preservacionista, uma cultura que significasse mais que status de cidade símbolo, algo simples, que contribuísse com disseminação da verdadeira essência desse patrimônio que nos foi entregue.

Essa cultura preservacionista talvez seja bem percebida e aceita em uma cidade secular como Ouro Preto e outras protegidas pela Unesco. No caso específico de Brasília, pela pouca idade, e considerando-se que essa “tradição” ainda vem sendo construída, é necessário traçar estratégias que remetam ao intercâmbio de ideias e experiências, que destaquem os valores e tradições que vêm sendo construídos ao longo de seus 51 anos de existência, fazendo valer as diretrizes da “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial” formulada no ano de 2003, que tem no art. 2º, §1º:

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2003, p. 1)

É fácil dizer “não pode porque fere o tombamento”, porque contraria a portaria, é fácil ou mais cômodo. É preciso se voltar ao princípio, fazer uso da sensibilidade pregada por Costa no ato da concepção da cidade, de lembrar-se de seus relatos, de se libertar do estigma de cidade símbolo e de perceber a verdadeira essência da cidade.

E, se a alma das cidades está nas pessoas, é nelas que se encontram sua essência. Como afirma Mário Pedrosa “uma cultura se explica, em sua essência, ou é condicionada por sua relação com a terra: a cultura é a terra que o homem torna orgânica” (PEDROSA, 1981 apud WISNIK, 2001, p. 16).

Certamente, faz-se necessário grande esforço para enxergar a cidade como um imenso laboratório, onde se experimenta por meio das inúmeras tentativas, fracasso e sucesso. É nesse grande laboratório que nós, como planejadores, devemos aprender a elaborar e testar teorias.

E, em se tratando da cidade de Brasília, certamente, não seria possível essa percepção sem antes entender a origem do povo que nela habita, ou seja, suas raízes. Afinal, não se pode falar de identidade dos “lugares”, de signo, de significado, sem, contudo, perceber a formação cultural desse povo. Laraia (1986, p. 70) cita que “o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura”.

E, ainda, buscando subsídio no pensamento de David Harvey (1996), nos aproximaremos ainda mais desses comportamentos humanos, ao avaliarmos as sensações e práticas sociais por meio da organização dos espaços da cidade.

É preciso perceber a cidade não apenas como idealizada, imaginada, projetada, como cidade de ilusão, de mito, mas também como foi recebida e como vem sendo vivida por seus habitantes: homens, mulheres, crianças – cidadãos, que, por vezes, tentam mediante suas ações, moldar a cidade a sua imagem, e para tal imprimem a sua marca, sua identidade, sua cultura.

É bem mais fácil que se aceite um determinado projeto, que se compre determinada ideia quando ela é bem entendida, quando ela é percebida e quando se participa de sua construção. Com a preservação do patrimônio em uma cidade, não poderia ser diferente, para que funcione, é preciso que seus moradores a reconheçam, a considere parte de sua história, de sua vida.

Nesse contexto o reconhecimento nos remete ao sentimento, ao conceito de “pertencimento”, que na visão de Max Weber é esse sentimento de pertencimento que favorece a compreensão da diversidade cultural.

Na visão de Max Weber, os costumes gerados por determinada comunidade é o foco que garante a sobrevivência e a reprodução dessa em seu meio, e a sensação de “pertencimento” é que de fato nos desperta o sentimento de pertencer a tal lugar e que esse lugar, de certa forma, nos pertence.

Em pesquisa na Web, encontrou-se no Dicionário de Direitos Humanos as seguintes explicações, onde a então Procuradora Regional da República, Sra. Amaral, esclarece o senso de pertencimento:

Um exemplo da manifestação da sensação de pertencimento é a ação das comunidades tradicionais (detentoras de saberes naturais, transmitidos oralmente de geração a geração como os grupos remanescentes dos quilombos, populações ribeirinhas e os índios) é o que se testemunha nos processos pela manutenção de Unidades de Conservação, uma vez que os seus saberes e modo de vida foram obtidos e desenvolvidos nesse lugar, cujas condições e peculiaridades aprenderam a respeitar, de forma a permitir a continuidade da vida nessa região. Conseguem formar o consenso de que, para ajudar na conservação da comunidade, precisam ser vistos como parte integrante do todo, como “pertencendo” a essa região.¹¹

No caso específico de Brasília há dificuldades para a compreensão plena do real valor do patrimônio que recebemos, não avaliamos e refletimos sobre o seu real conceito, não voltamos as origens, não percebemos de fato a essência e a cultura do projeto. Em algumas de suas visitas a Brasília, no ano de 1987, Costa, ao passar pela plataforma rodoviária do Plano Piloto, manifestou sua felicidade, seu sentimento em perceber através daquela visão que Brasília possuía raízes brasileiras. Era diferente do que imaginava, mas os brasileiros tomaram conta e imprimiram nesse espaço a sua realidade de vida.

Nesse sentido, chegou o momento de assumir verdadeiramente a cidade, de entender Brasília não simplesmente como foi concebida, mas como foi construída na cabeça de cada um de seus moradores, percebendo com sabedoria a verdadeira essência desse patrimônio que

¹¹ Disponível em: <www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Minist%C3%A9rio+p%C3%ABlico>.

nos foi concedido, e assim, a partir desse senso de “pertencimento”, tomar posse, reconhecer e entender que o símbolo deu lugar a vida e que essa vida não existe sem as pessoas.

É preciso com sensibilidade perceber que o maior patrimônio recebido por nós, brasilienses, transcende as barreiras da demarcação formal de uma poligonal de tombamento, é algo maior, que não pode ser tocado, mas percebido e vivenciado, que se fundamenta nos valores que sua gente vem construindo ao longo tempo, por meio das memórias forjadas no uso cotidiano dos espaços, que essa gente moldou a partir de suas experiências, de sua identidade, de sua cultura.

CAPÍTULO 2

A SUPERQUADRA – DOS PRIMÓRDIOS A BRASÍLIA

Para compreender a psicologia da rua não basta gozar-lhe as delícias como se goza do calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidade malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incontrolável, é preciso ser aquele que chamamos *flaneur* e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flunar.

(RIO, 1908)

2.1 Superquadra

A origem e invenção de um conceito

Ao longo de seus 51 anos, Brasília tem despertado interesse de muitos pesquisadores, em especial no campo de formação social, onde se busca o real entendimento sobre os efeitos de uma cidade de origem moderna na vida de seus habitantes e conseqüentemente na formação de sua cultura.

No capítulo anterior, buscou-se entender, identificar e reconhecer o patrimônio que se recebeu com o tombamento da cidade enquanto patrimônio cultural da humanidade. Dessa forma, foi aberta uma janela para melhor compreender o papel da construção de um patrimônio singular, tendo como universo a vida na superquadra, que será entendida não apenas como conjunto residencial, mas como elo entre culturas.

Antes de entrar de fato no objeto central dessa pesquisa, a superquadra de Brasília, propõe-se uma volta no tempo e o entendimento de suas origens, influências, bem como buscar entender como tudo começou, o que de fato norteou esse conceito ao longo da história, o que antecedeu os riscos de Costa, refletiremos sobre esse conceito de morar, para assim, entendermos como esse conceito foi e vem sendo recebido pelos brasilienses ao longo da história da capital brasileira.

No século XIX, em meio à revolução industrial, o aumento populacional das cidades, oriundos da migração campo – cidade culminou-se em impulso para a criação de novas ideias que repensassem a cidade. As pessoas que deixaram o campo em busca de dias melhores precisavam de um lugar para morar, e assim surgem os primeiros bairros operários e com eles problemas de infraestrutura e insalubridade.

No século XX, a Carta de Atenas, documento datado de 1933, em decorrência do fechamento do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, ocorrido em Atenas, na Grécia, no ano de 1931, pregava um bem comum: “uma cidade que respondesse às necessidades, mas também aos anseios do homem moderno”. Tal movimento teve como importante representante o arquiteto francês de origem suíça, Le Corbusier.

A carta de Atenas defendia a necessidade de zoneamento de funções, o que simbolizava a necessidade de planejamento regional e intraurbano, “a submissão do solo urbano aos interesses coletivos, a industrialização de componentes e a construção padronizada, a limitação do tamanho e densidade das cidades e a edificação em meio ao verde contínuo” (MARTINELLO, 2006).

A elaboração dessa carta parte da premissa que as transformações das estruturas sociais e da ordem econômica, deveria ter correspondência com a transformação do fenômeno arquitetônico. Nesse sentido, o urbanismo era uma das chaves para a mudança qualitativa da sociedade e da vida humana (ABIKO; ALMEIDA; BARREIROS, 1995).

A carta de Atenas (1933), por meio da expressão “Funções sociais da cidade” fazia menção aos princípios básicos, as funções a que as cidades devem se prestar: habitar, trabalhar, recrear e circular.

A partir dessas diretrizes, em “1956 as cartas são produzidas na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)” (RIBEIRO, 2005, p. 58). Após a carta de Atenas, outras cartas internacionais surgiram, trazendo ao longo do tempo várias abordagens, sendo os conceitos ampliados, “desde o de monumento até o de bens culturais contemporâneos e representações de manifestações populares” (RIBEIRO, 2005, p. 59).

Esse princípio, essa ideologia de funcionalismo a partir do zoneamento, de enxergar o homem como universal, como ser biologicamente idêntico, independentemente de seus valores culturais e sociais e ainda, de enxergar a habitação como uma “máquina de morar”, está nos fundamentos do planejamento urbano.

Nesse contexto, o conteúdo sintetizado pela Carta de Atenas para o Urbanismo funcionalista baseava-se no planejamento regional e interurbano. Admite o intenso uso de técnicas “ditas modernas” na organização das cidades, técnicas como: zoneamento funcional, separação de veículos e pedestres, eliminação da rua corredor e por fim, uma estética geometrizarante.

Nesse sentido, inspirados pela Carta de Atenas, surgem no mundo, planos urbanísticos cidades que tem como base os princípios formais e funcionais, como por exemplo: Chandighard, na Índia e Brasília, no Brasil.

É perceptível nos dois planos a prática de urbanismo que prevê tratamento homogêneo do espaço, não incorporando a análise das diferenças de classes.

Com o surgimento desses e de outros planos no mundo na década de 1960, várias análises e olhares culminaram em discussões sobre a forma como o desenvolvimento vinha ocorrendo, em especial no campo urbano.

De acordo com Yara Vicentini (S.d.), a cidade razão para o século XX, a qual é recorrente à cidade – máquina buscava modelar uma homogeneidade de modos de vida e consumo. Destacam-se algumas características, entre elas a perda do sentido de “lugar” na

cidade do movimento moderno, a alegoria de um mundo homogêneo e a abordagem da natureza como resultado de fabricações do homem.

Surgem também importantes considerações, como as traçadas por Janes Jacobs, com a publicação de seu livro “Morte e Vida nas Grandes cidades” e por Robert Krier, com a publicação de “Espaço Urbano”.

De maneira geral, essas críticas traçadas questionavam a qualidade de vida no ambiente urbano construído sob essa nova ótica, o modernismo, que por vezes desconsiderava valores da população, a complexidade da vida urbana, o patrimônio histórico, a integração e inter-relação entre as funções e atividades humanas, os valores afetivos.

Desse modo, começou a surgir novo olhar, mais criterioso e crítico, culminando em 2003 no surgimento da Nova Carta de Atenas, que teve como princípio básico uma melhor definição do papel do planejamento urbano, trazendo recomendações à atuação do urbanista, que deveria pensar a cidade para todos, incorporando todos os grupos na vida econômica, social e cultural, onde o contato humano fosse incentivado por meio da adoção de uma melhor qualidade espacial nos bairros, propiciando a relação e convívio entre a vizinhança, onde o lugar fosse percebido como senso de comunidade.

É da combinação de necessidades culturais e sociais que resultou a evolução das cidades, esse é o desafio, é o papel de seus planejadores.

No contexto da história do urbanismo e dos antecedentes, que nos remetem ao melhor entendimento da concepção do plano de Brasília, não se pode deixar de citar o surgimento de alguns conceitos, como o de cidade-jardim, proposta inicialmente por Ebenezer Howard em seu livro “Tomorrow: a Peaceful Path to Real Reform” (1902), que surge ao final do século XIX, período pós-industrial.

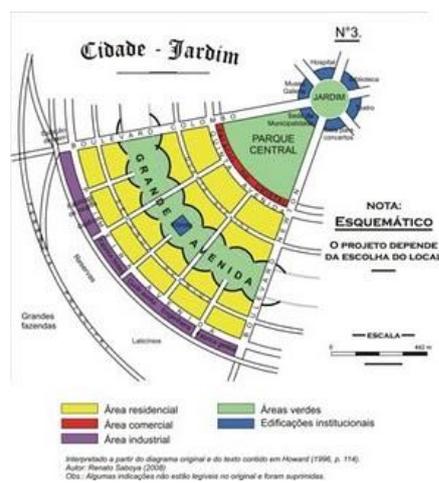
Em seus estudos, Howard (1902) propõe uma releitura e mediante visão utópica tenta resolver os problemas de insalubridade, pobreza e poluição nas cidades por meio da adoção de um desenho de cidade que resgatasse a relação campo – cidade, uma maneira, de acordo com seu pensamento, de assegurar uma vida urbana com muitas oportunidades, sem, contudo, perder a beleza e os prazeres do campo.

Para Howard (1902), “...cidade e campo devem estar casados, e dessa feliz união nascerá uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização”.

O conceito pregado por esse repórter britânico seria uma espécie de fuga diária, para onde as pessoas poderiam seguir ao longo de um intenso dia de trabalho, pois em sua visão, uma “cidade próxima à natureza poderia ser considerada como fonte de vida, riqueza e felicidade”.

Apesar de não ter concebido na prática um projeto de cidade, é notável que as ideias de Howard não eram meramente teóricas, em seu diagrama circular (Figura 1) . Apresentou um núcleo urbano central, desse núcleo partia uma série de conjuntos de anéis concêntricos, onde localizou núcleos menores, representados por círculos menores. Esses núcleos poderiam ser reproduzidos o quanto fossem necessários “*ad infinitum*”.

Figura 1



Fonte: <http://2.bp.blogspot.com/_p34h9oGuCw/SRz9QpHpI/AAAAAAAAASQ/OfA39-YvxBA/s320/normal_cidade-jardim-diagrama-n-3_cor.bmp>.

No final do Século XIX, no ano de 1899, foi fundada por Howard a “Garden City Pioneer Company”, viabilizando a compra do terreno, que abrigou a primeira cidade jardim da Inglaterra – Letchworth (1903) (Figuras 2 e 3), município que fica ao leste da Inglaterra. Teve plano urbanístico assinado por Raymond Unwin e Barry Parquer, arquitetos, que conceberam uma cidade para o pedestre, o que se percebe pelas amplas calçadas. Atualmente Letchworth conta com aproximadamente 33,6 mil habitantes.

Figura 2

Figura 3



Fonte: <<http://www.lib.und.edu/NL/images/letchworth.jpg>>.

<[http://www.nhh.org.uk/media/image/central_1_copy_intranet\(1\).jpg](http://www.nhh.org.uk/media/image/central_1_copy_intranet(1).jpg)>.

Uma das principais características percebidas na proposta de Unwin e Parquer foi o traçado orgânico próprio à escala humana, uma referência às cidades medievais com maior proximidade com o campo. Percebe-se no traçado desses arquitetos forte influência do pensamento de outro arquiteto, o Austríaco, Camillo Sitte, um estudioso, que se destacou por seus importantes estudos, que, em geral, têm como ponto crucial a qualidade do espaço urbano e suas percepções.

Sitte, com a publicação de seu livro “Der Stadtebau” (1992), apesar de não significar fonte de inspiração ao urbanismo na Áustria, trouxe contribuições à concepção das cidades-jardins.

A partir de sua análise sobre a Ringstrasse – uma estrada circular, construída entre 1860 e 1890, substituída as muralhas da cidade de Viena, colocadas no século XXIII, Sitte critica essa nova forma de projeção que, em primeiro momento, ignora as tradições em prol da adaptação à vida moderna.

Em sua análise, busca entender essa nova tendência estética incorporada ao espaço urbano e considera necessária a adoção de cenários que serviriam de molduras para as construções implantadas na Ringstrasse, garantindo espaço com linguagem própria, onde o edifício não comparecesse de forma isolada, mas se relacionasse com o espaço, criando assim construções humanizadas. Desta forma, sugere-se entre os edifícios a inserção de praças, ilhas

voltadas para a comunidade, espaços interiorizados que buscassem o aconchego, que conduzisse a relação das pessoas e dessas com o próprio espaço, rompendo assim com a usual impessoalidade comum naquela época.

Sitte (1992) demonstra sua preferência por espaços “enclausurados”, confinados por construções, por acreditar que essa delimitação sugere aconchego e conseqüentemente melhor uso do espaço, não o agrada a criação de espaços que se voltem ao infinito, onde o homem perde a noção de controle, onde o olhar não alcança.

Nesse contexto, não se pode negar sua influência sobre o pensamento da cidade jardim, é notável sua preocupação em criar espaços que se aproximem do homem, que estimulem a vida em sociedade, situação essa assumida e vivenciada por Unwin e Parquer no projeto de Letchworth.

Recentemente, em sua pesquisa de Pós-Doutorado, a pesquisadora Ana Lúcia Rodrigues, coordenadora do Observatório das Metrôpoles da Universidade Estadual de Maringá, visitou Lethworth e comentou: “tudo é direcionado para a qualidade de vida. A cidade não tem edificações de mais de dois andares, isso para evitar o adensamento demográfico, que vai contra o projeto urbanístico centenário da cidade – jardim.”

Rodrigues conta que o maior compromisso que os administradores têm é manter o traçado original do município. O desenvolvimento urbano, econômico e o crescimento demográfico estão dentro do que foi planejado há mais de cem anos.¹²

Vale considerar que apesar da boa repercussão do plano urbanístico adotado para a cidade de Letchworth, os princípios de Howard para a cidade jardim tiveram seu ápice não na concepção de cidades, mas de bairros residenciais, sendo o primeiro a adotar essas ideias o bairro localizado nos arredores de Londres, Hampstead Garden (1905), Forest Hills Garden (1910), Radburn – New Jersey (1929) e no Brasil, o primeiro exemplo ocorreu na cidade de São Paulo no ano de 1919. Trata-se do Jardim América, projeto de autoria dos arquitetos Barry Parker e Raymond Unwin, os mesmos que projetaram a cidade de Letchworth, na Inglaterra.

O Jardim América (Figura 4), inicialmente conhecido como “Villa América”, em homenagem a América Milliet Sabino, senhora de Horácio Belfort Sabino, sócio da Garden City Pioneer Company em vários empreendimentos, teve em seu projeto as preocupações com o conforto e a alta qualidade de vida aos moradores, o que culminou com a adoção de

¹² Disponível em: <<http://maringa.odiario.com/maringa/noticia/205594/letchworth-mantem-projeto/>>.

residências implantadas em grandes terrenos ajardinados, que por sua vez eram dispostos em ruas de traçado curvilíneo, extensamente arborizadas (SANTOS, 2001).

Figura 4



Fonte: <<https://lh5.googleusercontent.com/x8srjyg3xou/tyx7bwera31/aaaaaaaaabya/3slut8qwrbc/sp2.jpg>>.

O projeto foi trabalhado em uma área de aproximadamente 1.091.118 m². As obras tiveram início em 1913, sendo concluídas no ano de 1929 (dados da Prefeitura de São Paulo). De acordo com Santos (2001), contava inicialmente com:

uma grande praça central com quatro ruas em diagonais, jardins internos privativos (que integrariam os terrenos) e uma avenida principal de acesso aos mesmos. Tal ideia, contudo, enfrentou objeções na sociedade da época. Foram necessárias adaptações, fazendo com que alguns jardins passassem a ter um uso semi-público, com acessos através de vielas.¹³

Para garantir a preservação da qualidade de espaço proposta em projeto, a Companhia City impôs uma série de restrições, como delimitações para o uso do solo, limites para o gabarito, afastamentos laterais, frente e fundos. Num ato inovador para a época, em 1929, com o término das obras, foi publicado o Decreto Municipal nº 3.227, que estabelecia, entre outros, a construção de edifícios não residenciais.

Por outro lado, a Companhia City doou área para construção de alguns empreendimentos que visavam a sociabilização da comunidade que ali se estabelecia,

¹³ Disponível em: <http://novaurbis.blogspot.com/2008_04_16_archive.html>.

merecendo destaque: Clube Atlético Paulistano (Figura 5), Sociedade Harmônica de Tênis (Figura 6) e a Igreja Nossa Senhora do Brasil (Figura 7).

Por sua importância singular para a cidade de São Paulo, em 1986, o bairro e a região dos Jardins foram tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT).

Figura 5



Fonte: <<http://www.encontrajardins.com.br/imgs/images-jardins/clube-atletico.jpg>>.

Figura 6



Fonte: <<http://www.mariabueno.org/harmonia%20view%202.jpg>>.

Figura 7



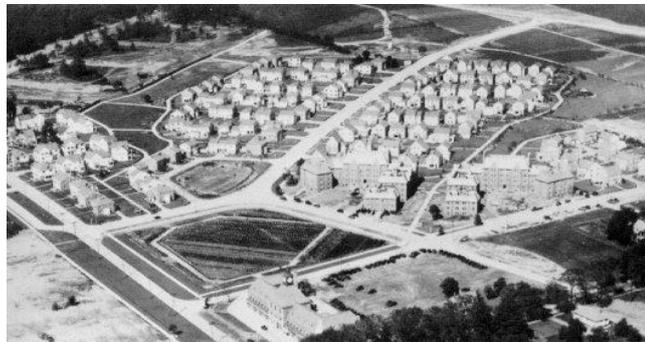
Fonte: <<http://www.bigviagem.com/wp-content/uploads/2010/07/igreja-nossa-senhora-brasil.jpg>>.

Também no ano de 1929, tem-se outro importante exemplo de adoção dos princípios de cidade jardim, exemplo onde se percebe algumas contribuições ao comparar com o projeto de Brasília, trata-se da Comunidade de Radburn, situada há aproximadamente 12 km de Nova York, no Município de Fair Lawn, no Condado de Bergen, em Nova Jersey (Figuras 8 e 9), com projeto de autoria de Clarence Stein e Henry Wright.¹⁴

¹⁴ Disponível em: <<http://www.radburn.org/geninfo/radburn-intro.html>>.

Figura 8

Fonte: <<http://members.cox.net/jefnickerson/emerald/fens002.jpg>>.

Figura 9

Fonte: <<http://members.cox.net/jefnickerson/emerald/fens002.jpg>>.

Um condomínio habitacional, que conta com aproximadamente 680 famílias; a proposta geral de concepção é a criação de uma comunidade com qualidade de vida diferenciada, de acordo com Stein¹⁵ “Nós fizemos o nosso melhor para seguir a recomendação de Aristóteles de que a cidade deve ser construída para dar segurança e felicidade para seus habitantes”.

Merece destaque os princípios adotados por Stein e Wright para a concepção de Radburn, entre outros:

- plano simples, onde os edifícios foram dispostos de forma a receber de forma intensa os recursos naturais, sol, ar;
- existência de terrenos amplos dispostos entre os blocos de residência pra uso da comunidade, que poderiam ser usados para inserção de praças, parques, jardins, escolas, teatros, igrejas, edifícios públicos, outros;

¹⁵ Disponível em: <<http://www.radburn.org/geninfo/radburn-intro.html>>.

- localização de fábricas e edifícios industriais em locais de fácil acesso, facilitando o transporte de mercadorias e o fluxo de pessoas;
- direcionamento de veículos a áreas de serviços, assim as entregas de mercadorias poderiam ocorrer sem criação de ruídos e geração de tráfego intenso;
- separação do tráfego de veículos do tráfego de pedestres, por meio de passagem subterrânea e viadutos que direcionavam o fluxo do pedestre de suas áreas residenciais a outras, como, escola, igreja, outras; o pedestre poderia caminhar, ir a pé, sem atravessar ruas usadas por automóveis;
- criação do “superbloco”¹⁶ (Figura 10), grande bloco onde as casas eram agrupadas em torno de *cul-de-sac*. As áreas eram cercadas por estradas principais, que davam acesso à rua de característica local, mais intimista de cada área de superbloco.

Figura 10



Fonte: <http://farm4.static.flickr.com/3152/2788826828_1d2fc0e86b.jpg>.

Ronald Gatti, gerente da Associação de Radburn no período de 1969-1989 descreve que Radburn pode ser considerada especial e única, pois foi concebida para ser uma cidade que tinha como princípio fundamental, possibilitar uma vida melhor. Radburn foi o primeiro exemplo de planejamento urbano que reconheceu a importância do automóvel na vida moderna, sem permitir que dominasse o ambiente (GATTI, 1969-1989).

E ainda complementa, que, em relação aos aspectos sociológicos, Radburn não só se qualifica por ser um lugar ideal planejado para viver, mas por estabelecer um modo real ou

¹⁶ “Superbloco” – Termo adotado por Ronald F. Gatti da Associação Radburn (1969-1989) para descrever os blocos residenciais na comunidade de Radburn.

plano de vida. Nesse sentido, o planejamento do uso da terra e a criação de uma Associação certamente favoreceram a criação um estilo de vida que é inédito na maioria das sociedades modernas (GATTI, 1969-1989).

Já Dahir¹⁷ aponta o conceito de Radburn como uma esperança para uma sociedade humanista, onde o planejamento levou em conta o contexto social, bem como as necessidades físicas de seus moradores.

Para Dahir,

Radburn é o planejamento de uma ordem social avançada. É a manipulação de elementos físicos para produzir e incentivar o objetivo social e humano. É um tipo de planejamento que reconhece que a margem do crescimento da civilização está no ser humano e não na direção mecânica, embora esses fatores devam ser cuidadosamente alinhados e alocados para apoiar e promover as realizações comuns e as invenções sociais de um povo livre da vida familiar autônoma.¹⁸

Não se pode entender a história do urbanismo, do planejamento urbano, da evolução do conceito de morar sem antes passar por Radburn, sem antes entender seu conceito e perceber suas influências no contexto da história de planejamento urbano de vários países, inclusive do Brasil, como veremos mais a frente, quando se identificará na moldagem da cidade de Brasília as vertentes desse conceito de morar.

Ainda nesse processo de busca por pistas que nos remontem a trajetória de concepção da superquadra na cidade de Brasília, percebe-se também o caso da *Ensanche* de Barcelona,¹⁹ projeto de Idelfons Cerdá y Suñer a partir de 1859.

Considerado por alguns urbanistas como o primeiro tratado moderno do urbanismo, o plano proposto por Cerdá baseia-se na adoção de duas funções urbanas: morar e circular.

Para a *Ensanche*, Cerdá criou um plano que distribui de forma equilibrada parques, indústrias, comércios e residências. As avenidas desse plano formam estruturas que controlam e coordenam a expansão das quadras e os quarteirões, que foram concebidos de forma aberta, permitindo assim maior fluxo de pessoas e de ar por toda a cidade, e ainda essas aberturas surgidas nos quarteirões poderiam ser utilizadas como áreas verdes (MACHADO, 2007).

Os quarteirões propostos por Cerdá deveriam permitir um uso diversificado, cada conjunto de cinco quarteirões formaria um bairro, preconizando as futuras unidades

¹⁷ James Dahir viu em Radburn uma nova esperança para uma sociedade humanista através de planejamento que levou em conta o contexto social, bem como as necessidades físicas dos moradores. Disponível em: <<http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.radburn.org/geninfo/history.html>>.

¹⁸ Disponível em: <<http://translate.google.com.br/translate?hl=pt->>>.

¹⁹ Plano de Extensão (*Ensanche*) de Barcelona – principal obra de Ildefons Cerdà, que parte de uma decisão oficial de derrubar as muralhas no ano de 1854, esse ato abre a possibilidade de transformação da cidade de Barcelona. Em 1855 uma comissão da qual o engenheiro urbanista Cerdá faz parte inicia os estudos de um plano de extensão para a cidade. A comissão apresentará um anteprojeto em dezembro do mesmo ano. (Revista *Ciudad y Territorio*).

habitacionais a serem propostas por Le Corbusier (1992) em sua Ville Radieuse e mais a frente por Lúcio Costa, nas unidades de vizinhança em Brasília.

Outro fato marcante na história do urbanismo e necessário ao entendimento de Brasília trata-se da cidade linear proposta pelo urbanista Arturo Soria y Mata para a periferia da cidade de Madrid no final do século XIX, por volta do ano 1894. Esse modelo de cidade teve seu conceito adotado por alguns urbanistas modernistas, a partir do final da década de 1920 e início da década de 1930, entre outros merece destaque: Le Corbusier e Lúcio Costa.

A característica primordial da cidade linear de Soria é o desenvolvimento da estrutura urbana em linha, por meio de uma via central que estrutura e norteia as vias, estruturas ou ramos secundários.

A intenção desse conceito era romper com a estrutura adotada nas cidades tradicionais, com essa estrutura o transporte assumiria lugar de destaque, confirmando a importância do sistema viário no planejamento geral da cidade. Soria acreditava que essa estrutura poderia ligar cidades e até mesmo países, o que de fato ocorreu, como se percebe por meio de sistemas de transportes super-rápidos, como exemplo o caso do trem – bala, no Japão.

Certamente, o modelo de cidade linear de Soria e a cidade jardim de Howard são marcos no urbanismo do século XX.

Passou-se por vários conceitos, por situações que apresentaram a necessidade de repensar a estrutura geral da cidade, deparou-se com grandes nomes, mas certamente um merece grande destaque, principalmente por sua forte influência na construção do plano proposto por Lúcio Costa para Brasília.

Na visão “modernista progressista” de Le Corbusier, a cidade não pode ser pensada sem o homem, é nele que tudo parte e é para ele que os estudos e análises urbanas devem buscar identificação, relação, escala e sentido.

Nesse contexto, Corbusier (1992) classifica a cidade a partir de quatro funções, que considera primordiais ao bom funcionamento e garantia de bem-estar coletivo:

– **Habitar:** é a essência de tudo, pois simboliza o lugar, aquele que satisfaz as exigências da vida cotidiana; onde as pessoas passam a maior parte do tempo, a casa;

– **Trabalhar:** orienta e define a área produtiva do homem, essencial para a construção de sua vida;

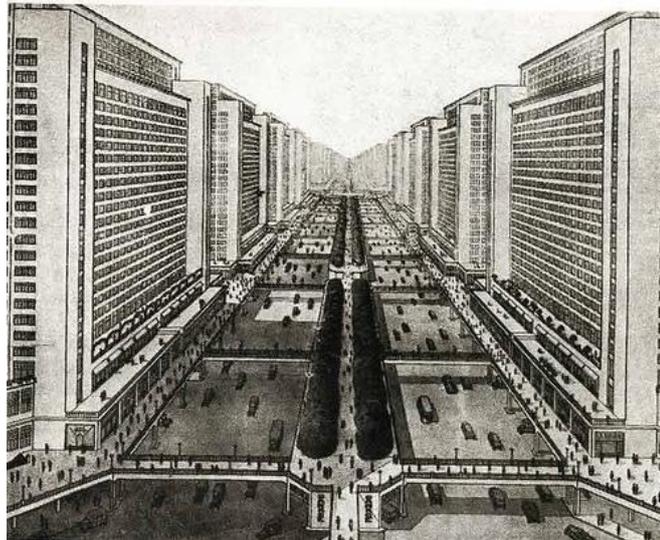
– **Lazer, Cultura:** “Cultivar o corpo e o espírito”: A cidade deve oferecer ao homem espaços voltados ao convívio, ao encontro com seu próprio eu e desse “eu” com os outros;

– **Circulação:** deve ser bem distribuída e articulada, garantindo funcionalidade e racionalidade no deslocamento do homem nessa vida que foi criada na cidade.

Com esse pensamento, Corbusier acaba fazendo uso em vários de seus estudos, dos princípios da cidade linear adotados por Soria e da cidade – jardim de Howard, entre outros estabelecidos e discutidos na carta de Atenas, onde teve importante participação, influenciando uma época.

Com a utopia de sua Ville Radieuse (Figura 11), Corbusier demonstra seu pensamento, suas teorias sobre o urbanismo, faz uso do imaginário, cria uma imagem ideal para exemplificar seus princípios.

Figura 11



Fonte: <http://1.bp.blogspot.com/_ltOKxjzBvas/TNXhGLArSdI/AAAAAAAAAEc/SLs7rLzYhKE/s1600/ville_radieuse.jpg>.

Para Corbusier (1992), a alma e a personalidade de uma cidade é construída aos poucos, o que se percebe anos após anos, e até séculos, a partir das construções, das obras que nela surgem, assim, a vida de uma cidade é um acontecimento contínuo.

A Ville Radieuse era uma cidade linear e espelhava a bagagem cultural de outros projetos de sua autoria, simbolizava um experimento, a síntese de suas ideias. Um eixo servia de espinha dorsal, dividia a cidade de forma simétrica, garantindo a distribuição de suas funções, já anunciadas anteriormente.

Destaca-se a área residencial, dispostas de forma contínua, dando lugar a blocos sobre pilotis, garantindo a livre circulação e a contemplação do verde, dos cenários formados com o conjunto.

Percebe-se a trajetória de Corbusier e observa-se como criava seus protótipos, seus experimentos, como confirmava, a partir da moldagem desses modelos, o que deveria ser usado no futuro. A Ville Radieuse é um desses experimentos, que foi aplicada em outros projetos, em realidades, em planos que viraram cidade, como Brasília.

Se se refletir sobre os ideais da carta de Atenas, haverá confusão com a própria obra de Corbusier, a própria palavra “radiosa” não aparece por acaso em sua obra, o sentido da palavra excede o funcional, busca inspiração nas necessidades do ser humano, o que se percebe na própria carta de Atenas:

Introduzir o Sol é o novo e o mais imperioso dever do arquiteto. O Sol é o senhor da vida; O primeiro dever do urbanismo é pôr-se de acordo com as necessidades fundamentais dos homens [...] o Sol, que comanda todo o crescimento, deveria penetrar no interior de cada moradia, são algumas frases que exacerbam a ambição deste manifesto iluminado. (CARTA DE ATENAS, 1933)

Nesse contexto, sob essa égide modernista, em um momento em que as teorias de Corbusier influenciavam o pensamento da arquitetura mundial; assim como a cidade radiosa do arquiteto franco-suíço, a cidade de Costa surge também na busca de uma cidade ideal, da construção de um lugar onde trabalho, casa, equipamentos coletivos (creche, escola primária, igrejas, centros culturais, pontos comerciais) e as opções de lazer deveriam estar próximas, facilitando a circulação.

Como explica Costa

o foco da discussão não era uma cidade que funcionasse melhor, mas que fosse funcional para todos e repartisse com equidade entre os cidadãos os benefícios dos possíveis melhoramentos. Naquele período, os arquitetos acreditavam num mundo melhor pelo urbanismo, **salvar a humanidade por meio da arquitetura**. A própria composição do júri do concurso, com profissionais que defendiam a moderna arquitetura, deve ter influenciado no desenvolvimento dos projetos para o Plano Piloto. (COSTA, 2002) (grifo nosso)

O surgimento de Brasília coincidiu com o momento de questionamentos, de experimentos que giravam em torno da busca de uma cidade ideal, operacional, funcional, atrelado ao ideal socialista de viver o comunitário, onde se buscava transformação que extrapolasse uma análise puramente formal do tecido urbano, que se aproximasse da vida de seus habitantes.

Esse momento retomou uma série de conceitos já trabalhados ao longo da história do urbanismo, como a experiência de casas coletivas, que começou a tomar força na década de 1920 e teve, como expoente, equipamentos coletivos de bairros – lavanderias coletivas, creches, sala de reuniões, contexto ideológico defendido pelo arquiteto francês Anatole Kopp naquela época.

Em Moscou, precisamente nos arredores da cidade, num ato de valorização da função social da moradia, apareceram os primeiros exemplos de casas com equipamentos coletivos. Nesse período, surgiu a casa comunal, que deveria servir de exemplo demonstrativo do igualitarismo da futura sociedade comunista (MACHADO, 2007).

Destinado a abrigar serviços coletivos, destaca-se no período de 1928 e 1932 o Edifício Narkomfin (Figura. 12), na cidade de Moscou, de autoria de Moisei Ginzburg e Ignaty Milinis, que fez uso do projeto para expor suas teorias e expressar na arquitetura o pensamento da vida comunal.

Figura 12



Fonte: <http://www.urbpedia.org/images/7/79/narkomfin_building_moscow_2007_01.jpg>.

Um belo exemplo de arquitetura construtivista,²⁰ construído para abrigar trabalhadores, caracteriza-se por um bloco principal de apartamentos, “células residenciais”, distribuídas em seis pavimentos, constituindo-se em uma “lâmina horizontal” sobre pilotis, que se abre para um parque. O edifício principal liga-se a outro edifício de menor porte, com

²⁰ Construtivismo: Uma forma de arquitetura moderna surgida nos anos de 1920 e 1930 na União Soviética se caracteriza pela comunhão de uma avançada tecnologia de engenharia com o propósito declaradamente comunista social.

quatro pavimentos, destinado ao abrigo de serviços coletivos. A ligação entre os blocos ocorre por meio de uma passarela fechada.

Os arquitetos Moisei Ginzburg e Ignaty Milinis (1982-1932) descrevem que o projeto provocaria uma transformação na vida cotidiana dos habitantes, principalmente porque possibilitaria outro modo de vida para as mulheres, a partir de construções de instalações comuns como: lavanderia, creches, cozinhas, uma estrutura que possibilitaria também uma maior sociabilidade.

Outro importante momento, necessário para entender as origens do conceito de superquadra, trata-se dos conjuntos habitacionais construídos na Alemanha também na década de 1920, no período compreendido entre 1925 e 1930, após a primeira grande guerra e no início da segunda guerra mundial. Nesse período, a necessidade emergencial em buscar alternativas de habitação fez brotar na Alemanha, especialmente em Frankfurt, uma série de experimentações no campo urbanístico, arquitetônico e habitacional, que deram origem ao conjunto de bairros conhecidos como “Siedlungen” (Figura 13).

Parte de um programa habitacional, que visava a construção de grande quantidade de habitações, esse experimento tinha como princípio básico o estímulo e a harmonia entre gestão e políticas urbanas, convertendo-se, assim, em marco para o pensamento modernista presente na época, que tinha como censo comum o controle urbano, a industrialização da construção e a construção de alojamentos sociais.

Figura 13



Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/media/images/magazines/grid_9/578e_014-03-08.jpg>.

Sob o comando do arquiteto Ernest May, esse campo experimental de habitação social tomou forma, e foram erguidas em Frankfurt cerca de quinze mil habitações distribuídas em bairros.

O destaque desse campo experimental está principalmente na visão de May, que considerava necessária uma releitura do módulo residencial, onde a unidade de habitação mínima deveria se adequar passando a abrigar apenas as atividades necessárias a vida do homem moderno: estar, comer, dormir, lavar e cozinhar.

Como síntese dessas ideias, May²¹ publicou, em 1930 um artigo sobre a evolução do quarteirão da cidade tradicional, fazendo uso das experiências vivenciadas em Frankfurt. Nesse artigo, o arquiteto destacou que essa evolução ocorreu inicialmente com a liberação do interior do quarteirão, que passou a ser pensado como espaço público de uso coletivo. Na visão de May, rompeu-se com a continuidade da borda e, por fim, os edifícios deixaram de seguir a direção das ruas, a qual perdia assim seu papel de limite entre o domínio público e o espaço privado (MACHADO, 2007).

No Brasil, temos alguns bons exemplos de experiências de arquitetura social, como o Conjunto habitacional de Pedregulho no bairro de São Cristóvão, cidade do Rio de Janeiro (Figuras 14, 15 e 16), obra de um dos reconhecidos nomes da arquitetura moderna, Affonso Eduardo Reidy – 1947.

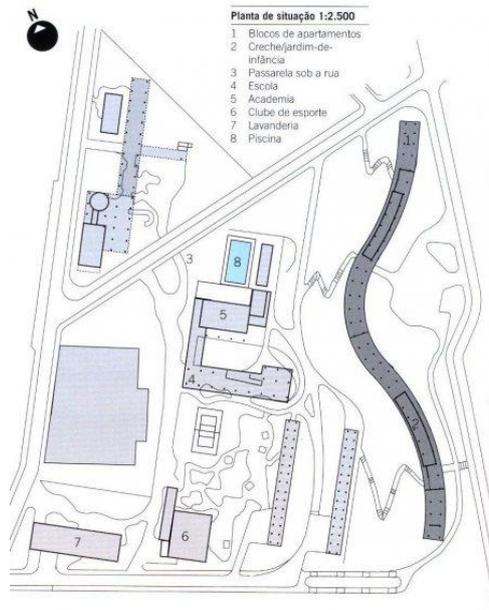
O conjunto proposto por Reidy é composto por blocos residenciais e áreas de serviços comuns, como: maternal, jardim de infância, berçário, escola primária, lavanderia, mercado, centro sanitário, quadras esportivas, ginásios, piscina, vestiários e centro comercial, contando também com jardins projetados por Roberto Burle Marx e ainda com um belo painel de Cândido Portinari.

Um dos grandes destaques da concepção de Reidy esta na garantia da vista da Baía de Guanabara para todos os apartamentos, o que o leva a projetar uma grande construção sobre pilotis com variação de altura, em função do declive do terreno, sendo o grande destaque e o elemento de articulação de todo o conjunto, o grande edifício erguido no alto do declive, com forma orgânica, meio serpenteada.

O conjunto foi palco do cenário do filme de Walter Salles, *central do Brasil*.

²¹ Disponível em: <<http://arquitetandoblog.wordpress.com/2009/04/>>.

Figura 14



Fonte: <http://theurbaneearth.wordpress.com/2009/08/26/arquitetura-moderna-no-brasil-pedregulho-de-affonso-eduardo-reidy/>.

Figura 15



Fonte: <http://theurbaneearth.wordpress.com/2009/08/26/arquitetura-moderna-no-brasil-pedregulho-de-affonso-eduardo-reidy/>.

Figura 16

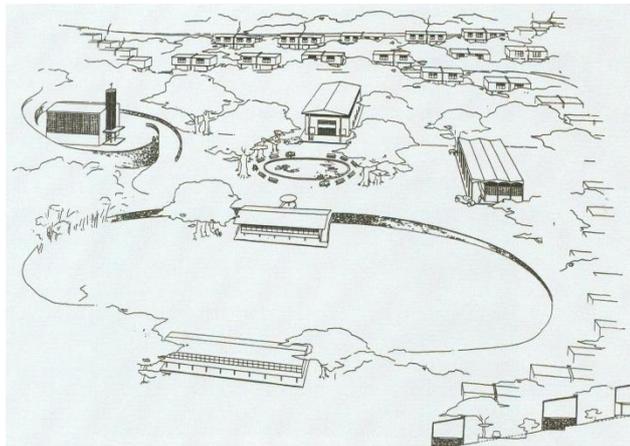


Fonte: <http://theurbaneearth.wordpress.com/2009/08/26/arquitetura-moderna-no-brasil-pedregulho-de-affonso-eduardo-reidy/>.

Também no Brasil, no ano de 1934, o concurso promovido pela Companhia Siderúrgica Belgo – Mineira, para uma região nas proximidades à cidade de Sabará em Minas Gerais, escolheu o projeto de Lúcio Costa. No Projeto para a Vila Operária de Monlevade (Figura. 17), Costa exercitou as influências advindas da doutrina modernista vivenciada pelo mundo, fazendo uso dos preceitos de Le Corbusier, o que se percebeu com a difusão das ideias racionalistas presente na concepção geral, mas não deixou de lado as relações diretas com a cultura de Minas Gerais, enfatizando o seu lado tradicional, e por que não dizer, “colonial”. Verifica-se essa situação por meio da implantação proposta para a Vila, que se

molda de forma orgânica à topografia acidentada, algo comum na região. Esse é um marco de Costa, que seguirá por toda sua história, como se percebe mais a frente em Brasília, quando a moda Cabralina, num ato de posse, começa o traçado da cidade marcando o cerrado com o sinal da cruz.

Figura 17



Fonte: WISNIK, G.; COSTA, L., 2001.

Para Monlevade (1934), o partido adotado conformava-se em simplicidade, bem como, era notável certo “ar familiar”, observado com a preservação de características locais, ponto marcante da proposta de Costa para a Vila. Nesse sentido, destaca-se a implantação das residências operárias inseridas em meio aos espaços verdes, nas proximidades das encostas, as casas agrupadas duas a duas, com parede meira de alvenaria de pedra ou tijolo, o barro armado para vedos, e coberturas uniformes de fibro-cimento (WISNIK, 2001), a tradição que se mistura a modernidade, a leveza dos blocos habitacionais suspensos, sobre pilotis.

Nota-se que Costa faz uso dos experimentos de uma bagagem cultural intensa. Em Monlevade, percebe-se a mescla, a união de pensamentos. Têm-se os princípios de Corbusier atrelados ao pensamento tradicional e ao misto de teorias modernas e góticas do arquiteto Auguste Perret,²² o que se percebe com o desenho da Igreja, presente na implantação geral da Vila.

Se aproximando ainda da realidade das superquadras de Brasília, tem-se o exemplo do projeto de Lúcio Costa para o Parque Guinle no Rio de Janeiro.

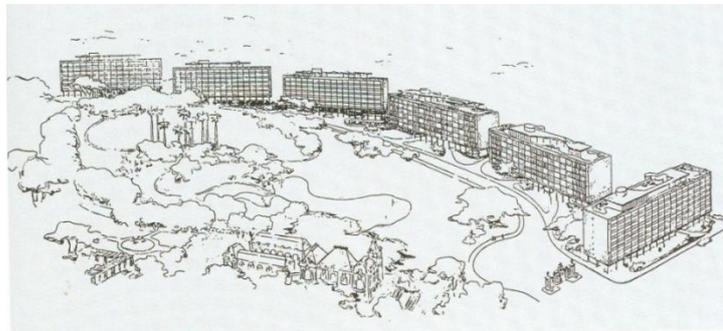
²² Auguste Perret – Arquiteto francês, responsável por utilizar estrutura aparente de betão, como é o caso da Igreja de Notre Dame em Paris (1922-1923).

O Parque Eduardo Guinle (Figuras 18 e 19), popularmente conhecido como Parque Guinle, é um parque público com localização no bairro de Laranjeiras, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

Com uma área de aproximadamente 24.750 m², originalmente, o parque servia como jardim e emoldurava o palacete erguido na década de 1920, para abrigar a família de Eduardo Pallasim Guinle, empresário brasileiro vindo de Porto Alegre, que chegou ao Rio de Janeiro no ano de 1912.

Entre 1948 e 1954, Costa desenvolveu o conjunto residencial do parque Guinle, que inicialmente contava com seis blocos de apartamentos com áreas de 225 e 515 m², mas apenas três se concretizaram, Nova Cintra, Bristol e Caledônia.

Figura 18



Fonte: WISNIK, G; COSTA, L., 2001.

Figura 19



Fonte: WISNIK, G; COSTA, L., 2001.

Com a sabedoria e a sensibilidade próprias do arquiteto, Costa tentou interferir o mínimo possível na integridade do parque, respeitando a implantação em forma de anfiteatro, proposta pelo paisagista francês Gérard Cochet em 1916.

Nesse sentido, o projeto inseriu-se na paisagem e integrou-se aos jardins, que foram refeitos na ocasião por Roberto Burle Marx. Ainda em respeito à implantação do parque existente, “Lúcio optou por implantar os edifícios Bristol e Caledônia segundo uma orientação desfavorável, voltados para o poente. Dessa condição resultou a belíssima maneira de proteger as fachadas, alternando *brise – soleil* e cobogó, seguidos internamente por uma sequência de *loggias*” (WISNIK, 2001, p. 87).

Com traços marcantes da arquitetura moderna, o parque é composto por uma bela paisagem, tendo ao fundo um córrego e lagos artificiais, bem como é cercado por encostas em suaves declives.

Substantivamente, o conjunto residencial do Parque Guinle caracteriza-se como outro importante momento na trajetória de Costa. Nota-se que o projeto do Parque Guinle está na origem das superquadras do Plano Piloto – Brasília.

Construído para atender a alta burguesia, o conjunto residencial do Parque Guinle destacou-se pela primeira aplicação do conceito de prédios residenciais com o térreo vazado, os “pilotis” de Corbusier. Merece destaque, a percepção no projeto, mas precisamente nas plantas de apartamento, característica da casa brasileira tradicional: as duas varandas, a social e a caseira – dois espaços, um à frente, para receber, outro aos fundos, ligado à sala de jantar, aos quartos e ao serviço (WISNIK, 2001).

No livro “Lúcio Costa: Registro de uma vivência” (1995), Costa, ao descrever o projeto do Parque Guinle, faz uma pausa e pormenoriza poeticamente as influências da cultura indígena na origem da casa brasileira, o que representa a constante preocupação com a questão cultural, e mostra claramente as preocupações, no ato da concepção, provenientes de um profissional envolvido com o resgate e preservação da identidade nacional.

Essa preocupação conceitual descreve a essência do esquema tradicional que se pretendeu reviver com o projeto do Parque Guinle, o que se percebe com a análise da planta geral do apartamento, com a presença de uma espécie de jardim de inverno contíguo à sala de estar e um cômodo sem destino específico, ligado aos quartos e ao serviço, sendo um mais formal e outro mais despojado, correspondendo assim a varanda caseira (WISNIK, 2001).

Certamente, não poderíamos chegar a falar da superquadra de Brasília sem antes entender suas bases, sem buscar na história do urbanismo a compreensão do sentimento de racionalidade, organização e ordem, sem entender essa mescla de utopias, que deram origem a conceitos, que construíram sonhos, que tornaram cidades imaginárias em lugar de vida humana.

Para entender verdadeiramente a construção de um patrimônio, em especial Brasília, é importante a percepção da ocorrência de todos os episódios que nortearam uma época; reflexão sobre o que antecedeu sua história e sobre a influência de seus pensadores ao longo do tempo; entender as preocupações desses em relação ao processo histórico de formação das cidades; desvendar os “porquês”, que nos deparamos ao longo do tempo, entre outros, o papel da formação das cidades com a preservação da diversidade de valores da vida.

Na citação a seguir, Holanda descreve sua visão em relação às evidências históricas:

Acontecimentos sociais não são inventados do nada todos os dias. A história pode até ter causas acidentais, mas o âmbito no qual a ciência está – e só poderia estar – interessada, é o âmbito das causas racionais, que são potencialmente aplicáveis a outros países, outros períodos, e outras condições, e levar a generalizações frutíferas. (HOLANDA, 1997, p. 37).

Na construção do processo histórico, que norteou o aparecimento de um novo conceito de morar, Brasília destaca-se no cenário nacional e mundial por sua condição especial figurada na mescla de técnica, arte, razão, sensibilidade. Percebe-se, no projeto desse plano, que virou cidade, a convergência e as diferenças que marcaram o processo de formação do urbanismo, as raízes, referenciadas e identificadas em diferentes momentos da história, raízes afetivas, raízes históricas, que permeia os conceitos de Howard, de Corbusier e tantos outros que ao longo do tempo buscaram uma concepção de uma nova cidade.

2.2 Superquadra de Brasília: uma realidade

Figura 20

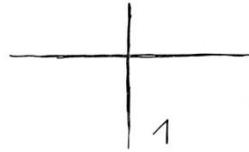


Figura 21

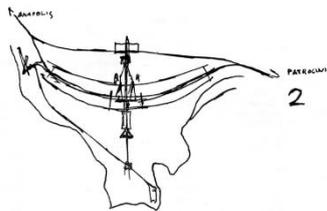
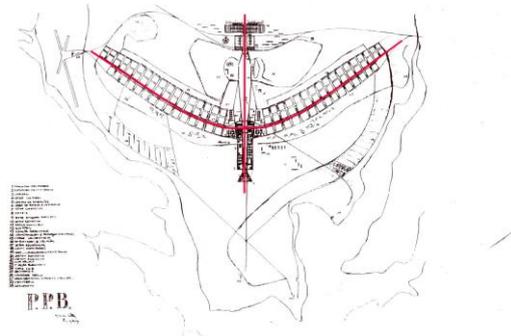


Figura 22



Todos os dias, em inúmeros momentos, em decorrência destes complexos impulsos, o homem urbano realiza, sem perceber, a suprema oração de escolha de sua atmosfera. Seus sensores de espaço/forma, forjados pela cultura individual, atuam por ação identificadora, na seleção inconsciente de elementos e ambientes. Por livre-arbítrio ele produz seu pequeno mundo ao se identificar com um beco, uma fachada, um balcão, uma calçada de pedra, um edifício, na eleição de um trajeto, de uma casa, de um ponto de encontro, de uma árvore-sede da turma, de uma rua, de um banco de praça, de uma mesa de bar. Entretanto, se estas opções fossem tomadas por via do consciente, aumentaria intensamente o seu significado, pois o indivíduo da cidade passaria a dançar ouvindo a música. Esta música quando percebida, nos induz ao entendimento dos signos de um espaço, essência da arquitetura e um valor indispensável no enriquecimento da vida urbana. CAZÉ. A Cidade desvendada

Fonte: COSTA, 1991.

Como se viu no capítulo anterior, a superquadra de Brasília sofreu várias influências em sua concepção, já surgiu embriagada de cultura, trouxe em suas raízes as marcas de um tempo, a trajetória e a busca de uma evolução do conceito de morar na era modernista. Ao traçar, ao riscar no papel a primeira superquadra, certamente, seu criador deveria ter em mente a certeza de que estava coroando etapa marcante do urbanismo moderno brasileiro. Só essa trajetória já justifica seu tombamento.

Ao analisar o projeto de Lúcio Costa para o setor habitacional do Plano Piloto, é perceptível o encontro com várias teorias do campo modernista, aqui começa o legado que, por si só, já justifica sua preservação, as origens de sua concepção, a proteção do pensamento de toda uma época, assim não se pode perceber simplesmente uma superquadra sem considerar a força de tudo que influenciou seu surgimento.

Nesse sentido, o traço da superquadra acompanha uma série de significados. Têm-se presente “pinceladas” de vários pensadores do urbanismo moderno, como Howard, com sua cidade jardim; Raymond e Barry em sua Letchworth, na Inglaterra; Sitte com a Ringstrasse; Stein e Wright com a Radburn; Cerdá e Suñer com a Ensache – Barcelona; os experimentos de Le Corbusier em sua Ville Radieuse; Soria com sua cidade linear; Kopp, em Moscou com a casa comunal; Guinzburg e Milinis com seu Edifício Narkomfin, também na cidade de Moscou; May com seus bairros conhecidos como “Siedlungen” e o próprio Lúcio Costa em seus experimentos na região de Minas Gerais com o Monlevade e no Rio de Janeiro com o Parque Guinle.

A análise aqui proposta será trabalhada em duas fases:

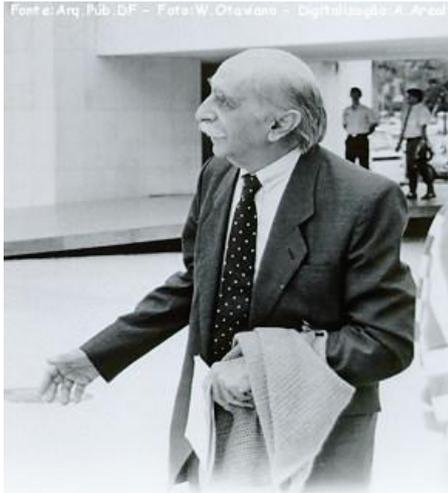
- **Fase 1:** Será destacado o partido, o traçado norteador da superquadra, o conceito de seu autor para esse lugar, sugerindo assim uma nova forma de morar. Aqui buscaremos as intenções de Costa.
- **Fase 2:** Serão enfocadas algumas críticas surgidas em relação ao movimento moderno, buscando entender se de fato essas críticas procedem e se estendem na análise da superquadra. A intenção é contrapor essas críticas com os princípios estabelecidos por Costa e, a partir dessa análise, entender em que a superquadra se transformou, como seus espaços foram assumidos pelos moradores.

2.2.1 Fase 1 – A criação: a superquadra na visão de Lúcio Costa

Cidade é a expressão palpável da humana
necessidade de **contato, comunicação, organização e troca.**

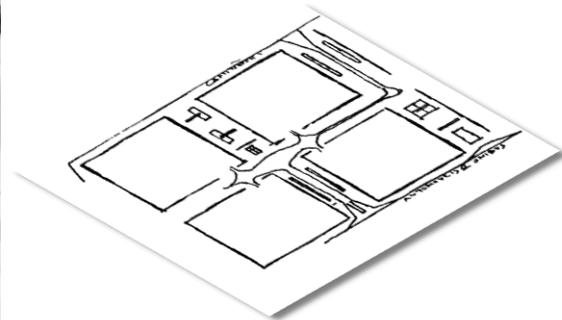
COSTA, 1995, p. 277. (grifo do autor)

Figura 23



Fonte: W. Otaviano. Arquivo Público do DF.

Figura 24



Fonte: COSTA, 1991.

Célula da escala residencial do Plano Piloto, “módulo estruturador do setor habitacional de Brasília” (GOROVITZ, 2009), a superquadra conforma-se como conjunto residencial. Foi concebida por seu criador com aproximadamente 280 m de lado, uma área “emoldurada por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie de vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar inteiramente de arbustos e folhagens” (COSTA, 1991 apud BRAGA, 2010, p. 172).

Nesse sentido, mesmo com a variação de densidade, categoria, o padrão ou a qualidade arquitetônica dos edifícios ou blocos residenciais seriam garantidas extensas áreas livres e sombreadas para passeios.

Os blocos de apartamentos, de acordo com a proposta de Costa, poderiam se dispor de maneira mais variada, obedecendo apenas a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra.

O modelo adotado para as moradias é composto por blocos de até seis pavimentos (há exceções) para população estimada de três a quatro mil habitantes. É um conceito que se baseia na extensão residencial aberta e pública, em contraposição ao conceito de “condomínio” com suas áreas fechadas e privativas.

Os edifícios constantes da superquadra apontavam nova solução estética, ao passo que sugeriam a eliminação da dualidade tradicional existente na arquitetura, onde prevalecia edifícios com frentes belas e atraentes e fundos não muito explorados. Ao contrário, os blocos da superquadra foram pensados de forma harmônica, privilegiando as visuais do conjunto, dos espaços constantes da própria superquadra, espaços verdes e arborizados.

Condicionada à densidade demográfica considerada ideal para a cidade, as superquadras tinham especificada a concepção dos prédios sob pilotis, grandes áreas verdes para circulação à pé, circulação de carros periférica às áreas verdes e adensamento planejado de equipamentos urbanos públicos considerados de primeira necessidade, acessíveis aos segmentos da população .

Ao analisar o item 16 do memorial do Plano Piloto, em que Costa menciona as soluções pensadas para a área residencial, percebe-se claramente suas preocupações em proporcionar uma agradável vida aos habitantes, o que se nota com trechos como “[...] oferecer aos moradores extensas áreas livres e sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas livres previstas no interior das próprias quadras” (COSTA, 1991 apud BRAGA, 2010, p. 172).

Nesse contexto, percebe-se a intenção em criar um espaço onde a natureza se fizesse presente, onde a paisagem local fosse um convite às descobertas, à contemplação, assim o morador poderia, por meio dessa sombra, aventurar-se em sua vizinhança e não, simplesmente, se “acomodar” nas áreas verdes previstas no interior de cada quadra. Afinal, não existe limite que define até onde o morador pode ou não caminhar, o próprio edifício sobre pilotis, de térreo livre e desimpedido já anuncia essa liberdade de deslocamento, “o direito de ir e vir”, de adentrar mesmo quando não se é diretamente convidado. Na proposta de Costa, o próprio espaço se encarregaria do convite, da sedução.

Costa comenta suas preocupações com a manutenção das características de bairro, ressalta a importância de garantir um livre fluxo ao pedestre, que deveria acessar o comércio sem competir com o veículo, ocorreria por meio dos passeios, que teriam em sua margem árvores, gramados, grandes e extensos gramados.

É interessante perceber no discurso de Costa uma pitada de pensamento tradicional, que se mistura ao lúdico. É um pouco do conceito do bairro nas cidades tradicionais, onde o

morador facilmente encontra o que precisa: padaria, barbearia, a quitanda, e outros comércios, inclusive construindo uma relação de vizinhança, possibilitando ao morador a percepção de aspectos pitorescos, como a hora exata que o pão sairá quentinho, que as melhores frutas chegam, inclusive tendo em algumas situações o conforto de ter seu produto reservado, afinal o morador passa a ser conhecido do dono do mercadinho.

Todas essas possibilidades deveriam ser contempladas na visão de seu autor, a superquadra não seria apenas lugar de morada, mas “lugar” de passagem, de permanências, de paquera, de tantas outras coisas. Essa questão, apesar de levar ao pensamento lúdico, não pode deixar de ser considerado seu aspecto funcional. Em: “Brasília: cidade moderna – cidade eterna”, Holanda (2010) traz várias contribuições ao tratar a questão de “lugar”. Na visão do autor, é necessário sempre perguntar sobre as implicações desse ou de outro espaço em nosso cotidiano, como, por exemplo: “o espaço satisfaz as exigências práticas da vida cotidiana em termos de tipo e quantidade de espaços para as atividades e seu relacionamento?”.

Ainda citando Holanda, não se pode deixar de checar no lugar os aspectos topoceptivos,²³ os aspectos afetivos. Será que Lúcio Costa pensou nessas possibilidades ao projetar a superquadra? Será que o espaço foi concebido sobre essa ótica? Será que a intenção de fazer da superquadra um bairro “moderno” quebrou com esse conceito ou a identidade com o lugar foi de fato percebida e mantida na concepção da superquadra?

Essas e outras conclusões serão tratadas mais a frente, no momento a intenção é provocar uma rápida reflexão sobre a essência do lugar na área da superquadra, é lançar de forma preliminar essa questão, pois ao longo deste capítulo perceberá que, em muitas das colocações de Costa, as preocupações com o lugar fez-se presente.

Seguindo com as percepções sobre o memorial do plano, destaca-se no momento o aspecto social, em que na concepção inicial, ou seja, no planejamento proposto no momento que Lúcio Costa apresentou suas ideias para o Plano Piloto, em 1957, as quadras propiciariam um convívio, independente do padrão social de seus moradores, que de acordo com Costa, “não afetaria o conforto social a que todos tem direito”. Complementa, “cabe a Companhia urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população”.

Essa visão de Costa, notadamente no que se refere diretamente à área residencial, objeto dessa pesquisa, percebe-se que sua proposta era embasada na valorização de uma vida

²³ Topoceptivo – Refere-se ao atendimento de expectativas topoceptivas por meio da percepção humana, nível caracterizado por presença física do observador no espaço considerado. A percepção integra a totalidade dos sentidos e da inteligência, mas a visão é a principal envolvida na percepção espacial humana (em caso de sua deficiência, atua o sistema tátil-cinético). In: KOHLSDORF; KOHLSDORF, 2005.

social, regada de encontros e possibilidades, o que ocorreria com um uso intenso do espaço público presente entre os blocos residências, espaços que seriam intensificados com o ar “bucólico” que adentrava os espaços, quebrando a rigidez do concreto, criando espaços propensos ao descanso, numa referência ao clima do campo e tudo que esse clima sugere, paz, sossego, o que se percebe em seus relatos ao longo do memorial descritivo do Plano Piloto de Brasília.

Nesse sentido, o conceito apresentado por Costa contrapõe ao pensamento sustentado por Sennett (2002) para as relações sociais em um mundo moderno, considerando que as preocupações do sociólogo transitam em torno do rompimento do espaço público como região privilegiada. Em sua visão, as inúmeras possibilidades advindas de uma cidade moderna acabariam por gerar conflitos em relação aos signos impessoais e pessoais, sugerindo aos espaços públicos a conotação negativa de estranhamento, perigo, indiferença; ao contrário do espaço privado, que passaria a assumir o papel de concentrar valores da vida, se conformando em sinônimo de refúgio, segurança.

Trazendo esse olhar de Sennett para a realidade das superquadras e imaginando um diálogo seu com as propostas de Costa, ele apostaria que os espaços de uma superquadra ficariam sem uso, considerando que o próprio bloco residencial e até mesmo as disposições de cada imóvel ofereceriam ao morador melhores condições de sossego, segurança; e, ainda, defenderia que a consequência desse esvaziamento, desse não uso do espaço favoreceria a hipervalorização da individualidade, o que culminaria em uma sociedade intimista.

Mas nem tudo é negativo para Sennett, mesmo com esse olhar, por vezes, caótico, apresenta uma sombra de esperança, definindo que a “proximidade” entre as pessoas seria o antídoto capaz de salvar a humanidade dos males que a assolaria, males esses concebidos por ela mesma, a impessoalidade, a alienação e a frieza (SENNETT, 2002, p. 317).

É perceptível o quanto a proposta de Costa difere desse pensamento. Em sua proposta, o chão público da superquadra, a liberdade de “ir e vir”, o trânsito entre os espaços são premissas que contribuiriam para o não constrangimento e inibição do morador de usufruir dos espaços existentes, e, assim, nesse transitar ocorreria o encontro, a socialização e as possíveis descobertas de um espaço inovador, advindo de conceitos já experimentados e vivenciados por ele e por outros arquitetos e urbanistas, defensores dessa prática, que entre outras possibilidades, ofereciam aos habitantes de suas áreas residenciais uma diversidade de possibilidades de convívio.

Atos como esses, que visaram a adoção dessa prática, faz-se lembrar das experiências de Clarence Stein (um dos principais proponentes da "Cidade Jardim"

movimento nos Estados Unidos) e Henry Wright no projeto de Radburn (1928) no Município de Fair Lawn quando lançam habitações agrupadas em “unidades de vizinhanças”, “com rigorosa separação do tráfego veicular do trânsito de pedestres mediante *closes*, vielas sem saída, compondo um sistema viário hierarquizado – [...] cada UV é equipada de escola primária, pequeno grupo de lojas, sala de reunião, bar e espaços verdes de recreação” (GOROVITZ; FERREIRA, 2009, p. 22-23).

Outro importante resgate sobre esse conceito de “unidade de Vizinhança” tem-se com Clarence Arthur Perry, um planejador americano, fundador da “[Regional Planning Association of America](#)”. Esse planejador desenvolveu o conceito de unidade de vizinhança, o que teve grande repercussão no mundo.

Na visão de Perry, as cidades deveriam ser construídas ou reconstruídas a partir da aglomeração de unidades menores, delimitadas por estradas principais, com centros comerciais nos cruzamentos.

As crianças dessas unidades, sem a necessidade de atravessar ruas e avenidas, poderiam ir caminhando com tranquilidade para sua escola, que seria local, assim, considerava que o tamanho ideal para essas unidades girava em torno de 6.000 a 10.000 habitantes.

Em um artigo produzido pelo arquiteto Vicente Quintella Barcellos, com o título: “Unidade de Vizinhança: notas sobre sua origem, desenvolvimento e introdução no Brasil”,²⁴ observa-se os pontos descritos por Perry (1929) para o planejamento de uma unidade de vizinhança, a partir do plano de Nova York (The Neighborhood Unit – 1929):

Sobre o Tamanho:

“Uma unidade de vizinhança deve prover habitações para aquela população a qual a escola elementar é comumente requerida, sua área depende da densidade populacional.”

Sobre os Limites:

“A unidade de vizinhança deve ser limitada por todos os lados por ruas suficientemente largas para facilitar o tráfego, ao invés de ser penetrada pelo tráfego de passagem”.

Sobre os Espaços Públicos:

“Um sistema de pequenos parques e espaços de recreação, planejados para o encontro e para as necessidades particulares da unidade de vizinhança devem ser providenciados.”

Sobre as Áreas Institucionais:

²⁴ Disponível em: <http://vsites.unb.br/fau/pos_graduacao/paranoa/edicao2001/unidade/unidade.htm>.

“Locais para escola e outras instituições tendo a esfera de serviço coincidindo com os limites da unidade de vizinhança, devem ser adequadamente agrupadas em lugar central e comum.”

Sobre o Comércio Local:

“Um ou mais locais de comércio adequados à população devem ser oferecidos, de preferência na junção das ruas de tráfego e adjacente a outro similar comércio de outra unidade de vizinhança.”

Sobre o Sistema Interno de Ruas:

“A unidade deve ser provida de um sistema especial de ruas, sendo cada uma delas proporcional à provável carga de tráfego. A rede de ruas deve ser desenhada como um todo, para facilitar a circulação interior e desencorajar o tráfego de passagem.”

Em Brasília, no projeto de Costa, as Unidades de Vizinhanças foram pensadas para um conjunto de quatro superquadras, conformando-se em um lugar de confluência das escalas gregária (em pequeno porte), bucólica e residencial –

na confluência de quatro quadras localizou-se a igreja do bairro, e aos fundos dela as escolas secundárias, ao passo que na parte da faixa de serviço fronteira à rodovia previu-se o cinema a fim de torná-lo acessível a quem proceda de outros bairros, ficando a extensa área livre intermediária destinada ao clube da juventude, com campos de jogos e recreio. (COSTA, 1991 apud BRAGA, 2010, p. 173)

Há de se destacar que no Relatório do Plano Piloto, Costa não menciona essa área como “unidade de Vizinhança”, sempre se refere ao termo “bairro”, o que demonstra sua intenção com o caráter próprio de cada unidade, reforça essa ideia quando sugere o plantio de espécies vegetais diversas na cinta arborizada de cada quadra (COSTA, 1991).

Sobre a forma da superquadra, em alguns momentos Costa, chega a referenciar alguns dos ingredientes de sua concepção, destacando o claustro dos conventos, a disposição da aldeia indígena, ao redor do pátio (CARPINTERO, 1998. p. 133).

A intenção do plano de Costa é que esses “bairros”, essas unidades fossem espalhadas por toda a área residencial, possibilitando aos moradores uma vida comunitária, uma vida comum, em que prevalecesse o senso comum de vizinhança. Assim, teríamos a configuração geral das Asas Sul e Norte, lançadas de forma equilibrada e simétrica numa sequência lógica e funcional, conformando-se cada asa a partir da junção de oito unidades de vizinhanças, cada com quatro superquadras. Tudo seria disposto em torno de um eixo, que regula de forma monumental e ao mesmo tempo simplória o conjunto pensado para a cidade. “o monumental e o doméstico entrosam-se num todo harmônico e integrado” (COSTA, 1995, p. 308).

Com essa visão, Costa enfatiza sua intenção, a união de conceitos que concebessessem uma cidade que fosse marco, mas que não perdesse sua essência de cidade, e, de forma corriqueira, se consistisse em lugar para a vida das pessoas.

Em seu livro “A invenção da superquadra”, Gorovitz e Ferreira (2009) apresentam importantes contribuições sobre o partido adotado por Lúcio Costa para a Unidade de Vizinhança e, conseqüentemente, para a Superquadra de Brasília, elucidando conceitos como “Axialidade”,²⁵ “Eurritmia”,²⁶ “Simetria”²⁷ e “Comodulação”²⁸, fatores que na visão dos autores são significativos no processo de articulação dos domínios públicos e privados.

Outro fato que merece destaque no projeto de Costa, precisamente, em seu plano para a área residencial, é a busca de um espaço que privilegie o entrosamento entre o individual e o coletivo. São as principais características desse projeto a possibilidade de união de culturas, de diferentes raízes do nosso imenso Brasil e quiçá de outros países.

Em seu livro “Raízes do Brasil”, Sérgio Buarque de Holanda trata com sabedoria do encontro, dessa mistura do individual com o coletivo: “Fui moldado por tantas pessoas e em tantos lugares, não apenas por instituições educacionais e encontros formais, mas também por amizades – tão importantes para nós brasileiros” (HOLANDA, 2005).

Em outro momento o autor descreve:

No homem cordial, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo [...] sociedade apenas aparente, que na verdade não se impõe ao indivíduo e não exerce efeito positivo na estruturação da ordem coletiva. (HOLANDA, 2005, p. 147)

Nesse contexto, o projeto de Costa para a superquadra culminaria pela adoção de um partido com diferente escala, cuja intenção era a produção de um espaço que se aproximasse das pessoas e de seus cotidianos. As áreas de vizinhanças que constituem as superquadradas, apesar de sua identidade própria, de sua autonomia, ligar-se-iam umas as outras, formando assim uma grande cadeia, criando uma espécie de elo, “onde as pessoas poderiam se encontrar, conversar, conviver, compreender-se”.

²⁵ Axialidade: Pelo princípio da axialidade, as AVs são apreendidas como conjunto ao longo do eixo residencial arqueado. In: GOROVITZ; FERREIRA, 2009.

²⁶ Eurritmia: Se relaciona com a harmonização, sugere um ritmo certo entre o trabalho e o descanso. Na visão de Gorovitz e Marcílio, as AVs combinam-se numa sequência regular que as harmoniza num ritmo cadenciado. In: GOROVITZ; FERREIRA, 2009.

²⁷ Simetria: A simetria reitera a composição plástica ao determinar a equivalência de relações. In: GOROVITZ; FERREIRA, 2009.

²⁸ Comodulação: A faixa arborizada configura a AV como entidade plástica que visa garantir a ordenação urbanística pela modulação e pela proporcionalidade que resulta das dimensões, grandes quadriláteros; In: GOROVITZ; FERREIRA, 2009.

O verde estaria presente, não apenas como moldura para as unidades de vizinhança, para as superquadras, mas para os blocos. A intenção de Costa era criar um grande bosque, proporcionar sombra, sugerir aos habitantes um convívio com a natureza, situação já experimentada por ele em outros projetos que antecedem Brasília, como em Monlevade e Parque Guinle.

Em uma de suas colocações sobre Brasília, Carlos Drummond de Andrade comentou que o risco de Lúcio Costa tinha vida, “era um rabisco e pulsava”.

Outro apaixonado por Brasília, o arquiteto Edgar Graeff, em um de seus depoimentos sobre a cidade, depoimento transcrito no livro de Armando José Buchmann, “Lúcio Costa – O inventor da cidade de Brasília”, comenta que a gênese da cidade de Brasília está embasada “nos sonhos de justiça social e de restauração da dignidade da morada humana que nutriram as ideias e propostas dos socialistas “utópicos” franceses e dos “culturalistas” ingleses, ao longo da primeira metade do século XX” (GRAEFF apud BUCHMANN, 2001, p.177-178).

Outro aspecto de relevante interesse para o entendimento do projeto de Lúcio Costa, para a superquadra do Plano Piloto, é explorado por Carpintero em sua dissertação de Doutorado (CARPINTERO, 1998). Trata-se do “sistema de propriedade”, que demonstra as preocupações do urbanista em relação ao resultado formal da composição da quadra, expressos por meio dos projetos surgidos com o tempo, com o desenvolvimento do plano. De acordo com Carpintero, a visão de Costa, descrita no item 22 do Relatório do Plano Piloto sobre o sistema de propriedade, nada tem a ver com a da Carta de Atenas, liga-se muito mais claramente à proposta de cidade – jardim de Howard ao se referir a quotas de terreno. Provem da Carta de Atenas suas preocupações estéticas, com a harmonia, beleza e qualidade de projeto (CARPINTERO, 1998, p.150-154).

Partindo desse paradigma, o projeto do setor residencial de Brasília remonta em suas origens a possibilidade de sugerir uma nova forma de morar, ato esse muito comum em nós, arquitetos e urbanistas, cujo desejo maior é proporcionar um espaço onde o “cliente” possa viver em harmonia e consiga exercer o seu papel enquanto cidadão. Essa é a grande intenção de um profissional de arquitetura, é assim que ele quer ser lembrado, não simplesmente como o “autor” do projeto, mas aquele que, a partir de um projeto, sugeriu um projeto de vida.

Certamente, essas e outras questões permearam a mente de Costa quando do projeto de Brasília. Se observarmos algumas de suas intervenções anteriores perceberemos que suas preocupações com o homem era evidente, suas preocupações em criar projetos que garantisse funcionalidade, praticidade, “modernidade”, mas projetos que não perdessem o elo com nossas origens, com nossas raízes.

Nesse sentido, há de se considerar que a superquadra foi concebida como área de convívio, seja “bairro” ou “unidade”, um lugar onde, de forma pacífica, o homem pudesse viver e conviver com o outro, de onde da janela do apartamento, como num ato interiorano “as mães pudessem ver seus filhos brincar, correr, ir a escola”.

Apesar das preocupações gerais e das críticas que permearam a construção da cidade de Brasília, em relação à sua escala e à frieza de seu traçado, percebe-se que a origem da superquadra proposta para o Plano Piloto em nada traduziu essas questões. A superquadra de Costa foi de fato pensada para o morador, para o homem, para a família. É perceptível essa transição com o restante da cidade, que em muito foi pensada para o deslocamento em carro, onde se pressupõe inclusive maior velocidade, que se reduz ao chegar na superquadra, ao passar por esse “portal” imaginário, o sentido muda, a atmosfera é outra.

Costa verdadeiramente lançou com o projeto da superquadra um novo conceito de morar, sugeriu, a partir de sua concepção, um lugar onde as pessoas aprendessem com a liberdade, pudessem viver sem barreiras, refere-se aos convencionais condomínios fechados, afinal na superquadra “o chão é público – os moradores pertencem à quadra, mas a quadra não lhes pertence no sentido próprio de propriedade particular. Essa é a grande diferença entre a superquadra e um condomínio fechado; não há cercas, nem guardas. No entanto, a liberdade de ir e vir não constrange nem inibe o morador de usufruir de seu território, e a visibilidade contínua assegurada pelos pilotis contribui para a segurança (COSTA, 85).

É perceptível a mudança do ar quando se entra na superquadra, existe realmente uma grande transição, e essa intenção sempre esteve presente no projeto de Costa, de forma leve, tênue.

Há de se considerar que o projeto de Costa sugeria uma grande ruptura, algo preconizado pelo próprio movimento moderno que respirava o ar da liberdade, refere-se às relações do indivíduo com o espaço, com o lugar, aos conflitos do homem em relação à autonomia e individualidade de sua própria existência, fruto de uma herança histórica.

Ao conceber a área residencial de Brasília, Costa tinha em suas mãos um grande desafio, romper com um conceito, criar um cenário em que as pessoas pudessem de fato um dia assumir como local de morada, que simbolizasse sua fuga do dia a dia, seu encontro com a natureza, de onde mesmo da vida individualizada de seus apartamentos, as famílias pudessem, ao descer, ter contato com outras famílias e, assim, aprender a viver em comunidade, a conviver com as diferenças, e, mesmo sem barreiras formais, conviver com os limites. Nesse sentido é a superquadra uma espécie de “arena” onde o homem pode exercitar e debater com ele e com os outros a escala de seus valores e, assim, a partir desse combate buscar os

estímulos para o desenvolvimento e reafirmação de seu papel como indivíduo, parte integrante de uma sociedade e, assim, conseguir o equilíbrio.

2.2.2 Fase 2 – Outro olhar sobre a superquadra: críticas a um conceito e o surgimento de uma realidade

Apesar de todas as características descritas anteriormente, que colocam a superquadra de Brasília no patamar de aglutinação de uma série de experimentos ao longo da história da modernidade, que envolveu a arquitetura e o urbanismo, e, também, como resultado das vivências de Lúcio Costa, nesse contexto, que envolveu o projeto elaborado para a superquadra do Plano piloto de Brasília, não se pode deixar de tecer alguns comentários sobre críticas surgidas ao longo da história em relação a alguns dos conceitos que contribuíram para a formação da superquadra e, conseqüentemente, de sua inserção enquanto elo, como parte da cidade moderna de Brasília, objeto de pesquisa.

Para a construção desse pensamento, serão destacados e trabalhados com mais ênfase alguns importantes nomes, entre outros: Janes Jacobs, com as críticas lançadas em seu livro “Morte e vida das Grandes Cidades” (2003) e James Holston, com seu livro “A cidade modernista: uma crítica a Brasília e sua utopia” (1993).

Jacobs (2000), já de início, alerta seus leitores para que a leitura de suas críticas sejam confirmadas e aferidas com o seu próprio conhecimento acerca da cidade e de seu desenvolvimento, “ceticamente”.

Sua crítica maior dá-se em função de seu descontentamento com as práticas adotadas pelo urbanismo moderno ortodoxo, em que teceu suas críticas a partir do programa norte-americano de renovação urbana das áreas centrais das cidades, “do fazer tábula rasa de setores urbanos consolidados”.

Na visão da autora, a prática desse chamado “urbanismo ortodoxo” teve o auge de sua representação com as experiências vividas com os conceitos e projetos de Ebenezer Howard, com a cidade – jardim e Le Corbusier, com sua “metrópole ordenada”, dois conceitos que muito influenciaram o projeto de Brasília.

Para sua análise, Jacobs fez uso de suas atribuições como jornalista e como observadora da realidade passou a emitir um olhar mais criterioso sobre a cidade, procurando identificar no cotidiano de grandes cidades norte-americanas as razões de violência, sujeira,

abandono, ou a ausência do aparecimento dessas razões, ou seja, a boa manutenção, destacando os elementos que nortearam uma qualidade de vida na região.

Procurou identificar e externar a força presente no “caos urbano” e no “microcosmo dos bairros”, que, em sua visão, constituem-se exemplos de uma cidade viva, repleta de significados, contrapondo-se aos vazios dos espaços criados pelos modernistas.

Uma de suas críticas mais voraz deu-se ao conceito de cidade-jardim de Howard (1989), com suas palavras, descreveu o surgimento desse conceito:

A vertente mais importante dessa influência começa mais ou menos com Ebenezer Howard, repórter britânico de tribunais, cujo passatempo era o urbanismo. Howard observou as condições de vida dos pobres na Londres do final do século XIX e, com toda razão, não gostou do que cheirou, viu e ouviu. Ele detestava não só os erros e os equívocos da cidade, mas a própria cidade, e considerava uma desgraça completa e uma afronta à natureza o fato de tantas pessoas terem de viver aglomeradas. Sua receita para a salvação das pessoas era acabar com a cidade. (JACOBS, 2000, p. 16-17)

E, ainda, de acordo com Jacobs, “Howard propôs, em 1898, um plano para conter o crescimento de Londres e também repovoar a zona rural, onde as vilas estavam em decadência, construindo um novo tipo de cidade, a cidade – jardim” (JACOBS, 2000, p.16-17).

De acordo com a jornalista, a intenção principal de Howard era a criação de cidades autossuficientes, núcleos agradáveis à vida, onde o homem pudesse viver em contato direto com a natureza.

Essa prática, na visão da autora, acaba por desconsiderar os projetos desse mesmo homem para sua vida, talvez seja isso que dificulte a assimilação do uso desses espaços tal qual foi concebido; o choque com a cultura do homem com o lugar proposto, a necessidade por uma intervenção no espaço, tornando-o condizente com o seu uso, sua vivência e da comunidade envolvida. Assim, a concepção de espaços com alto grau de planejamento, que não envolvesse a participação da comunidade local, descartava a complexidade que envolvia a vida social e cultural da esfera maior, a metrópole.

Nesse sentido, esses projetos propunham a criação de outro ambiente, um “cenário” em que as coisas deveriam funcionar de forma perfeita e consciente, pois, assim, acabam por desprezar a verdadeira natureza das metrópoles, o que de fato dá sentido às coisas, constituem-se como seu principal atrativo, as possibilidades, por vezes, ilimitadas, de crescimento surgidas com a concentração de milhares de pessoas, que seriam responsáveis pela diversificação econômica, de necessidades e de gostos (JACOBS, 2000).

De certa forma, para Jacobs e outros pesquisadores da época, esse tipo de conceito acabará por sugerir micro-organismos separados e isolados do conjunto da cidade, “uma utopia” na visão da autora, pois Howard compreendia que a melhor maneira de lidar com as funções da cidade era selecionar e separar do todo os usos simples e dar a cada um deles uma independência relativa (JACOBS, 2000).

Para Jacobs, as propostas que sugerem um urbanismo ortodoxo afastam as pessoas do convívio, representados pela presença da rua. Nessa prática, a rua passa a ser um lugar ruim, deve ser afastada do convívio humano, assim, as casas devem se voltar para dentro. Assim, a autora considera que a quadra, ou a superquadra, seria a unidade básica para o traçado urbano e não a rua (JACOBS, 2000), o que mais conta é o planejamento, desta forma, tudo deveria funcionar como uma unidade autossuficiente; deveria resistir às mudanças futuras, pois tudo já havia sido planejado, projetado.

Jacobs era contra todo o bucolismo presente na cidade-jardim, pois acreditava na força da densidade das metrópoles, não aquela ordenada idealizada por Corbusier, mas a cidade tradicional, onde se pode conviver com o “sabor dos relatos”, advindos das experiências daqueles que faziam usos de espaços como esses, ou seja, espaços baseados e experimentados a partir de uma vivência de uma cena real e não imaginária.

Em defesa a obra de Jacobs, Maricato, em site da USP, destacou em artigo que:

o urbanismo ortodoxo atribui às áreas livres uma importância exagerada além de ser inimigo da rua. O grande número de áreas livres previstas nos conjuntos habitacionais não presta aos encontros, mas ao contrário, frequentemente à violência. O paisagismo não garante o uso de uma área livre, mas sim a sua vizinhança e esta está condicionada à diversidade e intensidade de usos. Porque é tão frequente não haver ninguém onde há parques e nenhum parque onde há gente? (MARICATO, 2011)²⁹

Maricato, assim como Jacobs, acredita na força do convívio urbano, representada pela rua, onde o contato sugere o “florescer da vida pública”, a troca de experiências, o encontro de realidades diversas, favorece o aparecimento da diversidade.

Ainda em seu livro, “Morte e Vida das Grandes Cidades”, Jacobs (2000) cita o exemplo do planejamento urbano de North End, distrito de Boston: trata-se de uma área residencial de baixa renda, que se mistura a indústria pesada da orla e é considerada pelas autoridades como a pior zona de cortiços de Boston e uma vergonha municipal.

²⁹ MARICATO, 2011. Disponível em:
<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_resenhajacobs.pdf>.

Em sua primeira visita ao local no ano de 1939, Jacobs (2000) percebeu que suas construções eram super novas e apresentava um panorama geral de um distrito maltratado e miseravelmente pobre. Em 1959, vinte anos depois, ocorreu sua segunda visita ao local, a autora ficou espantada com as mudanças: prédios habitacionais reformados, excelentes mercearias, casas de estofamentos, serralheria, carpintaria e outros.

As ruas tinham vida, com crianças brincando, gente fazendo compras, passeando, falando, era grande e contagiante a atmosfera de bem estar nas ruas de North End.

Assustada com o que via, perguntou-se sobre o porquê de todas essas mudanças, de todo esse companheirismo, de toda essa alegria. Espantou-se em alguns momentos, chegou a checar endereços de moradores locais, pelo puro prazer de conversar e de se embriagar com aquela atmosfera que se apresentava.

Em um café, na companhia de um conhecido planejador de Boston, Jacobs comentou o ocorrido e, para sua surpresa, considerou aquela área como sendo a pior zona de cortiço de Boston. Preocupada com o que ouviu, questionou sobre os índices de mortalidade, doenças, delinquências, percebeu que o local tinha os menores índices. “Vocês precisam ter mais zonas de cortiço como essa”, disse Jacobs, e complementando, “não me diga que planeja demolir tudo. Você devia ficar aqui e aprender o máximo possível”. “Eu sei o que você quer dizer”, disse o planejador, complementando, “costumo vir até aqui só para andar pelas ruas e sentir esse clima maravilhoso das ruas, alegre. Você precisa voltar aqui no verão. Mas é claro que a gente vai acabar reurbanizando o bairro. Temos que tirar essas pessoas das ruas”.

Cabe uma pequena reflexão, apesar da intuição do reconhecido planejador da cidade lhe revelar as maravilhas daquele lugar, seu olhar de planejador, sua teoria sobre o melhor aproveitamento de espaço para a população, apresentava-lhe outra realidade, de um bairro ruim.

Com esse exemplo, Jacobs destaca que a maneira de decifrar o que ocorre no comportamento aparentemente misterioso e indomável das cidades é observar, mais de perto, com o mínimo de expectativa possível, as cenas e os acontecimentos mais comuns, tentar entender o que significam e ver se surgem explicações entre eles.

Para ela, o importante é saber entender e extrair o melhor do “caos” urbano; é não se amedrontar com as possibilidades que esse “caos” oferece.

Em sua visão, as propostas surgidas com o urbanismo moderno acabariam por distanciar o homem da rua, do convívio, do encontro; acabaria por sugerir certo isolamento; favoreceria a individualidade.

Essa questão remete-se a um pensamento bem comum na vida de arquitetos e urbanistas, trabalharmos com clientes que desejam a criação de espaços que, por vezes, nada tem a ver com o seu dia a dia, não tem referência com suas raízes, com sua história, mas funcionam, simbolizam um momento, marcam o “modismo” atual. Será que o resultado desse trabalho é satisfatório? O espaço foi pensado para o “cliente” e sua vida familiar ou para funcionar na visão pura do profissional de arquitetura? Nesse sentido é ou não importante o envolvimento do cliente em seu próprio projeto de vida, aqui expresso por sua moradia?

Acredita-se que essa é uma das grandes questões apontadas por Jacobs, a valorização do conflito, que significa vida. Nessa ordem harmônica, pensada para os bairros na concepção modernista, voltava-se o ideal da cidade descentralizada, as casas separadas em um ambiente com ar de campo. O que justamente Jacobs questiona é a perda de uma agradável mistura, de prédios e pequenos estabelecimentos comerciais, pois essa mistura cria uma dinâmica, faz a vida acontecer no bairro, na cidade. (JACOBS, 2000).

Ao invés de bairros com essa vitalidade, Jacobs acreditava que o conceito proposto por Howard acabaria por criar bairros monótonos, parques abandonados, praças vazias; desapareceria, então, o senso de coletividade e culminaria com o declínio da vida pública.

Pensando em vida pública, as preocupações do sociólogo e historiador norte – americano Richard Sennett (2002) retrata, a partir de sua mais famosa obra “O Declínio do Homem Público”, as formas de sociabilidade, comunicação, representação, atuação e relação entre as pessoas das grandes cidades, com o propósito de desmistificar a formação das concepções intimistas contemporâneas.

Apesar do clima nostálgico, desencantado e caótico, acredita-se que, por influência direta da guerra fria, década de 1970, época em que o livro foi escrito, traz inúmeras contribuições ao entendimento das relações sociais humanas.

Sennett (2002) observa inúmeros prejuízos de uma confusão entre a vida pública e privada, onde os assuntos são levados a público, tornando íntimo também o domínio público. Em sua visão, a morte do espaço público dá-se à medida que a “cultura do narcisismo” vai avançando no interior da cultura social. Sennett enxerga a “hipervalorização da intimidade, da privacidade, do silêncio como precursores do esvaziamento da esfera pública”.

Sennett traça um panorama acerca das sociedades, sobretudo do antigo regime, investigando as modificações de permanência dos tipos de relações sociais. Chega a relacionar a plateia dos teatros da época com a atuação das pessoas nos demais espaços públicos. Nesse contexto, numa analogia a teatro e platéia, demonstra um mundo onde as pessoas poderiam conviver com a diversidade, construída em códigos simbólicos que regulam

as interações sociais, alguns simples, como o próprio fato de se vestir ou de falar. (SENNETT, 2002).

No teatro era intensa a participação do público, que intervinha e exprimia suas sensações ao longo do espetáculo, com isso a peça tornava-se lugar de expressão.

Para o sociólogo, essa ação favorecia o reforço dos laços sociais, e sugeria o desenvolvimento de uma política pública, cuja retração deve-se ao desenvolvimento de uma “individualidade personalista”.

O autor aponta e discute acerca da introspecção do homem moderno, justificando que essa ocorrência deve-se ao seu descontentamento, suas frustrações com o mundo exterior, que com o passar do tempo parece-lhe rançoso e vazio.

Nesse sentido, na visão do sociólogo, rompe-se aos poucos a noção do espaço público como região privilegiada da sociabilidade. De um lado, os espaços públicos tomam a conotação negativa de estranhamento, perigo, indiferença; ao contrário, o espaço privado assume o papel de concentrar valores da vida, conformando-se em sinônimo de refúgio, segurança.

Certamente, a obra “O Declínio do Homem Público” traz inúmeras contribuições ao processo do entendimento acerca das relações sociais no mundo moderno, ao passo que desperta o olhar sobre o problema dos signos impessoais e pessoais. Sua investigação transita pelo duplo problema da relação entre o domínio público e privado e dos modos de expressão que o acompanham.

Mesmo diante desse contexto, essa prática de urbanismo “ortodoxo” foi muito difundida pelo mundo, sendo um dos precursores o arquiteto Le Corbusier, com sua Ville Radieuse, uma cidade sem pedestres e sem ruas, surgida em meio a um grande parque com 24 arranha-céu, que se comunicariam por meio de canais suspensos, uma cidade pensada para funcionar, totalmente padronizada, sem referências pessoais.

Assim, Le Corbusier descreve sua Ville Radieuse:

[...] Imagine que estamos entrando na cidade pelo grande parque. Nosso carro veloz toma a rodovia elevada especial entre os majestosos aranha-céus; ao chegar mais perto, vemos contra o céu a sucessão de vinte e quatro arranha-céus; à esquerda e à direita, no entorno de cada área específica, ficam os edifícios municipais e administrativos; e circundando esse espaço, os prédios universitários e os museus. A cidade inteira é um parque. (CORBUSIER, 1933)

Para Jacobs, esse conceito derivado da cidade-jardim foi trabalhado por Corbusier com algumas adaptações que a tornaram prática em locais densamente povoados. Em sua

visão, o urbanista Para o arquiteto, na cidade – jardim a natureza desintegra-se com a invasão de ruas e casas (JACOBS, 2000).

Mais uma vez tudo deveria funcionar, de forma clara e ordenada, a limpeza visual deveria prevalecer, mas onde ficam as relações sociais, onde o homem se encontra? Essa é a preocupação de Jacobs – a preservação do ato de compartilhar.

Em um trecho de seu livro, Jacobs (2000) destaca que os planejadores urbanos, por vezes, envolvidos no processo de reurbanização de cidades, como exercício para definição de estratégias, observam o burburinho causado por moradores que passam o tempo em esquinas movimentadas, alguns chegam a parar em movimentadas esquinas e ficam ali, aglomerando-se aos poucos, conversando uns com os outros, num ritmo intenso. Para alguns desses profissionais, essa visão é deplorável, pois consideram que, se essas pessoas tivessem um lar decente ou um lugar “apropriado”, como a sombra de uma árvore, não estariam na rua.

Sua preocupação está com equívocos dessa natureza, seu desejo está na preservação e criação de espaços que propiciem o convívio, que reúnam pessoas e possibilite que essas pessoas se conheçam socialmente.

Certamente, não há como se deixar as portas de uma casa completamente aberta em uma cidade grande, mas não se pode negar que limitar os contatos sociais à vida privada é uma considerável perda, pois as cidades estão repletas de indivíduos e, conseqüentemente, de saberes, e o contato com as pessoas é proveitoso e agradável, independentemente do ponto de vista do indivíduo.

Nesse sentido, o que se destaca na obra de Jane Jacobs é a questão da privacidade, da individualidade, do resguardo e proteção de uma vida em contraponto com a vida pública, não aquela que é vista simplesmente pela fresta da janela de um apartamento, uma “pequenina” fresta de onde se vê sem ser visto, de onde se resguarda a privacidade, mas aquela vida onde se busca um equilíbrio entre as relações de individualidade e coletividade, de onde se descubre o prazer de viver, dividindo, compartilhando experiências com a vizinhança.

Na visão da jornalista, o grande problema da prática do urbanismo ortodoxo está na concepção de protótipos de bairros “supostamente acolhedores e voltados para si”, que, em seu conceito original, desenvolver-se-ia em uma unidade de vizinhança, prevista para um determinado número de habitantes, que teriam ao seu dispor uma série de elementos que contribuiriam para uma vida funcional e agradável, como escolas, comércio, outros. “Um ideal de bairro em forma de ‘ilha’, voltado para si mesmo.”

Assim a vida daquela comunidade não seria com a cidade, mas com seu próprio bairro, no máximo com sua vizinhança direta, não ocorreria, assim, o envolvimento com o

restante da cidade, ou seja, não desfrutariam de toda a variedade de opções que a cidade oferece. Isolar-se-iam em sua “cidadezinha”, que deveria funcionar de forma a garantir sua máxima privacidade, sua proteção.

Assim como Jacobs, James Holston (1993) também trouxe algumas críticas à cidade modernista e conseqüentemente a Brasília, que, em geral, tratam sobre a inversão do uso do espaço público. Na visão de Holston, na cidade tradicional existe uma forte relação desse espaço com as ruas, o que não ocorre com a cidade modernista, que tem no bloco, no edifício, a própria estrutura urbana, ao passo que o edifício, disposto sobre “um grande manto verde”, seria o ponto de convergência.

Para Holston, Costa teria, em seu plano, sintetizado duas formas inovadoras, em que a ocupação planejada e a improvisada coexistiriam. Holston destaca a importância desse caráter, enfatizando que a cidade simbolizou um exemplo da invenção da nação proposta por JK, reinventado o tempo e o espaço nacionais (HOLSTON, 1993), mas que sucumbe diante da patrimonialização, do tombamento, que, para Holston, seria prejudicial à cidade, considerando que provocaria o engessamento de um potencial inovador, expresso pelo próprio caráter do plano, algo preliminar, experimental.

O antropólogo californiano é crítico do planejamento totalizante de Brasília – fixa o presente num plano imaginado, com roteiro, e este tipo de projeto é sempre já preservado. Para Holston, o planejamento de Brasília já nasceu completo, com o estigma de lei, ou seja, a cidade já nasceu tombada, assim, o totalizante haveria eliminado o imprevisto” (HOLSTON, 1993).

Mas será que todas essas críticas aplicam-se a Brasília de hoje? Será que a cidade deve se analisada em sua totalidade ou em partes? Será que o setor residencial, foco dessa pesquisa sofreu diretamente todas as influências dessa vertente modernista preconizada por Jacobs e Holston, entre outros, ou algo maior transcendeu todas as críticas e fez brotar uma cidade, com força, cultura e tradição?

Será que realmente as superquadras são frias, sem vida, será que as pessoas se encontram, será que existe alguma relação de vizinhança, algum contato, alguma troca de experiência ou prevalece o senso de individualidade?

Era esse o plano de Costa, será que em seu traçado não reservou lugar para o homem, para uma vida social, para uma vida em comunidade?

Todas as críticas lançadas por Jacobs e Holston têm seu fundamento, sua conotação de importância, mas no caso específico de Brasília, notadamente na área residencial, o tempo nos mostra que esse processo vem ocorrendo de forma diferenciada, o que se percebe a partir

das experiências vividas em fragmentos da cidade, ou seja, a partir da análise do uso dos espaços em algumas superquadras, objeto dessa pesquisa, exemplos que serão tratados a seguir; assim, a análise não ocorre de forma generalizada, mas de forma fracionada.

A base dessa análise fundamenta-se em parte em um dos mais graves problemas da vida moderna, a preservação da autonomia e individualidade, a necessidade que o homem apresenta em garantir o seu espaço, a sua proteção.

Sob a ótica do norte-americano Robert Ezra Park,

a cidade é algo mais que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas, etc. A cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição.³⁰

Assim, o sociólogo destaca que não se pode avaliar a cidade como mero instrumento físico, pois a essência da cidade está no envolvimento dos processos vitais daqueles que a compõem; “é um produto da natureza e particularmente da natureza humana”.

Para o historiador e filósofo alemão, Oswald Spengler (1973, p. 107) “A cidade é para o homem civilizado, o que a casa é para o camponês. Assim como a casa tem seus deuses lares, também a cidade tem sua divindade protetora, seu santo local. A cidade como a choupana do camponês, também tem suas raízes no solo”.

Nesse contexto não há como dissociar o homem de seu solo, de sua terra e, conseqüentemente, de sua cultura, não há como formar uma cidade, sem considerar a cultura que a antecedeu, que acompanhou o homem, que chegou para a sua formação, para a sua construção. Não há como pensar na história mundial, sem considerar o conjunto que formou essa história. “A cidade esta enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam.”

Em Brasília, a força da cultura é muito presente, apesar do ritmo de vida da cidade em alguns momentos obscurecer essa forte inflexão.

Desde o início dessa pesquisa, **esteve presente a certeza da força dessa cultura formadora para a concepção geral dos espaços que vem se formando no interior das superquadras, foi grande a surpresa com cada visita, com cada descoberta, realmente, percebeu-se outras cidades dentro de uma mesma cidade**, espaços de uso intenso, onde a força da comunidade fez-se presente, outros com pouco uso, sejam pela elitização da própria

³⁰ Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_de_Chicago_\(sociologia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_de_Chicago_(sociologia))>.

superquadra, com seus blocos de apartamento mais valorizados, sejam pela inexistência de uma força comunitária local, em alguns casos percebi um completo abandono.

A seguir, propõem-se um conhecimento e uma análise mais específica acerca dos pontos que podem ou não ter contribuído com o “**uso**” e o “**não uso dos espaços**”, buscando a construção de um pensamento sobre o processo de apropriação dos espaços, o que identificaria ou não uma relação mais intensa desses moradores com sua terra.

Nesse sentido será trabalhado um olhar mais específico sobre **símbolo, significado e “lugar”**, no intuito de perceber os valores atribuídos ou não pelos moradores aos espaços aqui pesquisados, buscando a percepção dessa identificação ou dessa não identificação.

Ao final, propõe-se um **diálogo com o espaço construído**, buscando, a partir dos conhecimentos traçados, uma análise específica sobre como esses espaços foram de fato recebidos e como vêm sendo construídos e reconstruídos por seus usuários, moradores das áreas envolvidas na pesquisa.

2.2.2.1 Espaço-lugar: símbolo-significado-legitimidade

Quando residimos por muito tempo em determinado lugar,
podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser nítida,
a menos que possamos também vê-lo de fora
e pensemos em nossa experiência.
(TUAN, 1983, p. 20-21)

A intenção é buscar de forma clara, entender e reconhecer, a partir das memórias, o significado de alguns lugares para um determinado grupo de pessoas, avaliando o poder de comunicação que esses espaços emitem sobre esse determinado grupo, que vive e faz uso do mesmo.

A base dessa leitura será a dissertação de Giannina Picado Maykall, apresentada no ano de 2004, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília – FAU – UnB, com o tema: “Um olhar sobre o Espaço Urbano como Símbolo”. Tal pesquisa trata das relações entre as configurações urbanas e os simbolismos, que as coletividades sociais interpretam a partir delas, objetivando a investigação da questão simbólica dos lugares.

No que toca às questões de legitimidade, a companhia será de Kevin Lynch, com seu livro “A Imagem da Cidade” (1977), Henri-Pierre Jeudy, com o livro “Espelho das Cidades” (2005) e Maria Elaine Kohlsdorf, com seu livro: “A apreensão da Forma da Cidade” (1996).

De início, considero impossível entender a relação entre o homem e o espaço por ele habitado, sem antes buscar a percepção do significado que esse espaço significa para o

mesmo, considerando que essa é a força que torna legítimo esse espaço e que o coloca em um patamar de destaque aos olhos daquele que dele faz uso.

Para Holanda, pode-se considerar como símbolo tudo o que, seja por sua forma, seja por sua natureza, evoca, representa ou substitui, num determinado contexto, algo abstrato ou ausente (2010).

Se pensarmos nos espaços que nos deparamos em nosso cotidiano, percebemos que alguns comparecem a partir de um forte apelo emocional, ou seja, tem significado especial para nós, nos transmite algo que justifica sua presença em nossa mente, em nosso coração, enquanto outros nada significam, passam despercebidos em nossa vida.

Nesse sentido, o espaço é elevado a categoria de lugar, quando ele guarda para nós um certo significado, mesmo que esse significado seja abstrato, oculto e inexplicável. (MAYKALL, 2004).

O Geógrafo Yi Fu Tuan trata essa questão sob a ótica da psicologia, colocando em sua análise sobre o conceito de lugar a afetividade produzida pela humanidade em relação ao mesmo.

Tuan (1983) destaca que enquanto o materialismo histórico entende o lugar como uma expressão geográfica da singularidade. A corrente humanista percebe o lugar como uma porção do espaço em relação ao qual se desenvolvem afetos, que surgem a partir da experiência individual ou coletiva de grupos sociais. Para o geógrafo, “o lugar é uma área que foi apropriada afetivamente, transformando um espaço indiferente em lugar, o que por sua vez implica na relação com o tempo de significado deste espaço em lugar. O lugar é um mundo de significado organizado” (TUAN, 1983, p.198).

Nesse contexto, percebe-se que Lugar difere de espaço por sua condição de valor para quem dele faz uso. É com o tempo que ocorre essa conversão, é com o tempo que construímos uma relação humana. Assim, o lugar é o espaço que se torna familiar às pessoas e consiste no espaço vivido da experiência. Como parte do espaço, o lugar é ocupado por sociedades que ali habitam e estabelecem laços tanto no âmbito afetivo, como também nas relações de sobrevivência. “Lugar é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais [...] Sentir um lugar é registrar pelos nossos músculos e ossos” (TUAN, 1983, p. 203).

A condição básica de análise desses conceitos é a comparação, o contraste. Assim, não se pode passar pela análise de um determinado lugar sem considerar a identificação de

segmentos e tipos sociais, as formas de vivência, interação e sociabilidade nesse referido lugar.

“Compreender como um mero espaço torna-se lugar intensamente humano, tem relação direta com a percepção dos interesses humanísticos, como natureza da experiência, a qualidade de ligação emocional dos objetos físicos as funções dos conceitos e símbolos na criação de identidade do lugar” (TUAN, 1982 apud HOLZER,1999).

A ligação emocional com o espaço, que identifica o lugar, está relacionada ao conceito de Topofilia,³¹ “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal”. (TUAN, 1993).

Assim, pode-se pensar em lugar como algo em constante processo de construção, aberto, em movimento, que se reconstrói a cada dia, de acordo com a memória, a afetividade e a própria imaginação humana.

Se repassar esses conceitos para o lugar no espaço público, perceber-se que esses adquiriram *status* mediante percepção de seus usuários, cidadãos que depositaram no mesmo uma carga afetiva, um olhar diferenciado, perceberam algumas das materialidades que tornaram aquele espaço em lugar.

É de extrema importância o real entendimento desse conceito, pois, a partir dessa descoberta, é possível a percepção dos símbolos coletivos e de seus significados em um determinado lugar, reconhecidamente legítimo para um determinado grupo de pessoas, para uma determinada comunidade. E, se a cultura baseia-se em símbolos e esses, por sua vez, precisam ter significados, a compreensão dos símbolos é necessária à compreensão da própria sociedade.

No ritmo acelerado das transformações vividas pela cidade, não se pode deixar de perceber a representação que cada pessoa faz dela, não se pode deixar de considerar a multiplicação dos signos por toda a cidade, é a partir dessa leitura que a cidade se reinventa, que cada cidadão a percebe e a legitima como lugar.

Na visão de Kevin Lynch (1997), de alguma forma cada cidadão, cada integrante de uma cidade mantém com esta vastas associações, impregnadas de lembranças e significados, e é essa relação que forma em nossa mente a imagem dessa cidade.

No que se refere à categoria de legitimidade e identidade, a simbolização tem início com a apreensão do significante.

³¹ Topofilia – Considera-se como o elo entre a pessoa e o lugar (TUAN, 1994).

Em seu livro “A apreensão da Forma da Cidade”, Maria Elaine Kohlsdorf destaca as qualidades configurativas na forma dos lugares, considerando que essas contribuem para a construção de símbolos coletivos, e a conseqüente garantia de sua identidade. Assim, considera que a intensidade da decodificação da imagem desse lugar depende da sua legibilidade. (KOHLSDORF, 1996).

2.3 Conclusões parciais

Primeiras reflexões sobre uma realidade: diálogo com o espaço construído

Um objeto ou lugar atinge realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, isto é, através de todos os sentidos, como também com a mente ativa e reflexiva.
(TUAN, 1983)

Neste capítulo, a partir da exposição de alguns conceitos trabalhados, é possível notar a importância da percepção dos símbolos que legitimam ou não determinado lugar, sendo o intuito despertar o nosso pensamento sobre como de fato estamos percebendo a cidade e que valores são atribuídos por nós a um determinado lugar.

No caso específico de Brasília, e mais precisamente do universo trabalhado, a superquadra, esse reconhecimento, essa percepção define o uso do espaço, é esse reconhecimento que faz com que determinada comunidade conceda a determinado espaço na superquadra status de lugar.

Pensando o lugar como de início indiferenciado, mas que foi, aos poucos, se transformando à medida que foi surgindo o seu reconhecimento, foi recebendo valor, foi sendo percebido e reconhecido pelos moradores, usuários ou simplesmente observadores.

Uma rápida reflexão. Quando se menciona “observadores”, intenciona-se destacar o fato de que mesmo não fazendo uso direto dos espaços da superquadra, o direito de “ir e vir” atribuído ao projeto por Costa, permite que os espaços da superquadra sejam contemplados enquanto ponto de passagem, ou seja, as pessoas, mesmo não morando em uma ou outra superquadra, podem conviver com seus espaços diariamente quando se deslocam para determinado local, assim podem quando desejam deixar de ser apenas observadores para assumir o papel de usuários, é um processo livre. Essa é uma grande característica do projeto de Costa, o respeito à liberdade, ao direito de “ir e vir”.

Ao se pensar no caso de Brasília, iremos nos deparar com uma cidade que foi construída e concebida com o *status* de ser marco, que foi entregue, virou patrimônio, teve

seu reconhecimento mundial como obra de arte, como museu a céu aberto, mas não teve, de imediato, seu reconhecimento como lugar. Nesse sentido, Brasília não foi, de início, reconhecida por seus moradores, pessoas que aqui chegaram com outros lugares em mente, seus lugares de origem, onde nasceram, constituíram suas famílias. Assim, inicialmente, esse reconhecimento se deu somente como espaço, como território.

Aos 51 anos de existência, esse conceito começa a ser alterado. No caso específico de algumas superquadras do Plano Piloto, é latente esse senso de lugar. É notável que, em algumas superquadras, percebe-se claramente que seus habitantes atribuíram aos seus espaços públicos um significado especial, um *status* de lugar, que se liga ao seu próprio modo de vida. Portanto, dependendo do grau de intimidade e de legitimidade que se tem em relação ao lugar, este pode se constituir em referência de suas vivências afetivas, que alguns chegam a chamar de qualidade de vida, expressando a sua relação com o lugar, considerado por ele um referencial de espaço para a sua vida.

É certo que não se pode generalizar, não são todas as superquadras que se percebe essa transformação, mas é possível afirmar que esse sentimento vem crescendo a cada ano, que esse senso de pertencimento vem se impregnando de significados, mobilizando nossa razão e nossa sensibilidade.

Se nos permitirmos aqui um rápido exercício, certamente, nos depararemos com vários lugares na cidade, lugares repletos de significados, como: Feira da torre, Beirute, Pizzaria Dom Bosco, o Porão do Rock e chegando no universo das superquadras, como por exemplo, SQN 203 e SQN 402, casos particulares de vivência pessoal, é intensa a relação com essas superquadras, lugares dotados de grande valor, lugares que me transmitem sensações. Com esses lugares, construí uma relação de vivência, de vida comum.

Para “Um objeto ou lugar atinge realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, isto é, através de todos os sentidos, como também com a mente ativa e reflexiva” (TUAN, 1983).

Certamente, há muito mais na cidade do que o olho pode ver, do que o ouvido pode ouvir, existe sempre um lugar para ser explorado, para ser percebido, um cenário a ser descoberto, repleto de vivências e experiências, lembranças e significados.

Percorrendo a cidade de Brasília e desvendando os mistérios e peculiaridades que envolvem a escala residencial, deparou-se com vários cenários notadamente legítimos, lugares que foram assumidos por seus habitantes, reflexo de muitas imagens individuais, de uma sobreposição de camadas e camadas de cultura.

Nesse sentido destacam-se alguns exemplos, cenários encontrados ao longo do conhecimento do objeto dessa pesquisa, que fizeram notar, em primeiro momento, que moradores de algumas quadras conseguiram sentir a grandeza do espaço, por meio da simplicidade existente e, com essa percepção, fizeram uso dos espaços, aproveitaram o sol, a sombra, e vários outros recursos naturais que o espaço oferece, como: a SQS 303 (Figura 25), SQN 309 (Figura 26), SQN 216 (Figura 27), e outras existentes na cidade. Assim, a partir de suas vivências individuais e coletivas, atribuíram vida, transformando os espaços em lugares.

Figura 25**Figura 26****Figura 27**

Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Em outros momentos, percebemos, também, pracinhas sob as árvores, formando recantos, como recanto do “fuxico” na quadra SQN111(Figura 28), o recanto da amizade na SQN 313(Figura 29), e tantos outros que estimulam o uso através de uma espécie de pausa na

paisagem, sugerindo em alguns momentos, certo “ar interiorano”. Encontramos pessoas estudando em bancos (Figura 30) de uma pracinha, outras tocando violão à sombra de uma grande mangueira; pais, filhos, avós, tios, personagens dessa terra e por que não, sonhadores que aqui chegaram em busca de realização profissional, de tranquilidade e até mesmo qualidade de vida.

Figura 28



Figura 29



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Figura 30



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

E, continuando as descobertas, vimos pessoas fazendo churrasco na área comum da quadra, como é o caso da SQN 113 (Figuras 31 e 32), outras tomando chimarrão à sombra de uma árvore, ou no pilotis do bloco, também na SQN, local com alto índice de Gaúchos; encontramos pessoas e por pouco tempo, compartilhamos a emoção do momento, de viver a energia do lugar.

Figura 31



Figura 32



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Através dessa caminhada, descobrimos, nas superquadras, lugares que se caracterizam como pontos nodais de concentração, consistem em foco, sintetizam a vida no lugar, caracterizam o sentido de “bairro”, que de certa forma foi pensado por Costa no momento de sua concepção.

Até que ponto as pessoas sabem o que estão criando, será que de fato foi intencional e planejada a criação desses cenários? Será que esses espaços são suficientes ao dia a dia? Qual o seu olhar sobre o espaço?

Até pode ser que não consiga resposta para essas perguntas, mas isso não diminui a força e a conotação desse lugar, isso não diminui o seu significado para determinada comunidade. Para o geógrafo Yi Fu Tuan (1983), o homem constrói mundos mentais para se relacionar com outros homens e com a realidade externa por meio da linguagem abstrata de sinais e símbolos.

No pensamento de Tuan, merece destaque seu conceito sobre Topofilia, considerada como a ponte afetiva, o elo entre o indivíduo e determinado lugar. Tuan faz menção ao poder, à força dos lugares sobre os indivíduos, destacando que esses lugares provocam emoções, evocam imagens, lembranças.

Observa-se assim que é necessária a utilização de símbolos para a criação de vínculos emocionais entre um indivíduo ou determinado grupo e seu ambiente, pois quando esse simbolismo reúne as esferas individuais e coletivas, contribui para a segurança emocional e a perpetuação dessa coletividade como cultura (MAYKALL, 2004). Assim, a convergência de sentidos atribuídos é, portanto, condição necessária à transformação de um espaço em lugar.

Para a geógrafa e cientista social Doreen Massey (2000) não existe um único “sentido de lugar”, principalmente porque as pessoas estão inseridas socialmente de forma

diferente, assim não corrobora com o conceito defendido por David Harvey (1996) sobre a improdutividade de manutenção dos lugares.

Massey defende que “em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-lo como momentos articulados em rede de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande porção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente” (MASSEY, 2000, p. 38)

Disso resulta que os lugares não são necessariamente “nichos inalteráveis”, são construídos socialmente e negociados a partir do cotidiano e da convergência de sentidos a eles atribuídos; assim não é inalterado, é flexível, mutável de acordo com a cultura e a identidade que nele atua e que são compartilhadas a partir de um entendimento mínimo sobre os códigos que o qualificam como lugar.

Para Simmel (1998) o espaço vazio era desprovido de significações, ao contrário, lugares são espaços dotados de convergências simbólicas, assim, acredita que a natureza sociológica de um espaço depende da troca de significados, de experiências, ou ainda, das ações de socialização.

“É nos lugares que as pessoas vão “[...] encontrar seus iguais, exercitar-se no uso dos códigos comuns, apreciar os símbolos escolhidos para marcar as diferenças” (MAGNANI, 1993, p. 50).

Essa qualificação consiste em pano de fundo teórico para entender a problemática de usos e contra usos cotidianos dos espaços públicos das superquadras do Plano Piloto de Brasília, que se constituem em lugares, dotados de qualificação e legitimação.

O caso das superquadras de Brasília exemplifica bem essa questão de transformação de espaço em lugar. O fato de a cidade ser protegida como Patrimônio Cultural da Humanidade não inibiu algumas ações pitorescas nas áreas comuns das superquadras, em alguns casos, a partir de ações singulares percebe-se através das atitudes e algumas intervenções a marca da cultura local, o que restabelece nexos entre identidade e lugar. É interessante observar que existe certo senso de liberdade de intervenção, não controlada pelo poder local.

Certa vez ao visitar a SQN 109, deparei-me com uma situação extremamente pitoresca, uma intervenção que poderia ser considerada como “não lugar”, poderia se apresentar em qualquer outra cidade, em qualquer outro lugar. Refiro-me a uma pequena praça, um cenário criado pela prefeitura da quadra, com mesas em retalhos de azulejo, canteiros com esculturas de cavalo marinho, mastros para bandeira e outros elementos que no

geral contribuíram para a criação do cenário, mas o que mais me chamou a atenção foi a existência de quadros, telas de pintura a óleo presas nas árvores, conformando uma espécie de “estar ao ar livre”. (Figura 33)

Figura 33



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Se pararmos para refletir esse espaço, em nada se relaciona com os princípios pensados para Brasília, uma cidade moderna, mas traz em seu conjunto a marca da identidade e da cultura de determinado grupo, que acredita na força de um espaço pensado nesse molde e independente de pensar sob a ótica preservacionista, o espaço funciona, em visitas realizadas, por várias vezes nesse local, está sempre limpo e bem frequentado, existe vida, as pessoas desfrutam da sombra das árvores, sentam nos bancos e lancham em mesas de azulejos. No entanto, há de se destacar que em “Brasília Revisitada” (1985/87) Costa ressalta que o plano havia saído de sua cabeça, mas a cidade deveria ser assumida por seus moradores, brasileiros que certamente, dariam o tom, atribuiriam cor à cidade.

Pode-se até não concordar com esse tipo de intervenção, mas não se pode deixar de considerar sua força cultural; o laço de afetividade com o lugar se faz presente, esse lugar é legítimo, pois favorece entendimento mínimo de seu significado cultural e esse significado é compartilhado e qualificado por aqueles que dele fazem uso; é legítimo para essas pessoas.

O fato do lugar não atender aos princípios pensados para a cidade patrimônio cultural da humanidade, não elimina sua configuração como lugar, ao contrário, o que se percebe é um lugar de singularidade espacial socialmente reconhecida. É nesse sentido que o lugar é sempre

espaço de construção da diferença, onde se inscrevem as marcas que caracterizam o senso de pertencimento e coletividade.

Não seria, portanto, legítima a delimitação e criação do lugar da SQN 109? Não seria legítima que essa comunidade delimitasse seus espaços, assim como fazem outras identidades urbanas?

A cidade é o resultado de práticas sociais e ações simbólicas que politizam seu cotidiano, assim lugares não existem por si mesmos, embora um determinado lugar signifique demarcação no espaço e no tempo, é necessário que esse se contraponha a outros lugares, buscando afirmação pública, um reconhecimento, reflexo de sua própria existência e singularidade.

Ao comentar sobre essas intervenções nas áreas das superquadras se pretende elucidar questões que permeiam uma sobrevida do sentido de bairro presente no próprio memorial do Plano Piloto de Brasília e também trazer à tona a construção de um patrimônio singular, que ao longo do tempo vem sendo construído e assimilado por boa parte da população residente nas superquadras do Plano Piloto.

Ao pensar sobre as políticas de patrimônio nos vem à mente a preservação de lugares cuja história inscreveu em seus espaços, registros de uma memória muitas vezes difusa. Por vezes, esquece-se de mencionar os sujeitos dessa ação, que contribuíram para a construção desse patrimônio, o sujeito responsável pela construção de uma memória supostamente comum a determinado grupo.

Desvendar as nuances de um processo de apropriação e uso de determinado lugar, passa por desvendar as próprias nuances do patrimônio que foi assumido por determinado grupo, essa perspectiva de conhecimento é necessária e oportuna para compreender como esses usos reinventam lugares, criam laços de tradição, escrevem a história singular desse lugar.

CAPÍTULO 3

O DIREITO DE IR E VIR

Por ser um lugar de intensa concentração de múltiplas atividades urbanas e o cerne no qual se produzem todas as formas do saber-arte, ciência e cultura, a cidade é a obra do homem que se distingue pela alta complexidade que encerra, que é composta por insumos objetivos e subjetivos. As saturações ambientais e as tensões psicológicas geram poluições que tanto podem ser concretas quanto abstratas. As primeiras se constituem em agressões percebidas pelos sentidos e que podem causar tensões corporais aos cidadãos. As segundas se constituem nos insultos estéticos – culturais captados, consciente ou inconscientemente, pela sensibilidade, provocando injúrias na alma do cidadão. Sabe-se que o ser humano somente será integralmente saudável quando mantiver seu conjunto psicossomático contrabalançado, ou seja, enquanto mantiver em equilíbrio seus domínios orgânicos e psicológicos. Este mesmo fenômeno é observado nos espaços urbanos. Por essa razão a busca de valores estético – culturais da cidade, concebendo-a como um território aprazível para se viver, produzir e cultivar o lazer, não pode ser considerada uma maquiagem, da mesma forma que a procura da limpeza objetiva de seu meio ambiente não pode ser considerada uma medida supérflua. Ambas são indesejáveis: uma adoce o corpo, e a outra embrutece a mente. O perfeito controle dos índices de qualidade destas duas rubricas é que tornará agradável – felicitas urbis – o uso dos espaços urbanos da cidade. (CAZÉ, 2000, p. 44)

3.1 Uma reflexão sobre o público e o privado na superquadra do Plano Piloto

A cidade não é feita de pedras mas de homens porque as pedras da sua construção são a expressão da vida humana que nela tem lugar. Enquanto construção humana por excelência, a cidade e sua arquitetura expressam a realidade existencial dos seus habitantes. (SANTOS, 1998, p.77)

Nos capítulos anteriores, explorou-se a origem e concepção da superquadra, destacando-se também algumas críticas surgidas a esse tipo de concepção, reflexo do conceito surgido com o movimento do urbanismo moderno, a cidade-jardim.

Foram enfatizadas as características primordiais que fazem da superquadra de Brasília um lugar legítimo, reconhecido não apenas como área residencial, como fragmento de cidade protegida, como patrimônio cultural da humanidade, mas, sobretudo, como dimensão da escala urbana onde, aos poucos, os moradores vêm experimentando e vivenciando como lugar de morada e como tal, construído a partir de suas memórias individuais e coletivas.

São muitos os elementos e conceitos que tornam esse espaço legítimo para seus moradores, mas de todos, certamente existe um que pode ser considerado como o elo, o ponto crucial que comunica com visões que vão além do que os olhos conseguem enxergar, trata-se das construções sobre pilotis, espaços vazados que se integram ao gramado e ao jardim em um plano quase inteiriço, permitindo a liberdade de trânsito por todo o espaço, ao menos essa era a intenção do projeto de Costa, uma visão sem interrupção, um percurso intenso, estímulo à sensação de permeabilidade.

Essa questão norteia inclusive a relação das pessoas com o lugar, ao passo que sugere uma divisão harmônica do espaço, assim o espaço público deixa de ser “quintal” individual para ser “quintal” coletivo, onde as pessoas precisam exercitar seu lado de cidadão, dividindo, pensando o lugar como organização polivalente, com muitas funções, erguido por muitas mãos, construindo assim um lugar adaptável às percepções de seus usuários, cidadãos.

Nesse sentido, a forma da superquadra passaria a expressar não apenas funções fundamentais como circulação, usos, pontos focais, outros, mas também expressaria as esperanças, os prazeres e o senso comunitário, em que seus moradores/usuários poderiam impregnar com suas memórias, com sua cultura, com seus próprios significados e relações. Então, a partir dessas características se aproximaria do protótipo de “bairro”, proposto por Costa, com vida própria, que por suas características singulares tornar-se-ia um verdadeiro lugar, notável e inconfundível.

Mas ao longo de seus 51 anos de existência, como se deu esse reconhecimento, será que de fato os moradores e usuários das superquadras já a reconhecem como lugar de vida, ou seja, esse lugar já reflete suas identidades? Como ocorre a relação desse morador com toda a extensão de verde presente na superquadra? Como ocorre a relação com o espaço público?

Certamente, como já abordado antes, não existe unanimidade de relação com o espaço na cidade de Brasília, existem fatores que direcionam e intensificam ou não essa relação, fatores sociais, políticos, culturais, econômicos.

Ao longo do processo de pesquisa, a partir de visitas às superquadras, foi possível conhecer de perto a grande diversidade presente nos usos dos espaços, deparando-se com realidades distintas, encontrando situações em que se percebe total ligação do morador com o espaço, e em outros uma busca intensa por garantia de preservação de sua individualidade, onde se evidencia que o espaço público comparece apenas como cenário, como elemento de contemplação, não de uso.

A partir desse momento, trataremos dessas descobertas, buscando um diagnóstico sobre as causas e os efeitos de um ou de outro uso, percebido, chegando por fim à identificação de tipologias de uso encontradas durante as visitas, onde se percebe, a partir da identificação das tipologias de uso, que serão tratadas a seguir, que a homogeneidade física do uso do espaço coincide em parte com o status dos moradores. Essa questão favorece o senso de individualidade, pois a partir dessa condição ocorre um recorte no uso do espaço, sendo a superquadra para os que têm maior e menor poder aquisitivo, o que contraria as bases conceituais do projeto de Costa, que pregava socialização entre grupos diversificados, confirmando o fato de que uma cidade não foi pensada e estruturada apenas para uma pessoa, mas para uma população com grande diversidade de formação cultural. Nesse sentido, os usos de determinado espaço são ou não reforçados a partir do contraste percebido com outro de natureza distinta.

Para entendermos melhor essa questão, é necessário antes entendermos um dos mais graves problemas que assola a vida moderna. Trata-se da intensa reivindicação do homem em preservar sua autonomia e individualidade; é preciso entender como ocorre a conexão entre o individual e o coletivo. É por meio dessas conexões que ocorre o registro do pensamento, o armazenamento das lembranças, que são enunciadas aos demais para mútua utilidade e conversação.

Por natureza, o homem é um ser social, mas não nasce membro de uma sociedade, nasce, sim, com a predisposição; com o passar do tempo, depende dele o grau de integração com a sociedade da qual faz parte (SÊGA, 2011).

No campo da filosofia, Aristóteles, em seu livro “Política” confirma essa verdade ao descrever:

O indivíduo, quando isolado, não é autossuficiente; no entanto, ele o é como parte relacionada com o conjunto. Mas aquele que for incapaz de viver em sociedade, ou que não tiver necessidade disso por ser autossuficiente, será uma besta ou um deus, não uma parte do Estado. Um instinto social é implantado pela natureza em todos os homens. (ARISTÓTELES, 2000, p. 146-147)

Em seu livro “A Construção Social da Realidade”, Berger e Luckmann (1960) apontam que a socialização ocorre a partir do processo de interiorização do indivíduo no meio social. Tal processo deriva do reconhecimento e compreensão dos indivíduos sobre seus semelhantes, para em seguida interpretarem o mundo no qual estão inseridos.

O Sociólogo brasileiro José Martins de Souza, com seu livro “A sociabilidade do homem simples” (2008) pesquisou o cotidiano do homem simples, com ênfase no homem brasileiro. Em seu livro, com o respaldo nas ideias de Henri Lefebvre, Martins assegura que o “cotidiano não é meramente residual, mas sim a mediação que edifica as grandes construções históricas que levam adiante a humanização do homem”. Nesse contexto, percebe-se que a história é vivenciada e decodificada no cotidiano, assim o cotidiano determina a vida social e suas relações com determinado grupo e com o mundo em geral. O cotidiano está presente no espaço público e privado.

Ainda imbuído no pensamento de Souza, destaca-se que a vida cotidiana alcança seu ápice a partir do momento em que os indivíduos são conduzidos, são estimulados a determinada prática ou ação social. É nesse cenário que as relações ocorrem.

Se pensarmos nos cenários que nos deparamos no interior das superquadras, perceberemos situações que nos remontam a um pensamento? Será que esses espaços nos convidam a uma vida comunitária, será que esses espaços estão aptos a propiciarem o encontro, será que seduzem a uma prática, a uma ação social?

Quantas vezes, ao abrirmos a janela do apartamento e nos depararmos com um determinado cenário público, esse nos convidou a fazer parte dele, a interagir a partir do uso?

Será que essa experiência é válida ou é melhor nos mantermos na individualidade de nosso apartamento, de onde só contemplamos, sem nenhuma relação, sem interagir com o espaço e consequentemente com a sociedade em questão? Será que o espaço nos convida a interagir?

Ao longo das visitas realizadas, foram encontrados cenários diversos, situações em que percebeu-se o uso intenso dos espaços públicos da superquadra, crianças brincando, jogando bola, passeando com seus pais ou babá; pessoas se exercitando nos *kits* malhação;

mas também foram encontrados espaços individualizados a partir de cada bloco residencial, pequenos parquinhos construídos nas proximidades do bloco, áreas que são cercadas e protegidas de outros moradores. Naquele espaço, as crianças do bloco interagem apenas com outras crianças do próprio bloco, pois o fato da existência de uma cerca delimitando esse local cria uma barreira que afasta a possibilidade de convivência daquela criança com outras crianças da superquadra, assim ela estaria “protegida” e sua privacidade estaria “resguardada”.

Essa prática nos apresenta uma realidade bem diversa daquela pensada por Costa com o projeto do plano, em que a intenção maior era a socialização, era a total interação entre os moradores, era o confronto de realidades e não a limitação dessa interação.

Na Asa Norte, essa situação ainda é mais grave que na Asa Sul, a própria topografia da região favorece essa individualização, em alguns casos o desnível é explorado pelos moradores como fator limitador, os platôs surgidos auxiliam ainda mais a “privatização” dos espaços imediatamente colados aos blocos residenciais, como é o caso da superquadra SQN 303 – Bloco “K” – Residencial “Alberto Peres” (Figura. 34).

Figura 34



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Em alguns desses espaços, existe uma placa destacando o uso “comunitário” do espaço, mas será que esse uso de fato ocorre ou apenas os moradores do bloco fazem uso do espaço?

Essa é a questão aqui abordada, a relação ou não do indivíduo com o espaço público, é sua interação com o mesmo; mais a frente, quando tratarmos das tipologias de uso encontradas ao longo da pesquisa, será avaliado o poder integrador do espaço como cenário às ações do homem, no caso o morador, possível usuário desse lugar.

Como de fato ocorre a relação do morador de uma superquadra com o espaço público? Em Brasília, como já mencionado anteriormente, essa relação não pode ser generalizada, deve ser avaliada de forma pontual, pois sua avaliação se liga diretamente à situação financeira presente na superquadra, onde percebemos real distorção do que foi proposto por Costa com o projeto do plano, onde intencionava que:

E seja qual forem, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos tem direito. Elas decorrerão apenas de uma maior ou menor densidade, do maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos materiais e do grau e requinte do acabamento. (COSTA, 1991)

De fato, esse pensamento e essa intenção não ocorreram em sua totalidade, pois temos superquadras onde ocorre grande distanciamento dos moradores com o espaço público, enquanto em outras temos uma relação intensa.

Em superquadras como a SQN 303 e a SQN 311, onde temos blocos de apartamento mais valorizados, percebemos que a existência de recursos como o tratamento paisagístico, restringe o uso direto do espaço por outros moradores, cria uma situação de isolamento, de privatização camuflada da área, impedindo o “direito de ir e vir”, onde os pilotis deixam de ser ponto de passagem, de ligação permeável com a área verde, passando a se tornar um *hall* ampliado de cada bloco, um espaço que tem como entorno “belos” jardins com suas composições paisagísticas assinadas, em alguns casos percebemos até o uso de esculturas nos jardins, que seguem acompanhadas também de efeitos de luz.

Outro fator que deve ser considerado na análise geral é a questão de segurança, em que o aumento de casos de assalto, sequestros relâmpagos e outros delitos incentivam o não uso do espaço público, por “medo”, por “insegurança”.

É comum percebermos nos pilotis o aparecimento de câmeras para registrar e “controlar” o trânsito no local; em alguns prédios percebe-se que essas câmeras também invadem a vida no espaço público, controlando o fluxo, o trânsito de pessoas no entorno do bloco, esse é outro fator que inibi o uso do espaço, afinal, não é nada agradável namorar em um banco de praça, tendo a sensação de que está sendo observado.

Nesse contexto, com a presença de todas essas questões apresentadas, como fica o espaço público, aquele que existe na superquadra, previsto em projeto para o uso social do espaço? Será que passou a funcionar apenas como moldura verde para a superquadra, para os blocos de apartamento? Será que os aspectos levantados anteriormente fizeram com que o

jardim do próprio bloco fosse o limite de ocupação do morador, que no máximo desfruta de seus bancos, de seu cenário?

Cenários que criam recantos, com bancos estrategicamente colocados para o deslumbramento do paisagismo existente, de lá se consegue enxergar seu filho brincando, não no espaço público da superquadra, mas no parquinho cercado por grade (Figura 35) nas proximidades de seu bloco da SQN 211, da pracinha (Figura 36), também na SQN 211 e na SQN 111 (Figura 37) e em alguns casos, como na SQN 303 – bloco “F”, no parquinho existente no próprio pilotis. (Figura 38)

Figura 35



Figura 36



Figura 37



Figura 38



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Essa situação faz lembrar-se do discurso de Sennett em seu livro “O Declínio do Homem Público” (SENNETT, 2002), em que traça um panorama acerca das sociedades, sobretudo do antigo regime, investigando as modificações de permanência dos tipos de relações sociais. Em sua visão, a morte do espaço público se dá na medida em que a “cultura do narcisismo” vai avançando no interior da cultura social. Sennett ano enxerga a

“hipervalorização da intimidade, da privacidade, do silêncio como precursores do esvaziamento da esfera pública”.

Será que ao tentar fazer com que determinado bloco de uma superquadra se destaque do conjunto, fazendo uso de recursos de paisagismo e outros, estamos experimentando o que Sennett descreve como “cultura do narcisismo?” Será que ao criarmos um parquinho imediatamente colado ao bloco, sugerindo uma “privatização camuflada” estamos assim experimentando o que Sennett chama de “hipervalorização da individualidade?”.

Ainda pensando com Sennett, até que ponto os espaços públicos da superquadra refletem o mundo que desejamos para nossas relações sociais; em seus estudos, o sociólogo relaciona a plateia dos teatros da época com a atuação das pessoas nos demais espaços públicos. “Teatro e plateia se refletiam ao criarem um mundo em que as pessoas poderiam conviver com essa diversidade, pautadas em códigos simbólicos – como modo de vestir ou de falar – que regulavam as interações sociais”.

No teatro, era intensa a participação do público, que intervinha e exprimia suas sensações ao longo do espetáculo, com isso a peça tornava-se lugar de expressão.

Para o sociólogo, essa ação favorecia o reforço dos laços sociais, e sugeria o desenvolvimento de uma política pública, cuja retração se deve ao desenvolvimento de uma “individualidade personalista”.

Em outro momento, Sennett (2002) aponta e discute acerca da introspecção do homem moderno, justificando que essa ocorrência deve-se ao seu descontentamento, suas frustrações com o mundo exterior, que com o passar do tempo lhe parece rançoso e vazio.

De maneira geral, para mais bem entendermos as influências no uso do espaço público, destacam-se a seguir cinco aspectos percebidos ao longo da pesquisa como norteadores desse uso, como aspectos que favorecem ou não a interação entre o espaço público e o usuário, buscando perceber até que ponto o espaço nos convida a interagir com ele:

1. Aspecto cultural local (emocionais – simbólicos - legitimidade - identidade);
2. Existência ou não de liderança comunitária;
3. Configuração do espaço público;
4. Aspecto econômico;
5. Aspecto de segurança/insegurança;

Objetivando uma análise mais precisa quando forem analisadas as tipologias de uso mais a frente (Capítulo 5), trataremos cada um dos aspectos supracitados de acordo com as

observações traçadas sobre cada uso identificado, buscando o real entendimento sobre as possíveis influências dos mesmos na avaliação do uso do espaço público.

3.1.1. Sobre o Aspecto Cultural Local

Emocionais – simbólicos – legitimidade – identidade

Trata-se da identidade do usuário com o espaço público existente, nesse sentido o aspecto cultural é de extrema importância e muito contribui para uma relação de intensidade ou não com o espaço. Esse aspecto já foi amplamente abordado anteriormente, quando se destacou o papel das pessoas ao emitir significado ao espaço, elegendo-o como lugar, como referência de vida.

Existem superquadras que têm em sua maioria pessoas de determinada região, às vezes do sul, como é o caso da SQN 113 e outras. Esse aspecto contribui muito para a formação e interação das pessoas com o espaço público, considerando a “bagagem cultural” dos usuários e sua forma de interagir com o espaço.

No caso da superquadra SQN 113 (Figura 39 e 40), é comum em época de frio depararmos com moradores papeando em cadeiras do “tipo cadeira de praia” nos pilotis do bloco ou nos gramados da superquadra, enquanto degustam seu chimarrão, assim colocam o papo em dia, contemplam o lugar e relembram algumas histórias vividas em sua terra natal.

Figura 39



Figura 40



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Situações como essas, nos remetem a visões de cidades interioranas, onde é comum a existência de pequenas praças, de espaços onde as pessoas podem sentar ao final da tarde para ver a vida passar, de onde participam da vida de outras pessoas, de onde de certa forma

participam da vida daquele lugar; espaços convidativos, com seus bancos, seus recantos, seu parquinho, seus canteiros, esses, algumas vezes formados e cultivados pelos próprios moradores.

Não se pode negar que em algumas superquadras é visível essa relação com o espaço, percebe-se uma forte ligação dos moradores com o espaço público.

Em algumas tipologias encontradas, deparou-se com situações inclusive “pitorescas” como a SQN 415 e SQS 210, onde os moradores de determinado bloco chegaram a criar cenários que propiciam o encontro, pracinhas com pisos em mosaicos, bancos elaborados, instalação de fontes e elementos de contemplação, são visões que fogem do dia a dia de uma cidade reconhecida como patrimônio cultural da humanidade.

Nesse sentido, como símbolo, como marco da arquitetura e urbanismo moderno, certamente, não é esse tipo de cenário que imaginamos encontrar em uma cidade como Brasília; mas existe, é um espaço reconhecido pela comunidade local, que vive e faz uso do mesmo, que o considera legítimo, por retratar uma realidade que é comum a sua formação cultural, que de alguma forma o faz lembrar-se de sua cidade de origem, que desperta sua emoção, evoca sua memória e ajuda na construção de um cenário que de certa maneira contribui para a manutenção de uma tradição que é apresentada aos seus descendentes, pessoas nascidas em Brasília, que passam, de um lado a conviver com a realidade de uma cidade moderna, mas de outro, convive com os traços culturais de sua família.

A compreensão da cultura e de seus efeitos sobre os cenários conformados na cidade permite estabelecer uma ponte, uma relação com os conceitos de sua formação e tendo o homem como agente dessa expressão é necessário entendê-lo como parte integrante desse processo que constitui a cultura e, por vezes, como a própria cultura.

Há coerência na reflexão que enxerga a compreensão da cidade, de um lugar a partir do pensar do indivíduo que dela faz uso, que dá forma a esse espaço, que a ele empresta sua própria identidade. “Compreender a vida no espaço construído é compreender o ser humano na sua diversidade e complexidade” (SANTOS, 1998, p. 47).

Em seu livro: “A mundialização da Cultura”, Jean Pierre Warnier (2003) observa que o fator identidade define-se a partir de um conjunto de repertórios, entre outros a cultura. Esses repertórios permitem a uma pessoa reconhecer sua vinculação a certo grupo social e identificar-se com ele.

Essa observação nos faz crer que é a presença do homem, com sua diversidade cultural, com suas características peculiares, que permite a construção de um espaço diferenciado, por vezes “uma cultura da outra” (SANTOS, 1998, p. 47).

A partir das conjunturas abordadas no contexto que coloca a cultura como expressão humana, é possível fazer uma analogia de nossa ligação com os cenários por nós construídos com nossa relação com a própria casa. O filósofo Bachelard (1974) ano trabalhou com ênfase as questões que permeiam a compreensão do habitar e a imensa carga simbólica que nela se expressa.

Em uma de suas observações, o filósofo francês afirma que “só mora com intensidade aquele que já soube encolher-se” (BACHELARD, 1978 apud SANTOS, 1998, p. 53-54). Com essa observação, Bachelard faz menção ao próprio surgimento do ser humano, referindo-se ao seu primeiro lugar de morada, o útero.

Para ele “o útero é o espaço fundamental primeiro do ser humano”. Com essa descrição, ele alerta sobre questões como segurança, proteção, bem-estar, são desfrutadas no “espaço uterino”, são nossas primeiras sensações, que se refletirá em nossa vida, ou seja, o ser humano passa quase todo o tempo de sua vida buscando essas sensações. Se repassarmos esse conhecimento, essa sensação uterina para a casa, perceberemos que, para ser reconhecida, é preciso oferecer essas condições, conforto, segurança, bem-estar; a casa representa nosso lugar no mundo, nosso ponto de apoio, nosso porto seguro.

Essa relação intensa entre o ser humano e seu espaço aparece registrada em vários estudos, não apenas de Bachelard, mas também em estudos como o do poeta Austríaco Rainer Maria Rilke, onde descreveu:

Não tornei mais a ver no decorrer do tempo essa estranha morada. Tal como o encontro em minha lembrança de revelação infantil, ela não é uma construção: esta fundida e repartida em mim: aqui um cômodo, acolá outro cômodo e um fundo de corredor que não liga mais esses dois cômodos, mas está conservado em mim como fragmento. Foi assim que tudo se espalhou em mim, os quartos, as escadas que desciam com lentidão cerimoniosa, outras escadas, vãos estreitos que subiam em espiral, na escuridão dos quais caminhávamos como o sangue nas veias. (RILKE apud BACHELARD, 1978, p. 234)

As preocupações de Bachelard nos apresentam a intensa relação do homem com o espaço, da troca do mesmo com o lugar onde constrói sua vida.

Se repassarmos essa relação para a cidade, ou ainda, para os espaços que conformam a cidade, lugares onde se nota forte inflexão cultural, perceberemos que, em muitas situações a cidade comparece como sendo uma ampliação da casa. Assim, é admissível que se transfira para os espaços da cidade “os sentimentos e sensações próprias da casa e da vida que nela se viveu e que se sinta a cidade do mesmo modo que se sente a casa” (SANTOS, 1998, p. 58).

Em uma bela passagem de seu livro “Poesias Completas” o poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto descreve a forte relação existente entre Sevilha, na Espanha, e sua gente:

O sevilhano usa Sevilha
 com intimidade,
 como se fosse a casa
 que ele habitasse.
 Com a intimidade ele usa
 ruas e praças:
 com intimidade de quarto
 mais que de casa
 E mais que intimidade,
 Até com amor,
 Como um corpo que se usa
 pelo interior
 ... ruas que o sevilhano
 fez para si mesmo,
 pequenas e íntimas para
 seu aconchego,
 sevilhano em quem se encontra
 ainda o gosto
 de ter a vida à medida
 do próprio corpo.
 (MELO NETO, 1986, p. 167-168)

Com seu olhar sensível, João Cabral descreve por meio dessa poesia a intensa relação entre o homem e a cidade; busca por meio de palavras como: amor, intimidade, casa, aconchego, corpo, vida, reforçar a ligação, a conotação de que um lugar na cidade pode transmitir ao homem. A partir dessa percepção, o homem compreende esse mesmo lugar como seu, como extensão de sua casa.

A partir da construção de uma relação de identidade com a cidade, com o lugar, foi surgindo um sentido maior e intangível, construindo uma cidade, “não apenas de pedras, mas de homens”; de acordo com Santos:

Porque as pedras da sua construção são a expressão da vida humana que nela tem lugar. Enquanto construção humana por excelência nada ocorre por acaso, nem é fruto apenas, de decisões conscientes. Como expressão da condição humana atende a desejos e necessidades tanto conscientes quanto inconscientes, do mesmo modo como ocorre na vida do indivíduo. (SANTOS, 1998, p. 77)

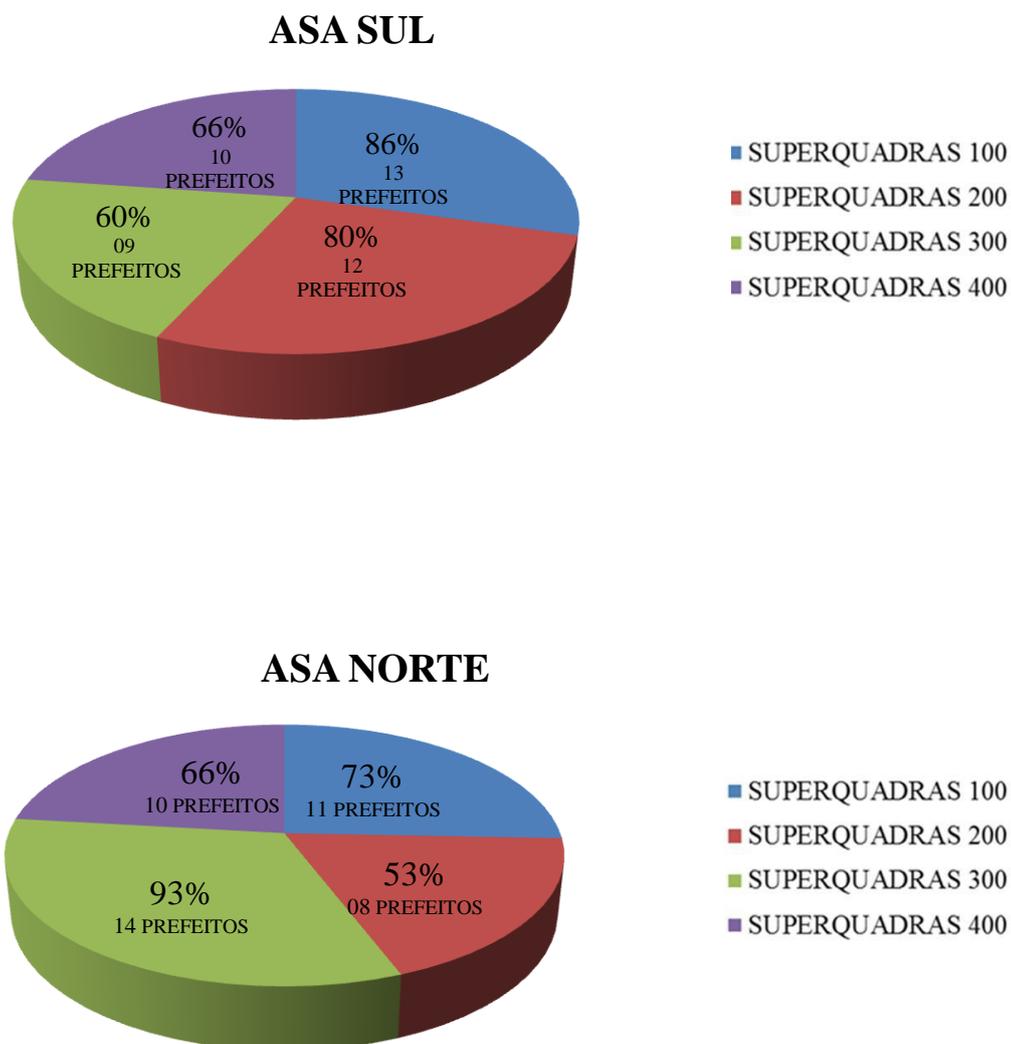
Assim, não é possível pensar, falar ou entender os espaços, os lugares que conformam uma cidade sem antes perceber como esses espaços refletem o social, o cultural; é certamente a partir da troca de experiências singulares de seus habitantes, sejam essas conscientes ou inconscientes que ocorre a identificação com o lugar, é esse sentimento de reconhecimento, de identidade que faz valer a pena viver e conviver em determinado lugar.

3.1.2. Sobre a existência ou não de liderança comunitária

Para entender a figura do(a) Prefeito(a) comunitário(a), é necessário entender a hierarquia de poder no Governo do Distrito Federal. No posto maior, temos o Governador do DF, em seguida as Secretarias de Estado. No âmbito comunitário, temos para cada uma das Asas Sul e Norte um Conselheiro comunitário, em seguida um Prefeito comunitário que representa cada superquadra do Plano Piloto e depois o síndico de cada um dos blocos da superquadra.

Em muitas superquadras do Plano Piloto, temos a presença de um prefeito comunitário. De acordo com dados conseguidos junto à Administração Regional de Brasília no ano de 2011, tem-se:

Figura 41



Fonte: GDF – Administração Regional de Brasília – RAI / Conselhos Comunitários Sul e Norte / Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria) / Ediberto San Miguel.

Os prefeitos nem sempre são eleitos pela comunidade geral da superquadra, pois nem sempre ocorre disputa, por vezes é uma indicação de algum condomínio ou manifestação própria de alguém que deseja desenvolver um trabalho na superquadra.

Cabe a figura do Prefeito o papel de porta voz da comunidade junto ao conselho comunitário da Asa e junto à Região Administrativa de Brasília, conhecida como RA – I.

Em algumas superquadras, de acordo com a Administração Regional de Brasília, existe inclusive uma sede para a prefeitura (Figuras 42 e 43), o que facilita a relação com a comunidade local, mas em geral essas sedes não são muito utilizadas em função da questão de segurança, normalmente a sede da Prefeitura fica no próprio bloco onde o prefeito reside, ou seja, na sala do condomínio.

Figura 42



Figura 43



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

É comum que esses conselheiros e prefeitos, pela presença efetiva junto ao poder público do DF, assumam outras lideranças no GDF, como deputados, outros.

O dever do prefeito comunitário é, junto com o conselheiro, levar ao conhecimento do poder público, no caso a RA I, as reivindicações da comunidade local, facilitando o trabalho do GDF.

Será que esse repasse de informação geralmente ocorre? Será que de fato o que chega até a RA I simboliza de fato as reivindicações dos moradores?

Nem sempre isso ocorre, nem sempre essa liderança comunitária é atuante e algumas vezes o que chega ao GDF em nada corresponde aos interesses da comunidade local, quando muito, representa os interesses de alguns síndicos.

Mas o que fazer para que essa participação seja efetiva? É necessário que o GDF incentive a criação de prefeituras nas superquadras, mas antes consiga de fato discutir com essas prefeituras as peculiaridades de cada superquadra, apresentando algumas das dificuldades enfrentadas no cotidiano, conscientizando essa prefeitura sobre a necessidade inicial de uma educação patrimonial, não simplesmente passando para as prefeituras os parâmetros gerais que fazem de Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade, mas, sobretudo, da importância de valorizar a cultura presente em cada uma dessas superquadras, de valorizar não apenas o individual, mas também o saber coletivo.

É importante destacar que o prefeito de uma superquadra é uma espécie de mediador, de intermediário de demandas da comunidade junto ao GDF, em que conduz questões de melhoria do espaço da superquadra, como iluminação, segurança, calçadas, reformas de parquinhos e praças e outras questões.

No entanto, se faz necessário ressaltar que ao visitar algumas das prefeituras existentes no Plano Piloto, durante a fase de levantamento de campo da pesquisa, percebeu-se certo ar de descontentamento com o apoio do GDF às causas comunitárias, nesse sentido boa parte das prefeituras vem buscando, por meio de recursos conseguidos com a própria comunidade, prover a área de algumas reformas emergenciais, apontadas pela própria comunidade. Essa questão foi bastante abordada pelos prefeitos das superquadras ao longo da pesquisa.

Há algum tempo, no Governo Cristovam Buarque, participou-se de um projeto que visava a construção desse pensamento junto à liderança comunitária de cada superquadra, o trabalho intitulado “Brasília: uma paisagem em construção” visava propor um olhar mais específico sobre as superquadras, no intuito de buscar maior aproximação com as experiências vividas em cada uma dessas superquadras, assim, com base nesse conhecimento seria possível falar em uma linguagem compreensível sobre patrimônio. E também seria possível a melhor divisão de tarefas e conseqüentemente um maior envolvimento da comunidade nos projetos da superquadra, pois esses projetos não seriam apenas entregues, esses projetos teriam sua concepção compartilhada com a própria comunidade.

Atualmente, mesmo sem um trabalho direto do GDF com as prefeituras das superquadras, muitas dessas prefeituras têm desenvolvido intervenções nas áreas públicas internamente a sua área residencial, intervenções que visam de uma maneira geral tornar o espaço convidativo à comunidade local, como fez a SQN 313 com seu “Recanto da Amizade” e a SQN 111 com sua “Pracinha do Fuxico” e tantos outros exemplos que temos espalhados pela cidade.

Já essa relação com o espaço público não é percebido na SQS 213 e na SQN 205, superquadras sem prefeitos, onde apesar da existência de ótima área para uso da comunidade, não se percebe o uso concreto do espaço.

Evidencia-se, entretanto, que mesmo sem uso do espaço com áreas voltadas ao lazer e contemplação, é claro que de uma forma ou de outra o espaço público é utilizado, como trânsito, local de contemplação, local de passeio e caminhada e outros, mas não se nota a presença de espaços com o nível de cuidado percebido em outras superquadras, onde têm

parquinhos, quadras esportivas, pracinhas e outros espaços de uso da comunidade, ou seja, o espaço público existe, mas não foi assumido pela comunidade local.

3.1.3. Sobre a configuração do espaço público na superquadra

Trata-se da forma de como os espaços públicos comparecem, ou ainda, são conformados no interior da superquadra a partir da disposição dos blocos residenciais. Na visão de Lúcio Costa, não existiria uma definição exata para essa disposição, poderiam ser dispostos de forma variada:

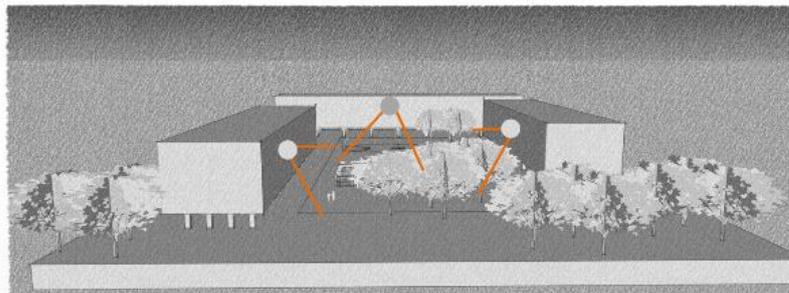
Dentro destas “superquadras” os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo, porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra. (COSTA, 1991)

Como perceberemos na análise das tipologias de uso de espaços públicos nas áreas residenciais do Plano Piloto (Capítulo 5), a configuração do espaço público pode ou não favorecer o uso desse espaço.

Em algumas superquadras temos blocos que sua disposição, naturalmente, conformam o espaço, criando uma espécie de “pátio” (Figuras 44, 47 e 48), onde os blocos residenciais têm suas fachadas voltadas para o espaço, é como se o espaço público fosse o jardim do bloco, um jardim que é compartilhado com outros blocos, com outras pessoas, o que pressupõe prática de convivência social, nos moldes pensado por Costa quando concebeu a cidade.

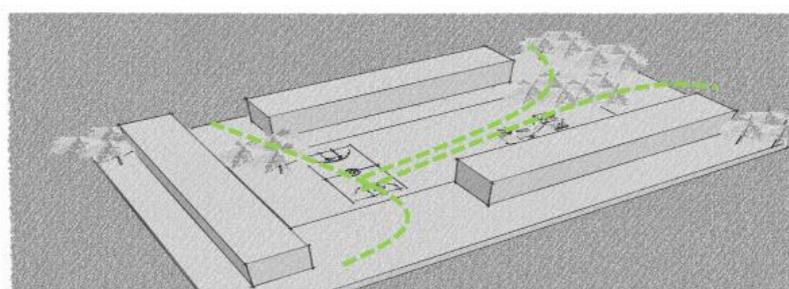
A Figura 44 também ilustra os ângulos de visão do espaço ocupado, o “pátio” comentado anteriormente. Já a Figura 45, ilustra a fluidez do espaço, que seria melhor se não ocorresse obstáculo nos pilotis, que impedem o livre transitar, obstáculos como: paisagismos elaborados (Figura 46) que restringem a passagem e ocupação do pilotis com salões de festa.

Figura 44



Fonte: Lua Bittencourt.

Figura 45



Fonte: Lua Bittencourt.

Figura 46



Figura 47

Figura 48



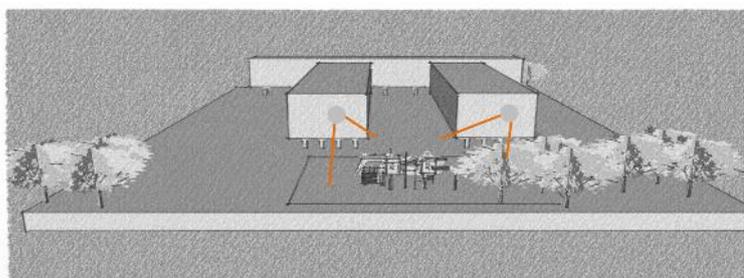
Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Já em outras, é notável que a disposição dos blocos favorece certa individualização (Figura 49), o que contribui com o surgimento de áreas isoladas que privilegiam o contato social em um universo limitado, com o próprio bloco ou, no máximo, com sua vizinhança direta, ou seja, o bloco da frente.

A Figura 49 também ilustra os ângulos de visão do espaço ocupado que se projetam na empena cega do bloco, o que impede o maior controle e visualização do conjunto ocupado. Em espaços como esses, temos um espaço menos convidativo, pois ao cruzar os blocos, quando é possível, temos entre os mesmos um estacionamento. A outra face por vezes tem tratamento com jardins e nos pilotis, salão de festas. (Figura 50)

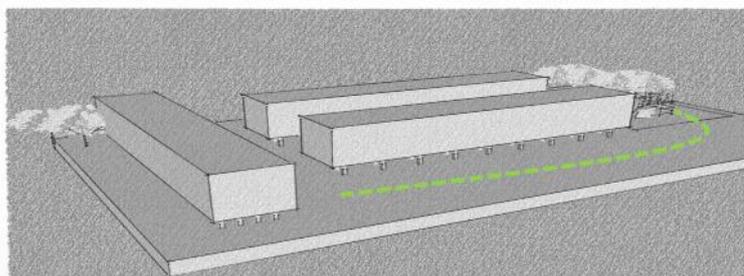
Cabe destacar que situações como as ilustradas na segunda configuração são mais comuns nas superquadras 100 e 200, Asas Sul e Norte. (Figura 51)

Figura 49



Fonte: Lua Bittencourt.

Figura 50

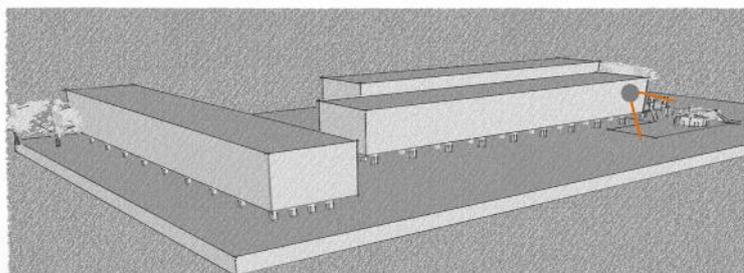


Fonte: Lua Bittencourt.

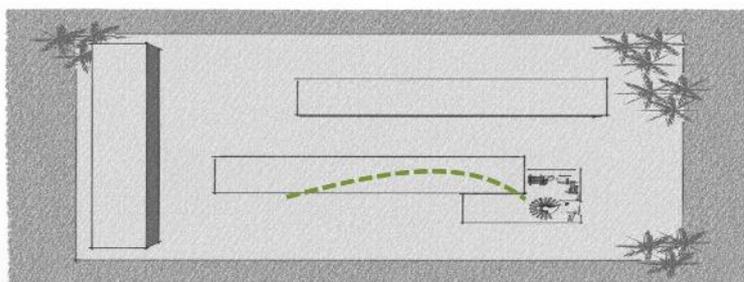
Figura 51

Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Outra possibilidade de configuração é a que se chama de “privatização camuflada”, trata-se de ocupações coladas ao próprio bloco, geralmente cercada com grade e algumas com cadeados. (Figuras 52, 53 e 54).

Figura 52

Fonte: Lua Bittencourt.

Figura 53

Fonte: Lua Bittencourt.

Figura 54

Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Esse padrão de configuração inibe o uso do espaço por moradores de outros blocos, considerando que geralmente é um parquinho ou pracinha que o próprio bloco mantém. Situações como essas são mais comuns na Asa Norte, pois a própria diferença de nível existente em algumas superquadras favorece essa prática.

Se buscarmos em nossa mente o que nos seduz e o que nos afasta de um espaço público, ou seja, de uma área destinada ao uso social, como praça, um parque, pode-se buscar uma análise a partir de dois momentos, de dois exercícios de pensamento: no primeiro, temos uma pracinha de uma tradicional cidade do interior; o que de fato nos seduz e nos convida a esse uso? Perceberemos que é o aconchego que essa nos proporciona, e esse aconchego certamente está diretamente ligado à segurança, com a possibilidade de controle que o espaço nos oferece, ou seja, com um simples olhar conseguimos enxergar esse universo.

Agora, vamos ao segundo caso, que venha à mente uma praça em uma cidade moderna, uma cidade como Brasília e Palmas, espaços monumentais com muito verde no gramado, belos canteiros, mas pouca sombra, será que esse espaço nos convida, será que esse espaço nos possibilita algum tipo de convivência? Ou são espaços de contemplação?

Pensa-se que a resposta a essas perguntas pode ser encontrada na reflexão sobre a configuração desses espaços, enquanto no primeiro caso nos sentimos protegidos, aconchegados, ou seja, conseguimos manter certo domínio sobre o espaço, no segundo caso, parece que o espaço nos reprime o uso, nos transmite um “ar de frieza” como se a escala existente nos distanciasse do contato com o outro, ou seja, não conseguimos manter domínio sobre o espaço.

É o que se pode chamar de espaço convidativo ou não convidativo, nesse aspecto percebe-se, como veremos mais a frente, que mesmo as projeções dos edifícios, em alguns

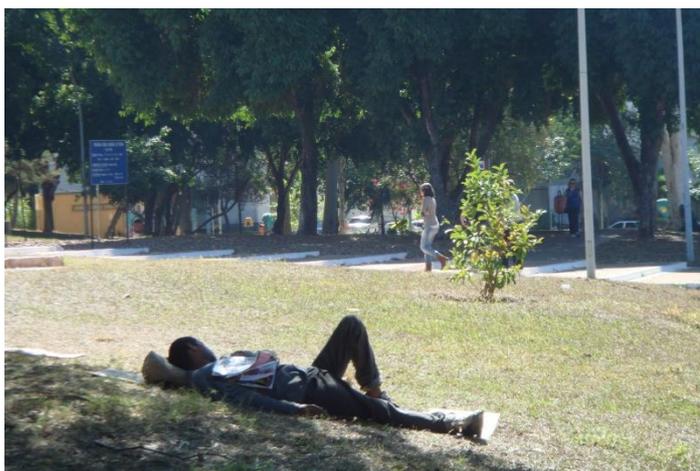
casos, dificultam a morfologia dos espaços, mas isso não impossibilitou o seu uso, apenas sugeriu usos diversificados.

Nesse sentido, portanto, em termos de área para convívio, não se pode mencionar que as superquadras não oferecem possibilidade de criação de áreas propícias ao convívio, ao contrário, existe muita área, muita sombra, uma infinidade de possibilidades aguardando uso.

Em termos de ocupação, a projeção dos blocos de uma superquadra ocupa cerca de 10% da superfície total, sobrando assim muita área para ser explorada pela comunidade local, que pode de formas variadas prover sua ocupação sem contrariar os princípios pensados para a cidade. Se observarmos uma imagem aérea de uma superquadra teremos a bela visão de uma área tomada por árvores, um verde intenso, que quase “engole” os edifícios residenciais.

Nesse contexto, é fácil encontrar uma sombra, um lugar agradável para ver o tempo passar. Tanto é verdade, que é normal nos depararmos com alguns garis, que fazem a limpeza da cidade, deitados em horário de almoço sob a sombra de uma árvore ou pessoas em uma “soneca” (Figura 54), tendo como cama o gramado e também, em áreas mais populares, no próprio pilotis, como ocorre na SQN 408, o que não se evidencia em áreas mais nobres, onde só paisagismo existente no entorno imediato do bloco inibe essa prática.

Figura 55



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Partindo desse pressuposto, não se pode compreender a intensidade de uso de um determinado espaço, sem considerar os aspectos diretos de sua configuração, percebendo como esses aspectos possibilitam o seu uso, e ainda se esse espaço oferece ou não estímulos visuais suficientes para produzir uma sedução, um convite ao uso.

No projeto para a SQN 109, Holanda descreve a “necessidade de ampliar a legitimidade interna da quadra, criando lugares definidos pelas edificações”, e ainda, aponta a necessidade de se fazer “uso de vegetação e iluminação para reforçar a identidade das superquadras” (HOLANDA, 2003, p. 115).

Cabe destacar que o projeto para a SQN 109 teve suas bases na avaliação das quadras já implantadas, onde se observou alguns problemas identificados pelos moradores, como os de origem topoceptiva, que se refere à orientabilidade e à identidade do lugar.

No contexto de apreensão dos lugares, é necessário compreendê-los como elementos de composição plástica, que podem ser analisados a partir da ótica da psicologia da Gestalt,³² uma teoria surgida na Áustria e Alemanha no final do século XIX, possibilitando o estudo da percepção, significando: “o que é colocado diante dos olhos, exposto aos olhares”.³³ Essa teoria parte do princípio de que o objeto sensível não é apenas um pacote de sensações para o ser humano, pois a percepção está além dos elementos fornecidos pelos órgãos sensoriais.

O filósofo Emanuel Kant, considerado no campo da filosofia como um dos grandes filósofos da era moderna, aponta que “os elementos por nós percebidos são organizados de forma a fazerem sentido e não apenas através de associações com o que conhecemos anteriormente”.³⁴

Ao longo dos levantamentos de campo, foi natural a percepção da força da configuração presente em alguns espaços, em alguns era intensa a vontade de parar, permanecer por algum tempo, enquanto que em outros essa sensação era contrária.

Anteriormente, tratamos da importância e influências dos aspectos culturais para a garantia de identidade de um lugar. Não menos que esse aspecto, a configuração urbana dos espaços vem sendo há bastante tempo foco de discussão entre teóricos, principalmente por considerar sua força na influência do uso ou não de determinado espaço, inclusive no que se refere à definição dos eixos principais, que norteiam a configuração dos percursos.

No que se refere ao bom aproveitamento do espaço, citando Holanda, para um bom aproveitamento interno de uma superquadra e a garantia de uma diferenciação espacial é necessário a ocorrência de uma boa integração na relação de “cheios (edifícios residenciais) e vazios (espaços livres de uso coletivo)”. (HOLANDA, 2003, p.126)

³² Gestalt – Tem origem na Alemanha e Áustria no final do século XIX, por uma interpretação bíblica, onde significa “o que é colocado diante dos olhos, exposto aos olhares. Com o tempo esse conceito se difundiu, sendo considerado um processo de dar forma ou configuração. Disponível em: <<http://www.igestalt.psc.br/gestalt.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

³³ Disponível em: <<http://www.igestalt.psc.br/gestalt.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

³⁴ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Kant>>. Acesso em: 20 jun. 11.

Nesse sentido, ainda citando Holanda (2003), alguns atributos são necessários para a qualificação e diferenciação do espaço público (livre) no interior de uma superquadra, atributos esses que sugerem uma sedução a quem por ele passa, e isso faz com que o espaço seja mais bem percebido e reconhecido pela comunidade residente na superquadra.

Na visão do arquiteto, essa diferenciação ocorre a partir da garantia de alguns elementos, que devem ser considerados, como: “1. tratamento paisagístico (vegetação, pisos, distribuição do mobiliário urbano); 2. Atributos morfológicos definidos pela implantação das edificações (tamanho, forma, localização relativa dos vazios)” (HOLANDA, 2003, p. 126).

Com esse pensamento, percebe-se a importância de uma necessária integração desses atributos para que ocorra a identidade do lugar pelos usuários, no caso o morador.

No caso específico das superquadras de Brasília, a partir das experiências vivenciadas com as visitas às áreas residenciais percebem-se claramente alguns problemas que comprometem a polarização do uso do espaço público, aqui se considerando apenas o fator de integração entre os espaços; na Asa Norte essa situação é mais agravada pela questão do relevo; a criação de desníveis, que impede a continuidade e a permeabilidade contínua do espaço, um dos princípios defendidos por Costa quando da proposta do Plano Piloto, onde descrevia sobre o “direito de ir e vir”.

Percebe-se que em algumas superquadras, como as descritas nas tipologias 1 e 2 (Capítulo 5), que a disposição dos blocos favorece o uso do espaço e garante a legitimidade do lugar.

É importante destacar que a vitalidade do espaço público em uma superquadra deve-se não apenas ao uso direto dos espaços, “as salas” (HOLANDA, 2003, p. 126), conformadas imediatamente a partir da configuração urbanística dos blocos residenciais; a disposição desses blocos é também de extrema importância para a garantia de outro importante elemento de composição da paisagem urbana, trata-se do fluxo de pedestres, que contribui para a maior vitalidade no conjunto da quadra.

Se resgataremos as origens do projeto de Costa para as superquadras, perceberemos que não houve rigidez na disposição dos blocos residenciais: Dentro destas “superquadras” os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo, porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades no interior de cada quadra (COSTA, 1991).

Mas a superquadra de Costa era provida de forte inflexão cultural, de uma vida que atingia ares interioranos como citamos em capítulos anteriores, em que o urbanista

demonstrou a necessidade de uma relação intensa do morador com o espaço, chegando a mencionar o fato que a “mãe poderia observar o filho enquanto se deslocava para a escola”, o que de fato ocorre não apenas com a relação de altura do edifício, mas certamente, na forma que o edifício se relaciona com o espaço, ou seja, como ocorre sua posição em relação à paisagem da superquadra.

A vegetação deveria prevalecer, amenizando a força dos edifícios, isso certamente ajudaria no convite ao caminhar, onde a permeabilidade dos pilotis se confundiria com a permeabilidade de toda a superquadra. Ao relatar esse fato vem à mente como seria essa permeabilidade visual se não existissem salões de festas e outros obstáculos que impedem o olhar, a observação contínua do espaço?

Ao observar alguns dos projetos mais recentes pensados para as superquadras do Plano Piloto, parece-nos certa inversão de valores; no pensamento de Costa a massa verde deveria envolver os edifícios, a vegetação, o conjunto seria o destaque e não o bloco residencial, o que se percebe é que esse princípio foi em parte quebrado, o que nos parece é que o bloco passou a ser a peça principal, o elemento de maior destaque e a vegetação comparece como entorno, como moldura.

O projeto para a SQN 109, proposto por Holanda (2003, p.124-125) segue os princípios demonstrados no início deste capítulo, em que prevalece a configuração do espaço de convivência de forma central, referenciando espaços sugeridos também por Niemeyer no projeto da SQS 308, e nos projetos usados como padrão no início de Brasília, que contaram com a participação de Ítalo Campofiorito em 1957 e Nauro Esteves em 1965 (MACHADO, 2007).

Em todos esses projetos, existe clara valorização da área de convivência, é a sensação do edifício que se abre para o jardim, que é compartilhado por outros blocos, sugerindo uma relação de vizinhança, de integração. Mesmo que espaços como esses não possuíssem praças, parques, quadras, a própria vegetação lá presente se encarregaria de prover cenários propícios ao convívio.

Nesse contexto, pode-se definir a superquadra como um pequeno território social, com imagem própria, que se liga a outros territórios, que por sua vez se insere no conjunto urbano da cidade, constituindo-se em unidades morfológicas; a relação entre esses territórios sociais e seu usuário é que legitima sua identidade no conjunto urbano da cidade.

A arquitetura é um parâmetro essencial à identidade urbana através dos seus edifícios que foram, e ainda hoje são elementos geradores da estrutura urbana. São estes edifícios singulares através da sua forma, linguagem e caráter simbólico que

ajudam a construir essa memória coletiva que se traduz pelo reconhecimento de um lugar específico na estrutura urbana. Também as ruas e praças são espaços vazios caracterizados pela sua forma, linguagem arquitetônica e também por sua função. Mas é a apropriação por parte da população e a sua interação com esses espaços urbanos que se constrói a identidade por parte da população e a sua interação com esses espaços urbanos que se constrói a identidade do ambiente urbano num processo recíproco de estímulos e de vivências onde o espaço reflete os valores culturais dessa comunidade e ao mesmo tempo deve estimular e reforçar esse diálogo através do desenho urbano.³⁵

3.1.4. Sobre o aspecto econômico

Não se pode deixar de considerar o fator econômico na análise do uso do espaço público, onde o mesmo influi diretamente sobre o maior ou o menor uso do mesmo.

Como arquiteto, que desenvolve trabalhos na cidade de Brasília, percebe-se que a cada dia as pessoas fazem de seu apartamento uma espécie de porto seguro, tentam cada vez mais dotar seus espaços do conforto necessário à vida de sua família, de forma que seus usuários consigam cada vez mais viver sem a necessidade do convívio com o exterior, que lhes parece perigoso e por vezes impõe riscos à sua família.

Nesse sentido, penso o porquê que essa situação vem se instalando cada vez mais no decorrer do tempo, principalmente nas áreas mais elitizadas do plano, onde se tem apartamento com áreas maiores, com edifícios que oferecem também maior conforto nas áreas de uso comum, assim o morador, no máximo, convive com seus vizinhos, pessoas do próprio bloco; áreas comuns dotadas de salões de festa, sala de ginástica, cobertura com pequena piscina e churrasqueira, pracinha do bloco, parquinho do bloco, isso certamente impede maior socialização e foge completamente o previsto por Costa para a superquadra, que era o encontro com outras pessoas (Figuras 56 e 57).

³⁵ IDArq Factor constitui um grupo de investigação integrado na unidade de I&D da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias designado por Labart. Disponível em: <http://www.idarqfactor.org/32_identidade_urbana.html>. Acesso em: 24 jun. 2011.

Figura 56**Figura 57**

Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Já em superquadras onde residem pessoas com menor poder aquisitivo, com apartamentos por vezes com menores áreas e blocos carentes de infraestrutura pontual de lazer, como as superquadras 400's percebe-se o uso mais intenso das áreas comuns da superquadra, pois não tendo muita área para permanecer no apartamento os moradores, de certa forma “induzidos”, usam os espaços externos ao próprio bloco, o que produz o encontro, como ocorre na SQN 415, onde normalmente os garotos se encontram para jogar bolas (Figura 58) , garotas simulam brincadeiras em árvores da superquadra (Figura 59).

Figura 58**Figura 59**

Fonte: Fotos cedidas pela Prefeitura da SQN 415 em junho de 2011.

É comum percebermos os vários eventos que ocorrem nas áreas das 400's, que caracterizam certo “ar interiorano”, situações percebidas com alguns serviços informais: cachorro-quente instalado no início da superquadra, o macarrão da rua, o caldo na rua (carrinho que vende sopas, caldos de vários sabores) da SQN 409/410 Norte, as diversas festas juninas (Figura 60), com destaque a festa junina da SQN 415/416 Norte, as festas dos

Santos padroeiros, o carnaval, com destaque para o Bloco “Tesourinha” da SQN 410 (Figura 61) e tantas outras que envolvem a comunidade local, sugerindo integração, convívio.

Realmente é muito diferente o uso dos espaços na área das 400's, não apenas da Asa Norte, mas também na Asa Sul. É comum percebermos crianças em parquinhos, adolescentes jogando bola nas quadras poliesportivas existentes, e outros usos identificados.

Não se pode desconhecer que a altura mais baixa dos blocos sugere do meu ponto de vista mais aconchego e aproximação do espaço do apartamento com o espaço público do que os blocos de seis pavimentos mais altos e distantes, mais reservados.

Figura 60



Fonte: Foto cedida pela Prefeitura da SQN 415 em junho de 2011.

Figura 61



Fonte: Foto disponível no Site - Prefeitura da SQN 410 –
<http://sqn410.wordpress.com/>

3.1.5. Aspecto de Segurança / Insegurança

Ao visitar as superquadras, percebeu-se que outro aspecto que merece atenção e inclusão quando houve a análise e demarcação do conjunto de tipologias detectadas na área residencial do Plano Piloto é a questão da segurança e/ou insegurança.

Com o passar do tempo, Brasília deixou de ser um mar de tranquilidade, é comum ao ligarmos a TV ou o rádio nos depararmos com notícias que nos apresentam cada vez mais o problema da insegurança no Distrito Federal, e notadamente na área residencial do Plano Piloto, que constantemente é surpreendida com assaltos relâmpagos, invasões de domicílios e tantos outros que nos apresentam um questionamento: até que ponto o espaço público é seguro para o uso por nossa família? Será que o melhor é prover nossas residências com o máximo conforto possível, a fim de criar condições de lazer mais seguras, de onde possamos controlar tudo, sem correr riscos?

Certamente, esses e outros questionamentos vêm constantemente a nossas mentes, nos colocando dúvidas sobre o uso ou não uso de determinado espaço público, às vezes parece que é mais seguro criarmos nossos filhos em uma redoma que não lhes imponha riscos.

Essa questão cria em nós uma espécie de “medo da rua, do espaço público”, ou ainda, medo do que não temos controle, do que nos cause algum estranhamento.

Essas questões nos fazem lembrar Richard Sennett, com os estudos traçados acerca do espaço público.

Seguindo o pensamento de Sennett (2002), percebe-se que, tanto o homem público quanto a própria vida pública se encontram atualmente em franco declínio, o que faz com que busque cada vez mais a supremacia do espaço privado, que nos parece seguro. Essa situação faz desenvolver uma busca por isolamento, por privacidade exacerbada, diminuindo assim a sociabilidade, passando o silêncio, a privacidade a única forma de proteção.

Para ilustrar essa situação, relata-se um fato ocorrido ao longo do levantamento de campo dessa pesquisa.

Em busca de aferir algumas situações observadas em campo na Asa Sul, manteve-se contato com uma Prefeita de quadra e, no intuito de vivenciar melhor o uso dos espaços de uma superquadra, foi solicitado que o encontro se desse na sede na Prefeitura, uma sala construída nas proximidades de uma praça, inserida em uma área central da superquadra, um belo espaço, com quadras, bancos, árvores e calçadas para caminhadas.

Iniciada a entrevista, fomos surpreendidos por algumas pessoas, que num ato meio estranho, nos solicitou informações e em seguida ficaram a nos observar. A Prefeita, amedrontada, solicitou que a entrevista continuasse em sua residência, lugar mais seguro, pois aquele local onde estávamos já foi palco de alguns assaltos, por esse motivo ela deixou de frequentar a sede da Prefeitura e passou a atender a comunidade em seu apartamento, o que segundo a Prefeita simboliza grande perda, pois plantões na sede da Prefeitura criariam a possibilidade de maior interação com a comunidade local e conseqüentemente com os problemas e as soluções apontadas por essas pessoas.

Buscando melhor entender essa questão, no intuito de desvendar o porquê de áreas antes consideradas tranquilas, apresentavam-se de outra forma. Assim, acatando a sugestão da Prefeita, procurou-se um dos comandos do Batalhão da Polícia Militar das Asas Sul e Norte, que informou sobre o aumento da criminalidade no Plano Piloto, informando que cerca de 11 locais são considerados de alto risco por concentrar altos índices de criminalidade.

No estudo que culminou com a publicação de um livro em 1998, intitulado: “Juventude, Violência e Cidadania: Os Jovens de Brasília,³⁶ o Sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz trouxe inúmeras contribuições sobre essa temática colocando como ponto principal desse aumento de violência na capital do país as diferenças e desigualdades sociais.

Para Waiselfisz, “A própria organização do espaço urbano de Brasília e de suas divisões pode ser lida como um modo inédito de ocultar as contradições da sociedade brasileira: uma sociedade marcada pelas diferenças e desigualdades sociais, diferenças étnicas e econômicas”.³⁷

Em sua obra, o sociólogo buscou entre outras questões entender a partir da aplicação de questionário, perceber até onde vai o aspecto da segregação, onde as classes sociais não se misturam e não têm contato entre si.

Por sua importância, essa obra foi base para o estudo desse aspecto, pois certamente essa prerrogativa pode se converter em grande perda para o espaço público, que não pode ser compreendido e analisado sem a real percepção dos elementos e fatores que contribuem ou não para o seu uso. Segundo o sociólogo:

Essas regras de organização espacial, que sempre variam segundo a cultura e a história, deixam entrever os princípios que estruturam a vida pública, e indicam como grupos sociais se ligam uns aos outros no espaço da cidade. No Brasil, tudo e todos sempre pareceram muito misturados nas cidades, embora a segregação nunca

³⁶ WAISELFISZ, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001308/130866por.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

³⁷ Idem.

tenha deixado de existir. Em Brasília, como dizem os jovens, esse problema é decorrente da ausência de um contato habitual com a pobreza, como ocorre em outras cidades brasileiras. Quando a “redoma” se rompe, essa relação passa para o campo do inusitado, para uma realidade quase virtual.³⁸

Outra questão bem conhecida do brasiliense e explorada na pesquisa de Waiselfisz é a questão das gangues, algo bem característico da cidade, algumas têm endereço certo, fazendo com que algumas superquadras da cidade levem esse rótulo. Ao percorrer alguns espaços públicos existentes no Plano Piloto, é comum nos depararmos com alguns símbolos que demarcam os territórios das gangues e seus pontos de encontros. Waiselfisz define gangue da seguinte forma:

Elas formam verdadeiras organizações que se identificam com líderes e com territórios nos quais a circulação é apenas permitida entre os “enturmados”. [...] Esses grupos juvenis articulados em torno de atos ilícitos dos mais variados tipos são habitualmente conhecidos no espaço público como desestabilizadores dessa esfera. São vistos como problemas sociais, como uma ameaça. [...] Pertencer a uma gangue significa reunir-se para fazer pichações, brigar, roubar, depredar, “fazer confusão”. Os deveres de um indivíduo para com a gangue são unir-se a seus membros e fazer o que eles fazem.³⁹

Há de se destacar uma diferença, que em geral é confundida em Brasília, gangue é gangue, é “se reunir para fazer confusão”,⁴⁰ não se pode confundir com “galera”, outro termo bem conhecido do brasiliense, consistindo em um grupo de jovens que se reúne para sair, é uma forma de sociabilidade. É comum perceber o encontro dessas “galeras” em espaços públicos, muitos observados da própria janela dos apartamentos. “Eles se encontram todos os dias antes e depois da aula, sim, encontram-se para mexer com drogas ou, simplesmente para seguir juntos para a escola ou para sua casa. Às vezes são confundidos com gangues e são surpreendidos por policiais em revistas rotineiras”.⁴¹

Outro fato que merece destaque é ilustrar como, às vezes, imóveis são comercializados nas superquadras do Plano Piloto. Certa vez, ao acompanhar uma provável cliente para a compra de um apartamento no Plano Piloto, alguns pontos por ela levantados merecem ser aqui externados.

Como arquiteto, checando sua listagem de opções, buscou-se avaliação não apenas do imóvel em si, mas do contexto urbano no qual ele se inseria, buscou-se então observar

³⁸ WAISELFISZ, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001308/130866por.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Palavras de uma moradora de superquadra.

como era o espaço público, se tinha parquinhos para seus filhos, se existia uma pracinha, se esse espaço era convidativo, em seguida foram analisadas as questões internas do apartamento, se o imóvel se comunicava bem com o espaço externo, se ao abrir a janela as visões eram agradáveis, se possuía boa orientação solar, era bem iluminado, ventilado.

Já o olhar dessa cliente foi mais específico, desde o início sua grande preocupação era encontrar um imóvel que trouxesse à sua família conforto, segurança e privacidade.

Das opções que lhes foram apresentadas, algumas em superquadras com ótimo histórico de vida social, com apartamentos antigos, amplos, com ótima orientação em relação a sol e ventos, todas foram excluídas em prol de um apartamento em um edifício novo, com sistema de circuito interno, salão de festas nos pilotis, parquinho “privativo”, um apartamento com quartos e sala para o poente, onde foi necessário lançar sistema de ar em todos os cômodos, mas era um edifício que lhe oferecia ótimo padrão de vida.

Com a surpresa da escolha, lançou-se um questionamento: Você tem certeza? As outras superquadras podem oferecer mais liberdade de uso para as suas crianças, que terão não apenas o jardim elaborado do bloco, mas também uma bela área para conviver com outras crianças, árvores, parques, praças, quadra para jogar, essa é uma das grandes vantagens de morar em uma superquadra, você não quer repensar essa escolha? “Não, troco tudo isso por um lugar que me traga segurança e tranquilidade de viver, quero ir ao trabalho com a certeza de que meus filhos estão protegidos, dentro de um limite definido, sem complicações, sem riscos. E sobre as condições gerais do apartamento, conforto e iluminação, tudo pode ser transformado, essa para mim é a superquadra ideal.” (pensamento da cliente)

Essa resposta nos apresenta um quadro que não deve ser descartado na análise geral do uso ou não do espaço da superquadra, a visão dessa cliente não pode ser desconsiderada, como essa pessoa existem muitas outras, que preferem o conforto e a segurança de seu apartamento a viver uma vida social, que lhes sugiram possibilidades de novas descobertas, que lhes apresentem novos desafios.

É fato que a insegurança faz parte de nossas vidas, moradores do Plano Piloto, mas será que a solução para esse problema é o afastamento da vida social, é o abandono e esvaziamento do espaço público? Será que o melhor para nossos filhos é privá-los do convívio com outras crianças?

Para a resposta dessas e de outras questões é necessário repensar sobre a essência da superquadra, é necessário perceber o real significado dos espaços públicos e assim considerar que a liberdade pode impor riscos, mas sempre nos possibilitará outras formas de vida. E

imaginar a superquadra sem o espaço público que tanto a dignifica, não é Brasília, ao menos, não é a Brasília que um dia Lúcio Costa concebeu.

3.2 Conclusões parciais: reflexões sobre o aspecto de interação entre o espaço e o público usuário: até que ponto o espaço nos convida a interagir com ele

Ao longo desse capítulo, trabalhou-se com vários aspectos que podem ou não contribuir com o uso do espaço público, aspectos como a cultura local, que trata da conexão do morador com o lugar, ou seja, que garante sua ligação emocional, por meio dos símbolos que ele reconhece.

Tratou-se também sobre a existência ou não de liderança comunitária na superquadra, observando que esse fator também contribui para a criação de cenários agradáveis ao uso, considerando que essa liderança, quando existe, pode favorecer, ou ainda, incentivar a prática do convívio entre os moradores e ainda pode ajudar como intermediário, como porta voz da comunidade junto ao governo local.

A partir do reconhecimento da área, propusemo-nos a uma leitura sobre esse espaço, onde se buscou entender as influências da configuração de sua forma para o seu reconhecimento, para a sua legitimidade como espaço de convivência.

Outro aspecto também trabalhado nesse capítulo foi, a questão do poder aquisitivo dos moradores, identificando se o uso do espaço em quadras mais populares ocorre com mais vivacidade que em quadras onde se percebe maior poder aquisitivo.

Por fim, tratou-se do fator segurança/insegurança, como possível fator de afastamento do morador do espaço público da superquadra, que por se sentir inseguro, assim prefere a vida privativa e esquiva-se da convivência, da relação de vizinhança, da vida social intensa.

A partir dos conhecimentos desses aspectos, faremos uma reflexão sobre o conjunto desses fatores, buscando prévio diagnóstico sobre como o espaço nos convida a interagir com ele, e ainda, como o espaço se comunica com seus usuários, como ele repassa informações, despertando nossos sentidos, interagindo; o que faz dele um espaço legítimo para nossa vida, e ainda, como ele nos seduz e nos induz a desvendá-lo, a desfrutá-lo.

Em capítulos anteriores, falou-se de identidade, de cultura, de transformação de espaço em lugar, de legitimidade. Na prática, como essa questão ocorre? Como um espaço

torna-se reconhecidamente um lugar de convivência para determinado grupo, como ele nos induz ao uso? O que faz com que sejam ultrapassadas as barreiras que nos impõe riscos? O que faz com que decidamos descer do conforto de nosso apartamento e frequentar o espaço público de nossa superquadra? O que de fato nos faz viver uma experiência social ativa?

No caso específico aqui trabalhado, não existe unanimidade na resposta a todas essas perguntas, principalmente pela diversidade percebida nos usuários das superquadras; no que se refere à cultura local, temos uma grande diversidade de culturas, que em algumas superquadras aparece de forma mais evidenciada, como no caso da SQN 113, onde é possível perceber o intenso uso dos espaços por gaúchos, com churrasco nos espaços verdes da superquadra e ao final da tarde, com o “papinho” de homens e mulheres nos pilotis, enquanto degustam o seu chimarrão.

O fato também, de ter um prefeito, não significa que exista na superquadra vida social intensa, mas certamente contribui e muito com esse uso. Em algumas superquadras, por exemplo, a SQN 415, como vimos nesse capítulo, a participação intensa do prefeito promove não apenas o uso dos espaços da superquadra, mas, sobretudo, incentiva a troca de conhecimento, o contato entre vizinhos, a socialização. Algumas dessas ações começaram por iniciativa própria do prefeito da quadra, em seguida essas ações foram crescendo e atualmente contam com maior contribuição.

Em meio ao trabalho de campo, quando ocorreu a visita à SQN 415 foi possível um contato com o Prefeito da superquadra, Sr. Euler Garcia e entender um pouco como as práticas sociais se desenvolvem na superquadra, de acordo com Garcia:

Em relação aos eventos da superquadra, ao longo desses anos, vários eventos foram feitos, gincanas, campeonatos de futebol, apresentação de salvamento do Corpo de Bombeiros (Figura62), mas de todos o que permanece e virou tradição é a festa Junina do bloco “M”, que é organizada pela síndica. A prefeitura apóia, mas não ganha nada com os lucros, toda a arrecadação é para a manutenção do bloco. Por falar em verba, a prefeitura da 415 Norte sobrevive hoje com o dinheiro que o prefeito tira do bolso para manter as contas de telefone, internet e pequenos reparos. Os síndicos não repassam nada e a Administração de Brasília, muito menos. Sobre a segurança da quadra, hoje é uma quadra segura, não tem assaltos e a prefeitura é parte dessa conquista. Fomos ao GDF e conseguimos colocar um posto policial, isso ajudou muito a segurança da quadra e garantiu que as crianças brincassem nos parquinhos e que as mães pudessem ficar conversando, além de fazer e fez com que as pessoas passassem a viver tranquilamente. Acredito na força das prefeituras, elas servem de antepasso para o governo, mas ele não entende a importância delas.

Acredito também na força das pessoas, elas realmente transformam as quadras do Plano Piloto, trazem suas culturas, é uma forma de elas se sentirem em casa, viverem bem. Isso é importante. Cada quadra tem sua diferença e a sua característica.⁴²

⁴² Entrevista concedida em 10 jun. 2011 por Euler Garcia, prefeito da SQN 415. (grifo nosso)

Figura 62

Fonte: Foto cedida pela Prefeitura da SQN 415 em junho de 2011.

Buscando entender melhor o papel da liderança comunitária nas superquadras, procurou-se a conselheira comunitária da Asa Sul, que como comentamos anteriormente, trata-se de uma liderança que representa todas as prefeituras das quadras, existindo uma para cada asa. No dia 13 de junho, em entrevista a Sra. Heliete Ribeiro, relatou que “O Conselho Comunitário da Asa Sul funciona de forma diferente do Conselho da Asa Norte, todos os prefeitos votam e participam de forma intensa (Figuras 63 e 64), mesmo que essas prefeituras não contribuam financeiramente, mensalmente, com a manutenção do Conselho”.⁴³

Figura 63**Figura 64**

Fonte: Fotos cedidas pelo Conselho Comunitário da Asa Sul em junho de 2011.

De acordo com Ribeiro, o Conselho apoia as prefeituras junto à Administração e leva para as reuniões com o governo as necessidades de cada quadra. Reuniões são feitas mensalmente com órgãos do governo para tentar resolver os problemas de cada quadra da Asa Sul, que muitas vezes não são solucionados. **“Se o governo não faz as obras, não ajuda,**

⁴³ Entrevista concedida no dia 13 de junho, pela Sra. Heliete Ribeiro, Conselheira Comunitária da Asa Sul e Prefeita da SQS 314.

mas se você como prefeito ou morador tem condição de fazer, faça.” (RIBEIRO, Conselheira Comunitária – Asa Sul) É importante a prefeitura se organizar e funcionar bem para poder facilitar a solicitação de melhorias. Na visão da Conselheira, **ter a prefeitura funcionando abre portas.**

Além de líder do Conselho sou também prefeita da SQS 314, nem sempre é fácil conseguir apoio do governo. Na nossa quadra tudo foi feito com a contribuição mensal dos blocos, o parquinho é utilizado pelas escolas, mas se estraga algum brinquedo somos nós que mandamos arrumar. Os jardins da superquadra também são mantidos com recurso próprio da prefeitura.

A 314 Sul é um exemplo de bom uso do espaço da superquadra. Vários moradores de outras quadras vêm aqui e usam a nossa praça e o parquinho. Se um local é bem cuidado e se destaca, os vizinhos usam. Agora, quando a prefeitura não dá oportunidade de uso do que existe na quadra, o morador não faz.⁴⁴

Ribeiro destacou também que é comum o Conselho Comunitário e as prefeituras participarem de manifestos em defesa da cidade (Figuras 65 e 66).

Figura 65



⁴⁴ Entrevista concedida no dia 13 de junho, pela Sra. Heliete Ribeiro, Conselheira Comunitária da Asa Sul e Prefeita da SQS 314.

Figura 66



Fonte: Fotos cedidas pelo Conselho Comunitário da Asa Sul em junho de 2011.

Em muitas superquadras, tem-se a união da cultura com a iniciativa da prefeitura e ainda, o aval da comunidade; esse tripé trabalhando junto gera ações como as que ocorrem em várias superquadras do Plano Piloto. Aqui destaca-se as apresentações do grupo “**Esquadrão da Vida**”,⁴⁵ um grupo que existe desde 1979, em suas apresentações leva alegria, num gesto que une cultura e ação social. (Figuras. 67, 69 e 69)

Figura 67



Figura 68



⁴⁵ O Esquadrão da Vida nasceu em 1979, quando Ary Pára-Raios, pai de uma das integrantes do grupo (Maíra Oliveira) e fundador do grupo, convocou a população de Brasília para uma procissão da alegria. Muita gente participou e ao movimento, o poeta TT Catalão deu o nome de Esquadrão da Vida (em contrapelo ao Esquadrão da Morte). A partir daí, o Esquadrão foi para as ruas de Brasília, fazendo acrobacias e palhaçadas. Em 1993, estreou a peça “Na Rua com Romeu e Julieta”, o primeiro espetáculo com texto na rua. Até então, o grupo fazia intervenções na rua e textos no teatro. Foi com o Na Rua com Romeu e Julieta que descobriram como apresentações culturais tinham tudo a ver com o ambiente das quadras de Brasília, que provocam a utilização de seu espaço, tão democrático.

Figura 69



Fonte: Fotos cedidas pelo Grupo de Teatro Esquadrão da Vida em junho de 2011.(disponíveis no site do grupo de Teatro)

Em uma conversa com uma integrante do grupo, Maíra Oliveira, perguntou-se sobre sua avaliação em relação aos espaços da superquadra para essa prática de teatro de rua, e a mesma respondeu:

São muitos espaços, de todos os tipos. Gostamos muito de nos apresentar nas quadras de esporte, mas também ocupamos praças, calçadas e qualquer lugar onde o público possa se sentir mais confortável. Em algumas quadras, percebemos que são muito bem cuidadas e é muito bom poder desenvolver nosso trabalho e perceber que a vida da quadra passa muito por ali. A 315 Norte, por exemplo, tem uma quadra de esportes e um ambiente de convivência que é muito legal. Já as quadras de esporte das 400, geralmente são pouco cuidadas, assim como seus parquinhos. Acredito que tenha muito a ver com o poder aquisitivo dos moradores, mesmo que eu não queira generalizar. Eu acho que as quadras são um ambiente perfeito para o desenvolvimento de atividades artísticas, como apresentações de teatro. Então, avalio que qualquer lugar é lugar na superquadra. É como se ela fosse feita para isso, como se o ambiente das quadras fosse para isso, para agregar pessoas, provocar a comunicação entre os moradores.⁴⁶

Nesse contexto, percebe-se que para o espaço ser convidativo é necessária a ação de vários componentes, a ação de vários agentes, o prefeito é importante sim, mas nada adianta a grandeza de sua intenção sem o aval e a participação da comunidade, que por sua vez, deve se desnudar dos medos, das inseguranças e de fato se ocupar do espaço, afinal, espaço vazio é espaço sem uso, espaço sem uso nos induz a pensar em espaço abandonado, espaço

⁴⁶ Entrevista concedida em 8 jun. 2011 por Maíra, integrante do grupo “Esquadrão da Vida”.

abandonado nos faz pensar em espaço sombrio e por que não, inseguro, não recomendável à vida.

Ao contrário de tudo isso, o uso do espaço faz de nós críticos do mesmo, faz com que percebamos melhor o que podemos fazer para torná-lo agradável aos olhos e ao coração. Ao despertar esse sentimento, sem perceber, estaremos construindo uma relação de vida com o espaço, perceberemos que esse é importante para o nosso convívio.

É assim que o processo de aproximação das pessoas com o espaço público em algumas superquadras ocorreu, de forma natural, sempre tendo início pela iniciativa que algum líder comunitário local ou simplesmente um morador da superquadra, que viu naquele lugar uma possibilidade de uso, o que se percebeu inclusive por alguns usos esporádicos, como o aproveitamento da sombra de uma árvore com bancos, ou até mesmo uma pequena pracinha com ar de “recanto”, certamente algum morador dotado de sensibilidade, que foi seduzido pelo potencial daquela sombra, daquele espaço.

Há de se considerar que alguns planejadores, urbanistas, muito contribuíram para esse uso, em que, a partir de sensibilidade, buscaram por meio de projetos de algumas superquadras a demarcação prévia de áreas que poderiam ser propícias ao convívio social, superquadras como a SQS 303, a SQN 203 e outras, que têm, naturalmente, a conformação de um espaço de convivência por meio da disposição dos blocos residenciais, uma espécie de “arena” a céu aberto; a existência desse espaço aliada à vontade de intervenção da comunidade local atribuiu a algumas das superquadras do Plano Piloto a vitalidade, o espírito de convivência um dia almejado por Costa.

Em meio a esse pensamento, a essa possibilidade de vivência que nos apresenta uma superquadra viva, uma superquadra lúdica. Após perceber a força presente em alguns de seus espaços, de nos lembrar dos depoimentos coletados ao longo da pesquisa de campo, em especial do grupo “Esquadrão da vida”, voltamos ao início desse trabalho e buscamos a veracidade de uma das críticas feitas às superquadras de Brasília, em especial as críticas de Holston: “A superquadra não tem vida própria”, “não tem senso comunitário”, “nas superquadras as pessoas se trancam, se afastam, é difícil fazer amigos” (HOLSTON apud HOLANDA, 2010, p.114).

Certamente, não se fala aqui em unanimidade, a vitalidade aqui externada não é uma constante nas superquadras do Plano Piloto, mas não se pode generalizar que o não uso é regra nesses espaços públicos, mesmo nas superquadras mais elitizadas, onde existe certo isolamento, a profecia de Holston não se concretizou.

Assim, imagina-se que essa visão de Holston descreve uma Brasília no início de sua construção, pensa-se que é a mesma sensação que nos causa a cidade de Palmas, onde atualmente, ainda não se percebe uma completa interação dos moradores com seus espaços, é como se as pessoas ainda estivessem se adaptando a uma nova vida, que em primeiro momento lhes parece estranha.⁴⁷

Certa vez, imediatamente à construção da cidade, questionado sobre as queixas de seus moradores e visitantes falando da solidão e abandono em Brasília, Costa respondeu:

Porque Brasília ainda não é uma cidade propriamente dita, ainda não está pronta. Terá condições vantajosas de vida dentro de dez ou quinze anos. Como está, ainda é, como costume dizer, a nossa Sibéria. As partes construídas ainda não se articulam no espaço livre. É natural que o morador do Rio ou de São Paulo estranhe o excesso de horizonte, as distâncias, até mesmo a falta de esquinas de uma cidade diferente daquilo que ele está acostumado a pensar que uma cidade deva ser.[...] Certos críticos de Brasília a qualificam como cidade em que o homem foi esquecido. Nunca ouvi disparate maior. Brasília foi concebida precisamente para o homem e isto em função de três escalas diferentes porque a chamada escala humana é coisa relativa. (BUCHMANN, 2002, p.122-123)

É importante perceber que em muitas superquadras a própria configuração do espaço, como abordada anteriormente, induz ao melhor ou pior uso do espaço; existem superquadras que naturalmente a implantação dos blocos já conforma o espaço, como se “abraçasse” a área, um bom exemplo é a SQN 108 (Figura 70), a SQS 303 (Figura 71), quase todas as vezes que visitou-se essa superquadras se deparou com alguém fazendo uso dos espaços, mesmo carente de manutenção não deixou de ser usado, é agradável, é convidativo, é sociável.

⁴⁷ É interessante, já estive em Palmas umas quatro vezes e sempre que vou pego um taxi para me deslocar do aeroporto até o centro da cidade, o que leva certo tempo; sempre tento instigar o taxista com alguma pergunta sobre a cidade e é comum o comentário de que Palmas será uma cidade fantástica para se morar daqui há alguns anos, ainda não existem pessoas suficiente para viver seus espaços.

Figura 70**Figura 71**

Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Entretanto, existem superquadras muito carentes de um olhar mais criterioso, de uma visão mais detalhada sobre os potenciais que seus espaços públicos oferecem, onde os espaços públicos são pouco diferenciados e mal definidos, o que dificulta a própria legibilidade do mesmo. Como exemplo, temos a SQN 105 (Figura 72) e SQS 106 (Figura 73), que teve a área reservada para um uso de vivência invadida por um estacionamento “clandestino”, essa situação torna o espaço perigoso ao uso por crianças.

Figura 72**Figura 73**

Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

É comum também percebermos parquinhos implantados em local de pouco uso, completamente isolados do conjunto edificado, praças em local de sol pleno, em vez de implantadas sob árvores existentes no espaço público. Isso nos faz pensar sobre a disposição dos passeios na esplanada dos ministérios; lembra-se que o próprio Oscar Niemeyer deixou que antes o pedestre definisse o caminho, em seguida o passeio foi implantado. Seria essa uma possibilidade? Buscar entre os moradores quais os espaços que se identificam no ambiente urbano da superquadra? Poderíamos nos surpreender com os resultados, com o olhar dos moradores sobre a superquadra.

Assim, é perceptível a necessidade do levantamento real das áreas existentes por parte do poder público local, nesse sentido, as prefeituras comunitárias, os síndicos e os próprios moradores.

Em algumas superquadras, esse “movimento” de melhoria do espaço começa a surgir, é comum nos depararmos na cidade com situações que nos levam a crer que aos poucos a comunidade vem tecendo uma nova teia de reconhecimento e de valorização de seu lugar de morada.

Certamente, muito ainda se deve discutir, principalmente para que não ocorra inversão de valores, é preciso entender o espaço como público, não se pode simplesmente adotar o mecanismo de algumas superquadras, onde os blocos resolvem tomar para si um fragmento da área pública e de forma camuflada toma posse, define um uso, cuida da área, o que no modo de entender do bloco, essa área seja seu domínio, em algumas inclusive percebemos a existência de placas onde se menciona que o uso é comunitário, mas se percebe o uso de grade com portão, que inibe o uso. Como exemplo, temos a SQN310 (Figuras. 74 e 75).

Figura 74



Figura 75



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

E, ainda, não se pode esquecer de algo extremamente natural, algo que veio de “bônus” para os moradores das superquadras. Trata-se da escala bucólica, o verde que invade os blocos e confere à superquadra um ar prazeroso. Na visão de Holanda, “as superquadras são bioclimaticamente confortáveis, por causa da distância entre os prédios, da ventilação sob os pilotis e das generosas áreas verdes” (HOLANDA, 2010, p. 129).

E ainda citando Holanda,

é um misto de “cidade-jardim” (emulando as cidades novas inglesas) e “unité d’habitation” de Le Corbusier, mas sem a paisagem excessivamente rarefeita das

palmeiras, ou a grande distância entre os prédios e o gabarito elevado da segunda (cerca de vinte pavimentos, mais de três vezes a norma em Brasília), ambos incompatíveis com o aconchego de áreas residenciais. (HOLANDA, 2010, p. 129).

Por fim, o que de fato nos faz ou não usar um espaço público? O que de fato nos seduz? Até que ponto a configuração, a forma desse espaço possibilita ou não o encontro?

Ao percorrer o universo das superquadras, é possível constatar, numa reflexão parcial, que não é o vazio, o monumental, as grandes áreas, comuns em algumas cidades modernas que seduzem nosso olhar, isso não quer dizer que rejeitamos a monumentalidade presente na cidade, não, essa não é a questão. A monumentalidade, e as grandes áreas merecem o nosso reconhecimento, é preciso para a concepção de um “ar” palaciano, proveniente de uma capital do país, afinal, diferente de outros países, nossos palácios são modernos, possuem linhas que prezam pela leveza e pureza da forma.

Mas no que se refere à área residencial, como já comentado em outro momento, a escala é outra, aqui certamente é possível intervir com maior reconhecimento, na superquadra, ao contrário, a prática percebida nos espaços de convivências, quando esses existem, é a criação de cenários reduzidos, que promovam aconchego, que possuam algum anteparo que contribua com sua configuração, seja por meio de vários blocos, que conformam uma área central, seja no extremo de um bloco, onde se aproveita a empena cega como anteparo.

Isso nos faz perceber que para o espaço público de uma superquadra funcionar, ele não pode ser abstrato, vazio, deve ser pensado de forma qualificada para corresponder aos sentimentos e sensibilidades humanas.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA DA PESQUISA

[...] as ideias nos acodem quando não as esperamos e não quando, sentados à nossa mesa de trabalho, fatigamos o cérebro a procurá-las. É verdade, entretanto, que elas não ocorreriam se, anteriormente, não houvéssemos refletido longamente em nossa mesa de estudos e não houvéssemos, com devoção apaixonada, buscado uma resposta.⁴⁸

⁴⁸ WEBER. Disponível em: <<http://diegocanhada.blog.br/?p=88>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

4.1 Max Weber

As influências na construção de um “tipo ideal”

O importante é que a ciência proporcione o conhecimento de um determinado fenômeno social a partir da extração do conteúdo simbólico da ação ou ações que o configure.

Max Weber

Para a estruturação da pesquisa, buscou-se um método que possibilitasse um olhar além da técnica, um olhar mais detalhado e observador sobre os signos que se formam no fenômeno social, percebendo a cultura presente a partir das ações dos diversos atores sociais, existentes no universo aqui trabalhado – a superquadra. Nesse sentido, prevaleceu o olhar do homem sobre o espaço e a interpretação desse olhar no processo de formação e transformação do espaço em lugar.

Apesar do foco central dessa pesquisa não ser antropológico e sociológico, mas, sim, o estudo do uso a partir de visões que norteiam o planejamento urbano local, a ajuda dessas áreas trouxeram benefícios com contribuições teóricas, metodológicas e conceituais, o que se justifica a escolha de nomes como Max Weber e, mais à frente, Clifford Geertz.

Nesse contexto, a escolha de Max Weber deu-se ao fato de sua ligação com as visões humanas, fruto de uma grande experiência, que transitou em várias áreas, filosofia, direito, ciência política, administração, ele foi um dos precursores da sociologia moderna, assim, fez uso da adoção de uma metodologia que considera as ações humanas. Seu pensamento parte da concepção da Sociologia como “ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e, assim, explicá-la em seu curso e em seus efeitos” (WEBER, 1998, p. 3).

O olhar de Max Weber sobre esse processo reflexivo em relação ao espaço vem intensificar a necessidade sentida ao longo da pesquisa em transitar no campo das ciências sócias, afinal não seria possível entender as transformações de um determinado espaço em lugar, sem antes entender o sentido das ações do homem, no caso em questão, usuário,⁴⁹ com esse lugar.

Estudar essas transformações não apenas com o enfoque de um técnico e teórico da arquitetura e urbanismo, mas também sob a ótica das ciências sociais, da sociologia, da antropologia, proporcionou outro olhar sobre a cidade e sobre os cenários nela percebidos, um

⁴⁹ USUÁRIO – Aqui se entende por usuário não apenas o morador da superquadra, mas todos os que de alguma forma se beneficiam com o uso dos espaços públicos, como os passantes ou moradores de áreas vizinhas que de alguma forma foram seduzidos pelo lugar e também moradores de outras cidades vizinhas que fazem uso das escolas existente em algumas superquadradas.

olhar com outros critérios e enfoques, que recheou de significados a compreensão do universo aqui pesquisado.

De início, foi grande o receio de fazer uso das teorias de Weber, principalmente pela complexidade de seu pensamento, pela profundidade de algumas de suas escolhas, mas o processo foi natural, quase sem perceber deu-se o encontro, o cruzar dos pensamentos, sobretudo com o reconhecimento da intensidade de seu olhar sobre o homem, sobre a humanidade e principalmente, sobre o entendimento das relações desse com o mundo em que vive.

É necessário ressaltar que as preocupações com essa busca por uma abordagem teórica do tipo-ideal deu-se em função do entendimento prévio adquirido com um exercício já praticado há algum tempo, que inclusive foi fato determinante na escolha do tema aqui trabalhado; um exercício de observação da cidade, um ato que se assemelha ao praticado pelo poeta francês Charles-Pierre Baudelaire – o *flanêur*, um ser, que desvinculado do privado, observa a cidade por meio de suas ruas, becos; observa o mundo que o cerca de maneira a buscar um sentido para aquele olhar, resultado de suas descobertas.

Assim, a partir do primeiro contato com a superquadra, foi possível perceber que a pesquisa não poderia caminhar exclusivamente sem o apuramento desse olhar e que a metodologia a ser aplicada não poderia ser fundamentada por meio de coletas imediatas de dados que poderiam ser extraídos diretamente dos usuários dos espaços, com os gestores, enfim, com o público que se imaginava, em primeiro momento, que era usuário do lugar. Também não poderiam ser usadas apenas fontes de consultas de órgãos governamentais, plantas, mapas, planilhas, gráficos. A conduta limitada à coleta de informações do caminho da pesquisa poderia culminar com resultado não satisfatório, não representativo, ou seja, as informações poderiam não representar o verdadeiro sentido dos fatos.

Nesse sentido, a metodologia deveria proporcionar uma maior liberdade de exploração e interpretação dos fatos que então se apresentavam com os olhares, com as descobertas, com as percepções, com as observações. Aqui, a busca foi entender e desmistificar o que de início poderia se configurar em aparências e, assim, desvendar sentidos não revelados na superfície das aparências, o significado dos cenários identificados ao longo da pesquisa, compreendendo as intervenções do homem, do brasileiro que escolheu fazer dessa cidade seu lugar de vida.

Weber ofereceu uma contribuição original para o sentido das relações do homem com o lugar. Para ele, não existe nada na vida social que não seja referenciado pelo homem em suas ações e relações sociais; sua teoria reforça a necessidade do uso da metodologia das

ciências sociais para a captação do sentido das ações humanas, mas não acredita que essas relações possam ser compreendidas numa relação de causas e efeitos como nas ciências naturais. Assim, defende a necessidade de sua compreensão como fatos cheios de sentido, ou seja, como algo que se relaciona com outros fatos e somente em função disso é que pode ser efetivamente compreendido (JASPERS, 2005).

O alvo da sociologia de Weber é, nesse contexto, a especificidade dos fenômenos e seus significados. Considera-se, assim, que o particular ou específico não é o que vem pela experiência, nem muito menos pelo ponto de partida do conhecimento, mas como resultado de um esforço cognitivo que organiza e abstrai os aspectos de uma determinada realidade, na busca de explicar as causas associadas à produção de determinados fenômenos (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2003).

O **Método Compreensivo**, por ele defendido, considera o sentido que possui um indivíduo, não se restringindo apenas ao aspecto exterior dessas mesmas ações; sua compreensão se refere ao homem que se situa em uma sociedade envolvida na mudança do processo histórico. Por meio desse método é possível “a captação da relação do sentido” da ação humana. Registra-se, novamente, que, apesar dessa busca que envolve o sentido da ação humana, não se pretende um trabalho sociológico, por sua importância, os aspectos sociológicos da teoria weberiana são apropriados e aplicados na compreensão do objeto de análise.

No caso específico trabalhado nessa pesquisa, ao referir-se às ações do homem sobre os espaços públicos nas áreas residenciais do Plano Piloto, ações que concretizaram o aparecimento ou não de cenários, acredita-se que o método compreensivo defendido por Weber pode ser interessante, pois o que se busca no momento é a real compreensão dessas ações, que culminaram em uma relação, do homem com o lugar, sobretudo a compreensão do fenômeno em relação aos objetos, aos meios e ao fim.

O importante é que a ciência proporcione o conhecimento de um determinado fenômeno social a partir da extração do conteúdo simbólico da ação ou ações que o configure, onde a ação refere-se a comportamento, ou seja, ao sentido pensado pelo sujeito ou sujeitos. (FREUND, 1987).

A referencialidade às ações do homem, não apenas aquela que tem como referência somente os aspectos exteriores, é determinante para o método compreensivo, ao passo que consegue captar o conteúdo, o sentido das ações humanas impressas pelos sujeitos (WEBER, 1998, p. 6).

Para Weber, o método não consiste apenas na explicação pura de um determinado fenômeno, mas na captação, na coleta de seu conteúdo, do sentido do mesmo.

E onde está a utilidade de se fazer uso de um método compreensivo? Está justamente na versatilidade, pois de acordo com Weber “a possibilidade de reviver completamente a ação é importante para a evidência da compreensão, mas não é condição absoluta para a interpretação do sentido” (FREUND, 1987, p. 75). Em outras palavras, não é preciso ser efetivamente o sujeito para compreendê-lo.

A metodologia adotada por Weber não polariza a relação entre o indivíduo e a sociedade, para ele, o indivíduo ocupa no mundo o lugar de criador, considerando que o fato de compartilhar sentidos e significados movimenta a construção da sociedade.

O ponto decisivo da investigação Weberiana é a ação social,

entendida como ação realizada pelo indivíduo tendo como orientação a ação do outro indivíduo. Não existe acaso, já que todos agem de acordo com o significado atribuído às ações, não havendo como existir imersão passiva do indivíduo em uma sociedade que põe a mercê dos acasos; portanto, o sentido é o definidor da ação social.⁵⁰

Weber considera que para essa compreensão ocorrer no campo da sociologia é necessário um ponto de vista específico para que o processo seja eficaz. Em sua obra “A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política”, ele expressa sua posição em relação a esse conceito:

Não é por acaso que o conceito de social, que parece ter um sentido totalmente geral, adquire, logo que o seu emprego é submetido a um controle, um significado muito particular e específico, embora geralmente indefinido. O que nele há de geral deve-se, com efeito, à sua indeterminação. Pois se for encerrado no seu significado geral, não oferecerá nenhum ponto de vista específico a partir do qual se possa iluminar o significado de determinados elementos culturais. (WEBER 1992 apud OLIVEIRA, 1998, p. 98)

Assim, ao analisar o pensamento de Weber, pode-se considerar que enquanto as ciências naturais procuram explicar as relações causais entre os fenômenos, cabe às ciências humanas a compreensão dos processos, frutos das experiências humanas que são vivas, mutáveis, que necessitam de interpretação para a real extração de seu sentido.

Essa compreensão ocorre inicialmente a partir de uma pesquisa empírica, no intuito de se coletar dados para uma leitura teórica que deve se relacionar com os fatores sociais e seu modo de vida, pois esses fatores atribuem aos ambientes sociais valores diversificados, que,

⁵⁰ Disponível em: <<http://teoriasocial.wordpress.com/tag/metodo-compreensivo>>. Acesso em: 9 jun. 2011.

por sua vez, podem ser explicados, justificados e até mesmo motivados por causas tradicionais, sentimentos afetivos ou racionais.

A busca dessa compreensão pode ocorrer de acordo com a visão de Weber, a partir da identificação de um “tipo ideal” (WEBER, 1991), que no campo sociológico consiste em um instrumento de análise, um conceito teórico abstrato instituído com base na realidade – indução; assim, de forma abstrata se cria uma espécie de “tipologia pura”, considerada preliminarmente como “ideal”; essa adoção serve de guia para a avaliação da variedade dos fenômenos que ocorrem na realidade pesquisada. Apesar de não corresponder à realidade, uma das principais características do “tipo ideal” é que apesar de não corresponder a realidade, ele favorece a sua compreensão (OLIVEIRA, 1998).

No caso específico do estudo das apropriações dos espaços públicos nas áreas residências do Plano Piloto, a definição do “tipo ideal” teve como princípio básico a proposição da existência de um espaço de convivência nos moldes estabelecidos por Lúcio Costa quando ele concebeu o projeto de Brasília.

Nesse sentido, o “tipo ideal” seria por sua vez repleto de conceitos advindos do movimento moderno, norteadores da proposta de Costa. De certo modo, pode especular se o próprio Costa ao conceber os espaços em sua proposta não os concebeu pensando a seu modo um “tipo-ideal” moderno?

A adoção deste “tipo ideal” como parte da metodologia da pesquisa favoreceu a percepção dos diversos usos surgidos com a ocupação dessas áreas residenciais ao longo da existência da cidade, chegando-se à percepção de “tipologias de uso”, mais precisamente seis tipologias de uso, que em parte se diferem do “tipo ideal” inicialmente induzido como elemento de análise.

Aspectos que foram considerados na construção do “**Tipo Ideal**” em uma superquadra:

1. **As superquadras são dotadas de espaço para convivência:**

Partiu-se do princípio adotado por Lúcio Costa para a concepção da superquadra, onde prevalecia o bucolismo que deveria se fazer presente no lugar. **Áreas sombreadas propícias ao passeio, áreas verdes e acolhedoras, propícias ao encontro e a socialização.** Assim, com o respaldo da concepção, inicialmente, o princípio norteador desse aspecto foi a existência de área na superquadra propícia ao convívio, aqui não contou, nesse primeiro olhar, se o espaço era ou não dotado de vida; era ou não usado pela comunidade local, mas se a

própria configuração espacial dos blocos, partindo da aleatoriedade de implantação, sugerida por Costa, favoreceu o aparecimento dessas áreas.

2. A comunidade faz uso dos espaços de convivência:

A partir desse aspecto, direcionou-se o olhar, observou-se se os espaços identificados no aspecto anterior eram ou não dotados de uso pela comunidade local ou pelo que se chamou de usuário.⁵¹ Se o ar bucólico, previsto por Costa para a superquadra foi de fato assumido pelos moradores da superquadra.

3. Prevalece o “direito de ir e vir”:

A intenção foi observar se a continuidade ou não de circulação em uma superquadra foi mantida, ou seja, se o pilotis continua sendo a extensão do gramado. Nesse sentido, a observação desse aspecto tem o objetivo de perceber se a existência ou não dessa continuidade, dessa liberdade de circulação favoreceu ou não a socialização na superquadra; se sua existência ou não favoreceu o encontro, aquele que Costa imaginou que ocorreria a partir da sombra das árvores.

4. É perceptível a essência do “bairro” previsto por Lúcio Costa:

No relatório do Plano Piloto, Lúcio Costa deixa claro a intenção de se criar um ar de bairro na superquadra, onde a mãe pudesse, da janela de seu apartamento, ver o filho se deslocar para a escola, de onde, sem muito, esforço pudesse ir ao mercadinho, a quitanda; outra escala, em que o homem conseguisse dialogar com mais naturalidade.

4.2 Clifford Geertz

As influências na construção do processo de interpretação

Após a definição do “tipo ideal”, que como comentado anteriormente serviu de subsídio à identificação das tipologias de uso, foi necessário um reforço para a interpretação dessas tipologias.

Essa necessidade se deu preliminarmente a partir da premissa de que as diferentes formas de ocupação do espaço público nas superquadras deveram-se em parte às influências culturais, fruto das intervenções dos moradores, percebidas com o primeiro olhar advindo das

⁵¹ USUÁRIO – Aqui se entende por usuário não apenas o morador da superquadra, mas todos que de alguma forma se beneficiam com o uso dos espaços públicos, como os passantes ou moradores de áreas vizinhas que de alguma forma foram seduzidos pelo lugar e também moradores de outras cidades vizinhas que fazem uso das escolas existente em algumas superquadras.

visitas às superquadras do Plano Piloto, num ato de checagem inicial do objeto a ser trabalhado.

Surge então, Clifford Geertz, um dos discípulos de Max Weber; a leitura do livro “A interpretação das Culturas” (1989). Possibilitou o olhar mais direcionado sobre a investigação da cultura. Geertz propôs-se a desvendar as preocupações de Weber com a consistência da aplicação correta de um método que melhor captasse o conteúdo, o sentido do objeto investigado.

Essa identificação fez-se melhor entender a partir da visão de Geertz sobre a “Antropologia Interpretativa”, que analisa a cultura como hierarquia de significados, buscando na etnografia uma “Descrição densa”. Como discípulo de Weber, Geertz acredita e assume que “o homem é um animal amarrado à teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado” (GEERTZ, 1989).

O que seria essa teoria, o que ela visa e quais suas contribuições no campo do estudo das relações humanas?

Com sua teoria de interpretação, Geertz nos apresenta que a melhor forma de analisar essa “teia de significados”, descrita por Weber, é investigar e desvendar os seus significados,

estabelecendo relações entre si, de forma a ensejar uma interpretação semiótica⁵² do objeto analisado. E uma boa interpretação só será possível, através do estabelecimento dessas relações, da seleção de informantes, da transcrição de textos, do levantamento de genealogias, do mapeamento de campo, etc; em suma, através de um levantamento etnográfico.⁵³

Um levantamento etnográfico, por sua vez, trata do estudo de um objeto a partir da vivência da realidade de onde esse objeto se insere. Na visão de Gilbert Ryle, assimilada por Geertz, fazer esse levantamento é elaborar uma “Descrição densa”, onde o que importa no contexto não é a interpretação isolada dos fatos, mas a análise do conjunto como vem sendo vivido e ainda como vem sendo transmitido, perpetuado pela adaptação de quem chega e se

⁵² SEMIÓTICA: Entende-se por Semiótica o estudo dos signos, ou ainda, do significado das coisas ao nosso redor, no mundo. A Semiótica ajuda a entender como as pessoas interpretam as mensagens, como ocorre sua interação com o meio em que vive.

⁵³ LEVANTAMENTO ETNOGRÁFICO: Trata-se do levantamento, ou ainda, do estudo de um objeto a partir da vivência percebida onde este se insere. Assim, o estudo etnográfico serve para compreender de forma aprofundada como ocorre a inserção do usuário no objeto trabalhado, ou seja, no seu meio. É uma observação real, onde se observa o sentido da ação. GEERTZ, 1989, p.15,16.

insere no plano dos significados, sejam esses, julgados corretos, ridículos, inocentes, cruéis (GEERTZ, 1989).

Assim, o que faz o etnógrafo? De acordo com Geertz, ele registra, observa e analisa (GEERTZ, 1989).

Por vezes, é necessário alguém estranho ao meio, no caso um pesquisador, externo a esse conjunto, para enxergar, para perceber os fatos inovadores, frutos de reproduções espontâneas, que surgem no dia a dia da vivência de um determinado grupo em um determinado conjunto.

O que escrevemos é um *noema* ("pensamento", "conteúdo", "substância") do falar. [...] a análise cultural é (ou deveria ser) uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjeturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjeturas e não a descoberta do Continente do Significado e o mapeamento das sua paisagem corpórea. (GEERTZ, 1989)

Sobre os signos, que surgem dessas reproduções espontâneas, passíveis de interpretação, Geertz aponta que:

a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportam, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles (os símbolos) podem ser descritos de forma inteligível, isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 1989, p. 24)

Em um artigo produzido para a Web,⁵⁴ Mattos (2001), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, descreve que a pesquisa

Etnográfica, também conhecida como pesquisa social, observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa analítica, pesquisa hermenêutica, compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para o estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos.

Assim, mergulhando nesse universo de observação foram traçados os rumos da pesquisa buscando o significado dos lugares a partir da interferência do morador manifestos em sua rotina diária; aqui o objetivo foi por meio da observação, interpretar o significado da ação do homem no espaço, alvo da pesquisa.

⁵⁴ MATTOS, 2001. Disponível em:

<http://www.ines.gov.br/paginas/revista/A%20bordag%20 etnogr_para%20Monica.htm>. Acesso em: 13 jun. 2011.

Nesse processo, não foi atribuída menor importância a memória enquanto “expressão do pensar histórico, ou como tráfico de símbolos significantes”.⁵⁵

Há de se considerar a memória como “um ato social”, resultado da interpretação, dos significados que um ou mais indivíduos imprimem ao mundo que os cercam, a partir do convívio social.

Com a construção desse discurso Geertz, defende seu pensamento de que a Cultura é um “contexto”, sua descrição densa decorre da descrição inteligível dos comportamentos, acontecimentos sociais, instituições, processo (GEERTZ, 1973, p. 24).

Assim, pode-se entender por “Descrição Densa” o processo que tem como intenção a interpretação das estruturas significantes que estão no menor gesto do homem. Em seu livro, “A Interpretação das Culturas”, Geertz apresenta alguns exemplos que demonstram a diversidade de significados por ele abordada, entre outros, o fato de que uma simples piscada de olho pode ter significados distintos: tique nervoso, código de comunicação entre pessoas, sinal de “paquera” [...] (GEERTZ, 1973, p. 16).

Em sua percepção, ao fazer a leitura, ou o estudo de um objeto por vivência direta, ou ainda uma etnografia dessa simples piscadela faz-se necessário compreender como essas ações distintas são produzidas, percebidas e interpretadas pelos “nativos” da sociedade onde a ação ocorreu (GEERTZ, 1973, p. 16).

A partir da assimilação do conceito da teoria de descrição densa e da importância de um levantamento etnográfico, partiu-se para a estruturação da pesquisa, de forma a educar o olhar sobre os espaços aqui estudados. Assim, a pesquisa etnográfica terá como base a observação sistemática de cada tipologia de uso identificada no levantamento de campo, com a ajuda da criação do “tipo ideal”, estruturado nos aspectos definidos anteriormente (4.1), que teve como base de fundamentação a existência de um espaço voltado para a convivência, de acordo com a concepção de Costa, quando do projeto do Plano Piloto.

Nesse contexto, munindo-se do conceito de uma superquadra na visão de Lúcio Costa, partiu-se para a observação dos pontos descritos a seguir, que se justificam na verificação de um uso real, ou seja, como de fato ocorre o uso desses espaços públicos no interior da superquadra:

– Observação sistemática e apreensão da realidade desse uso, buscando a percepção das ações que definiram ou não a vivência no objeto estudado, no caso específico, os espaços públicos existentes nas superquadras;

⁵⁵ Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/225/195>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

- Registro fotográfico, buscando o registro das vivências ocorridas com o uso;
- Levantamentos de dados gerais, alguns extraídos com o Governo do Distrito Federal e outros com a comunidade local de cada superquadra, como: existência ou não de liderança comunitária local, inclusive entendendo a atuação dessa liderança, o seu papel; existência de predominância cultural dos moradores da quadra;
- Entrevista com alguns atores envolvidos com a gestão do uso dos espaços identificados na pesquisa, como: Conselheiros Comunitários, Prefeitos, e alguns moradores/usuários do espaço, em uma abordagem natural, ou seja, no caso específico dos moradores/usuários, no momento do processo de observação alguns relatos foram coletados sem uma intenção prévia, mas pela aproximação do morador/usuário com o pesquisador que se encontrava em seu lugar.

4.3. Como se deu o Processo de Reflexão Teórica – “Diálogo do referencial com a metodologia”

...tudo o que se quer evitar é uma leitura unívoca do espaço urbano, porque a cidade é o lugar da diferença. A adoção de diretrizes urbanísticas especiais pretende evitar a padronização e fortalecer as relações entre o passado, o presente e o futuro na imagem da cidade. A cidade contemporânea, produto da história, está aberta à mudança.

ESTANISLAU, 1996, p. 77

Como demonstrado ao longo dos capítulos, fez-se uso de um intenso referencial teórico, buscando-se antes entender o processo de formação do conceito de superquadra.

O Referencial teórico explorado nos capítulos iniciais desta pesquisa favoreceu o entendimento do processo de formação da superquadra de Brasília proposta por Lúcio Costa.

Cercando-se de pensamentos surgidos ao longo do tempo em relação a Brasília e em relação a superquadra, resgataram-se as críticas e assim, procurou-se entender os vários lados dessa história de formação desse lugar chamado superquadra.

Percorreu-se um longo caminho, em que se consideraram os extremos, que aqui se simboliza por dois momentos, de um lado a poética dos apaixonados por Brasília, expressa

pelas palavras de Carlos Drummond de Andrade, ao falar do “pulsar do risco”, referindo-se ao traçado de Lúcio Costa.

De outro, as mais ferrenhas das críticas, como as traçadas por Holston, “A superquadra não tem vida própria”, “na superquadra as pessoas se trancam, se afastam, é difícil fazer amigos” (HOLSTON, 1993 apud HOLANDA, 2010, p. 114).

A intenção dessa busca foi trazer à análise do conjunto da amostragem importantes contribuições, repletas de conteúdo, afinal o que se pretende com este trabalho é contribuir com a construção de um patrimônio cultural imaterial e acredita-se que essa visão não seja possível, se não ocorrer um resgate histórico da formação do lugar, sem esquecer dos ingredientes fundamentais, tão explorados ao longo dos capítulos, o sentimento, a afetividade, ingredientes que certamente tornam legítimo esse patrimônio que se quer apresentar, solidificar e compartilhar com a sociedade.

Há de se considerar que, desde o início do processo que se deu com a escolha do tema, já se tinha em mente a pluralidade de usos que se encontraria nas superquadras, mas não se sabia que esses usos originariam o que foi chamado de “tipologias de uso”, pois o que se imaginava de início era contrapor com o cenário apresentado por teóricos que estudaram a cidade moderna e que traçaram críticas que entoavam a relação do homem com o lugar.

Nesse contexto, pode-se considerar que todas as críticas giravam em torno da relação do homem com o lugar, no possível isolamento deste, no resgate ao contato com o espaço público, que nas cidades tradicionais era mais comum, considerando a existência do “caos urbano”, como mencionou Janes Jacobs (2000) ao se referir sobre a mistura de residência com comércio e com outros espaços da cidade, assim, em meio a essa “mistura geral”, o homem teria que vivenciar diariamente e quem sabe, absorver todos esses conceitos que eram jogados a sua frente em seu cotidiano.

Com a cidade moderna e sua busca intensa de melhor organizar esse chamado “caos urbano”, era possível que o homem, habituado a viver em meio a determinado sistema, pudesse estranhar e não se adaptar a essa nova forma que então surgia. No caso específico de Brasília, as pessoas que chegaram para construir morada não se adaptariam, ao passo que trariam consigo a sua forma de se socializar, o seu entendimento sobre a vida no espaço público.

Como apresentado anteriormente, isso não ocorreu em Brasília, pode até ter ocorrido no início, logo com a chegada à cidade, inclusive, esse fato nos remete a um pensamento, a uma cidade que surgiu após Brasília e que se propôs a seguir os princípios do modernismo – Palmas, com apenas 22 anos de existência, como será a percepção das pessoas sobre a

cidade? Será que as pessoas de alguma forma se encontram? Ao percorrer a cidade, normalmente não se enxerga pessoas espalhadas pela cidade; as praças, em geral são vazias, pouco exploradas pela população, a área residencial, completamente isolada da área central da cidade.

Se pensarmos bem, essa pode também ter sido a primeira impressão de quem chegou e participou da vida de Brasília nos primeiros anos. Essa relação de parceria de reconhecimento da cidade certamente ocorre aos poucos, como qualquer ato de relação, ocorre realmente aos poucos e com as descobertas nasce o comprometimento, o reconhecimento, a valorização.

Nesse sentido, o referencial teórico foi de extrema importância para o entendimento dessa realidade da cidade de Brasília na atualidade, não seria de fato possível esse entendimento sem antes perceber os princípios, os conceitos de uma cidade moderna. Assim, ao longo desse período "permitiu-se ser um *flâneur* aos moldes de Baudelaire, mas foi necessário manter o "pé no chão", à maneira de Jane Jacobs (2000), foi necessário entender as origens da relação público-privado com a ajuda de Sennett (1988); foi necessário entender um pouco sobre formação cultural sob o prisma de Laraia (1986), sobre Patrimônio Imaterial, com a ajuda de Pelegrini e Funare (2008), e assim por diante.

Isso nos faz por fim refletir sobre a importância dessa junção de pensamentos, sobre a necessidade de avaliar as relações do cidadão com sua vida pública não apenas considerando os aspectos formais e pontuais de circulação, é preciso se imbuir de conceitos e entender a cidade com toda sua riqueza, com toda sua profusão de culturas diversas.

Nesse sentido, é necessária a percepção do cotidiano público, ou seja, de como ocorre a vida, a interação das pessoas aos processos representativos e simbólicos relacionados à experiência vivida, que constroem sociabilidade no espaço público.

A partir dessa percepção, buscou-se a compreensão desse espaço como lugar de vida, a partir do uso cotidiano de seus moradores, que o perceberam e o legitimaram como um patrimônio, que vai além do palpável, um patrimônio que é intangível, é imaterial, e, como tal, caracteriza-se como expressão máxima de seu "querer", afinal, esse patrimônio foi construído por muitas mãos, por muitas memórias, muitas culturas, podendo então, ser considerado como a expressão máxima da "alma de um povo".

Destaca-se que todo o processo teve início com uma série de leituras, que visavam, sobretudo, o real conhecimento de uma realidade que se apresentava no momento, e não seria possível conhecer essa realidade sem antes melhor construir o próprio olhar, a própria percepção sobre essa realidade.

Buscando respaldo na filosofia de René Descartes (apud SAES, 2010, p. 16): “o que percebemos não são diretamente as coisas, mas as representações que temos delas em nossa mente. Uma representação pode ser um pensamento ou uma ideia. Pode ser um conteúdo mental através do qual alguma coisa se apresenta à nossa consciência”.

Esse, certamente foi o grande desafio para um pesquisador com formação em arquitetura e urbanismo, entender o significado dessa percepção. Foi separar o cidadão, o apaixonado por Brasília, do crítico, do pensador; foi de fato entender as visões, que se apresentavam à minha frente.

Em uma célebre passagem da obra *Meditações metafísicas*, Descartes compara duas ideias de Sol, inteiramente distintas: aquela que vem dos sentidos, pela qual o Sol aparece como extremamente pequeno, e aquela que vem da astronomia, pela qual o Sol se mostra muitas vezes maior do que a Terra. (SAES, 2010, p. 18)

Assim, como perceber a superquadra, sem antes entender Brasília, sem antes entender os “bastidores desses cenários que se apresentam”, como sendo o conjunto de situações e o contexto no qual foi inserida, apenas se contentando com o primeiro olhar, com a percepção dos fatos como se apresentam, fruto de uma experiência imediata de sentimento, que é sempre mais intensa e vigorosa, pois se trata de sentimento, de afeto.

Foi preciso separar o emocional, o lado afetivo, surgido com a própria construção de uma realidade, de uma relação intensa com a cidade, que se construiu desde o dia da chegada em Brasília, no ano de 1987, como descrito no prefácio. Foi necessária uma certa neutralidade, só assim, ao final desse processo, será possível apresentar uma cidade um pouco diferente daquela percebida e imaginada, uma cidade real.

Entretanto, o que de fato se considera como cidade real? Compreende-se que é aquela que, mesmo tendo em sua construção uma sólida base conceitual e teórica, desgruda-se da grande Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade e se mostra mais próxima do homem que nela vive; homens que se apropriaram e reinventaram parte desse conceito e por que não, reescreveram parte de sua história, uma história real, usando para isso, ingredientes bem comuns a cultura brasileira.

4.4 Como se deu o Processo de Investigação –

A pesquisa de campo

As cidades são o retrato multiplicado do homem. E dela acabamos prisioneiros. Delas, de nossas ambições, de nossas demasias, de nossas destemperanças, de nossas covardias. Mas a cidade é também uma floresta de liberdades. Cada um pode traçar a sua trilha por entre as feras do mal (dá para passar de fininho por elas que elas nem percebem, estão muito ocupadas consigo mesmas) e parar para usufruir as belezas do invisível da vida, mesmo numa cidade. Babilonicamente, uma cidade ainda é lugar para ser humano.

Conceição Freitas

Em 2010, mais precisamente no mês de agosto, que teve início o processo de investigação nas superquadras; após vencer parte da etapa teórica, partiu-se para o conhecimento e o estudo de caso, assim, visitou-se cerca de cento e vinte superquadras, adentrou-se esse universo em busca das peculiaridades de cada uma das superquadras do Plano Piloto de Brasília. Esse processo durou aproximadamente quatro meses. Nesse período, munido de prancheta e máquina fotográfica, visitou-se todas as superquadras das Asas Sul e Norte, o que ocorreu asa a asa, faixa a faixa, ou seja, começou-se na Asa Sul, de início visitou-se as superquadras 100, em seguida as 200, 300 e 400.

Inicialmente, pensou-se em fazer o percurso caminhando, mas, em função do tempo necessário existente no cronograma do mestrado, não foi possível, assim, o percurso foi feito de carro, mas, no interior da superquadra, o percurso foi feito a pé, atendendo à sequência definida a seguir:

1. Logo ao entrar na superquadra, permitia-se um olhar descompromissado, percorria-se o espaço e tentava-se entender como o processo de uso ocorria;
2. Após esse primeiro olhar, registraram-se por meio de fotografia as ocupações ou não ocupações existentes na superquadra, nesse momento fotografaram-se também situações pitorescas, imagens que em primeiro momento se apresentavam estranhas à visão de Brasília, até então conhecida;
3. Em uma pequena prancheta, registrou-se a existência ou não de prefeitura, de parquinhos, de quadras poliesportivas, de campo de futebol informal (apenas traves dispostas em gramado), outras formas de ocupação. Anotaram-se, também, as primeiras impressões sobre o uso percebido naquele momento, procurou-se de início não falar com as pessoas que frequentavam a área, mas nem sempre era possível, pois era comum deparar-se com alguns curiosos que paravam e perguntavam qual a intenção da coleta das imagens, quando se

explicava a intenção algumas dessas pessoas sentiam a necessidade de falar, de colocar pra fora seu olhar. **Lembra-se bem de dois exemplos, entre outros.**⁵⁶

4. Ao voltar para ao ponto de apoio da pesquisa (apartamento do pesquisador), passavam-se as informações coletadas para uma ficha, em que registravam as imagens, o padrão morfológico da superquadra e as informações gerais sobre o uso identificado (Figura 76);

5. Em seguida, para facilitar a visualização do conjunto de tipologias percebidos ao longo da pesquisa de campo, montou-se uma planilha com resultados parciais (Figura 77) e em seguida, uma planilha geral (Figura 78), onde foram lançados os dados coletados.

Cabe-se uma ressalva. No início do processo da investigação, não se imaginava deparar com situações tão diversas, não se imaginava a existência de formas tão diferentes de ocupação; o intuito inicial era entender como ocorria o uso, qual a identidade dos moradores com aquele lugar, como se dava a relação com os espaços públicos na área residencial do

⁵⁶ No decorrer da pesquisa de campo foi comum se deparar com pessoas, curiosos, que por vezes estranharam o fato de minha longa permanência em um lugar, na verdade penso que o estranhamento deveu-se ao fato de poder esta sendo observado. Dois exemplos merecem destaque:

O primeiro, a SQS 308, quando se começou a fotografar, em função do envolvimento com o trabalho, não se percebeu que havia alguns garotos “fumando maconha”, sem perceber acabou-se fotografando, lógico, eles pararam e indagaram “ e ai veio , o que tu tá fotografando?” , mantendo a calma e sentando-se no mesmo lugar que eles foi iniciada uma conversa, onde as explicações ocorreram , inclusive apresentando as fotos registradas, as anotações, e para a surpresa, eles entenderam, “não tomaram a máquina” e inclusive deram ótimas dicas de outros espaços que eles se encontram com amigos, não para “fumar”, mas para papear, para jogar, para tocar violão.

O segundo, ocorreu na SQN 303, e o estranhamento dessa vez foi meu. Fiquei muito surpreso ao perceber a existência de brinquedos, “tipo parquinho” no próprio pilotis, de início pensei que os brinquedos estavam naquele local porque haveria uma festinha de alguma criança do bloco, que faria uso do salão de festas e assim, por falta de espaço, havia instalado nas proximidades os brinquedos, conformando um parquinho.

Engano, os brinquedos pertenciam ao bloco e ficavam naquele espaço durante todo o tempo. Vale ressaltar que nas proximidades do bloco existem ótimas áreas, propensas a instalação de um parquinho para crianças, com caixa de areia e alguns brinquedos; não suportei a ideia de ficar calado, e logo indaguei uma moradora que estava no local com sua criança: Você não acharia melhor sair com a criança, tomar sol, fazer com que ela tenha uma melhor sensação de liberdade, você não gostaria de criar um espaço na área pública existente, fica bem perto de seu bloco, o que você acha dessa possibilidade? A resposta surpreendeu: “Não, acho melhor nesse espaço, é bem mais protegido e as crianças continuam limpas, não tem contato com a terra e ainda, aqui esse espaço pertence ao meu bloco”.

plano, nas superquadras; não se imaginava que existiam diferentes tipologias de uso, foi uma surpresa, portanto, entende-se que essa descoberta é uma das grandes contribuições ao meio acadêmico, à percepção do uso do espaço por meio de diferentes tipologias de apropriação.

Figura 76

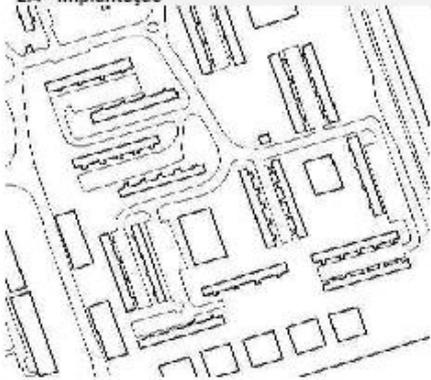
FICHA DE REGISTRO - LEVANTAMENTO PRELIMINAR	
PESQUISA DE MESTRADO	
APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NAS ÁREAS RESIDENCIAIS DO PLANO PILOTO	
1.1 - Identificação SQN 415	1.2 - Tipologia tipo 6
2.1 - Padrão morfológico do espaço público na quadra 2.1.1 () central 2.1.2 (X) central/fragmentada 2.1.3 () pontual 2.1.3 () no próprio pilotis 2.1.4 () não existe ocupação demarcada	2.2 - Equipamentos indentificados no espaço público da quadra 2.2.1 (X) praça 2.2.2 (X) parque 2.2.3 (X) quadra poliesportiva 2.2.3 (X) campo de futebol 2.2.4 () kit malhação 2.2.5 (X) área de convívio (cenários diversos) 2.2.6 () nenhum equipamento
2.3 - Organização comunitária 2.3.1 (X) existe prefeitura na quadra 2.3.2 () não existe prefeitura na quadra	
2.4 - Implantação  imagem Sica	 imagem google earth
2.5 - Fotos  	 

Figura 77

 UnB - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo						
Mestrado - "Um caso peculiar de unidade do diverso."						
Planilha de Tipologia - ASA NORTE						
Superquadras 300						
ID.	Tip. 01	Tip. 02	Tip. 03	Tip. 04	Tip. 05	Tip. 06
SQN 302						
SQN 303						
SQN 304						
SQN 305						
SQN 306						
SQN 307						
SQN 308						
SQN 309						
SQN 310						
SQN 311						
SQN 312						
SQN 313						
SQN 314						
SQN 315						
SQN 316						

Elaboração: Francisco Ricardo Costa Pinto / Kátia Martini.

Nesse sentido, a ênfase deste trabalho, emergida no percurso da elaboração e do próprio trabalho de pesquisa, será apresentar outras “possíveis Brasília”, proporcionando outras possibilidades de leitura, percepção e proposição com respeito aos espaços residenciais do Plano Piloto.

Do ponto de vista da investigação, outra questão que mereceu destaque, no início do processo, foi a necessidade de identificar alguns critérios básicos para nortear o olhar sobre o espaço, em que os critérios descritos a seguir foram considerados:

- **Critério 1:** Existência de **Vida social coletiva intensa;**

Esse critério foi identificado a partir de indicadores percebidos no registro do levantamento preliminar, obtido com a primeira visita às superquadras do Plano Piloto, objeto da pesquisa. Nesse momento, foi possível, de forma preliminar, identificar por meio do uso dos espaços existentes a percepção de uso dos espaços. Essa situação ocorre principalmente em espaços onde existe uma diversidade de uso nos espaços da superquadra, como, parquinho, quadras poliesportivas, caixa de areia, praça, outros;

- **Critério 2:** Existência de Vida social coletiva parcial

Esse critério foi definido a partir de indicadores percebidos no registro do levantamento preliminar, obtido com a primeira visita às superquadras do Plano Piloto, objeto da pesquisa. Nesse caso, essa percepção preliminar deu-se em função da percepção de existência de algum dos elementos (parquinho, praça, quadra, outros), percebidos no item anterior;

- **Critério 3:** Inexistência de Vida social coletiva

Esse critério foi definido a partir de indicadores percebidos no registro do levantamento preliminar, obtido com a primeira visita às superquadras do Plano Piloto, objeto da pesquisa, onde, preliminarmente, não se percebeu qualquer tipo dos elementos descritos anteriormente.

Ao final da investigação, mais precisamente no mês de novembro de 2010, partiu-se para a análise de todo o material coletado, em que as tipologias de uso, identificadas na pesquisa de campo foram lançadas e identificadas na planta geral da cidade de Brasília, que comparece na abertura do Capítulo 5 (Tipologias de Uso), assim, a partir dessa visualização foi possível identificar a amostragem que seria retirada para uma análise mais precisa e, ainda, com essa visualização em planta, foi possível perceber em qual faixa residencial ocorria uma ou outra tipologia e, ainda, qual a tipologia que mais comparecia no conjunto da cidade.

No Capítulo 5, serão analisadas as tipologias de uso, por meio de uma amostragem extraída do conjunto das superquadras 100, 200, 300, 400, visitadas, objeto desta pesquisa.

CAPÍTULO 5

AS APROPRIAÇÕES ENCONTRADAS – TIPOLOGIAS DE USO

Se o indivíduo no decorrer de sua vida passa por transformações biológicas, culturais e sociais que o levam a vincular-se a grupos com diferentes faixas etárias, distintas categorias profissionais ou díspares opções religiosas; de fato, as coletividades convivem com permanentes processos de interação e mudança. Essa diversidade resulta numa “multiplicidade de pontos de vista, de interesses e de ações no mundo” que, por sua vez, influencia os valores que definem sua relação com o patrimônio e o sentido de pertencimento de uns agentes sociais em relação aos outros, sejam eles homens ou mulheres, crianças ou adultos, jovens ou idosos.

(PELEGRINI, FUNARI, 2008, p.63)

5.1 Definições gerais sobre a aplicação do método

Como argumentado no Capítulo 4, essa pesquisa tem como objeto principal o planejamento urbano, a arquitetura e o urbanismo. Em função das peculiaridades percebidas inicialmente no universo de usos dos espaços públicos nas superquadras, fez-se necessário buscar respaldo nas ciências sociais, por meio de teorias estudadas por Weber e Geertz, como já justificado anteriormente.

Nesse contexto, um dos grandes desafios desta pesquisa foi exercitar esse olhar a partir de outras esferas de ciência, que muito contribuíram para o aprimoramento do olhar do arquiteto e urbanista, assim, para facilitar o entendimento do processo que levou a aplicação do método, com o objetivo de uma análise compreensiva, foram necessários **três recortes**:

1º Recorte: Fez-se uso do princípio metodológico do “tipo ideal”, de acordo com os princípios estabelecidos por Weber;

2º Recorte: Fez-se uso da teoria da “descrição densa” sugerida por Geertz;

3º Recorte: Chamado de “conclusões parciais”, trata-se do momento em que serão respondidas algumas perguntas, que ajudarão em um diagnóstico do objeto estudado, no caso, a tipologia de uso em questão.

1º Recorte: Identificação do uso a partir do princípio metodológico do “tipo ideal”: “a Superquadra de Lúcio Costa em relação à identificação de uma realidade”

Compreensão do espaço a partir do princípio metodológico que estabeleceu um “tipo ideal”, uma espécie de guia para identificar as relações do espaço real com as intenções de seu traçado inicial, proposto por Lúcio Costa, com referência no relatório do Plano Piloto de Brasília, que previa para a área residencial um lugar onde, de forma pacífica, o homem pudesse viver e conviver com o outro. Assim, de acordo com Costa: “[...] nas superquadras restringem-se apenas à obrigatoriedade dos pilotis e ao gabarito de seis pavimentos, ficando, portanto, as crianças que brincam ao alcance da voz, o que contribui para humanizar essas áreas residenciais [...]” (apud BUCHMANN, 2002, p.108).

Relembrando um pouco do princípio metodológico descrito no capítulo anterior, fez-se uso dos princípios de Weber e, a partir deste, adotou-se como guia para a pesquisa de campo um “tipo ideal”, que remonta à possibilidade de uma superquadra dotada de espaço para convivência, com áreas sombreadas propícias ao passeio, áreas verdes e acolhedoras, propícias ao encontro e socialização.

Um lugar com uso reconhecido pela comunidade local, onde se evidencia liberdade de circulação, onde a visibilidade é contínua, o edificado integra-se ao bucólico, criando o que Costa (1995) chamou de “direito de ir e vir”. A adoção desses princípios favoreceria o “ar de bairro”, outra escala em que fosse possível o homem dialogar com o espaço.

2º Recorte: O uso a partir da teoria da “descrição densa”

A compreensão, o encontro com o sentido da realidade identificada.

Com a identificação da existência da tipologia de uso, a partir do “tipo ideal”, partiu-se para a observação sistemática e apreensão da realidade desse uso, buscando compreender as ações que definiram ou não o uso do espaço.

Para a compreensão do uso, foi necessário visitar as superquadras estabelecidas na amostragem, permanecendo no local por um dia inteiro, o que ocorreu em dois momentos: em um dia da semana e no final de semana, sempre no período das 6h às 20h.

Após essa vivência no espaço, buscou-se um contato com a liderança local, identificada na pessoa do Conselheiro Comunitário e/ou Prefeito da quadra, quando da existência. O contato com moradores e usuários da superquadra ocorreu de forma espontânea, por meio de encontros casuais, o que é normal quando se passa dois dias inteiros a observar um espaço. A compreensão apresentada a seguir é uma média dos encontros, do pesquisador com o lugar, do pesquisador com a liderança local (quando for o caso), do pesquisador com os atores que vivem e fazem uso do espaço (quando ocorrer de forma espontânea).

3º Recorte:

Conclusões Parciais – Diagnóstico da Tipologia

Para as conclusões parciais, estruturaram-se algumas perguntas que serão respondidas com o diagnóstico do objeto estudado. A estruturação das perguntas teve como base a fundamentação teórica às intenções de Lúcio Costa em relação à superquadra de Brasília, objeto estudado; e as críticas surgidas em relação ao movimento moderno, a Brasília e à superquadra, como, por exemplo, as proferidas por Jane Jacobs (2000), Holston (1993), Sennett (2002) e outros que contribuíram com a avaliação geral do objeto aqui pesquisado.

Estruturação dos questionamentos que serão respondidos com o **Diagnóstico (conclusões parciais)**:

1. A tipologia de uso estudada atende aos princípios estabelecidos por Lúcio Costa para o Projeto de Brasília? A origem da superquadra foi explorada nos capítulos iniciais desta dissertação (Capítulo 2.3).

2. Na tipologia de uso analisada, a partir de sua observação, ficou evidenciada a presença do homem no espaço ou prevalecem as visões críticas de Jane Jacobs, com seu livro “Morte e Vida das Grandes Cidades” (2000) e Holston, através de seu livro “A cidade modernista: uma crítica a Brasília e sua utopia” (1993), entre outras?

E, considerando que se deu a presença do homem no espaço, será que a configuração urbana do mesmo favoreceu a sua valorização, enquanto signo, significado para os usuários, como colocou Umberto Eco? E, essa identificação fez surgir o homem de Brasília que um dia foi questionado por Clarice Lispector?

3. Será que na tipologia de uso estudada o fator econômico, social e as questões de segurança/insegurança contribuíram para uma individualização e um conseqüente declínio do espaço público, como pensou Sennett?

5.2 Considerações gerais:

Informações sobre a Incidência das tipologias nas Asas Sul e Norte – Plano Piloto

O mapa (Figura79) e a tabela apresentados a seguir trazem o cálculo da incidência de cada tipologia nas Asas Sul e Norte e o detalhamento da incidência de cada tipologia por fração, ou seja, por faixa de superquadras.

Para o cálculo convencionou-se:

– Para cada Asa (Sul e Norte): 100% corresponde a 60 superquadras;

– Para cada faixa de superquadra de Asa (Sul e Norte): 100% corresponde a 15 superquadras.

TABELA
Planilha Geral de Tipologias – CÁLCULOS

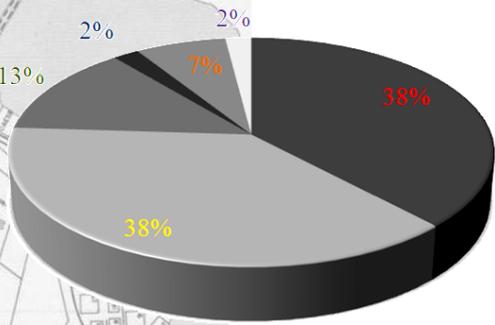
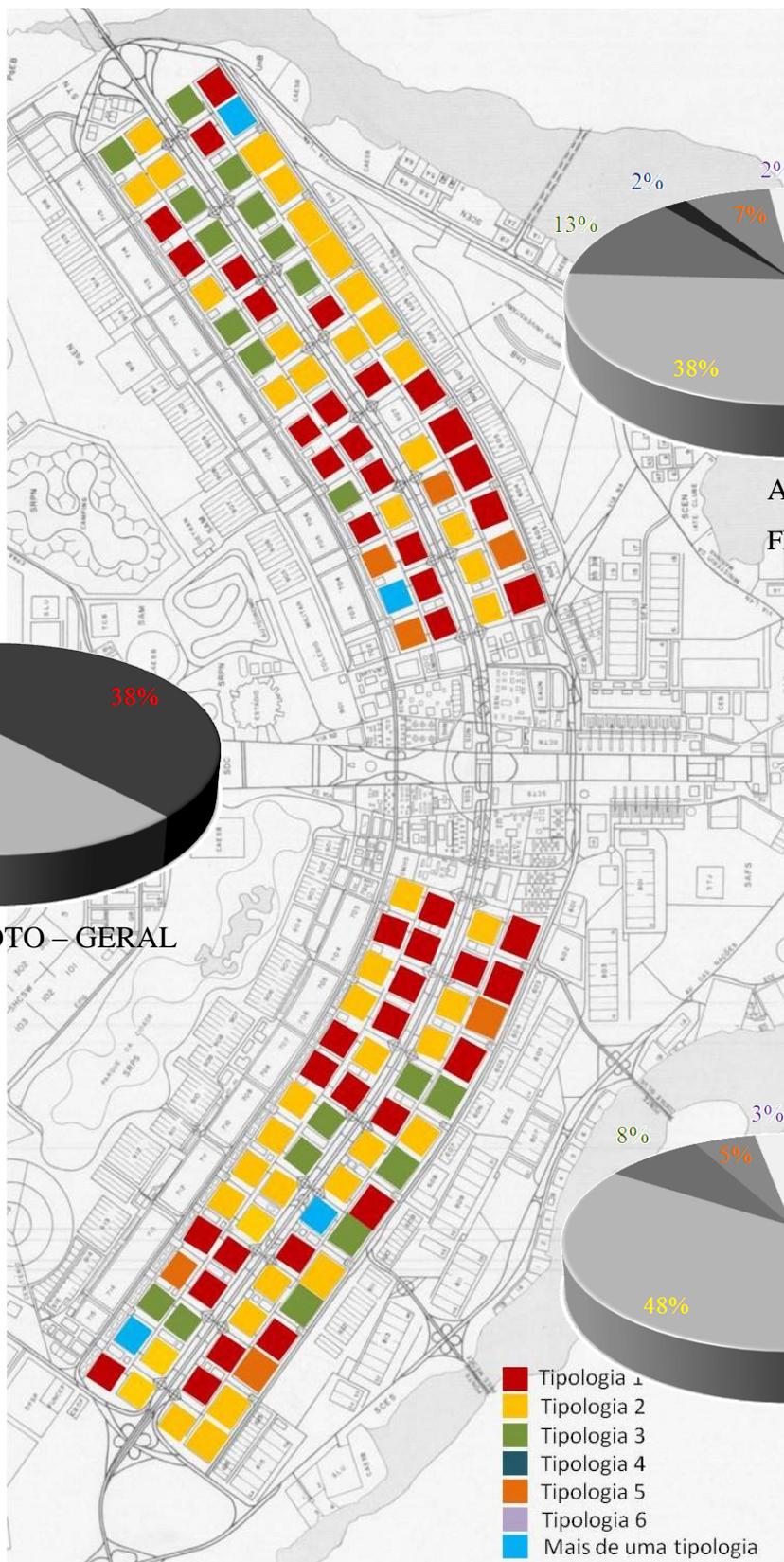
 FAU - UnB - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo													
<u>Mestrado - "Um caso peculiar de unidade do diverso."</u>													
Planilha Geral de Tipologia - ASA SUL - ASA NORTE													
QUADRO RESUMO - TIPOLOGIAS DE USO													
ASA	ID.	Tip. 01	%	Tip. 02	%	Tip. 03		Tip. 04		Tip. 05		Tip. 06	
NORTE	100	8	53%	5	33%	2	13%	0	0%	0	0%	0	0%
	200	3	20%	5	33%	0	0%	0	0%	1	6%	0	0%
	300	5	33%	3	20%	5	33%	1	6%	2	13%	0	0%
	400	7	47%	7	47%	1	6%	0	0%	1	6%	1	6%
			23		20		8		1		4		1
		38%		38%		13%		2%		7%		2%	
SUL	100	7	47%	5	33%	3	20%	0	0%	0	0%	0	0%
	200	5	33%	8	60%	1	6%	0	0%	0	0%	1	6%
	300	5	33%	8	53%	1	6%	0	0%	1	6%	1	6%
	400	5	33%	8	53%	0	6%	0	0%	2	13%	0	0%
			22		29		5		0		3		2
		36%		48%		8%		0%		5%		3%	

Figura 78

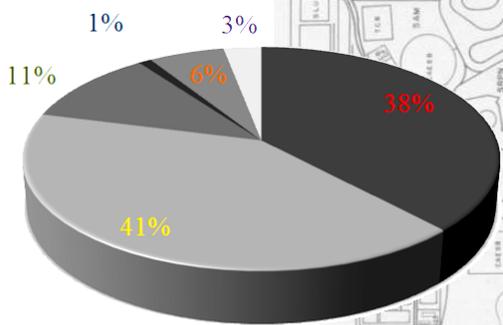
Figura 79
MAPA – INDICAÇÃO GERAL DAS TIPOLOGIAS
Plano Piloto – Brasília



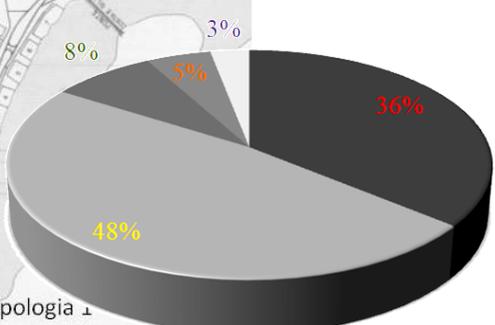
Fonte: IPHAN/Regional Brasília. Preenchimento: Francisco Ricardo Costa Pinto/Lua Bittencourt/Ediberto San Miguel.



ASA NORTE
FIGURA 80



PLANO PILOTO - GERAL
FIGURA 81



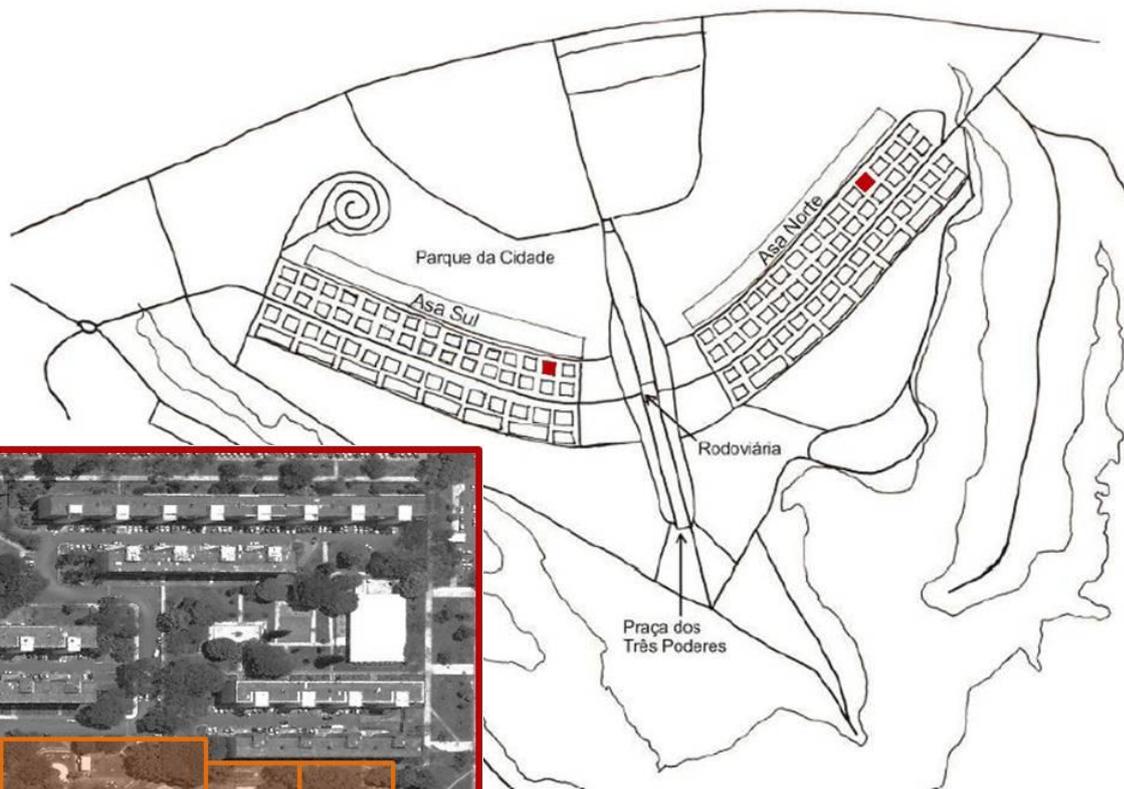
ASA SUL
FIGURA 80

- Tipologia 1
- Tipologia 2
- Tipologia 3
- Tipologia 4
- Tipologia 5
- Tipologia 6
- Mais de uma tipologia

Fonte: IPHAN/Regional Brasília. Preenchimento: Francisco Ricardo Costa Pinto/Lua Bittencourt/Ediberto San Miguel.

5.2.1 TIPOLOGIA 1
“Ocupações em áreas centrais”

Figura 82



SQS 303
Figura 83



ÁREA OCUPADA

SQN 313
Figura 84



ÁREA OCUPADA

5.2.1.1 Estudo de caso:

SQS 303 e SQN 313

Identificada como “**Tipologia 1**”, esse estudo de caso refere-se ao **uso do espaço público por meio de uma ocupação central**, em que os blocos conformam-se de maneira a criar anteparos, possibilitando melhor configuração do espaço público.

De acordo com o cálculo da tabela geral, a Tipologia 1 ocorre em 38% das superquadras da Asa Norte e 36% das superquadras da Asa Sul, sendo sua maior incidência na faixa das superquadras 100, onde ocupa uma posição de 53% na Asa Norte e 47% na Asa Sul.

1º Recorte: Identificação do uso a partir do princípio metodológico do “tipo ideal”: “a Superquadra de Lúcio Costa em relação à identificação de uma realidade”

Ao observar o espaço por meio do princípio metodológico que estabeleceu um “tipo ideal”, foi possível identificar que, em espaços dessa natureza, ou seja, com ocupações centrais, ocorre melhor uso pelos moradores, parecendo que o fato de abrir a janela do apartamento e se deparar com o espaço faz com que exista melhor controle e melhor valorização da área.

Certamente em espaços como esses, ao abrir a janela não se depara de imediato com outro bloco de apartamentos, mas com árvores, praça, parquinhos, por vezes quadras esportivas e outros equipamentos voltados ao lazer. Assim, com um simples abrir de janela é possível fazer parte da vida do lugar.

Mesmo considerando que a concepção de Brasília por Lúcio Costa não estabeleceu uma rigidez na disposição dos blocos em uma superquadra, percebe-se que essa tipologia de uso é favorecida pela configuração dos blocos de apartamento, como abordado no Capítulo 3 (3.4 Sobre a configuração do espaço público na superquadra).

Percebe-se nesse espaço um favorecimento ao encontro, ao passo que as pessoas podem descer de seus blocos e se encontrar em um mesmo espaço, que em geral é dotado de praça, parquinho para crianças, em alguns casos com caixa de areia, quadra poliesportiva e jardins, alguns mais elaborados, conformando canteiros, outros menos.

Nesse sentido, com a pesquisa de campo, observou-se, como será demonstrado com a amostragem, que, em espaços como esses, é perceptível um bom uso, que em geral ocorre em

momentos diferentes, como veremos a seguir na descrição das superquadras definidas como amostragem dessa tipologia de uso – SQS 303 e SQN 313.

De acordo com Costa (1995), a superquadra não seria apenas lugar de morada, mas “lugar” de passagem, de permanências, de paquera, de tantas outras coisas. Uma visão percebida ao circular por espaços relacionados com a tipologia em questão, em que se percebe a presença de aspectos topoceptivos, que de acordo com Kohlsdorf e Kohlsdorf (2005):

Refere-se ao atendimento de expectativas topoceptivas por meio da percepção humana, nível caracterizado por presença física do observador no espaço considerado. A percepção integra a totalidade dos sentidos e da inteligência, mas a visão é a principal envolvida na percepção espacial humana (em caso de sua deficiência, atua o sistema tátil-cinético). (KOHLSDORF; KOHLSDORF, 2005, p. 2)

Há de se considerar que, no processo inicial de investigação, com a identificação a partir do “tipo ideal”, foi evitado o contato direto com os personagens identificados. Nesse primeiro momento, a intenção foi perceber a ocorrência do uso, como essas pessoas convivem com outras, buscando entender até que ponto existe ou não convivência no uso do espaço, sem influência direta do usuário, aqui contou o olhar do observador, do pesquisador.

2º Recorte: O uso a partir da teoria da “descrição densa”

A compreensão, o encontro com o sentido da realidade identificada.

Com o raiar do sol, muito cedo, percebeu-se a chegada de alguns idosos em suas caminhadas matinais, em que alguns aproveitaram para comprar o pão no comércio local. Em algumas áreas onde existe o “*kit* malhação”, notou-se a presença de alguns jovens de quase meia idade, que se exercitaram antes de trabalhar.

Quando o sol esquentou um pouco, já se percebeu a presença de crianças com suas babás, ou até mesmo mães com seus filhos para tomar o sol da manhã, como também algumas pessoas com seus cachorros, algumas de meia idade, que aproveitaram também para fazer sua caminhada matinal.

Outro uso percebido também nesse horário foi o espaço como ponto de apoio, de transição, onde as pessoas transitavam pelo espaço, cortavam caminho para se dirigirem a outros lugares, o que nos faz perceber o uso da quadra não apenas por quem mora na própria superquadra, mas também por quem mora em outras localidades, e trabalha nas proximidades, em algum comércio próximo.

Em casos como o da SQS 303, onde o espaço praticamente se liga aos fundos do comércio local, esse uso é mais intenso, não apenas nesse horário, mas também no horário de almoço, onde algumas pessoas descansam à sombra de uma árvore. Nesse horário de almoço, que segue das 12h às 14h, também, percebeu-se, em menor número, pessoas passeando com seus cachorros, para cumprir o segundo turno das “necessidades fisiológicas”. É interessante observar que esse processo é tão comum que, em algumas superquadras, como a SQN 303, existe um mobiliário urbano, pensado para essa prática de forma correta, sem comprometer a higiene do espaço.

Após o meio dia, notou-se a presença de crianças maiores, em que o uso intensificou com a volta da escola. Essas crianças faziam uso dos parquinhos, enquanto ocorria o encontro das babás e das secretárias do lar; “foi o momento da exposição, da paquera”, sim, nesse momento, percebeu-se que, em algumas superquadras, existe o momento em que algumas paqueram os porteiros, principalmente quando deixam as portarias para colocar água nos canteiros existentes no próprio bloco, esse fato não é comum em todas as quadras, é mais comum em superquadras com espaços centrais, como é o caso estudado, onde a disposição dos blocos favorece a visualização da praça.

Com o por do sol, o público muda, agora, percebeu-se a chegada da garotada maior que voltava da escola e parava no local para um “papo” rápido, quem sabe, combinar uma saída mais tarde. Nem sempre esse “papo” era tão rápido, às vezes perdurava até o início da noite, em que ocorria a chegada de um público mais maduro, que passava pelo local em sua caminhada ou se exercitava no “*kit malhação*”, quando existe no local.

No caso específico da superquadra SQS 303, é interessante observar que existe certa hierarquia no espaço, talvez ocorrida sem maiores noções de planejamento. De início, tem-se um pergolado com mesas e banquetas, que serve de pausa para quem transita no local e, em alguns momentos, percebeu-se um público mais idoso jogando carta ou dominó, o espaço fica nas proximidades da prefeitura da quadra. Mais a frente, tem-se uma área mais voltada para crianças menores, trata-se de uma grande caixa de areia, em que os pais ou babás ficam “espionando” as crianças enquanto brincam; em seguida, existe uma área mais voltada para crianças maiores, com a presença de parquinho, e, por último, quadra poliesportiva e uma pracinha com pergolado, onde, uma das vezes que se esteve no local, percebeu-se jovens tocando violão sob o pergolado.

No intuito de entender melhor o processo de formação desse lugar, foi feito um contato com a Prefeitura da SQS 303, onde se teve a oportunidade de conhecer a Sra. **Maria**

Tereza, que transmitiu alguns conhecimentos sobre a origem e formação, inclusive, da primeira Prefeitura de superquadra.

De acordo com a Sra. Maria Tereza, a primeira Prefeitura de superquadra surgiu por volta de 1985/86, com o Sr. Márcio Cotrim, atualmente jornalista do Correio Braziliense.

No caso específico da SQS 303, uma superquadra formada em sua maioria por funcionários aposentados do Banco do Brasil, a Prefeita destacou que sempre conta com a participação dos moradores para as diversas atividades que faz, inclusive tudo é sempre discutido e aprimorado em reuniões, que conta com a participação de praticamente todos os síndicos e conselheiros da superquadra, o que faz com que as coisas aconteçam no local. Por considerar importante o papel da Prefeitura e o resultado de um processo participativo, os blocos da superquadra, por meio de seus condomínios, contribuem mensalmente com a prefeitura com o pagamento de um valor.

De acordo com a Sra. Maria Tereza, o valor repassado é muito bem aplicado em várias necessidades imediatas da superquadra, principalmente no que se refere à manutenção dos espaços de uso público, como concertos de parquinhos, podas de árvores, reformas de quadras poliesportivas e até reforma de calçadas; pouco contam com a ajuda do poder local, buscaram pela convivência entre a comunidade uma forma de intensificar os laços e, assim, aos poucos surgiu esse espaço, transformado em lugar por seus moradores. “É grande o respeito dos moradores com esse lugar” (Maria Tereza, Prefeita da SQS 303).

Essa questão dos laços, da construção de uma relação intensa entre a comunidade local foi bem explorada pela prefeita, que considera que isso se deve, principalmente, ao fato de existir na superquadra moradores bem antigos, que já formaram outras gerações, que, aos poucos, também foi construindo esses laços com o lugar, a questão foi passada de pais para filhos e até netos.

Alguns eventos, de acordo com a prefeita, tornaram-se tradição na superquadra, como a festa junina que chega a receber aproximadamente 5.000 pessoas, entre moradores e visitantes.

Outro destaque da prefeita foi em relação ao uso específico dos espaços públicos também por filhos de funcionários dos blocos (zeladores, auxiliares, empregadas domésticas) e, também, por filhos de moradores de superquadras vizinhas, que, em geral, estudam na escola da SQS 303. Para a Sra. Maria Tereza é uma convivência pacífica, fruto de uma relação construída anos após anos. Isso nos certifica os vários atores que existem, que, mesmo não morando na superquadra, vivem e desfrutam de seus espaços, constroem relações, criam tradição.

Assim como na SQS 303, a SQN 313 tem um uso intenso, o que pôde ser percebido com a permanência no local, também em momentos diferentes. Sempre foi possível perceber alguém fazendo uso dos espaços, seja jogando bola na quadra poliesportiva, seja brincando no parquinho ou se exercitando no *kit* malhação.

Na SQN 313, existe um espaço logo na entrada da quadra, que dá o tom do lugar, trata-se do “Recanto da amizade”.

Ao longo da pesquisa foi possível desfrutar do mesmo e perceber o quanto é agradável permanecer nesse espaço, e o mais interessante é que, quando se permaneceu no local por um dia inteiro, para observar o fluxo no local, não houve questionamento. Isso nos mostra que permanecer no local é normal, não é assustador, não é fora do contexto, é comum perceber pessoas usando o espaço; essa situação não ocorre em espaços com outras tipologias de uso, como perceberemos mais a frente.

Em espaços como o descrito nessa amostragem, é claro o olhar do Geógrafo Yi-Fu Tuan, quando trata do conceito de lugar, pois assim como ele bem externou em suas visões humanistas, a SQS 303 e a SQN 313 são lugares que se tornaram familiares às pessoas, e o cenário ali existente serve de palco para a vivência de diferentes experiências, são lugares onde as pessoas estabelecem laços tanto no âmbito afetivo quanto nas relações de sobrevivência, foi o que se observou.

5.2.1.2 Conclusões parciais

Diagnóstico da Tipologia

Voltando às origens da dissertação, mas precisamente às críticas descritas por Jane Jacobs (2000) e Holston (1993) em relação a espaços como esses existentes nas superquadras, percebe-se que, no caso específico vivenciado com a Tipologia 1, essa situação não ocorre, ao contrário do que profetizaram em algumas de suas críticas, **superquadras com espaços públicos centrais são dotadas de vida**, de circulação de pessoas, às vezes de encontros, é certo que não na mesma intensidade que ocorre em bairros tradicionais, mas existe vida, o espaço percebido não pode ser considerado como um espaço morto.

E quanto aos cenários percebidos, foram construídos pelos moradores, eles se apossaram desse espaço e o transformaram como reflexo de sua vivência e por que não de sua cultura, o que nos faz crer na existência do homem, aquele que reconheceu e constantemente interfere no espaço, moldando-o a sua necessidade, o homem, aquele que Clarice Lispector um dia pensou não existir.

Acredita-se, também, que não existe nesse espaço a individualidade, a busca por uma privacidade exacerbada que faz morrer o espaço público, assim como descreve Sennett em seus relatos sobre o “Declínio do homem público” (2002).

É evidente que não existe unanimidade, sempre existirão pessoas que preferirão à garantia de sua intimidade, mas se isso de fato ocorre, nessa tipologia de uso a configuração do espaço favorece o contrário, ele convida, ele seduz, como mencionado antes, “é como se fosse um jardim, um parque coletivo dos blocos, e, conseqüentemente, dos seus moradores”, um espaço, entretanto, que é compartilhado com outras pessoas, a vizinhança, moradores de outras quadras ou simplesmente passantes, pessoas que circulam pelo lugar e que, por vezes, são seduzidos, são convidados a permanecer.

Nesse contexto, a sedução do espaço foi maior que as individualidades de cada morador. Há, contudo, que se considerar o importante papel da liderança comunitária, que, aos poucos, conquistou o respeito da comunidade, obtendo credibilidade para as diversas ações que propõe para intervenções no espaço público da superquadra, que, em geral, visam à melhoria desse espaço.

Em encontros com moradores da SQS 303 e SQN 313, foi normal arrancar elogios à atuação da liderança comunitária local, assim destaca-se um dos depoimentos de um morador, que preferiu se manter anônimo “não tem como não gostar de um lugar como esses, é o nosso jardim, é o nosso parque.” (morador da SQN 313)

A presença de vivência social nesse espaço deveu-se ao encontro de alguns aspectos de relevante importância: liderança comunitária efetiva, configuração de espaço propícia, reconhecimento dos moradores, legitimidade e, por fim, cultura de vizinhança em construção.

Surpreendeu o fato de que, durante o período de permanência no local, era comum perceber algumas pessoas debruçadas nas janelas só observando o movimento, um ato meio “interiorano”, que faz lembrar um costume em cidades do interior do nordeste, onde as pessoas colocam suas cadeiras nas varandas ou calçadas de suas casas e ficam a contemplar e observar a vida passar, “às vezes a vida de outras pessoas”. Interessante que esse costume, mesmo que interiorano, tem tudo a ver com a necessidade gregária de participar da vida coletiva, mesmo que como observador, e não se isolar socialmente, o que, de certo modo, Holanda chama de urbanidade (HOLANDA, 2010, p. 41-42).

Outra questão que merece destaque é que, durante o processo investigatório, foi possível a percepção e o encontro com muitos personagens que vivem e/ou de alguma forma fazem uso do espaço público. Personagens como:

– **Moradores:** pai, mãe, avós e/ou idosos em geral, crianças, adolescentes, adultos;

– **Trabalhadores:** porteiros, secretárias do lar, babás, garis, comerciantes, vendedores de picolé e outras guloseimas, vendedores de cd's piratas e tantos outros que, em geral, passavam pela área e acabavam, mesmo que por pouco tempo, desfrutando também do lugar;

– **Visitantes:** pessoas de quadras vizinhas que vem desfrutar com suas crianças do parquinho existente, amigos que se encontram para um joguinho na quadra de esportes, ou, simplesmente, a pessoa que, ao passar pela área em sua caminhada, é seduzido pelo lugar e às vezes para e faz uma pausa, um descanso.

Finalmente, ao fechar esse diagnóstico, busca-se respaldo na visão do Sociólogo Alemão, que percebe a importância do sentido na construção de um espaço humanizado na cidade, um espaço singular que agrega valores, entendendo o poder da cidade enquanto “território enraizador da pluralidade e da heterogeneidade étnica, social e cultural humana, que guarda em si mesma uma dimensão patrimonial intangível”. (ROCHA; ECKERT, 2007, p. 343).

O cenário existe, está lá, funciona, é sociável, é legítimo. Agora, resta continuar a ser descoberto por outros e pela cidade, sendo também alvo de políticas públicas específicas por parte do governo local.

SQS 303

Figura 85



Figura 86



Figura 87



Figura 88



Figura 89



Figura 90



Figura 91



Figura 92



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

SQN 313

Figura 93



Figura 94

Figura 95



Figura 96



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

5.2.2 Tipologia 2
 “Ocupações descentralizadas”

Figura 97



SQS 209
 Figura 98



ÁREA OCUPADA

SQN 309
 Figura 99



ÁREA OCUPADA

PRAÇA CENTRAL

ÁREA OCUPADA

5.2.2.1 Estudo de caso:

SQS 209 e SQN 309

Identificada como “**Tipologia 2**”, esse estudo de caso refere-se ao uso do espaço público por meio de uma ocupação fragmentada, ou seja, percebeu-se na superquadra a existência de mais de uma área para uso de convivência.

De acordo com o cálculo da tabela geral, a Tipologia 2 ocorre em 38% das superquadras da Asa Norte e 48% das superquadras da Asa Sul, sendo que sua maior incidência ocorre na Asa Norte na faixa das superquadras 400, onde ocupa uma posição de 47%, e na Asa Sul, na faixa das superquadras 200, com 60%.

1º Recorte: Identificação do uso a partir do princípio metodológico do “tipo ideal”: “a Superquadra de Lúcio Costa em relação à identificação de uma realidade”

Nesse caso, a configuração dos blocos também contribuiu para a conformação do espaço público. Nessa tipologia, diferente da tipologia anterior, com ocupação central unificada, percebe-se uma subdivisão de áreas de atuação, que, por vezes, ocorre de acordo com o público usuário, ou seja, espaços voltados para crianças, com parquinhos e outros; para adolescentes e adultos, como quadras poliesportivas e *kit* malhação; e para um público mais velho, praças, passeios.

Percebe-se que espaços dessa natureza não prejudicam o uso. É certo que não existe um encontro aos moldes do espaço anterior, mas prevalece um uso democrático do espaço, sem conflitos de públicos, ou seja, nessa configuração, os espaços tendem a se especializar em distintos públicos.

No que se refere ao “tipo ideal”, que estuda a relação desse espaço com a concepção da superquadra por Lúcio Costa, o espaço não difere conceitualmente do que foi proposto, pois a socialização continua a ocorrer; encontros são percebidos, entretanto, em momentos diferentes, ou seja, é como se ocorresse entre o mesmo público, entre as “tribos” específicas, em linguagem própria da cidade de Brasília.

No caso da SQS 209, as áreas integram-se visualmente, sendo separadas por uma via local, mas, da quadra, pode-se observar pessoas exercitando-se no *kit* malhação, da pracinha e do parquinho, enxergam-se a quadra e a área voltada para crianças menores, onde existe uma casinha de bonecas; das mesinhas existentes em outro espaço, é possível contemplar o

conjunto. Assim, existe uma completa integração, em que o público usuário escolhe o que de fato deseja.

O convívio com essa superquadra lembra o que descreve Holanda (2010), em seu livro: “Brasília: cidade moderna – cidade eterna”, ele traz várias contribuições ao tratar a questão de “lugar”. Na visão do autor, é necessário sempre nos perguntarmos sobre as implicações desse ou de outro espaço em nosso cotidiano, como: “o espaço satisfaz as exigências práticas da vida cotidiana em termos de tipo e quantidade de espaços para as atividades e seu relacionamento?”.

Em primeiro momento, percebe-se que a separação dessas áreas, melhor estruturou o uso, o que impede a geração de possíveis conflitos, isso pode ser bom, mas também pode limitar as possibilidades de encontros.

No caso da SQN 309, a situação ocorre de forma diferente da SQS 209, apesar de existir áreas fragmentadas, espalhadas pela superquadra, a topografia do local fez com que essas áreas se distanciassem, o que fez com que, as visuais de uma área em relação a outra ficasse comprometida, assim o uso não ocorre de forma equilibrada, o que passa uma ideia de que existe uma área principal e outras que servem como apoio, como complemento a essa.

A área principal, identificada pela comunidade local como “praça central”, pela própria configuração dos blocos, passa a sensação de ser mais aconchegante, pois o espaço é mais confinado, o que fica ainda mais evidenciado em função da densidade da vegetação, que cria uma grande sombra na área.

Esse espaço, sob o ponto de vista de convivência, não difere do uso pretendido por Costa para superquadra, pois cria situações de encontro, o que se percebe quando se chega ao lugar. O espaço é sempre freqüentado pela comunidade, inclusive o local, diversas vezes, foi palco de eventos organizados pela comunidade local.

Entretanto, percebe-se que o uso do espaço acaba se restringindo aos blocos mais próximos, que ajudam a configurar o espaço, os outros blocos frequentam as outras áreas, os apoios comentados anteriormente, o que, de certa forma, cria um distanciamento, como se a superquadra ficasse um pouco subdividida. Ressalta-se que essa questão não é uma constante.

Mesmo assim, a análise do uso do lugar em relação ao “tipo ideal” não é totalmente positiva em função de a fragmentação ter ocasionado um certo isolamento no uso dos espaços, por vezes dificultando o encontro, a **sociabilidade** e, sendo assim, mesmo não diferindo totalmente do que pensou Costa, percebe-se que na prática a fragmentação do espaço de convivência não foi favorável e, em alguns casos, realmente prejudica a questão da sociabilidade.

2º Recorte: O uso a partir da teoria da “descrição densa”

A compreensão, o encontro com o sentido da realidade identificada.

A **SQS 209** é uma superquadra militar, onde existe uma intensa rotatividade de moradores, normalmente moram na quadra de 3 a 4 anos, o que dificulta uma relação intensa com o lugar, mesmo assim percebe-se uso no espaço.

No intuito de aferir o uso, chegou-se a superquadra por volta das 6h da manhã, permanecendo por todo o dia, o que se repetiu por duas vezes, uma durante a semana e outra no sábado.

É interessante notar que a cultura do militar faz com que a vida comece realmente cedo na superquadra, assim é normal deparar-se com pessoas em suas caminhadas matinais, não apenas idosos. Nessa quadra, a predominância de pessoas caminhando é de um público que beira a meia idade, foi o que se percebeu.

Parte dos idosos da superquadra reúne-se na quadra de esportes para a prática de ginástica, o que ocorre em algumas manhãs.

Em observação, percebeu-se que com o passar das horas, aos poucos a vida na quadra vai se intensificando, pessoas começam a aparecer e a tomar conta dos espaços, crianças com suas babás, poucas mães saem com seus filhos para passear durante a semana, o que de imediato causou certo estranhamento. Em consulta a Administração da superquadra, informou-se que, em função da renda do militar, muitas mães trabalham fora para ampliar essa renda, o que justifica essa ausência.

Como as áreas são fragmentadas, nota-se que o uso não é muito equilibrado, em um horário ocorre com mais evidência em uma das frações, em outro horário, outra fração.

Diferente da Tipologia 1, com áreas centrais, nessa tipologia de uso, o encontro ocorre de forma amena, pois a concentração de pessoas ocorre de forma fragmentada e com públicos específicos ao uso, ou seja, passa pela quadra de esportes quem de fato vai usar; dirige-se à pracinha quem quer usufruir do espaço ou procura uma sombra enquanto aguarda a criança brincar na caixa de areia. Ressalta-se que, nesse caso, as crianças maiores, que consiga brincar nos equipamentos instalados, pois, para crianças menores, existe outro local, com casinha, instalado em um ambiente em menor escala, como se alguém tivesse pensado que dessa forma, nesse cenário, ela se sentiria bem, pois é compatível com o seu tamanho.

O que se percebe é que o fato do espaço de convivência ser fragmentado favoreceu essa organização, algo que nos faz perceber a presença de uma estrutura que busca rigidez no uso, o que condiz com o fato de uma administração militar.

Durante todo o dia, o uso do espaço deu-se de forma amena: em um momento, um pequeno grupo usando o “setor” da “malhação” (*kit* para exercícios), em outro, uma babá com criança, em outro, alguém fazendo sua caminhada.

O uso no período da manhã é muito pouco, a rotina só é quebrada no período da tarde, quando as crianças voltam da escola, em geral de escolas fora da superquadra, pois **poucas crianças fazem uso da escola da quadra**. Nesse sentido, cabe ressaltar que o “tipo ideal” de superquadra concebido por Costa previa que as crianças da própria localidade frequentassem a escola, enfatizando ainda mais a relação de vizinhança. Entretanto, com o passar do tempo, esse planejamento educacional foi se perdendo e a conjuntura atual de decadência do ensino público agravou ainda mais essa situação, conduzindo ao aparecimento de inúmeros centros de ensinos privatizados fora da superquadra, o que certamente prejudicou ainda mais a socialização dos espaços livres existentes na área residencial.

Após o almoço, o espaço começa a ficar mais movimentado, percebe-se mais crianças brincando nos parquinhos, agora crianças maiores, pois as menores só saem ao final da tarde, quando o sol torna-se ameno.

De início, causou estranhamento o fato de poucos pré-adolescentes e adolescentes fazendo uso dos espaços durante a semana. Ao consultar a administração da quadra, como são chamados, descobriu-se que essa ausência deve-se ao fato de boa parte desse público estudar no Colégio Militar, onde a intensa rotina militar os impede de fazer uso desses espaços durante a semana, o que só ocorre nos finais de semana, como foi possível perceber em outra visita.

Nesse sentido, a vida nessa superquadra é bastante pacata, dotada de muito silêncio e movimento segmentado em turnos.

Destaca-se que o fato de que os espaços da superquadra não são muito usados pela vizinhança. Durante o processo de observação, foi possível manter contato com vários dos usuários que, em geral, residiam na própria quadra.

Essa superquadra é um caso atípico, o fato de sua administração ser conduzida por um grupo de militares, funcionários da Prefeitura Militar, faz com que dificulte a construção de uma relação comunitária na superquadra, o que se agrava com o fato da alta rotatividade de moradores no local.

De acordo com o subtenente responsável pela administração local:

Nós fazemos a manutenção dos apartamentos quando troca o morador. Se o síndico precisa de alguma coisa resolvemos de imediato. Todo mês tem reunião com os síndicos no quartel do QG, sede da Prefeitura Militar, lá eles resolvem alguns assuntos de pagamentos. Nós não participamos, a não ser que nos convidem a participar.

O espaço é amplo, apesar da configuração dos blocos em parte ajudar na conformação de alguns espaços, não amenizou a proporção, favorecendo o aparecimento de outra escala mais próxima do homem. Tudo parece muito formal, até o uso do espaço. Realmente é um caso singular, o que justifica sua escolha como objeto de estudo.

Destaca-se, também, o fato de que não existe muito fluxo que necessite transitar entre os pilotis dos blocos, mesmo com a existência de poucos canteiros e/ou cercas vivas delimitando a área do edifício. Até nesse ponto, percebeu-se “ar de rigidez” no uso do espaço.

Um dos eventos que ocorre na superquadra é a festa junina da Escola Classe, evento anual, que, pela primeira vez, no ano de 2011, ocorreu no estacionamento da quadra e contou com a participação dos moradores, antes, durante e depois.

A administração da superquadra forneceu as fotos apresentadas a seguir (Figuras 100, 101 e 102):

Figura 100



Figura 101



Figura 102



Fonte: Fotos cedidas pela Administração da SQS 209 em junho/2011.

Ao contrário dessa superquadra, é perceptível a vida na **SQN 309**, pois é comum deparar-se com gente nos espaços, circulando, papeando sob a sombra de uma árvore, realmente o uso é bastante dinâmico.

O interessante é descrever a sensação que esse espaço causa em quem chega ao local, especialmente na praça central, como é conhecida pela comunidade.

Certamente, esse espaço poderia ocorrer em qualquer outro lugar; se fosse apresentada uma fotografia da praça central da SQN 309 a alguém de fora, certamente, jamais poderia imaginar que se trata de uma praça em Brasília, pois se parece mais com uma pracinha de uma cidade do interior, nos remete a tradição.

É interessante perceber como esse espaço agrada as pessoas, é uma espécie de cenário, uma espécie de **fuga de uma realidade modernista**.

Em uma das vezes em que o espaço foi visitado para a condução do processo de observação da pesquisa, foram encontrados quadros, pintura a óleo, pendurados nas árvores, o que parecia uma espécie de “sala de estar ao ar livre”; completando o conjunto do espaço, no local havia mesinhas e bancos revestidos em retalhos de azulejo.

A ambientação do espaço fica por conta de esculturas gregas, cavalos marinhos, vasos brancos com flores, e outros elementos que fazem desse espaço um caso peculiar.

Ao longo do dia, foi perceptível o uso do espaço, que, apesar de causar estranhamento, passa uma sensação familiar. Ao investigar um pouco sobre a formação daquele lugar, foi confirmada uma suspeita, tudo surgiu como se fosse uma colcha de retalhos; vasos que desceram de alguns apartamentos por falta de espaço, azulejos trazidos de restos de obras dos apartamentos. Assim, meio sem perceber, o espaço começou a se formar, e as doações continuaram, entraram para o campo de doações de esculturas, e tudo foi tomando forma e se transformando em pracinha.

Certamente, esse espaço não reflete os princípios de um cenário pensado para uma cidade moderna, mas há de se considerar a força da cultura nele presente, uma “colcha de retalhos”, um espaço que se formou por meio de várias mãos, o que justifica toda essa energia que se percebe ao chegar no espaço.

De acordo com o prefeito da superquadra, Sr. Alcino Marçal (2011):

A prefeitura continua trabalhando na reestruturação da praça central da quadra, o antigo espelho d'água foi retirado para aumentar a área sombreada pelas árvores e diminuir os riscos de acidentes para as crianças que utilizam os parquinhos. O chão foi pintado com tinta especial antiderrapante. Os brinquedos infantis nos parques foram revisados e pintados, assim como as grades de proteção. Foi reinstalada a torneira de água para regar os jardins. Os vasos de plantas também receberam tinta e foram reposicionados, com a intenção de tornar a área de uso coletivo cada vez mais agradável e atraente aos moradores e trabalhadores.

Ressalta-se que quando se procurou o Prefeito para confirmar algumas situações, teve-se a certeza do valor que a comunidade atribui a praça central da superquadra.

Assim, esse é o espaço que se percebeu maior uso, os outros possuem brinquedos bem conservados, boa estrutura de apoio, mas servem realmente de apoio, a “praça central”, como é conhecida na superquadra; é o “xodó” dos moradores, e lá, não há como negar, a vida acontece.

A seguir imagens de alguns eventos ocorridos na Praça Central da superquadra. As fotografias foram fornecidas pela prefeitura local (Figuras 103, 104 e 105):

Figura 103



Figura 104



Figura 105



Fonte: Fotos cedidas pela Prefeitura da SQN 309 em junho/2011.

5.2.2.2 Conclusões parciais

Diagnóstico da Tipologia

Temos nessa tipologia duas ocupações semelhantes na forma de distribuição do espaço público para convivência na superquadra, porém extremamente diferente em relação à cultura de uso do espaço. Enquanto na SQS 209 percebe-se certa “frieza” através de uma organização, de uma estruturação dos espaços de convivência, na SQN 309, a profusão de cores, de formas, que deu origem a um cenário de natureza singular, um lugar ímpar, que reflete riqueza cultural.

Duas superquadras, dois espaços, um só cenário percebido. Em uma única tipologia a presença de uma intensa diversidade de uso. Uma “festa para os críticos”.

Na SQS 209, a rigidez e formalidade do uso, o silêncio, gerando o que Sennet (2002) convencionou chamar de “hipervalorização” da intimidade, da privacidade, que, por sua vez, ocasionou o distanciamento do morador do espaço social, criou obstáculos ao encontro com o outro.

Certamente, não se pode negar que o espaço é utilizado, o que se coloca aqui é que a formalidade deu lugar ao monótono. Ao adentrar esse espaço, percebe-se que esse funciona, mas, ao mesmo tempo, é perceptível a falta de sedução do lugar; é agradável, mas não convida, não se percebe o senso de coletividade. Essa questão lembra as preocupações de Jacobs (2000) ao falar sobre a vivacidade mediante o “sabor dos relatos”, das experiências de vida daqueles que se encontravam nos espaços.

É perceptível esse olhar, esse pensamento nessa superquadra. Contudo, a causa de um espaço monótono não se encontra apenas na configuração fragmentada do mesmo, mas na conduta social que impôs uma vivência diferenciada ao uso do espaço.

Não há como negar, o espaço funciona, tem parques, quadra esportiva, praça, só não se percebe uma cultura social que demande o uso do espaço, talvez pelo fato de que nessa superquadra, exista uma grande rotatividade de moradores, o que dificulta a construção de uma ligação direta com o lugar.

Outro fator preponderante é a questão financeira da comunidade local, de acordo com o subtenente, o fato de uma renda não condizente com o padrão social da cidade fez com que se acelerasse o ritmo de trabalho na família, ocasionando certo isolamento social, até mesmo por falta de tempo.

Talvez, se uma comunidade, como a existente na SQS 303, socialmente ativa, com relação histórica com o lugar, com um padrão econômico melhor resolvido, residisse nessa superquadra, o uso seria diferente.

Já em relação à SQN 309, pode-se imaginar a felicidade de Lúcio Costa ao perceber que o uso foi determinado pelas mãos dos próprios moradores, os “brasileiros” que ele imaginou, que tomariam posse e colocariam cor na cidade; é certo que o espaço pode ser bem diferente do que ele imaginou, mas certamente, possui a riqueza de várias culturas, uma verdadeira “colcha de retalhos”, um mosaico, formado a partir do modo de vida de determinada comunidade. É cultura, o mesmo mosaico que se percebe ao adentrar a rodoviária do Plano Piloto, onde um dia, em visita ao local e aos arredores do Conjunto Nacional e Conic, Costa comentou que não era o “Picadilly Circus” em Londres nem o

“Champs Elysées” em Paris, mas é o resultado da tomada de posse do povo, e isso foi muito bom, a “vida foi mais forte”.

Em outro momento, pensando em Jacobs (2000), será esse o “sabor dos relatos” tão pregado por ela?

E pensando em Lispector, será que a construção de um espaço como esse, repleto de fragmentos de cultura dos moradores, tem assim contribuído para a formação de um **homem próprio de Brasília?**

Aqui é notável a força do espaço, certamente sua configuração deu origem à praça central da superquadra, fez surgir outra escala, mas próxima do homem, uma escala em que nos parece que prevalece o censo maior de liberdade, em que o homem sente-se livre para intervir, para colocar um “cavalo marinho” como destaque de um canteiro. Uma liberdade que o faz transformar, inventar e reinventar, criar cenários e marcar outra forma de vivência social, reflexo de influências sociais trazidas de outras terras, de outros cenários já experimentados e vividos por eles.

Temos a força do tripé, “comunidade, cultura e configuração espacial”, somadas, converteram-se em experiência de vida. E, assim, sem perceber, esses homens, essa comunidade transformou um simples espaço em lugar, dotado de vida e singularidades, seu patrimônio.

SQS 209

Figura 106



Figura 107



Figura 108

Figura 109



Figura 110

Figura 111



Figura 112



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

SQS 309

Figura 113



Figura 114



Figura 115



Figura 116



Figura 117



Figura 118



Figura 119



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

5.2.3 Tipologia 3
 “Ocupações pontuais”

Figura 121



SQN 303
 Figura 120



OCUPAÇÃO PONTUAL

SQN 211
 Figura 122



SQN 213
 Figura 123



Fontes: Lua Bittencourt; GoogleEarth.

5.2.3.1 Estudo de caso:

SQN 303, SQN 211 e SQN 213

Identificada como “**Tipologia 3**”, esse estudo de caso refere-se ao uso do espaço público por meio de uma “privatização camuflada”. Essa ocupação ocorre no entorno imediato do bloco residencial, passando uma ideia de uma área pertencente ao bloco, mesmo que na teoria isso não ocorra, pois o espaço seria público.

De acordo com o cálculo da tabela geral, a Tipologia 3 ocorre em 13% das superquadras da Asa Norte e 8% das superquadras da Asa Sul, sendo que sua maior incidência ocorre na Asa Norte na faixa das superquadras 300, onde ocupa uma posição de 33% e na Asa Sul, na faixa das superquadras 100, com 20%.

1º Recorte: Identificação do uso a partir do princípio metodológico do “tipo ideal”: “a Superquadra de Lúcio Costa em relação à identificação de uma realidade”

De todas as tipologias percebidas na pesquisa, a Tipologia de uso 3, em muito destoa do plano proposto por Lúcio Costa para Brasília, em que a intenção seria o compartilhamento, a socialização, o encontro com os moradores, que ocorreria pelo convívio.

Percebe-se que essa situação vem crescendo no Plano Piloto, onde sua incidência, sobretudo, tem forte relação com os novos empreendimentos, os edifícios mais recentes e, também, percebe-se essa incidência em edifícios reformados, em que seu padrão foi alterado, passando de simples para algo mais elaborado.

Tanto na Asa Sul como na Asa norte, a percepção é a mesma, uma “privatização camuflada”, onde ocorre em geral uso restrito por parte dos moradores do bloco, onde a área está diretamente ligada; é o condomínio que mantém, que “toma conta da área”. Há de considerar que a maior evidência desse uso “privatizado” ocorre na Asa Norte, com os novos edifícios; na Asa Sul, apesar de existir um cercamento que acaba inibindo o uso, ainda ocorre o compartilhamento, com exceção dos casos em que se tem desnível do terreno, o que inviabiliza o nivelamento com o espaço público da superquadra.

Em boa parte dos casos, como veremos mais a frente, percebe-se, claramente, que o padrão econômico dos moradores e a busca por uma maior segurança fazem parte dessa indução do uso, o que se pode perceber por meio de alguns fatores como: existência de

circuito de TV, que registram não apenas os espaços internos, o pilotis, mas em alguns casos, até o espaço público, ou melhor, o espaço com “privatização camuflada”.

Se observarmos alguns desses prédios novos da Asa Norte, o próprio paisagismo existente que comparece como moldura para o edifício, por si só, já inibe a aproximação de outros moradores que não seja os que nele habitam como é o caso da SQN 311.

É o que Sennett (2002) convencionou chamar de “hipervalorização” da intimidade, fatores que geram uma confusão entre a vida pública e privada, intensificados com uma “cultura do narcisismo”; esses fatores acabam por distanciar o morador do convívio social, causando o que o sociólogo chamou de esvaziamento da esfera pública, a morte do convívio social, do espaço público.

Sob a ótica de Sennet, percebe-se que o fator insegurança foi uma das causas dessa necessidade de introspecção do indivíduo, o que se deve ao seu descontentamento, suas frustrações com o mundo exterior, e, por que não, seus medos.

Esse olhar nos faz perceber o crescimento de uma sociedade que preza, em essência, por uma busca intensa de privacidade, silêncio, individualidade, o que faz com que o espaço público cause-lhe um sentimento de estranhamento, indiferença, perigo, em contraposição com o que lhe parece o espaço privado, aqui representado por seu apartamento, o salão de festas e a área imediatamente colada ao seu edifício, espaços que assumem o papel de concentrar valores da vida, conformando-se em sinônimo de refúgio, segurança.

Certamente, a teoria trabalhada por Sennett em relação ao público e privado aplica-se muito bem a essa tipologia.

No Capítulo 10 de seu livro “O Declínio do homem público” (SENNETT, 2002, p. 271) descreve o que segue: “Hoje em dia, a experiência impessoal parece carecer de sentido, e a complexidade social parece falar sobre o eu, ajudar a defini-lo, desenvolvê-lo, ou transformá-lo, tornou-se uma preocupação arrasadora.”

De acordo com Sennett (2002, p. 30), as transformações que culminaram com o afastamento de uma vida pessoal de uma vida pública, resultam de uma mudança, que teve início no Antigo regime e, com o surgimento de uma nova cultura urbana, secular e capitalista da intimidade, tem sua origem desde a queda do Antigo regime (SENNETT, 2002).

A própria definição histórica das palavras “público” e “privado” já anuncia sua compreensão. Público – “aberto à observação de todos”, Privado – “uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos” (SENNETT, 2002, p. 30).

Nesse contexto, ao voltarmos às origens da superquadra, ao pensamento de uso e convivência sociais, de conhecer o outro por meio do encontro; da mãe poder ver o filho indo

para a escola, certamente nos surpreenderemos que, nessas frações da cidade, essa essência foi esquecida, o que se percebe são prédios que cada vez mais prezam pela garantia de uma individualidade, e as pessoas gostam, procuram e, naturalmente, compram. E, certamente, o mercado imobiliário os valoriza em seu *marketing* na formação de valores ideológicos e, naturalmente, na formação dos preços.

Por mais que exista em algumas áreas uma placa indicando que o espaço é de uso comunitário, não é o que ocorre, como veremos a seguir, a própria delimitação do espaço com uma grade e/ou cerca viva, naturalmente inibe o uso por outras pessoas da quadra, até do bloco mais próximo. É a sensação de esquecer o portão de casa aberto e alguém entrar para apreciar o jardim, sem ser convidado. Só que o jardim nesse caso é público, é aberto à observação.

O sentimento, ao entrar em espaços como esses, é de estranhamento, principalmente por quem preza os princípios pensados para uma superquadra, suas bases conceituais de liberdade, direito de ir e vir, sociabilidade e outros. Em um primeiro olhar, parece-nos um conjunto de condomínios fechados, individuais, cada com sua própria vida, por vezes emoldurado por um belo jardim, quem sabe, assinado por um renomado paisagista da cidade.

Mas ressalta-se que essa sensação não é uma constante; ao longo desta pesquisa, um teste foi feito. Separaram-se fotos de exemplos de espaços públicos, como o existente na Tipologia 1 e 2, espaços de convivência da SQS 303 e da SQN 309 e juntou-se a outras imagens de espaços com “privatização camuflada”.

Essas imagens foram embaralhadas e apresentadas a pessoas não ligadas ao movimento de arquitetura e urbanismo, pessoas “normais”, que vivem e fazem usos de espaços da cidade. Qual será que foi a escolha? A grande maioria preferiu a organização, a preservação de sua intimidade, e, quando se argumentou sobre as vantagens de um espaço de convivência, de uso social, em nada se abalaram. De acordo com essas pessoas, espaços verdes, belas áreas públicas funcionam na teoria, são fundamentais, mas nem sempre para serem usados, e, sim, para serem contemplados.

Aqui segue parte do teste aplicado, é só analisar e chegar as próprias conclusões (Figuras 124, 125, 126, 127, 128 e 129):

Figura 124**Figura 125****Figura 126****Figura 127****Figura 128****Figura 129**

Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Assim, a finalização dessa análise só poderia ocorrer a partir do olhar crítico de Sennett (2002, p. 32): “Dessa maneira, “público” veio a significar uma vida que se passa fora da vida da família e dos amigos íntimos; na região pública, grupos sociais complexos e díspares teriam que entrar em contato inelutavelmente”.

2º Recorte: O uso a partir da teoria da “descrição densa”

A compreensão, o encontro com o sentido da realidade identificada.

Assim como nas tipologias anteriores, o processo de compreensão dos espaços das superquadras também ocorreu por meio de uma intensa observação da vivência. Entretanto,

diferente dos relatos anteriores, os relatos sobre essa tipologia ocorreu como média das três superquadras analisadas, principalmente porque os resultados colhidos ao longo do processo em muito se iguala para as três superquadras.

Mesmo assim, há de se considerar que, das três superquadras, a SQN 303 se destaca, pois de todas é a única que tem o *status* comercialmente construído, tal como no novo setor Noroeste de uma quadra “ecológica”. Ao longo da calçada, que foi executada pela prefeitura da quadra, sem a interferência do poder público, no caso, a Administração de Brasília, existe um *kit* para recolhimento de fezes de cachorro (Figura 129), um projeto que foi assumido por todos, de acordo com o Sr. Paulo Alves, prefeito da quadra, “todos os moradores usam, é raro achar fezes de cachorro na quadra, o *kit* é biodegradável”.

Outra prática que vem sendo incentivada e já foi assumida por alguns moradores é a reciclagem de materiais, como garrafas, papel e papelões.

De acordo com o prefeito, a comunidade local não é muito participativa, poucos comparecem a reuniões, “preferem ficar em seu apartamento”, só se envolvem um pouco quando se trata de algum evento, como alguma confraternização. No mês de junho, alguns moradores se juntaram e montaram uma “confraternização junina”, em que cada um levou um pratinho de comida, como relatou Paulo Alves, prefeito.

Sobre o uso geral dos espaços da superquadra, realmente esse uso é bem polarizado, cada bloco tenta fazer uso de seu espaço. Nas três quadras visitadas, o único momento que demonstrou uma aproximação da comunidade foi em relação à quadra de esportes, mas existe um rígido controle de uso, pois, em geral, a própria prefeitura, com recursos da comunidade local, conseguidos com arrecadações dos condomínios dos blocos, reformou e mantém a quadra.

Como exemplo dessa questão tem-se o caso da SQN 303, onde a quadra, segundo um morador local, era abandonada. “A prefeitura reformou, subiu os alambrados e colocou porta e cadeado para evitar que as pessoas frequentem a quadra de esportes sem autorização e fora do horário determinado, das 7h30 às 22h.”

Com essa colocação de um morador local, foi possível entender algumas situações vivenciadas quando da visita a essa superquadra, em que se deparou com pessoas fazendo ginástica, tai chi chuan, basquete e até escolinha de futebol. Trata-se de atividades incentivadas pela prefeitura local, que conta com a participação de moradores da superquadra, mas tudo com regras claras de uso; terminou uma atividade, a quadra é fechada e só é reaberta quando ocorre outra atividade, assim, para o uso é preciso antes combinar com a prefeitura, que é detentora das regras de utilização.

Aqui cabe uma ressalva: essa situação mostra claramente uma prática crescente na cidade de Brasília, ou melhor, no DF. Basta refletirmos sobre as “tais áreas verdes do Lago Norte” e as chancelas que demarcam áreas públicas para estacionamento nas superquadras, onde os síndicos dos blocos divulgam que “qualquer um pode estacionar”, mas, na prática, o que se vivencia é outra coisa.

Usos como esses caracterizam certo “cinismo” e por que não, uma “hipocrisia urbana inibidora”, afinal, se é público, é aberto, não apenas à observação, mas ao uso, não existe um meio termo para isso, o importante é trabalharmos a educação com o patrimônio público.

Nas outras superquadras, como SQN 211, pouco é o uso dos espaços, alguns blocos montaram cenários, com pergolado, banquinhos, um recanto “romântico”, que constantemente se encontra vazio, em algumas vezes, em visita ao local, em apenas uma desses cenários percebeu-se o uso da pracinha com um casal de namorados, era final de tarde, e, como essa visão não era uma constante, questionou-se o casal em relação ao uso. De acordo com o casal, os moradores do bloco pouco usam aquele espaço, que é mais usado por funcionários que trabalham no bloco, secretárias do lar; o espaço acabou transformando-se em ponto de encontro entre alguns deles, principalmente no período da noite, após a conclusão dos serviços domésticos. Essa situação foi confirmada e vivenciada em outra visita ocorrida na superquadra.

Em outro bloco dessa mesma superquadra, existe um parquinho também protegido por grade e portão. O espaço é totalmente colado ao edifício, sendo possível acessar o espaço diretamente do pilotis do prédio, o que induz ainda mais que o uso é reservado.

O espaço é usado, mais notadamente no período da manhã e meio da tarde, quando algumas babás descem com as crianças para um passeio, as crianças brincam enquanto elas colocam o papo em dia. Aos finais de semana, percebe-se a presença de pais, sim, geralmente, os homens descem com seus filhos para um passeio matinal, que se resume em permanecer no parquinho, poucos se distanciam desse local e, quando se distanciam, chegam até o gramado mais próximo para simular um joguinho de bola com o filho.

Outro fato interessante, nessa superquadra, diferente do que foi percebido nas tipologias anteriores, não existe fluxo de vendedores oferecendo seus produtos, como pamonha, broas, doces e outros, parece tudo meio silencioso, não se vê muito movimento e, quando se quebra esse ritmo, são casos isolados.

Nas Tipologias 1 e 2, esse movimento é uma constante, carros vendendo pamonhas, doces e até frutas e legumes, como se percebeu em uma das visitas à SQS 303.

Nessas quadras, parece que o espaço cria certo receio de uso, de liberdade de circulação, o que faz parecer que o padrão dos blocos, os paisagismos existentes, o uso reservado dos espaços cria certa barreira, inibe a aproximação de outras pessoas.

Na SQN 213, existe bloco que, de certa forma, assumiu que o espaço do parquinho pertence-lhe, o que se percebe com a impossibilidade de acesso externo. Para entrar no parquinho, é necessário passar pelo pilotis e, conseqüentemente, pelo controle da portaria.

Não se pode afirmar que não existe vida nos espaços dessas superquadras, mas tudo parece meio impessoal, não se percebe um senso de “lugar”, como símbolo, como significado para algumas pessoas. O espaço existe, o parquinho está ali, pode ser usado, mas não passa a sensação de aconchego; a sensação é que o espaço veio junto com a construção do prédio, veio de “brinde” como uma concessão do empreendedor, é realmente impessoal.

A real sensação ao adentrar esses espaços é que se está diante de um conjunto de condomínios fechados em si, por meio de seus blocos. É certo que não existe um portal físico que impeça as pessoas de adentrar seus espaços, mas sente-se um portal imaginário, que afasta as pessoas pela segregação social. Ao refletirmos sobre essa questão, perceberemos que os próprios salões fechados para festas, existentes em luxuosos blocos de apartamento da Asa Sul e em alguns da Asa Norte, podem ser considerados como uma peça peculiar na composição desse portal imaginário, social por suposto.

O movimento é constante, mas, em geral, de pessoas que entram e saem de seus blocos para buscar seus filhos para atividades externas, escolinhas, cursinhos, tudo fora da quadra; pessoas que saem cedo, chegam para o almoço, saem novamente, retornando à noite. E, ao chegar, recolhe-se em seu recanto, o lugar que de fato parece que foi legitimado e reconhecido por eles, seu próprio apartamento.

5.2.3.2 Conclusões parciais: diagnóstico da tipologia

Ao percorrer os espaços dessa tipologia e ao adentrar o universo dessas superquadras, somos quase de imediato tomados por uma pergunta: o que fez surgir uma superquadra com essas características? O que fez com que a essência das primeiras superquadras de Brasília se perdesse dando origem a essa tipologia de uso? O que de fato sobrou que nos remete à superquadra de Lúcio Costa?

Talvez o próprio crescimento da elitização social, econômica e cultural do Plano Piloto e demandas de mercado imobiliário podem ter contribuído com essa questão, embora

não a esgote ou resuma, o que seria simplista. Até porque essa situação também pode ser percebida em áreas fora do Plano Piloto de Brasília.

Desde o início dessa pesquisa, muito vem se trabalhando a questão da construção de um patrimônio que vai muito além do material, um patrimônio que resgate a identidade dessa gente que aqui reside, mas em momento algum se pensou que ao longo da pesquisa ocorreria tamanha surpresa; é certo que já se sabia da existência de espaços como os encontrados, mas a surpresa está na descoberta e real percepção de sua essência, sobretudo, na cultura de sua formação.

O que parece é que esse espaço surgiu pela necessidade de um determinado grupo, uma comunidade dotada de uma situação financeira mais abastada, de um grupo singular, que ao prezar pela privacidade, pela segurança, meio sem perceber, acabou por contribuir para o esvaziamento do espaço público, provavelmente por essa segregação, pelo incremento da violência urbana.

Um pensamento nos toma a mente, fazendo lembrar o que Ostrowetsky (1983, p. 21-44) convencionou chamar de “Inconsciente construtor do espaço da cidade”, ou seja, na capacidade humana em constituir determinado fato urbano. Para Rossi (1966, p. 122), a essência da compreensão do fato urbano está em entender a constituição de determinado espaço na cidade a partir da ação de seus habitantes (ROSSI, 1966, p. 122). É certo que Rossi aplica esse conceito para tratar de questões relacionadas à forma/tipologia de edificações que surgem e transformam a cidade, mas se pensa que essa visão também pode ajudar a entender as singularidades que denotaram o surgimento da tipologia aqui pesquisada.

Se em capítulos anteriores tratou-se de cultura, de legitimidade como reflexo de uma identificação do homem com o ambiente, falou-se de pequenas cidades dentro de uma grande cidade, não se pode desconsiderar o sentido que foi atribuído ao cenário aqui percebido, mesmo que de forma inconsciente; a ocorrência de exemplos como esse nos faz crer que existe um grupo que culturalmente clama por toda essa privacidade, toda essa intimidade. Nesse sentido, há também de se considerar as influências diretas do poderio econômico deste grupo em um mercado imobiliário feroz como o de Brasília.

Afinal, se as pessoas que moram nessas superquadras têm confortável situação econômica, podendo escolher outras áreas para residir e escolheram esse espaço é porque de alguma forma ocorre identificação.

Ao adentrar o universo profissional da prática de arquitetura, não é difícil deparar com clientes, com pessoas que gastam o equivalente a 25% (ou mais) do valor que foi pago

pelo imóvel em uma dessas superquadras, para adequar o apartamento às necessidades de sua família.

Nesse sentido, pode-se não concordar com sua existência, pode-se estranhar o fato de se buscar privacidade com tanta intensidade, negando toda a possibilidade de uma vida social, de uso intenso do verde e de todas as possibilidades que o espaço externo oferece, mas não se pode negar que esse espaço também pode ser considerado um “lugar”, pois assim como os outros lugares surgidos na cidade, esse também foi conformado a partir da necessidade de determinado grupo, do senso comum, e por que não, da cultura de um grupo singular, mas um grupo.

Observando a vivência nessas superquadras percebe-se que a vida ocorre de acordo com a rotina a ela atribuída, ou seja, a não vida do espaço público da superquadra se relaciona com o valor que os moradores da mesma atribuíram.

Aqui cabe bem uma passagem do livro “Morte e vida das Grandes Cidades” de Jacobs (2000, p. 86-87), quando Frank Havey, diretor da Associação comunitária do North End – distrito de Boston, comenta uma situação abordada com pais de crianças locais: “Dizemos aos nossos filhos que brinquem na calçada depois do jantar. Mas temos ouvido falar que as crianças não devem brincar na rua. Será que estamos errados?” Havey diz que estão certos. Ele atribui boa parte dos baixos índices de criminalidade do North End à excelente vigilância das pessoas sobre as crianças que estão brincando no lugar em que a comunidade se faz mais presente – as calçadas.

Em outra passagem, Jacobs (2000, p. 59) descreve:

Há muito tempo, os responsáveis pela reurbanização observam os moradores da cidade passando o tempo em esquinas movimentadas, parando em bares e confeitarias e bebendo refrigerante junto à porta de casa, e já deram seu veredicto, que em essência é: que coisa deplorável! Se essas pessoas tivessem um lar descente ou um lugar mais próprio e arborizado não estariam na rua.

Voltando ao início dessa explanação, retoma-se a pergunta: O que de fato sobrou, que nos remete à superquadra de Lúcio Costa?

Para Costa, o importante seria garantir intensa relação de convívio social, o que ocorreria de forma natural a partir dos inusitados encontros surgidos com o transitar dos moradores, estimulando a relação de vizinhança, o que nos faz pensar que a referência de uma vida digna em uma superquadra não passaria pelos padrões arquitetônicos dos blocos, pela individualidade social de cada unidade, essa dignidade estaria em um lugar culturalmente ativo.

Nesse sentido, o uso individualizado dos espaços nessa tipologia fez, assim, surgir um novo cenário, que não se enquadra na categoria social pensada por Lúcio Costa em seu “tipo ideal” de superquadra, onde almejava uma intensa coletividade.

Por outro lado, desarmando-se de todos os pré-conceitos, não se pode deixar de considerar que ele atribuiu aos brasileiros a continuação de sua obra. Em sua visão, caberia a eles tomar posse de sua terra e dela fazer seu lugar de morada. Nesse contexto, eles tomaram posse e transformaram essa terra em um lugar com o qual se identificam. Aqui não cabe condenar essa transformação, mas compreender que é reflexo do cotidiano de um determinado grupo. Para Santos (1998):

A cidade só existe pelo homem que lhe dá forma – construída, definida, material – e significação – constitutiva, mas indefinida, abstrata. Reflete, certamente, a sociedade que ocupa e define seu espaço. É a presença humana, com suas características peculiares, que permite a construção de uma identidade ao espaço construído diferenciado, por vezes radicalmente, uma cidade da outra. (SANTOS, 1998, p. 46)

SQN 303

Figura 130



Figura 132



Figura 134



Figura 131



Figura 133



Figura 135



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

SQN 211

Figura 136



Figura 137



Figura 138



Figura 139



Figura 140



Figura 141



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

SQL 213

Figura 142



Figura 143



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

5.2.4 Tipologia 4 “Ocupações no pilotis”

Figura 145



SQN 303
Figura 144



OCUPAÇÃO NO PILOTIS

Fontes: Lua Bittencourt; Google Earth.

5.2.4.1 Estudo de caso:

SQN 303

Identificado como “**Tipologia 4**”, esse estudo de caso se refere ao não uso do espaço público da superquadra. O uso “coletivo” ocorre pontualmente no próprio bloco, o que se dá com a transformação da área do pilotis em parquinho. Com esse uso, a comunidade parece negar as potencialidades existentes no espaço público da superquadra, optando por um convívio social com um público restrito e específico.

De acordo com o cálculo da tabela geral, a ocorrência da Tipologia 4 foi percebida em apenas 2 blocos de uma única superquadra – SQN 303, onde comparece com 2% em relação ao universo do Plano Piloto e sua incidência se dá apenas na Asa Norte, faixa de quadra 100.

1º Recorte: identificação do uso a partir do princípio metodológico do “tipo ideal”: “a superquadra de Lúcio Costa em relação à identificação de uma realidade”

Não menos que a tipologia anterior, essa tipologia de uso encontrada apenas na Asa Norte, também compromete o conceito pensado por Lúcio Costa para uma superquadra de Brasília, pois ao contrário do que ocorre nesse caso, o uso previsto para uma superquadra prezada pelo contato entre as pessoas da quadra buscava aprender por meio do encontro com as diferenças, o que de acordo com Costa, ocorria com o deslocamento nos espaços de convivência espalhados pela superquadra.

A descoberta desse uso ocorreu por um acaso do destino, ao longo do processo das visitas de campo. Foi uma surpresa, não se imaginava encontrar tal uso; de início, quando se observava o espaço público existente no entorno do bloco, se pensava que esse uso era temporário, imaginava-se que se tratava de brinquedos instalados em função de alguma festa infantil, que ocorria no salão de festas do bloco, algo bem comum nos blocos que possuem esse tipo de estrutura de apoio.

Uma surpresa: essa situação era permanente; os brinquedos instalados pertencem ao próprio bloco e esses foram implantados a fim de criar um recanto voltado para crianças menores, que ao fazer uso do espaço estavam protegidas do sol, chuva e outras intempéries.

Uma situação realmente atípica do que se imaginou. Se tomarmos alguns dos relatos e/ou descrições de Costa sobre o uso do pilotis, perceberemos que a intenção é que ocorresse

grande integração com o entorno imediato, com o jardim, na verdade, o pilotis foi pensado como extensão do gramado.

Nesse contexto, estava implícita a condição de espaço de transição, onde os encontros poderiam e deveriam ocorrer, as crianças poderiam brincar, os jovens namorar, e outros usos. O que não se previa é que o verde que se liga a esse espaço fosse apenas utilizado como moldura para o bloco, com jardins elaborados para contemplação e não para o uso pela comunidade. A possibilidade de uso nesse espaço foi negada, a comunidade local optou por fazer uso do próprio pilotis.

Em relação ao “tipo ideal”, onde se considera que a superquadra deveria seguir a concepção prevista por seu autor, esse novo uso se apresenta como uma inversão de valores, pois sugere o uso individualizado do espaço, que é usado apenas pelas crianças do bloco.

Assim, é ainda mais agressiva que a tipologia anterior, que mesmo de forma “encoberta”, possibilitaria o uso compartilhado, mesmo considerando que na realidade isso não ocorre, pela própria inibição comentada anteriormente, quando da análise da Tipologia 3.

Nesse caso, o uso é de fato, privativo, outras crianças não usam e quem desfruta desse espaço são os filhos dos moradores do bloco. Os pais dessas crianças são mantenedores desse espaço, contribuem com seu funcionamento com o pagamento das taxas de condomínio, assim, por que compartilhar o uso com quem não divide os gastos?

Questões como essas nos remetem ao pensamento do historiador francês Alexis de Tocqueville (1832/35), citado por Sennett (2002) na contracapa de seu livro “O declínio do homem público”:

Cada pessoa, mergulhada em si mesma, comporta-se como se fora estranha ao destino de todas as demais. Seus filhos e seus amigos constituem para ela a totalidade da espécie humana. Em suas transações com seus concidadãos, pode misturar-se a eles, sem, no entanto vê-los; toca-os, mas não os sente; existe apenas em si mesma e para si mesma. E se, nestas condições, certo sentido de família ainda permanecer em sua mente, já não lhe resta sentido de sociedade. (TOCQUEVILLE, 18328 apud SENNET, 2002)

Ao questionar moradores do bloco que fazem uso desse espaço, a resposta é quase unanimidade: as preocupações giram sempre em torno da questão da insegurança, do padrão econômico, de que o espaço público já não é tão seguro, que não existe controle de seu uso, que pessoas estranhas podem circular livremente com seus filhos, o que lhes causa certo temor.

Realmente, estamos diante de uma situação que exclui uma possibilidade de vida social com a vizinhança, que preza pela individualidade, o que nos faz pensar em algumas

visões errôneas que surgem constantemente com o lançamento de novos empreendimentos em cidades como Águas Claras, Guará, Taguatinga, que em sua propaganda se apresentam como seguidores de uma “qualidade de vida”, extraída dos princípios das superquadras. Será? As imagens a seguir, falam por si. Trata-se do empreendimento no Guará-DF: Superquadra Brasília (Figuras 146, 147 e 148):

Figura 146



Figura 147



Figura 148



Fonte: Álus Paulino Correia de Lima.

Em uma reportagem no Caderno Cidades (p. 33-39), o Jornal Correio Braziliense de 13 de setembro de 2009 traz em sua chamada: “Superquadras, do espaço democrático para o exclusivo: o complexo de prédios que é a cara de Brasília está mudado”. O conceito de “chão livre”, idealizado pelo urbanista Lúcio Costa, tem sido substituído pelo de condomínios fechados, com opções de lazer, segurança e acesso restrito”.

No corpo da reportagem, a repórter Helena Mader descreve assim o empreendimento:

O condomínio ganhou até sigla parecida com os endereços do Plano Piloto: SQB. Apesar de totalmente cercada, a Superquadra Brasília tem 15 prédios de seis andares, e cada um usa o pilotis para resgatar o ideal do Plano Piloto. Mas as semelhanças param por aí. As guaritas e cercas vivas que controlam o vaivém de pessoas são as principais diferenças entre a chamada SQB e as tradicionais superquadras de Brasília”. (MADER, 2009, p. 33-39)

Como percebemos nas imagens, pode até ser que sejam espaços convidativos, que sejam agradáveis ao uso, que prezem pela “qualidade de vida”, mas não se ligam aos princípios de uma superquadra, nos moldes de sua concepção por Lúcio Costa. Talvez, possam se ligar a esse novo formato que aos poucos surge na cidade, como o caso da tipologia aqui trabalhada e também da anterior, a Tipologia 3.

2º Recorte: o uso a partir da teoria da “descrição densa”

A compreensão, o encontro com o sentido da realidade identificada.

O processo de observação nessa tipologia não foi muito fácil, pois como se tratava de uma ocupação no pilotis, algumas pessoas, moradores do bloco, se sentiram incomodados com o fato de estarem sendo observados, sempre questionando, e já imaginando o estranhamento sobre a observação daquele uso, por vezes, tentaram explicar as vantagens de ter um espaço com tamanha privacidade. As explicações surgiam naturalmente, mesmo sem questionamentos por parte do observador.

Lembra-se aqui do comentário de um dos moradores, prefeito da superquadra: “Acho que os parquinhos nos prédios não afastam os moradores, eles têm mais possibilidades de usos do que o da quadra. A mãe só pode levar o filho ao parquinho em determinadas horas do dia e quando chove não dá pra usar. Por isso, o parque embaixo do bloco ajuda. E qualquer pessoa pode usar” (Paulo Alves, prefeito da SQS 303, 201).

De acordo com o prefeito, o “parquinho do bloco” como é chamado pelos moradores poderia ser usado por qualquer pessoa da superquadra, mas não foi o que se observou durante o período de permanência no local, que foi em dois momentos, durante a semana e no sábado. E, também, só o fato de se comentar que os “parquinhos do bloco não afastam os moradores”, por si só geram dúvidas.

É interessante o olhar dos moradores quando percebem a presença de um “estranho”; essa era a sensação durante a pesquisa, em que o observador era visto como uma pessoa fora do convívio deles, um estranho. Mesmo procurando se integrar ao grupo, percebia-se claramente a dificuldade de socialização, de melhor contato.

Ao longo do dia, muitas crianças passam pelo parquinho do bloco, e o uso se intensifica no final de semana. Durante a semana, é perceptível a presença de mães e pais, o que nos parece que o fato do parquinho se localizar no próprio bloco facilita uma rápida descida com o filho antes do trabalho.

Mesmo o pai ou a mãe descendo, não dispensam a companhia da babá, assim, quando a criança se envolve com o cenário e começa a brincar, não sofre com a saída dos pais para o trabalho, ou ainda, não percebe de imediato essa ausência, é o que nos parece.

É importante destacar que os dois exemplos estudados nessa pesquisa têm blocos com padrão de acabamento diferenciado, condizente com a alta renda das famílias que lá residem.

Outro fato que merece destaque é que em geral os blocos estudados são conformados por jovens casais, normalmente com um ou dois filhos, mas existem exceções, já que há alguns casais mais velhos. Essa situação foi percebida mediante a observação do fluxo de pessoas ao longo da semana e por consulta à prefeitura da superquadra. Essa situação nos faz lembrar da primeira tipologia estudada, em que a prefeita da quadra comentou que o fato dos moradores serem antigos contribuiu para a construção da identidade local, de uma tradição de uso dos espaços de convivência, onde as pessoas se sentiam seguras para frequentar o espaço público, além de gostarem das possibilidades que os encontros ofereciam.

Percebe-se que o cenário para uma “qualidade de vida” desejada por esses jovens casais talvez não seja o mesmo descrito com a identificação do “tipo ideal”, que retrata as intenções de Lúcio Costa para o espaço, para a superquadra. Talvez a busca intensa por melhores condições de vida, financeiramente, levou-os a uma rotina intensa, gerando falta de tempo de parar e saborear outros possíveis cenários, um maior contato com as maravilhas de uma escala bucólica, que adentra a sua superquadra e é pouco percebida, ou melhor, é pouco vivenciada.

Em alguns contatos com moradores, sendo esses ocorridos pela naturalidade de alguns encontros, percebeu-se que em geral essas pessoas valorizam o fato de sua superquadra ser tomada por verde, árvores frutíferas e outras espécies do cerrado, gostam de ver, de contemplar, mas o tempo não lhes permite desfrutar desse cenário e assim, com o ritmo acelerado, fruto de uma rotina intensa, fez com que esse olhar em relação a essa escala fosse se transformando. Atualmente, consideram que todo esse verde valoriza a quadra, atribui harmonia ao conjunto, conforma uma bela “moldura” para os blocos residenciais, que certamente não seriam os mesmos sem a presença de todo o bucolismo previsto para a superquadra. Alguns chegaram a citar que “é como imaginar os monumentos sem o gramado”.

Certamente, esse olhar difere muito do que se pensou como espaço de convivência para a superquadra de Brasília, ao menos, do que foi planejado. É interessante perceber como o uso desse espaço no próprio bloco transmite aos usuários uma sensação de segurança, por

vezes, percebeu-se que alguns pais e/ou babás se ausentavam por pouco tempo, mas a criança continuava brincando no parquinho, sob o olhar e controle do porteiro e das câmeras de TV.

Em um dos blocos da SQN 303 que faz uso desse cenário, a diferença de nível entre a rua local e o bloco favoreceu o isolamento do mesmo em relação ao restante da quadra, impedindo também que outras pessoas, “estranhas ao bloco”, pudessem usufruir do espaço, ou seja, do parquinho.

Deve-se também considerar o aspecto da circulação, já que a instalação desse parquinho prejudicou muito o deslocamento de pessoas no pilotis do edifício, pois além desse espaço, ainda existe no bloco o salão de festas; o que sobrou para se integrar com o verde na tentativa de respeitar a livre circulação entre os blocos foi muito pouco, o que comprometeu também uma das premissas do projeto de Lúcio Costa, o direito de ir e vir; esse princípio ficou prejudicado nessa tipologia. Mesmo no bloco onde ocorre certo nivelamento com o gramado, o fluxo é impedido pela composição do jardim que contorna o bloco, deixando em geral duas passagens para o acesso de pedestre, para visitantes, pois os moradores param direto na garagem e quase não mantêm contato com esse jardim ornamental.

Por fim, apesar de existir um intenso uso desse espaço, ele é pontual, muito temporário, ou seja, as crianças chegam no início da manhã acompanhadas por suas babás e/ou pais, brincam um pouco, sobem para o apartamento e voltam no período da tarde ou início da noite; é grande a rotatividade, mesmo que não exista na prática, parece que as pessoas já percebem e definem seus horários, seus turnos, assim, não precisam fazer o social.

5.2.4.2 Conclusões parciais: diagnóstico da tipologia

De início, destaca-se e confessa-se o espanto ao se deparar com esse espaço, não propriamente pelo espaço em si, mas por sua representação para determinado grupo de pessoas, por seu significado. Acredita-se que o problema maior não é o fato de existir o “parquinho do bloco”, mas sim, por esse espaço ter surgido como substituição do uso de um espaço, naturalmente disposto entre o verde da superquadra. Por seu olhar atrair mais do que uma sombra sob uma árvore. Por seduzir mais do que um passeio sob o sol, ou sob a lua, ou ainda, sob o céu de intenso azul que há em Brasília.

Realmente, confessa-se que a dificuldade foi se desgrudar do olhar de um profissional de arquitetura, urbanismo, e conseguir enxergar o espaço como registro de

vivência de uma comunidade, foi necessário voltar várias vezes nesses blocos, até que algo se percebeu.

Certamente, se continuasse observando e analisando o espaço apenas sob a ótica da concepção urbanística e até mesmo, buscando nesse espaço, nessa tipologia, a identificação de elementos que o aproximasse do cenário de vida que o projeto de Brasília propôs, seguramente não conseguiria extrair nada. Desde a tipologia anterior, o olhar sobre essa pesquisa começou a girar em outras direções, pois um pensamento começou a invadir a mente do observador, que deve ser aqui externado e esclarecido.

Desde o início da pesquisa, idealizou-se, por força da paixão, talvez, encontrar espaços repletos de cultura, de significados; espaços onde a mão do homem se fizesse presente. Chegou-se a falar de mosaicos, numa menção à junção de pensamentos, de ações de vários significados, que se encontrariam e formariam um todo, sendo esse todo um cenário de vida escolhido para a vida dessa gente, desse povo, que como se falou antes, pessoas, que aqui chegaram em busca de algo, de uma vida melhor; parece sonho, mas não é, se buscarmos refletir através das várias bibliografias existentes na cidade que retratam a memória dos que aqui chegaram. Merece destaque os estudos da historiadora Marta Sinoti, com seu livro, “Quem me quer não me quer” (2003), que traz algumas dessas histórias, desses sonhos e realidades.

Ao buscar essa reflexão, um pensamento: Não foi por mero acaso que esse espaço surgiu, que o “parquinho do bloco”, como é chamado, apareceu e passou a fazer parte da vida de determinado grupo.

Para esse grupo, esse espaço funciona, atendendo suas necessidades. É o cenário que eles montaram para exercitar o seu lado social, de forma reduzida e previsível, é claro, sendo que, de alguma forma, o encontro existe. Isso foi percebido, o encontro com a mãe da criança do andar de cima ou andar de baixo; mãe essa que, com o tempo, é conhecida por seu nome, deixando de ser apenas a mãe da criança do andar de cima ou de baixo; assim, sem perceber, começa a surgir um contato, que, com o tempo, pode se tornar amizade; mais à frente, a criança é convidada para a festinha no salão do bloco, a mãe, que agora é conhecida por seu nome, frequenta a casa, já iniciando uma relação de amizade.

O que se quer refletir com isso? Certamente, o espaço constante dessa tipologia pode causar estranhamento e, ainda mais, se pensarmos que essas pessoas, que optaram por esse uso, sem perceber, deixaram de possibilitar à sua família o uso de um espaço que é rico de possibilidades, de encontros; de um espaço que ali está, clamando por uso, por

aproveitamento; um espaço onde seus filhos poderiam brincar, jogar bola, ou simplesmente conhecer outras crianças.

E, ainda, essas pessoas não percebem que o fato desse espaço não ser utilizado, de servir apenas como moldura, pode gerar outros problemas, como a falta de segurança, pois se o espaço é visto apenas como área verde que adentra a superquadra, se não existe a construção de um senso de pertencimento, se não existe um olhar que descubra o valor desse espaço, ele cairá no esquecimento e o não uso pode gerar abandono, afinal, se não existe nada naquele lugar o porquê da preocupação com o mesmo? Por que iluminar? Por que regar? Por que cuidar se ele não transmite nada? E, de repente, uma lembrança vem à mente, signo, significado, cultura, patrimônio, ou melhor, construção de um patrimônio, lugar.

Na concepção humanista de Tuan (1983), a compreensão da transformação de um simples espaço em lugar, relaciona-se com o fator emocional, ou seja, os laços afetivos construídos entre a pessoa e esse espaço, assim, por esse reconhecimento o lugar é o espaço que se torna familiar, e como tal, torna-se palco e cenário para as suas experiências, as suas vivências.

Nesse contexto, não se pode desconsiderar que de alguma forma o uso desse espaço se tornou familiar e nele ocorre troca de experiências, ocorre certo compartilhamento de ideias, assim, por mais que esse uso seja divergente da concepção de espaço de convivência em uma superquadra, não pode ser ignorado, negado sua configuração como espaço de vivência, como lugar que é ocupado por uma comunidade, fragmento de uma sociedade, de uma cidade. Aqui está a necessidade de ampliar o ângulo de visão sobre a transformação conceitual de um mero espaço em lugar.

Por fim, há de se considerar que para entender a construção dos significados dos espaços, é necessário se permitir um olhar mais preciso e observador; é necessário se desnudar de preconceitos e assim, compreender não o sentido que se quer que o espaço assuma, mas a realidade de como ele foi assumido e como se tornou parte da vida das pessoas que dele fazem uso.

SQN 303

Figura 149



Figura 150



Figura 151



Figura 152



Figura 153

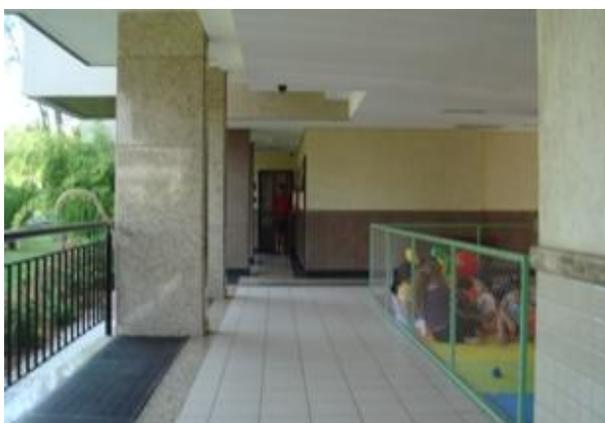


Figura 154



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

5.2.5 Tipologia 5 “Sem ocupações pela comunidade”

Figura 155



SQS 213
Figura 156



ÁREA EXISTENTE – NÃO OCUPADA

SQN 205
Figura 157



ÁREA EXISTENTE – NÃO OCUPADA

Fonte: Lua Bittencourt; Google Earth.

5.2.5.1 Estudo de caso:

SQS 213 e SQN 205

Identificado como “**Tipologia 5**”, esse estudo de caso se refere às superquadras onde, apesar da existência de áreas e espaços públicos internos propícios ao convívio social, não se percebeu a ocupação desses espaços pela comunidade.

De acordo com o cálculo da tabela geral, a Tipologia 5 ocorre em 7% das superquadras da Asa Norte e em 5% das superquadras da Asa Sul, sendo que sua maior incidência na Asa Norte ocorre na faixa das superquadras 300, onde ocupa uma posição de 13% e, na Asa Sul, na faixa das superquadras 400, onde ocupa uma posição de 13%.

Mesmo assim, por sua natureza representativa como configuração de espaço, o estudo ocorrerá a partir da amostragem de superquadras nas faixas 200, Sul e Norte.

1º Recorte: identificação do uso a partir do princípio metodológico do “tipo ideal”

A superquadra de Lúcio Costa em relação à identificação de uma realidade

Essa tipologia, no que se refere à existência de área prevista para ocupação da comunidade com equipamentos públicos, como: parquinhos, quadras esportivas e outros, não se difere da concepção pensada por Lúcio Costa. A área pode não ser ocupada no momento, mas o espaço existente é propício ao uso, como perceberemos no 2º recorte, onde será apresentado o cotidiano da superquadra, percebendo se, mesmo sem a configuração do espaço, ocorre o uso.

Como se percebe, a indicação das áreas existentes na planta da superquadra (imagem Google Earth), tem a mesma configuração da Tipologia 2, ou seja, as áreas são fragmentadas, possibilitando o uso intenso do espaço.

Nesse sentido, percebe-se que as superquadras que se equiparam aos casos estudados na amostragem dessa tipologia necessitam de um planejamento (configuração de espaço propício) para a ocupação das áreas, bem como de estímulos para a consolidação de um cenário social intenso, aqui envolvendo liderança comunitária efetiva, reconhecimento dos moradores e, por fim, cultura de vizinhança.

Na SQS 213, o espaço é ainda mais convidativo, pois a disposição dos blocos de apartamento favorece a configuração do espaço, onde os blocos, por serem mais próximos um do outro, conformam um espaço mais aconchegante, o que se percebe ser mais atraente e convidativo ao uso.

Na SQN 205, essa situação ficará mais evidenciada com a complementação da superquadra, ou seja, com a construção do último bloco.

2º Recorte: o uso a partir da teoria da “descrição densa”

A compreensão, o encontro com o sentido da realidade identificada.

O processo de observação dessa tipologia surpreendeu o olhar do pesquisador, pois ao contrário do que se imaginava anteriormente, com o primeiro olhar, ainda desprezioso, a área é dotada de uso, ou seja, os moradores usam alguns dos espaços existentes nas duas superquadras aqui estudadas. Mesmo não existindo configuração do espaço e ocupação com equipamentos voltados ao lazer, o uso ocorre. Ao longo do processo de observação do espaço, deparou-se com práticas de uso, algumas não identificadas em outras tipologias, como brincadeiras com pipas e crianças correndo atrás de outras.

Em geral, assim como em outras tipologias, observou-se a presença de vários atores no espaço, como:

- O “**homem do cachorro**”, aquele que desce do seu apartamento para passear com seu animal três vezes ao dia; enquanto o animal fica solto, correndo pelo espaço, ele contempla o verde, algumas vezes para e descansa na sombra de uma árvore, ou senta no chão do pilotis e fica vendo o tempo passar;

- O “**homem com o filho**”, aquele que monta um campo improvisado e brinca de bola com o filho, em geral, no final de semana;

- A “**babá e a criança**”. Aparece em geral duas vezes ao dia, uma no período da manhã, das 8h às 10h, antes que o sol esquente; em seguida, volta ao apartamento, retornando ao espaço no período da tarde, quando o sol esfria, por volta das 16h. Algumas com carrinhos e crianças menores, outras com crianças maiores, caminhando nas calçadas, e às vezes deixando a criança correr no tapete verde da superquadra;

- O “**idoso**”. O encontro com esse personagem deu-se sempre no início da manhã, durante sua caminhada matinal, em geral, nas calçadas da superquadra;

- O “**gari**”. É comum se deparar com alguns garis sob a sombra de alguma árvore no horário de almoço, onde para, tira a marmitinha da mochila e almoça, em seguida vem o rápido cochilo;

- O “**vendedor**”. Temos dois tipos: o primeiro, o **vendedor de frutas**. Fica sempre na entrada da superquadra. Nesse caso, o vendedor se instala e permanece apenas no período da manhã, onde aproveita o fluxo de quem chega à superquadra para almoçar. De acordo com

informações, extraídas de um desses vendedores, o fato de as pessoas estarem com fome (horário de almoço) facilita as vendas. Esses vendedores não permanecem no período da tarde e início da noite, pois esse trecho não é muito iluminado e as frutas não podem seduzir o público se esse não consegue enxergar suas cores. Algumas vezes, aparecem no sábado, no período da manhã.

O segundo tipo, o **vendedor volante**, aquele que passa pela superquadra oferecendo um produto. Ao longo da permanência nas superquadradas, teve-se a oportunidade de encontrar apenas o vendedor de pamonhas e apenas durante a semana, sempre por volta de 16h/17h; acha-se que é a hora do lanche. Ele passa com um megafone e oferece o produto. Se fechar os olhos e apenas ouvir o som emitido, certamente pode-se imaginar que está numa cidade de interior;

- O **“garoto da bicicleta”**. Essa não é muito frequente, mas vez ou outra se foi surpreendido com seu aparecimento, em especial nos caminhos de terra existentes na SQN 205, como se ele fosse um desbravador;

- O **“porteiro e a secretária do lar”**. Muito comum no período da noite, sempre após o período do jantar, foi o que se percebeu. Na ausência de uma pracinha, percebida em outras superquadradas, eles ficavam andando pela quadra ou sentados no desnível existente entre o piso do pilotis e a área externa do bloco, situação mais comum, pois facilitava o atendimento da “patroa”, o que se presenciou em um dos dias de observação. Em contato com um casal, questionaram o fato da não existência de uma pracinha.

Mesmo ocorrendo uso, mesmo com a presença desses atores, percebe-se que esse uso não é muito intenso; é muito pontual e esporádico. Não se percebeu a presença de muitos jovens nos espaços, apenas na SQS 213 onde, ao final da tarde, deparou-se com alguns grupinhos papeando nas proximidades dos resquícios da mesinha de concreto, o que se observou durante a semana, já no final de semana o uso é bem menor, por vezes se percebeu um grupinho jogando bola, em campo improvisado no gramado.

Alguns fatores contribuem para a não ocupação formal das áreas, de acordo com a percepção e avaliação em outras superquadradas. De início, o fato da não existência de liderança comunitária, ou seja, a não existência de prefeitura na superquadra, dificulta a mediação junto ao GDF para reivindicações de algumas melhorias. Outro fator é a questão da individualidade percebida na superquadra; talvez o fato de não existirem áreas voltadas para o convívio, tenha favorecido essa individualização. Não se percebeu nem a existência de áreas com usos pontuais como é o caso da Tipologia 3. Percebe-se um grande silêncio pairando sobre essas

superquadras, ainda mais na SQN 205, onde os blocos possuem melhor padrão, fazendo surgir o terceiro fator, o econômico.

No caso específico da SQN 205, outro agravante colabora para o não reconhecimento da área pelos moradores. Trata-se de uma quadra da UnB, com certa homogeneidade social dos ocupantes dos apartamentos cedidos temporariamente; não serão proprietários, tem certo sentido de transitoriedade na ocupação.

Para a melhor identificação do quadro encontrado, procurou-se manter contato com algum dos atores identificados, um morador, de aproximadamente 33 anos, que passeava com seu cachorro pelo gramado.

O morador alegou que o fato de a superquadra não ser dotada de espaços de convivência gerou certa insegurança no espaço, que não tem muita iluminação, assim, “o espaço fica sem vida”, sem “uso”, com “ar de abandono”, “dá medo de passear no período da noite”, como comentou certa vez um usuário da superquadra.

Na visão do morador, a comunidade pouco se encontra, e os contatos, quando ocorrem, são com moradores do próprio bloco, mas também não é constante. Percebeu-se um ar de descontentamento quando o morador lembrou-se de outra superquadra onde morou, que tinha um uso intenso dos espaços; foi em uma superquadra na faixa das 400.

A observação nessa superquadra fez perceber que apesar dessa individualidade presente, apontada inclusive pelo morador, existe uma procura por espaços de convivência, uma necessidade de uso do espaço, mas essa não ocorre por falta de iniciativa da comunidade, dos síndicos dos blocos que não querem assumir mais do que já fazem, situação percebida por meio de contato com o síndico de um bloco, onde se perguntou: por que a superquadra não se organiza e monta uma prefeitura? Vocês não sentem falta de espaços voltados para a convivência, a exemplo dos que existem em algumas superquadras? O síndico informou que a superquadra já tenta se mobilizar a algum tempo, mas isso ainda não ocorreu. Ele acredita na importância de espaços voltados ao convívio, talvez, a existência desses espaços possibilitasse encontros.

De acordo com o síndico de um bloco da SQN 205, o espaço público existente destinado à convivência está sem ocupação há tanto tempo que esse uso pela comunidade deixou de ser questionado, então, é preciso novamente resgatar esse conceito de uso.

5.2.5.2 Conclusões parciais:

Diagnóstico da tipologia

Ao trazer para essa tipologia a reflexão sobre algumas das críticas surgidas a espaços advindos do conceito de modernismo, situação abordada no início desta dissertação, ao se trabalhar algumas críticas à cidade de Brasília e ao modernismo, entre outras, às críticas descritas por Jane Jacobs (2000) e Holston (1993) em relação a espaços como esses existentes nas superquadras, percebe-se que a falta de organização comunitária, combinada a outros aspectos, está fazendo brotar o isolamento pregado por eles.

A falta de espaços que seduzam e convidem; que sejam promotores de encontros; essa situação faz com que a cada dia a vitalidade não desabroche, mesmo considerando a presença dos atores anteriormente comentados, ainda não é suficiente, pois o uso ocorre de forma esporádica e pontual; em determinado horário o homem desce do apartamento e leva seu cachorro para passear, em outro a criança joga bola, em outro a secretária do lar encontra o namoradinho que, por vezes, trabalha na portaria do bloco. São usos pontuais, mas não existe de fato um espaço que sugira um encontro entre esses atores, fazendo ocorrer a socialização na superquadra.

Se esquecermos de todas as possibilidades encontradas nas tipologias anteriores e pensarmos que o padrão de Brasília é o uso encontrado nessa tipologia, Jacobs e Holston podem estar certos, suas críticas fazem sentido. Não apenas essas críticas, mas o fato da não existência de uso compartilhado do espaço fez com que surgisse ainda o processo de “hipervalorização da individualidade” analisado por Sennett (2002), pois se não ocorre o encontro, não ocorre a socialização, conseqüentemente, ocorre uma individualização, cada um define o seu uso do espaço, mas esse uso não é compartilhado com o outro, cada um usa o espaço de acordo com uma necessidade pontual.

O homem leva seu cachorro para passear porque ele precisa fazer suas necessidades fisiológicas, o homem certamente não desce de seu bloco porque o espaço o seduziu, porque o espaço o convidou a usufruir de seu cenário. O cenário não existe conformado, parece que os espaços dessas superquadras ainda não foram descobertos, nem efetivamente configurados em sua precariedade e, assim, ainda não foram reconhecidos.

Ao contrário do que se percebe na SQS 303 (Tipologia 1), os espaços públicos dessa amostragem não passam a sensação de “lugar”, onde se perceba a identificação, ocorre a legitimidade. Essa situação não ocorreu em função da configuração urbana proposta para a superquadra, pois a disposição dos blocos contribuiu com o aparecimento de espaços, que

quando forem descobertos pela comunidade, certamente se tornarão em belos e convidativos cenários, verdadeiros espaços de convivência, como os que o Lúcio Costa mencionou: lúdico.

Nesse aspecto, Jacobs e Holston podem ser questionados. Não foi a configuração urbana que contribuiu com o isolamento e o distanciamento das pessoas; elas sim, sem perceber, causaram esse problema, geraram insegurança aos espaços e acabaram não fazendo uso dos mesmos, atribuindo essa questão à falta de segurança, que um dia elas causaram com o não uso, com o “abandono” do espaço público.

Mas, se existem atores percorrendo e, de alguma forma, usando os espaços, existe sim a possibilidade de reverter essa questão e, assim, tornar o espaço convidativo ao uso.

Para concluir essa análise, faz-se aqui uso da percepção, da sensibilidade de Santos (1998, p. 46-47):

A cidade só existe pelo homem que lhe dá forma – construída, definida, material – e significação – constitutiva, mas indefinida, abstrata. Reflete, certamente, a sociedade que ocupa e define seu espaço. É a presença humana, com suas características peculiares, que permite a construção de uma identidade ao espaço construído diferenciando, por vezes radicalmente, uma cidade da outra. [...] A dificuldade conceitual é, pois, a mesma com que se depara quem pretenda definir o ser humano como sendo apenas expressão de uma única variável, seja ela física, biológica, ou psicológica, existencial.

A cidade é, sim, estática, em determinados momentos de sua história, especialmente na arquitetura através da qual se mostra, mas é certamente dinâmica na capacidade de transformação que apresenta ao longo do tempo, inclusive na arquitetura que se modifica expressando história, cultura e momentos de um povo. É, pela sua natureza, um fenômeno coletivo que nasceu, cresceu e se definiu em função da necessidade humana de agregar-se, de trocar produtos, experiências, sentimentos, conhecimentos, evolução.

Mas esse coletivo só se dá pela ação de indivíduos que, embora tenham características comuns, são únicos em sua individualidade. Assim, pensar a cidade é certamente pensar o indivíduo. Compreender a vida no espaço construído é compreender o ser humano na sua diversidade e complexidade.

SQS 213

Figura 158



Figura 159



Figura 160



Figura 161



SQN 205

Figura 162



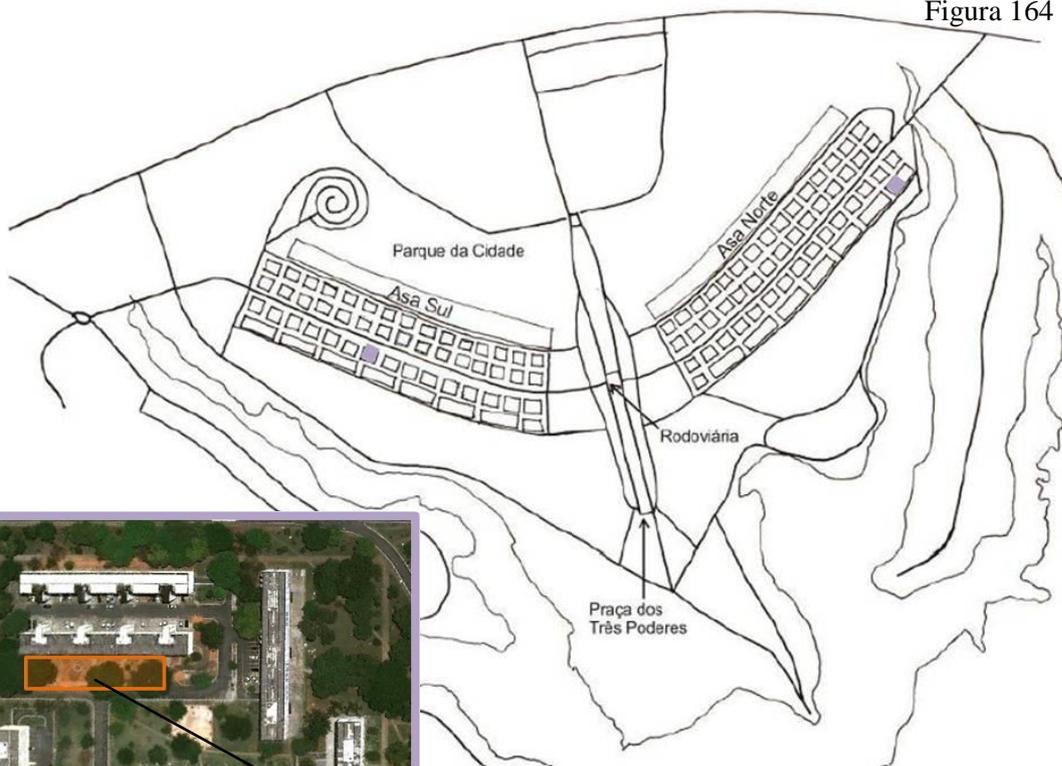
Figura 163



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

**5.2.6 Tipologia 6
“Casos atípicos”**

Figura 164



SQS 210
Figura 165



OCUPAÇÕES PITORESCAS

SQN 415
Figura 166



OCUPAÇÕES PITORESCAS

Fontes: Lua Bittncourt. Google Earth.

5.2.6.1 Estudo de Caso:

SQS 210 e SQN 415

Identificado como “**Tipologia 6**”, esse estudo de caso se refere ao uso do espaço público por ocupações no entorno imediato ao bloco, criando cenários, por vezes, pitorescos se pensarmos em Brasília como referência do modernismo.

A Tipologia 6 ocorre em 2% das superquadras da Asa Norte e 3% das superquadras da Asa Sul. Sua incidência ocorre em igual proporção – 6% na Asa norte, comparecendo apenas na faixa de superquadra 400 e na Asa Sul, comparecendo nas faixas de superquadra 200 e 300.

1º Recorte: identificação do uso a partir do princípio metodológico do “tipo ideal”

“A superquadra de Lúcio Costa em relação à identificação de uma realidade”

Trata-se de uso do espaço com cenários pitorescos. Sua ocorrência parece contribuir para a garantia da identidade do bloco. Em relação à concepção da superquadra, cenários como esses podem, em alguns casos, chegar a dificultar a prática de um dos princípios pensados por Lúcio Costa (1995), o direito de ir e vir. Essa questão foi percebida apenas na Asa Sul, onde o livre fluxo é dificultado pela colocação de correntes de proteção aos cenários. Na Asa Norte, a disposição do cenário não impede a circulação, o que pode ser bem ilustrado em blocos da SQN 415.

A ocorrência desses cenários não impede o uso de outros espaços para convivência, existentes na superquadra, quando esses existem.

Em relação ao “tipo ideal”, tipificado como guia dessa pesquisa, a essência da concepção da superquadra não se abala com esse uso. Essa certeza nos vem a mente, principalmente quando refletimos sobre duas passagens:

Na primeira, nos deparamos com a Portaria nº 314, de 08 de outubro de 1992 – IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), onde descreve assim a área residencial: “A escala residencial, proporcionando uma nova maneira de viver, própria de Brasília [...]”.

Na segunda, o sentimento de Lúcio Costa, expresso ao se deparar com a realidade da rodoviária em 1987: “Só o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que foi concebido para

eles. Foi uma bastilha. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser [...]” (COSTA, 1991).

Com a reflexão sobre essas duas passagens, perceberemos que cenários como esses encontrados nessa tipologia, não comprometem o conceito da superquadra; aqui não cabe o julgamento da questão estética, de um gosto pessoal, por vezes, duvidoso, o que conta aqui é o fato de sua ocorrência ir ou não contra os princípios pensados para a superquadra.

Acredita-se que ao mencionar isto, “Brasília tem raízes brasileiras” (COSTA, 1991), Lúcio Costa abre uma discussão para uma avaliação mais sensível acerca de algumas intervenções. E, no caso específico dessa tipologia, não há como negar, não há como não perceber nesses cenários a força de uma identidade cultural, como melhor compreenderemos a seguir.

2º Recorte: o uso a partir da teoria da “descrição densa”

A compreensão, o encontro com o sentido da realidade identificada.

“Em Brasília, não têm ruas como nas outras cidades, as pessoas aqui só andam sobre quatro rodas. Aqui na quadra os aposentados descem e conversam com as pessoas, o que aumenta a convivência e proporciona esse clima interiorano”. (Osmar Gomes, Prefeito da SQS 210 – 2011).

Com esse pensamento, abre-se o processo de observação dessa tipologia, com o tom que o espaço oferece, “**certo ar interiorano**”, essa foi a visão ao se deparar com os cenários pitorescos dessa tipologia. Pracinhas de cidades do interior, não há como não parar e desfrutar desses cenários.

A observação deu-se em vários momentos, e foi necessário voltar algumas vezes e conviver com esse espaço, fazendo parte dele. Nesse sentido, desnudou-se das vestes, por vezes formais, de um planejador teórico e se propôs adentrar o cenário, fazer parte dele, lembrando sempre do que Lúcio Costa (1991) mencionou: [...] “Só o Brasil ...E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. [...] Eles tomaram conta daquilo que foi concebido para eles.[...] Brasília tem raízes brasileiras, reais [...]”.

Com esse pensamento, às 6h de uma manhã de quarta-feira, chegou-se à SQS 210 e sentando-se em um dos banquinhos do bloco, um banquinho de concreto com apliques de flores, emoldurando a frase “Senhor, abençoei o condomínio da SQS 210 bloco H”, o espaço foi observado, percebido e sentido. O cenário ali estava sendo observado e ao mesmo tempo “observando”.

“A imagem da cidade”, de autoria de Kevin Lynch (1997), esse foi o livro escolhido como companhia nesse processo de observação, que se deu em meio à leitura, um ato de camuflar a presença no cenário, de evitar ser considerado um invasor, um estranho no espaço, pois em primeiro momento a intenção era a não identificação como observador, pois essa identificação poderia interferir na real percepção do cenário.

Apesar das tentativas, o encontro com os atores desse cenário foi inevitável. Pouco tempo depois do início do processo, por volta das 7h o primeiro encontro, uma senhora que voltava de sua caminhada chegou e iniciou uma conversa, afinal o fato de alguém estar naquele lugar, lendo um livro, sentado em um banco de praça é algo que causa estranhamento.

Esses encontros ocorreram ao longo do dia, o que nos fez “**se senti um personagem do programa de TV – a praça é nossa**”, onde aos poucos, com o desenrolar do tempo, pessoas foram chegando e sentando no banco da praça, assim, de forma natural, o encontro aconteceu, ou melhor, encontros aconteceram, com suas diversidades de olhares em relação ao espaço, uns valorizando o cenário ali existente (a maioria), emitindo sobre este um significado, outros, no entanto, emitindo críticas, demonstrando indiferença com aquele cenário (minorias significativas).

Em seu livro, “A Poética do Espaço” (1974) Bachelard, através da filosofia, explica que de uma ou de outra forma o mundo aí está, em sua materialidade física e imediata. Aponta que em sua significação semiótica, esse mundo pode significar tudo e também pode não significar nada. Essa relação com o mundo depende, para Bachelard (1974), do eu inteligente que a ele se aplica para decifrá-lo. Certamente, há pessoas que ao se depararem com esse mundo podem descobrir o seu sentido, para outras, esse mundo não significa nada.

E, continuando, o filósofo explica que o homem conhece a resistência do solo que pisa por meio de sua experiência cotidiana e conhecendo, sente a fluidez do ar que respira num determinado ambiente. Assim, percebe os muros da casa que habita e, como ser inteligente, escolhe e frequenta espaços para se divertir, para morar. Por ser sensível e perspicaz, viaja pelos espaços, busca os espaços, conquista os espaços. O espaço é como uma vertente de seu movimento. E, assim, cresce nele o desejo e a volúpia de ter e de possuir espaços. (BACHELARD, 1974)

E o porquê de Bachelard (1974) ser aqui citado, porque se acredita que não é possível a observação de um espaço dessa natureza sem sensibilidade, sem intimidade e por que não, poeticidade.

Seguindo com a observação do espaço, em meio à visão de “garças”, “cascatas”, “bancos decorados” percebeu-se a intensidade e o carinho com que o espaço é acariciado

pelos moradores, não apenas do bloco, como poderia ser, mas da superquadra. Ao falar com o prefeito sobre o real motivo, teve-se como resposta: “A quadra 210 sul tem mesmo um clima de interior. É uma cidade do interior onde a gente convive e faz amigos”.

Foi essa a sensação ao longo do dia. Se recortássemos aquele lugar, de forma a não enxergar nenhum outro e tentássemos sua análise sem a interferência do restante da cidade, certamente conseguiríamos verdadeiramente enxergar o seu valor, assim como é, assim como foi concebido pela comunidade local, num ato de lembrar algo, quem sabe, de suas origens culturais. Assim, apelando para o serviço da imaginação, cria novas formas, possibilitando outros cenários para a ocorrência da vida.

Um dos questionamentos de alguns atores que passaram pelo banco da praça foi o fato do espaço ser cercado, mas ao mesmo tempo em que critica, defende essa necessidade em função da manutenção da área, e alega que é melhor essa corrente a se colocar uma cerca viva que impede a visibilidade e por vezes, gera insegurança na área.

Essa mesma percepção ocorreu em relação ao cenário existente na SQN 415, onde de acordo com o prefeito, a adoção desses cenários na superquadra surgiu ainda quando ele era síndico de um dos blocos; foi assim que os blocos começaram a ser “decorados” como são chamadas essas intervenções; uma decoração que surgiu para criar uma identidade e, assim, diferenciar-se das outras quadras.

De acordo com o prefeito, começou no intuito de disfarçar as calçadas dos blocos e foi fluindo, as pessoas foram gostando e outros blocos foram fazendo o mesmo, relata Sr. Euler Garcia, Prefeito da SQN 415. “A 415 Norte é uma quadra com ar do interior” (Euler Garcia – Prefeito – SQN 415).

Na SQN 415, a intervenção com cenários ocorre em aproximadamente três blocos, em dois, ocorre na área frontal, demarcando uma espécie de jardim, que recebe quem chega ao bloco. Essa localização favorece o uso por outras pessoas da superquadra e não apenas de moradores do bloco, pois o cenário é aberto, passando a ideia de que ali está para ser compartilhado com todos.

No terceiro bloco, ocorre na lateral, em uma área cercada. O cenário conta em sua composição com fonte, banquinhos e canteiros. O fato de sua localização ser na lateral do bloco e ainda cercada faz com que o espaço seja vivenciado com mais intensidade por moradores do próprio bloco, passando um ar de privatização, situação já externada na Tipologia 3, explorada anteriormente.

Na SQN 415, o uso dos espaços não é muito intenso durante o dia, o uso nesse período ocorre com maior intensidade no final de semana, onde alguns pais saem com seus

filhos para passear pela superquadra, e alguns param para ler jornal e até mesmo passear com seus animais de estimação.

Ao longo da semana, o uso se intensifica no período da noite, de acordo com alguns moradores, principalmente em períodos de muito calor, em que o banquinho da praça é um convite, e as pessoas ficam por ali, observando a vida passar e se beneficiando do ar fresco da noite.

Outra questão percebida através de observações e verificação com moradores locais é que o uso dessas áreas instaladas no próprio bloco favorece a segurança local, pois em geral as áreas são iluminadas e assim, é possível a visão do conjunto por quem passa ou por quem usufrui do espaço.

Assim, os espaços foram observados, foi desse modo que o ar pitoresco dessas duas superquadras foi sentido e o bucólico percebido em sua plenitude, fazendo jus à escala pretendida por Lúcio Costa para as superquadras.

E, se bisbilhotarmos os dicionários existentes em busca da real definição para bucólico, nos depararemos com definições que em geral remetem à vida campestre, simples, sossegada. É essa a imagem que temos ao adentrar esses espaços e desfrutar desses cenários, surgidos pela ação da própria comunidade.

Assim, o cenário ganhou força, e independentemente de gostarmos ou não, é preciso reconhecer que esse cenário é valorizado e legitimado pela comunidade. Para determinado grupo, ele significa algo. É assim que esse espaço é percebido, é assim que de alguma forma é acariciado pela comunidade, pelas pessoas que dele fazem uso e que no sentido amplo da palavra, o eleva à categoria de lugar.

Entendendo assim a legitimidade do espaço, conseguiremos melhor entender a presença de tantos elementos como os mosaicos em retalhos cerâmicos que formam tapetes e demarcam o recanto para a inserção de bancos; as esculturas de garça e cavalo-marinho espalhadas pelos canteiros; fontes com querubins e outros elementos que juntos contribuem para intensificar a força desses cenários e como se percebeu, garantiu a identidade dos blocos dessas superquadras.

Certa vez em uma aula sobre habitação popular, com a Profa. Zilda Maria (FAU-UnB), ainda no período da Graduação, uma história foi contada sobre a busca por identidade num conjunto habitacional do antigo BNH. Conta a Profa. que certa vez, uma senhora foi visitar sua família que residia em uma dessas casas, sem saber como chegar, telefonou para sua família, solicitando um ponto de referência, pois todas as casas eram iguais. Uma das pessoas que residia na casa informou: “é fácil chegar, todas as casas são brancas, mas a nossa

casa é a única que possui um papagaio na janela”. Nesse sentido, o papagaio era o diferencial, era sua presença que garantia a identidade daquela casa, que a diferenciava das outras.

Assim, o jardim do bloco na superquadra, possui a mesma essência do “papagaio”, é ele que garante sua identidade, que o faz único em relação a superquadra e que a destaca no conjunto de intervenções percebidas no Plano Piloto de Brasília.

5.2.6.2 Conclusões parciais:

Diagnóstico da Tipologia

Como explanado no primeiro recorte dessa análise, seguindo a interpretação de Lúcio Costa (1991) através do Relatório do Plano Piloto, publicado em 1991 e da Portaria nº 314 do IPHAN (1992), não existe nada que impeça as intervenções pitorescas dessa tipologia, com exceção dos cercamentos instalados em dois dos blocos, um na SQS 210 e outro na SQN 415, pois impedem a livre circulação e a democratização do espaço.

Nos dois casos observados, a intervenção dos cenários surgiu com a intenção de criar atrativo a quem passa, possibilitando um uso mais intenso das calçadas, quebrando a sensação de monotonia e conseqüentemente, garantindo sua identidade no conjunto da superquadra e dessa no conjunto da cidade.

Essa mistura nos apresenta maior liberdade de atuação de determinado grupo da comunidade, confirmando o que se suspeitou no início dessa pesquisa, que em geral na superquadra o homem se sente mais livre para intervir, o que se percebe com algumas das intervenções descobertas ao longo da pesquisa, como a aqui tratada nessa tipologia.

É como jardim do bloco que essas áreas em geral são identificadas e como tal, passam a sensação de posse para quem habita o bloco, assim, como “donos”, os moradores se sentem no direito de lançar elementos de composição, por vezes, pitorescos, como é o caso de fontes com querubins, cascatas com pedras ornamentais e outros elementos que expressam a forma de identificação dessas pessoas com o espaço público.

É interessante observar que, em geral, a maioria das pessoas encontradas ao longo dessa pesquisa incentiva a humanização do espaço, principalmente porque essas intervenções quebram a rigidez de espaço, comum em cidades modernas e planejadas, como é o caso de Brasília.

Parece que esse ar interiorano aproxima as pessoas, passa a sensação de que naquele lugar moram pessoas nas quais a simplicidade e a descontração prevalecem, uma sensação que muito difere dos jardins dos blocos de superquadras como a SQN 311, que em geral

funcionam como moldura do bloco e afastam os moradores da quadra, pois se sentem inibidos. Em espaços como esses, não parece que os cenários foram criados pela comunidade, parece que uma empresa de paisagismo foi contratada para criar um cenário condizente com o padrão do bloco, por vezes impessoais e extremamente formais. Parece-nos cenários para serem contemplados e não desfrutados.

Já na SQN 415 e SQS 210 é notável a presença da interferência direta da comunidade, ou seja, é perceptível a mão do morador, o que faz com que os espaços sejam assumidos por todos.

Essa questão faz lembrar uma situação vivida pelo GDF com o projeto “Picasso não pichava”. Esse projeto visava à pintura de paradas de ônibus e outros locais que comumente eram pichados pela comunidade; é impressionante, mas parece existir um código entre essas pessoas, pois boa parte dessas áreas deixou de ser pichada a partir do momento em que grafiteiros deixaram lá sua marca, criando belas composições, inclusive algumas, percebidas nas superquadras com a pintura das centrais de energia.

É a sensação que se tem com os espaços dessa tipologia, em geral são bem cuidados, não são depredados pela comunidade, existe respeito ao espaço, o que nos faz perceber que, assim como no caso anterior das paradas de ônibus, aqui também existe um código, respeitado e legitimado pela comunidade, talvez seja a mistura de todos esses elementos que garanta ao espaço a sensação interiorana tão comentada pelos prefeitos de quadra e por alguns moradores encontrados ao longo da pesquisa de campo.

Pensa-se que essa diversidade, essa vitalidade, essa presença do homem no lugar seja a que prega Jacobs (2000) ao tratar sobre a força que surge com o uso do espaço público, que retrata bem com as experiências por ela vivenciadas quando de sua visita à comunidade de North End, distrito de Boston – “a atmosfera de alegria, companheirismo e bem estar eram contagiantes” (JACOBS, 2000, p. 8).

Em uma conversa com um renomado planejador, Jacobs (2000, p. 9-10) descreve que seu olhar era outro em relação ao lugar, “ora, é a pior zona de cortiços da cidade! [...] “É terrível admitir que temos coisa assim em Boston”, disse o planejador.

Para ele, o espaço era considerado um cortiço, a possibilidade de o espaço ter fugido do controle de planejamento pensado o assustava, mas ao ser questionado por Jacobs (2000, p. 9), demonstrou que conseguia perceber ao mesmo tempo a beleza do lugar “Eu sei o que você quer dizer”, disse ele. “Costumo vir até aqui só pra andar pelas ruas e sentir esse clima maravilhoso [...]” (JACOBS, 2000, p. 9).

Talvez seja essa a sensação ao se entrar em espaços como esses tratados nessa tipologia. De início, pode causar estranhamento, se pensarmos na cidade como símbolo do modernismo, mas por outro, pode nos causar conforto, tranquilidade, paz. Isso faz lembrar a observação de uma moradora da SQN 415, ao mencionar que quando senta no banquinho do bloco uma viagem acontece, a sensação que o espaço lhe passa cura um pouco da saudade da praça que tinha em frente a sua casa no nordeste do país.

Ao pensar em Jacobs (2000), vem a certeza de que espaços como esses podem não se adequar aos princípios do modernismo, mas sua força, sua singularidade faz dele um lugar legítimo para a comunidade que com ele exercita a convivência.

SQS 210

Figura 167



Figura 168



Figura 169



Figura 170



Figura 171



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

SQN 415

Figura 172



Figura 173



Figura 174



Figura 175



Figura 176



Figura 177



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

CAPÍTULO 6

A IMATERIALIDADE DE UM PATRIMÔNIO EM CONSTRUÇÃO

Todos os afetos estão na cidade. Ódios, paixões, vergonhas, compaixões, ressentimentos, desejos. Quanto mais a cidade puder absorver esses afetos, mas densamente humana ela vai-se tornando. E quanto mais complexos forem esses afetos e tanto mais variadas as redes de relações humanas e sociais, tanto maior a elaboração será necessária para a decodificação de seu sistema de valores e à sua representação. Assim, felizes ou infelizes, pouco importa dividi-las nessas duas categorias, o que conta mesmo é se as cidades conseguem dar forma aos desejos ou se certos desejos conseguem cancelá-la.

(PECHMAN, p. 351, 2009)

6.1 Patrimônio, cultura e identidade

A Construção de uma cidade: memórias de um patrimônio – o surgimento

Habemos. Brasileiros forjados na arquitetura moderna, no encontro mais-que-perfeito do céu com o chapadão, nas tesourinhas estonteantes, no Eixão perigoso e imponente, no Eixo Monumental solene, nas superquadras humanas e verdes, no oceano de grama. Silenciosamente, sem aviso prévio, sem que a terra roncasse ou o trovão trovejasse, o brasileiro ocupou Brasília, tomou conta dela, numa espécie de passeata invisível, monumental, vigorosa. Esta cidade tem dono. [...] dela está brotando a alma brasileira. (FREITAS, 2009, p.74)

Patrimônio, cultura e identidade, pontos de um triângulo perfeito, que remete ao conceito de tradição, memória. De início, ao se pensar no verdadeiro sentido de patrimônio, vem à mente a imagem de domínio, de posse de um determinado bem; pensa-se em coisas que é construída e acumulada no decorrer da vida.

Ao consultar o dicionário Aurélio, percebe-se que a classificação de patrimônio está relacionada à herança paterna, bens de família, um bem que tem valor, seja esse sentimental ou até mesmo financeiro, mas de uma ou de outra forma as pessoas têm uma relação com esse bem. Em âmbito familiar, essa responsabilidade aumenta, pois elas passam a dividir com a família a atenção com esse bem.

Repassando-se esse conceito para a algo maior, como uma cidade ou país ou até mesmo a humanidade, percebe-se que esse bem tem significado, interesse para a coletividade, ou seja, para um grupo de pessoas, o que aumenta ainda mais a responsabilidade e também a dificuldade. Ao cuidar de um bem em família, já pressupõe esforços. Se esse universo aumenta como no caso de uma cidade, é necessário conviver com visões diferenciadas, com novos conceitos, com novas formas de perceber, com uma diversidade de memórias, de considerar e até de se identificar com esse bem, com esse patrimônio.

Para entender verdadeiramente a essência da preservação, é preciso antes conceituar cultura, patrimônio, identidade e memória.

Há alguns anos, perambulando pelas ruas da cidade de João Pessoa, deparou-se com um sebo; ao entrar e bisbilhotar, encontrou-se um livro que chamou muito a atenção, “Produzindo o Passado – Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural”, organizado por Antonio Augusto Arantes (1984); um livro de leitura simples, mas consistente, muito chamou a atenção um de seus textos que trata do tema abordado, Cultura, Patrimônio, Preservação.

Logo, no início, o autor trabalha o tema de preservação fazendo menção a Walter Benjamin, importante filósofo e crítico literário, que acredita em uma história dinâmica. O texto chama-se “Infância berlinense por volta de 1900”. Nesse texto, Benjamin discorre com

muita sabedoria e traz inúmeras contribuições ao entendimento da filosofia contemporânea e sobre o fenômeno da grande cidade, a metrópole moderna.

Ocorreu grande identificação com o texto, principalmente por estimular o estudo da cidade sob a ótica do cidadão e, assim, compreender a cidade a partir da cultura do lugar e, conseqüentemente, a cultura a partir da percepção do cotidiano e de seus significados.

Considera-se de extrema importância o texto de Benjamin para a conceituação de cultura, patrimônio e preservação. Por sua importância, descreve-se, quase que na íntegra, o trecho que melhor ajuda a entender esse conceito.

Inicialmente o autor fixa um retrato da situação de Berlim, no término da precária República de Weimar, em 1933. Nessa época os nazistas conquistaram o poder e ele, judeu e adversário do regime, vê-se obrigado a se exilar de sua cidade natal, provavelmente sem possibilidade de retorno e se esse retorno ocorresse certamente a visão seria outra, a cidade não mais seria a mesma. “Nessa situação, a infância berlinense é uma tentativa de preservar, através do registro escrito, a memória do que era essa cidade, antes que fosse destruída” (ARANTES, 1984, p.12).

É importante destacar que Benjamin dedica o livro ao seu filho Stefan, o que acaba por significar a transmissão de patrimônio de pai para filho, um gesto que se define como continuidade de uma geração.

A ligação estabelecida pelo autor é dupla: por um lado, ele, naquela altura um homem já maduro, com 40 anos, mergulha na memória de sua infância, reencontrando ali o mundo cultural de seus pais, os valores que eles lhe ensinaram; por outro lado, essa volta no tempo recupera, em certo sentido, a maneira de ver da criança, seu modo de olhar e de sentir, os seus valores. (ARANTES, 1984, p.12-13)

De acordo com Benjamin, o autor da preservação “é sujeito histórico”, um indivíduo exposto e vulnerável, mas também capaz de agir. “Preservar pressupõe um projeto de construção do presente”, nesse sentido, com Proust Benjamin aprendeu a valorizar e a melhor compreender a memória, não apenas como resgate de determinado passado, mas como dinâmica relação entre o passado e o presente, assim é necessário diferenciar a memória que é voluntária da involuntária.

A memória voluntária trata-se da memória que recorda voluntariamente, aquela que evoca de acordo com a vontade do ser humano, aquela adquirida pela repetição de um mesmo esforço, como dirigir um carro, fazer uso do computador, conformando-se em uma lembrança – hábito, adquirida e/ou conquistada, que depende de nossa vontade; enquanto a involuntária é

aquela que nos aparece na mente, quando menos esperamos ou queremos, como resultado de uma emoção, de uma sensação.

Nesse sentido, Benjamin ainda arrisca uma terceira possibilidade de memória, como uma extensão da memória involuntária, trata-se da memória afetiva, pois é exatamente ela que sustenta a preservação da identidade de um indivíduo ou de um determinado grupo. É essa memória que embasou esta pesquisa e boa parte das descobertas que dela surgiram.

Em seu artigo “Marcel Proust e o Trinfo da Memória”, Flávio Pereira Camargo (2009) descreve que com Proust surge o grande monumento literário do século XX para a memória cultural, sua trajetória marca um período de descobertas em que o mundo não se ordena somente em torno de nós, o mundo está em nós, somos nós mesmos.

Para Camargo (2009) a obra “*À la recherche du temps perdu*”, ou seja, “Em busca do tempo perdido”, obra romanesca escrita entre 1908/1909 e 1922, publicada entre 1913 e 1927 em sete volumes, sendo os três últimos após sua morte, marca a história de uma época e de uma consciência, marcada pela observação e introspecção.

De acordo com Camargo:

A passagem do narrador da terceira para a primeira pessoa coincide com o desejo de fundar o romance sobre uma experiência íntima. O narrador de *A la recherche* empreende uma constituição do passado, uma vez que o presente indeterminado onde ele está situado é como o termo absoluto de sua existência. Não há futuro para ele. A ambição do narrador é recuperar a totalidade de sua experiência vivida. E o modo que o narrador encontra para recuperar tais experiências é por meio da arte, capaz de decifrar a significação das aparências. (CAMARGO, 2009, página)

No romance de Proust, Marcel, personagem – narrador irá voltar a Combray, na região da baixa Normandia e conseqüentemente a sua infância feliz nessa comuna francesa, simbolizando o microcosmo, o “abrigo fechado e seguro para o qual o herói deseja voltar”.

É mediante a memória que ocorre esse resgate, mais precisamente, por meio da memória involuntária que Marcel resgata o seu mundo, rememora não apenas o tempo perdido, mas a lembrança dos espaços onde esses eventos ocorreram, espaços internos como a casa, o quarto e externos, como o jardim, a praça, as ruas e as estradas.

Nesse contexto, percebe-se a existência de uma relação bastante próxima entre tempo e espaço na literatura de Proust, em que a lembrança do indivíduo se apresenta na verdade como ponto de vista sobre a memória coletiva, fragmento de um passado.

Para Benjamin (1994, p. 450), Proust vislumbra um tempo como resultado do envelhecimento (externo) e da reminiscência (interno), nos mostrando que diante de uma

sociedade moderna em que “o eu se apresenta esfacelado, fragmentado e envelhecido pela ação do externo, é no edifício imenso da recordação, no reino das correspondências, da memória involuntária que o narrador irá buscar o seu rejuvenescimento para enfrentar o envelhecimento” (ARANTES, 1984, p. 12-13).

Com Proust, Benjamin aprende a diferenciar memória voluntária e involuntária.

A memória voluntária, a memória da inteligência é incapaz de ressuscitar as lembranças mais profundas do palácio da memória do narrador, que só podem ser trazidas à tona por meio das sensações, das correspondências de uma sensação presente análoga à outra passada, fazendo reviver as imagens de outrora, as lembranças desagregadas pelo tempo, responsável pelo envelhecimento exterior do ser. É através da sensação do paladar de um pedaço de *madelaine*, embebida em uma xícara de chá, que propicia uma alegria indizível, que permite a Marcel resgatar uma imagem interior rejuvenescedora: a lembrança visual ligada ao sabor desse biscoito, quando ia, pela manhã, aos domingos, ao quarto de tia Léonie, dar-lhe um beijo antes de sair para a missa.⁵⁷

Ao refletir sobre memória, lembranças, esquecimento, tempo, espaços, lugar, surgem as motivações para a recuperação, para o encontro com o passado.

A cidade não é um lugar. É a moldura de uma vida. A moldura à procura de um retrato, é isso que vejo quando revisito o meu lugar de nascimento. Não são ruas, não são casas. O que revejo é um tempo. Um dialeto chamado memória, numa nação chamada infância. (COUTO, 2005, p. 17)

O passado que a memória redime não é um passado nostálgico, mas os germes de outros futuros possíveis. Assim, o conteúdo dialético da memória é uma forma de recuperar o passado para contrapor o monopólio da história como continuidade, cujos conteúdos e significados preexistem aos sujeitos e suas experiências e suprimem a sua ação (SINOTI, 2005).

É importante a percepção e o entendimento da memória como algo que transcende a individualidade, como fenômeno de natureza social, que passa a existir em consequência dos signos e dos significados construídos pela experiência coletiva de indivíduos; assim, nossas lembranças deixam de ser apenas lembranças, e passam a representar e constituir referência de uma história vivida, que se fortalece ao passo que é compartilhada, que é construída e materializada a partir das experiências de diferentes indivíduos e grupos.

Para Guareschi e Jovchelovitch (1994), as representações sociais legitimam as crenças, ideologias, saberes populares e ao conhecido senso comum e nos impõe uma melhor

⁵⁷ Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero41/proustme.html>>. Acesso em: 20 maio 2011.

percepção do dualismo mundo individual/mundo coletivo e nos proporciona um olhar mais preciso sobre a interação sujeito/objeto. Nesse sentido:

Ou ficávamos no indivíduo fechado no âmbito de um EU (ressalva do autor) abstraído do mundo que o constituiu, ou travávamos a sociedade e a história como abstração. Uma sociedade sem sujeitos ou sujeitos sem uma história social são parte de problemas que todos nós conhecemos bem e recuperar essa conexão é uma das tarefas cruciais (da teoria das representações sociais). (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1994, p. 64)

Assim, na medida em que as representações sociais são construídas a partir da interação de um indivíduo com o outro e com o espaço, tem-se a legitimidade de determinado espaço público.

Ainda, Guareschi e Jovichelovitch (1994, p. 65): “Enquanto fenômenos psicossociais, (as representações sociais) estão, necessariamente, radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para uma diversidade de um mundo com os outros”.

A partir das reflexões sobre o papel da memória no contexto da preservação da identidade, pode-se, com mais segurança, trabalhar diretamente o conceito de patrimônio, cultura de forma mais intensa.

Se pensarmos em patrimônio, cultura e identidade, passamos a unir três elementos de força. Com isso, ao transferir esse conceito para determinado bem, ao conhecimento de um povo e ao sentido que esse bem e que esse conhecimento significa, atribui-se valor à preservação, pois assim como nos interessamos em preservar nossas origens familiares é importante preservar as origens do povo com quem convive-se em determinada época.

O porquê de ter começado com esse conceito está relacionado com a necessidade de sempre esclarecer o que de fato queremos, seja em âmbito familiar ou na coletividade de uma cidade. De percebermos o nosso papel como indivíduo, parte de um grupo, enquanto participante de determinado lugar.

Nesse sentido, a compreensão do patrimônio está ligada à prática de experiências sociais, que se expressam em múltiplos contextos temporais e culturais, experiências de homens e mulheres, sujeitos desse patrimônio que tem como suporte memórias, fazeres e saberes.

De acordo com Eco (S.d.), “aparentemente, objetos de arquitetura não comunicariam, apenas funcionariam”. Porém, partindo da perspectiva semiológica, pressupõe-se que as variáveis do sistema de signos podem ser aplicadas ao código arquitetônico: significantes

(observáveis e descritíveis – o objeto material, a arquitetura em si) e significados (leitura dos significantes – o valor simbólico dessa arquitetura).

Um bem constitui patrimônio cultural de uma comunidade quando o seu significante reflete um ou múltiplos significados para essas pessoas, constituindo conseqüentemente um signo. Tem-se considerado que a imaterialidade do patrimônio, um dos itens a ser objeto de proteção, nunca está desvinculada de um bem material. Parte-se do princípio de que, para um bem material ser considerado patrimônio cultural, não há necessidade de que ele seja belo (artístico) ou antigo (histórico), basta que ele constitua um signo. Caso contrário, estar-se-ia desconsiderando múltiplos sujeitos e o papel do patrimônio na consolidação do exercício da cidadania.

Nesse sentido, o espaço urbano constitui signo quando os aspectos morfológicos de suas esferas públicas e privadas são associados a conteúdos simbólicos pelos moradores. Existem espaços que não constituem qualquer referência para um grupo social. No entanto, quando constituem, esses conteúdos refletem as expectativas do usuário, e, por vezes, os comportamentos possíveis de se realizar nesses espaços (PINTO, 1998). Partindo dessa ótica, é importante destacar a força de nossa herança cultural, desenvolvida por meio de inúmeras gerações, que funciona como lentes pelas quais o homem vê e interpreta o mundo (LARAIA, 1986).

Os antigos fazedores de mosaicos sabiam que entre as peças não deveria haver encaixe perfeito, e, sim, espaço bem estreito. Com isso, a figura inteira ficava traduzida para uma linguagem especial, com tons de magia, e cada peça destacava-se ao mesmo tempo em que formava o todo.

Construída sobre as influências de muitas culturas, com a força de tantas outras, a cultura brasileira possui a riqueza das fusões e das misturas.

E Brasília não poderia ser diferente. Quando Costa descreve que “a cidade que saiu de sua cabeça não mais o pertence, pertence ao Brasil”, deixa evidenciado que, a partir de sua concepção, caberia aos brasileiros atribuir cores e vida, transformando o árido cerrado em cidade. E como percebemos através das ocupações descritas nas tipologias, isso ocorreu; a Brasília de hoje é um pouco de tudo isso, de toda essa mistura que se pode chamar de Brasil, e, como tal, possui a magia dos verdadeiros mosaicos, cujas peças encontram-se presente a força da cultura e as cores do nosso país; mosaicos que se formam a partir do encontro de vários sotaques, de vários gestos, de vários sabores, de várias culturas; mosaico formado a partir da junção da história desses brasileiros, candangos que pouco a pouco vêm se transformando em brasilienses.

Nesse contexto, a cidade deixa de ser vista apenas sob a ótica de museu e passa a ser percebida como cidade, lugar de morada, de vivência e de convivência.

Em seu texto “Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação”, Mário Chagas (S.d.) descreve que, a partir da década de 1970, o conceito clássico de museu foi confrontado com novos conceitos que ampliavam e problematizavam as noções tradicionais e operavam com as categorias de território (socialmente praticado), patrimônio (socialmente construído) e comunidade (construída por laços de pertencimento).

Em Brasília, essas três categorias devem ser consideradas, resguardando suas especialidades, em especial no Plano Piloto, onde os seus habitantes foram chegando e se alocando em meio ao processo de construção da cidade, assim, a comunidade, uma das categorias descritas por Chagas, só pôde se constituir e construir seus laços de pertencimento à medida que se enraizavam, fincando suas origens no solo novo, forjando vínculos afetivos novos com a nova área de habitação, trabalho, lazer e sociabilidade (PINTO et al., 2009).

A terceira categoria descrita por Chagas é, em parte, pouco percebida em Brasília, em que se evidencia certa dificuldade de seus habitantes em se compreender integrado a um ambiente patrimonializado, o que o distancia da percepção imanente de que vive em uma cidade que é uma espécie de museu.

Essa falta de compreensão faz com que desconheçam o patrimônio socialmente construído que compartilham e do qual deveriam se orgulhar e ajudar a preservar.

É preciso considerar que, museu, memória e patrimônio configuram campos independentes, ainda que articulados entre si; Brasília se constitui como objeto e campo interessantes para a observação de como se articulam a vivência, a valoração e a preservação do patrimônio dessa cidade museu e de como elas se manifestam na memória dos seus cidadãos, em suas dimensões individual e coletiva.

Ainda segundo Chagas, museu e patrimônio podem ser considerados

dispositivos narrativos, servem para contar histórias, para fazer a mediação entre diferentes tempos, pessoas e grupos. É nesse sentido que se pode dizer que eles são pontes, janelas ou portas poéticas, que servem para comunicar e, portanto, para nos humanizar.” Investigar o cotidiano na cidade museu a partir da reconstrução, reelaboração e reencenação performática das histórias e vivências de seus personagens cidadãos, e ainda dos visitantes, enriquece a possibilidade de compreendê-la no campo da educação patrimonial. (CHAGAS, [S.d.], p. 1)

No artigo Sociedade e educação patrimonial, resultado do 1º Encontro Nacional de Educação patrimonial, realizado pelo IPHAN, a arquiteta e técnica do IPHAN, Ana Carmen

Jara Casco, observa que a Educação patrimonial é “aquela constituída por interesses afetivos e amorosos que são por sua vez transformadores.” Tais ações educativas são reflexos de uma disposição da sociedade em compartilhar, de maneira responsável, as ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, seja ele de pedra e cal, imaterial, ou seja, intangível, da memória individual e coletiva desta sociedade. Assim, pode-se considerar que educação e cultura se complementam.

De acordo com Casco,

o bom processo educativo é aquele que ensina a pensar e não repetir valores do educador. É aquele que transmite os valores culturais “da moda” e os tradicionais; que constrói com segurança e bom fundamento a ponte necessária entre o passado e o futuro; que relativiza o tempo e intensifica a responsabilidade do papel de cada um perante sua cultura e a dos outros. A boa educação tempera o sujeito tornando-o apto a ser crítico em relação a propostas educativas que contribuam para a submissão e sujeição do educador e da sociedade a qual pertence. (CASCO, [S.d.], p. 1).

É certamente esse tempero que contribuirá para a formação de uma sociedade que se sensibiliza com os saberes e as tradições do passado, que precisam e devem ser “reinventadas ou transmitidas”.

Em Brasília, não se percebe a adoção de uma prática que discuta com os moradores a dinâmica que envolve as questões patrimoniais. É evidente que, em sua maioria, os habitantes dessa capital têm conhecimento de que a cidade é reconhecida pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade, mas é certo também que poucos conseguem de fato entender o que isso significa e quais os efeitos dessa preservação em seu cotidiano.

Agora, uma pausa, propondo-se uma reflexão para o resgate de algumas das críticas sobre Brasília e sobre os princípios de uma cidade moderna, no intuito de extrair conclusões e tentar-se analisar, sem preconceitos, o que a cidade se tornou.

Crítica 1: Bruno Zevi – a escala pensada para a cidade de Brasília acaba por distanciar a vida real de cada homem, de cada morador.

Crítica 2: Clarice Lispector – Brasília é artificial, ainda não se tem o homem de Brasília.

Crítica 3: Marshall Berman – A única saída para a cidade era que o povo se apossasse dela, ocupando com vida seus imensos espaços vazios e sombrios.

Crítica 4: James Holston – A cidade modernista causa a morte da rua e acaba por restringir o domínio privado, consequência de um espaço público infinito.

Crítica 5: Jane Jacobs – os espaços de uma cidade antes de pertencerem ao poder público, pertencem às pessoas. A autora defende que esses espaços devem ser pensados a partir do ponto de vista das relações sociais que nesses surgem e se desenvolvem. Acredita e aposta no indivíduo, em sua capacidade de criar cenários que venham a se transformar em suas cidades e bairros. “A partir dos contatos nas ruas é que pode “florescer a vida pública exuberante na cidade”.

Já com a recordação das críticas, vamos guardá-las em nossa mente e vamos buscar em nossa memória o processo de formação da cidade de Brasília, vamos lembrar que, para sua construção, foi necessário trazer pessoas de várias regiões do país, cada um com sua cultura; vamos lembrar também que ao ficar pronta a cidade passa a receber outras famílias, os vários funcionários públicos, boa parte da cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do país, uma cidade com intensa cultura, com suas praias, com seus locais de encontro, com o cotidiano do carioca; vamos lembrar que a cidade ao longo de seus 51 anos de existência continuou a receber pessoas de várias regiões, pessoas que aqui chegaram constituíram famílias e essas famílias assumem em parte a cultura de seus pais e assim se misturam, convivem com outras culturas, formam outras gerações.

Realmente, Brasília é única, é impar, mas é cidade, e nesse contexto não importa se seu surgimento deve-se a interesses políticos. O importante é perceber que, aos poucos, cada vez mais, ela abre suas asas rumo ao futuro e o homem, aquele que Clarice Lispector um dia falou que faltava nessa cidade tomou forma, tomou posse, fez dela sua casa, seu lugar de morada, de nascer, de permanecer.

Agora, propõe-se um exercício, uma longa e observadora caminhada pela cidade de Brasília, nesse momento atem-se para a área residencial, as superquadras do Plano Piloto. Será que existe vida nesse lugar? Será que o estigma de uma cidade moderna fez com que seus espaços ficassem áridos, sem a presença das pessoas? Será que as pessoas conseguem se encontrar, como será o convívio nesse lugar?

Executou-se essa caminhada, e confessa-se que ocorreu uma surpresa com o que se viu, algo bem diferente de tudo o que se acaba de citar, percebeu-se uma Brasília bem diferente daquela que foi tombada, um patrimônio bem diferente do que foi recebido. Deparou-se com cenários diversos que apresentaram várias cidades, de um lado uma Brasília monumental, essa sim vem se segurando; de outro, a Brasília das invasões dos comércios locais, onde a especulação agride, em que se percebe o individual se sobrepondo ao coletivo, o privado se sobrepondo ao público.

E, também, descobriu-se a Brasília dos brasilienses, aquela que sempre se suspeitou existir, aquela Brasília que começou-se a perceber desde o ano de 1987, quando da chegada à cidade, o encontro descrito no prefácio, “aquela onde as pessoas saíram de seus apartamentos para tomar banho de chuva ao fim da seca, aquela que o Sr. João vende suas frutas e legumes em uma barraquinha”. Deparou-se com múltiplos cenários, que retratam verdadeiramente a concretização de uma cidade, onde se percebe o encontro, a vida, a geração de cultura.

Esses brasilienses, nascidos ou não na cidade, vêm no desenrolar do tempo, criando situações e práticas inovadoras que acabam por imprimir vida a essa escala da cidade, quebrando um pouco a rigidez, o peso advindo do tombamento. Com essas ações cotidianas, modificam o seu “*modus vivendi*”, criam espaços excêntricos, ao mesmo tempo, espaços comuns, corriqueiros em qualquer outra cidade brasileira; parecendo um ato de gritar para a sociedade, de reivindicar a posse de um lugar que vem sendo construído para ser seu e de sua família, assim cravam na terra a suas raízes e dividem com o outro a sua cultura.

É esse “*modus vivendi*” que se deve conhecer, reconhecer, compreender, compartilhar com os outros, com o Distrito Federal, com o Brasil, com a humanidade, afinal a superquadra faz parte de Brasília, pois é nela que mora o seu maior legado, a sua gente, repleta de valores e saberes, é esse patrimônio que se devem ajudar a construir e preservar.

Em sua dissertação de Mestrado “Quem me quer, não me quer: Brasília, MetrÓpole-Patrimônio”, Marta Sinoti (2003) cita que:

Se, por um lado, os moradores desconhecem as convenções jurídicas e administrativas manejadas pela administração pública relativas à preservação do Plano Piloto, por outro, conhecem o objeto do tombamento de perto e de dentro, por meio de suas experiências e memórias forjadas no uso cotidiano do espaço / Assim, constroem um valor para a cidade, como patrimônio, pela apropriação cotidiana que dela fazem, nas múltiplas esferas de reprodução da vida em uma cidade. [...] Esta área é representada ainda, como uma cidade na escala humana: nela é possível a tessitura de relações tradicionais de vizinhança semelhantes àquelas encontradas nas cidades de onde vieram. (SINOTI, 2003, p. 6)

Certamente, com essa citação se faz refletir sobre uma Brasília não mais como vertigem, sonho. O que se percebe é uma cidade, repleta de erros e acertos, onde, aos poucos, os seus habitantes vêm incorporando como lugar de morada como referência de vida.

E as ruas, àquelas intensamente trabalhadas por Jane Jacobs, alvo de suas críticas às cidades modernas, ao considerar a sua “morte”, em boa parte das superquadras do Plano Piloto, é intensa a presença de vida em suas ruas locais, é comum nos deparamos com adolescentes jogando bola, crianças brincando nos parquinhos, brincando até de amarelinha

nas próprias ruas, riscando o desenho no chão, crianças passeando com seus pais e babás, percebemos a vida, o uso tão questionado por Jacobs e Holston.

Percebemos também que, ao contrário de espaços vazios e sombrios, como apontou Marshall Berman, o brasileiro tornou a superquadra um lugar de característica singular, um lugar onde a cultura fala mais alto, onde conseguimos conviver com os mais variados tipos e “tribos” como é comum em Brasília, entretanto destaca-se aqui que infelizmente esse senso de lugar não é generalizado, comparece com mais e menos força em algumas superquadradas, e em algumas praticamente não se percebe, como será destacado mais a frente no Capítulo 3.

Mesmo que o uso dos espaços públicos nas superquadradas não seja em sua totalidade exemplo de vitalidade, percebe-se na maioria algum uso e mesmo que não seja intenso, assim, defende-se que aqui mora o maior de todos os patrimônios, **é na escala residencial que Brasília se faz pertencer aos brasileiros**, é nesse lugar que a cultura se faz brotar e é onde se percebe que as intervenções sofridas ao longo de seus 51 anos ajudaram a criar um lugar com estilo de vida particular, próprio do cotidiano brasileiro.

A fundamentação dessa afirmação, dessa defesa é o alvo desta pesquisa e foi trabalhada no decorrer da explanação sobre as tipologias (Capítulo 3). Entretanto, é preciso ressaltar, que a própria identificação de tipologias com usos diversificados, por si só, já apontam a existência de uma maior liberdade de atuação dos brasileiros nas áreas das superquadradas, o que nos faz perceber que a formalidade geral presente nas outras escalas, principalmente na monumental, foi quebrada na superquadra.

E se neste capítulo é tratado o patrimônio que vem sendo construído, não se pode deixar de citar a questão da importância que as pessoas vêm atribuindo ao longo do tempo a algumas áreas da cidade, notadamente as superquadradas, onde os moradores, como comentado antes, se sentem um pouco “donos”, e assim, se imbuem de uma maior liberdade de intervenção.

Mas, considerando a riqueza do tema aqui abordado, é necessário melhor fundamentar o porquê da construção do pensamento, de que “é na escala residencial que Brasília se faz pertencer aos brasileiros”.

Na atualidade, os artigos que tratam de patrimônio, principalmente no campo imaterial, assinalam sua ligação com as questões de identidade. Com isso, percebe-se que os pensamentos em torno da cidade moderna desperta uma outra forma de enxergá-la, a partir das “formas e dos gestos humanos” (SIMMEL, 1979).

Em um artigo intitulado “o homem urbano”, a Antropóloga Rita Amaral discorre sobre a riqueza das experiências humanas para a afirmação da identidade, de acordo com a pesquisadora:

Esses “fiapos” de liberdade de escolha e de ação constituem, entretanto, aquilo que permite que a impessoalidade, a desintegração etc. de que falam Simmel e outros, não possam ser entendidas como generalidades e sem resposta. Porque os grupos sociais surgidos da divisão social do trabalho e da heterogeneidade cultural tendem a articular suas experiências comuns em torno de certos valores, tradicionais ou não. Assim, se o habitante da cidade se sente solitário diante da **indiferença** (qualquer que seja o conteúdo por ela manifestado) da cidade como um todo, se é ele que determina em que instância e espaços apresentará a sua “identidade”, ele utilizará os vários conjuntos de símbolos em suas interações e opções cotidianas, tecendo, com os “fiapos” de liberdade de escolha, de modo criativo, novas redes sociais, interpretando, reinterpretando, rearticulando e selecionando aqueles que melhor se encaixam em sua visão de mundo. E assim a cidade se torna uma **cidade boa** para se viver. (AMARAL, 1992, p. 36-37)

Com esse pensamento, Amaral compactua com o olhar de Simmel, quando percebe a importância do sentido na construção de um espaço humanizado na cidade, um espaço singular que agrega valores, entendendo o poder da cidade como agente enraizador da pluralidade e heterogeneidade étnica, social e cultural humana, que guarda em si mesma uma dimensão patrimonial intangível (ROCHA; ECKERT, 2007).

Nessa perspectiva, pode-se considerar que algumas das intervenções vivenciadas hoje nas áreas públicas residenciais das superquadras do Plano Piloto podem se conformar como uma experimentação da forma de difusão de uma cultura a partir de um estilo de vida próprio de cada localidade, reflexo de uma relação afetiva, a soma de rastros de identidades culturais diversas, que atrelada à imaginação criadora do homem, que transforma espaços, acaba por conceber e modelar arranjos, cenários singulares, como os que serão percebidos mais a diante, com a descrição do uso dos espaços identificados nas diferentes tipologias de uso do espaço público nas superquadras do Plano Piloto.

Ressalta-se que muitas das críticas sobre Brasília surgiram no período imediatamente à sua construção, momento em que ainda se buscava sua identidade como cidade, como lugar de morada. Essa situação de novidade perdurou por algum tempo, principalmente porque se fazia necessário um período de adaptação, em que se pudesse separar o sonho da realidade, em que pudesse sobrepor as cicatrizes de um surgimento conturbado com as possibilidades de se viver em uma cidade que prometia transformar-se em um lugar para se viver e conviver.

Certa vez, logo após a inauguração da cidade, perguntado sobre as queixas dos moradores e visitantes, que questionavam o fato da solidão e do abandono, Lúcio Costa, respondeu:

Porque Brasília ainda não é uma cidade propriamente dita, ainda não esta pronta. Terá condições vantajosas de vida dentro de dez ou quinze anos. Como está, ainda é, como costume dizer, a nossa Sibéria. As partes construídas ainda não se articulam no espaço livre. É natural que o morador de Rio ou de São Paulo estranhe o excesso de horizonte, as distâncias, até mesmo a falta de esquinas de uma cidade diferente daquilo que ele esta acostumado a pensar que uma cidade deva ser. Há uma série de providências e de obras necessárias e urgentes que, por uma questão de prioridade, só estão sendo decididas e feitas agora, como por exemplo, a complementação paisagística das superquadras, com a molduração de árvores previstas e os jardins, que darão ao ambiente o tom e a escala apropriada; a correção e disciplina do comércio das entrequadras; [...]

Certos críticos de Brasília a qualificam como cidade em que o homem foi esquecido. Nunca se ouviu disparate maior. Brasília foi concebida precisamente para o homem e isto em função das três escalas diferentes porque a chamada escala humana é coisa relativa. O italiano da Renascença, por exemplo, sentir-se-ia diminuído se a porta de sua casa tivesse menos de cinco metros de altura. Assim, o jogo das três escalas que vai caracterizar e dar sentido a Brasília quando a cidade tomar verdadeiramente pé.

[...] A escala dita residencial ou cotidiana, nas áreas de vizinhança constituídas de superquadras, que embora autônomas, se encadeiam umas às outras, permitindo às pessoas encontrar-se, conversar, conviver, compreender-se. (COSTA apud BUCHMANN, 2002, p. 122-123)

Fazendo uso das palavras do arquiteto Edgar Graeff, encontradas ao folhear o livro de Armando José Buchmann “Lúcio Costa – O inventor da cidade de Brasília”:

[...] Brasília foi se formando de igual neste Planalto Central. [...] No projeto lamentavelmente não realizado da vila operária de Monlevade, MG (1934), aparecem com bastante clareza traços ambientais que Brasília vem concretizando. E o parque Residencial Eduardo Guinle, RJ (1948/50/54), também do mestre Lúcio Costa, pode perfeitamente ser entendido como um ensaio geral das superquadras da nova capital. (GRAEFF apud BUCHMANN, 2002, p. 177)

Carlos Drummond de Andrade conta que o risco que Costa lhe mostrou ao tempo da concepção de Brasília: “era um rabisco que pulsava”. Crê-se que a vida pressentida pelo poeta era exatamente essa, que circulava pelas veias de nossa terra e que vai, muito lentamente, imprimindo os traços brasileiros. “[...] Brasília é um bosque com uma cidade dentro. Ela é diferente, única, no mundo, generosa e bela e humana. Minha cidade é brasileira [...].”

Desde o início dessa pesquisa, muito se falou sobre patrimônio, muito se buscou encontrar onde em Brasília vinha ocorrendo a construção de um patrimônio que retratasse a vivência de sua gente com os espaços da cidade.

Ao longo desse processo, percorreu-se a cidade, sempre no intuito de buscar elementos que sustentassem a defesa de que, na cidade, existe sim um patrimônio em construção, algo maior em significado, em essência, mas menor em escala urbana.

A intenção dessa procura seria contribuir com outro, e por que não, outros discursos sobre a cidade de Brasília, apresentando ao Brasil uma cidade que é mais que centro de

Governo, que é mais que capital do país, uma cidade tipicamente brasileira, com cores, sons e cheiros, próprios de qualquer cidade dotada de gente e, conseqüentemente, de cultura. Elementos, sensações que nos remetem a imagens, que por sua vez nos faça buscar na memória o resgate de uma cidade prazerosa, quem sabe, a cidade de nossas recordações. (PALLASMAA, 2011, p. 64-65)

Por vezes, cidades imaginárias ou invisíveis, como as de Ítalo Calvino, mas também cidades reais, que evocam recordações de um lugar que para nós tem especial significado, e nos remontam a um cenário que nos parece ideal para a construção de uma vida.

Foi nesse sentido que se percorreu a cidade de Brasília em busca de espaços/demarcações físicas (LEITE, 2007, p. 284) onde de fato se percebesse que a convergência dos sentidos assumiu tamanha dimensão que o caráter simbólico, a identificação, a orientação social fez brotar “lugares”, articulados a partir das identidades de quem dele faz uso.

Sem desmerecer o brilho e a força de outras frações da cidade de Brasília, é sem dúvida na superquadra que **Brasília se faz pertencer aos brasilienses**. É nesse fragmento de cidade que existe um patrimônio caseiro sendo construído, algo menor frente ao patrimônio maior, que um dia inseriu a cidade no cenário de patrimônio mundial da humanidade.

É na superquadra que, meio sem perceber, esse patrimônio vem surgindo, uma mistura de apropriações diversas, vivências cotidianas de espaços, que certamente divergem em parte do uso inicialmente imaginado pelo autor do plano, mas de grande significado, pois retrata o olhar, a percepção de grande parte dos moradores sobre seu ideal de vida, ou em linguagem bem conhecida na cidade, de “qualidade de vida”.

E, se considerarmos que a necessidade de identificação do lugar, sua legitimidade, é essencial para a construção e reconhecimento de um patrimônio, pode-se confirmar que essa situação vem crescendo com intensidade na cidade de Brasília, o que nos leva a crer que outra cidade começa a surgir, não mais aquela que comumente é apresentada em alguns livros e cartões postais, uma cidade que aos poucos quebra a redoma imaginária que a cerca e se liberta.

Assim, o homem, esse que começa a brotar na cidade, pouco a pouco passa a ser o ator principal de todo esse cenário e, como tal, sente-se livre para vivê-lo com intensidade, nem sempre como se desejaria, se pensarmos nas formalidades do tombamento, mas como ele deseja. E, assim, ele toma posse daquilo que de fato o pertence.

Nesse sentido, é preciso começar a mudar o discurso ao falar sobre a cidade, é preciso inseri-lo no campo da imaterialidade, e, assim, buscar formas de difundir essa visão

entre os moradores da cidade, a visão de que aos poucos eles estão contribuindo para a formação de uma nova cidade.

É como se os colocássemos diante de uma tela de cinema e projetássemos as imagens de suas ações sobre esses espaços da cidade e, dessa forma, permitíssemos que o questionamento ocorresse a partir de suas próprias sensações; quem sabe, de forma natural, eles não se descobrissem nessas imagens e percebessem, por fim, a importância de seu papel na construção desse patrimônio maior, que é a construção de sua própria história, que ao juntar-se com outras, passa a ser a história de um lugar.

É necessário esclarecer que, ao emprestar sua cultura, sua forma de conceber espaços, o morador está contribuindo com a construção de um patrimônio que extrapola as barreiras do material, pois não pode ser medido em extensões urbanas, em formas arquitetônicas, é preciso mais sensibilidade, é preciso se desnudar de preconceitos e, assim, perceber a força que tem cenários como os que vêm surgindo nas superquadras ao longo dos 51 anos de existência da cidade, cenários que foram apresentados ao longo da pesquisa.

Aqui não importa necessariamente se esses cenários são ou não dotados de beleza, de valor arquitetônico. Importa sim se são ou não dotados de significado para o grupo social que dele faz uso.

Nesse sentido, cabe uma reflexão: como será que de fato desejamos e percebemos a cidade?

Pechman tem razão ao afirmar que “todos os afetos estão na cidade. (PECHMAN, 2009, p. 351). E, certamente, é a partir desses afetos que construímos cenários legítimos e significativos, que simbolizam e representam nosso lugar no espaço da cidade.

Nesse contexto, mesmo de forma inconsciente, esses afetos, ao se materializarem, transformam-se em símbolos e acabam por produzir fatos urbanos, culturais e sociais, que refletem a relação estabelecida entre as pessoas e a cidade, no caso específico, um fragmento significativo da cidade, a superquadra.

De acordo com Sinoti (2003),

[...] Considerar os moradores do Plano Piloto como sujeitos da construção do conhecimento sobre o espaço pode contribuir para explicar a necessidade de lidar, com o outro e seus saberes, e colocar em evidência o tempo presente como campo de disputas do poder de organizar a nossa percepção do passado. É no tempo presente, entretanto, tempo em que os homens batem-se entre si pelo quê lembrar ou esquecer, que se politiza a construção da história. (SINOTI, 2003, p. 199)

Assim, em um esforço de síntese, onde, de fato, evidencia-se a construção de um patrimônio imaterial na cidade de Brasília? Certamente na superquadra. É nessa escala da cidade que vem se desenvolvendo o homem de Brasília, um homem que anos após anos vem exercitando com mais liberdade o produto de sua imaginação criadora, e assim, mesmo de forma ainda inconsciente, define seu lugar no espaço, o que nos faz crer que a cidade é verdadeiramente “coisa humana por excelência” (SANTOS, 1998, p. 13).

E, para aqueles que ainda acham que essa cidade não tem alma, não tem vida, não tem tradição, é fria, artificial é porque desconhecem o **universo das superquadras**. A essas pessoas uma sugestão, um convite: permita-se conhecer essa cidade, viver Brasília e, a partir de suas próprias conclusões, descubra o real valor de seu patrimônio maior – o saber, a cultura daqueles que a legitimam como cidade.

A seguir, um “aperitivo” do que se encontrou ao percorrer as superquadras, uma mostra, imagens diversas que falam por si, e que confirmam o que se considera aqui, com essa pesquisa – a superquadra de Brasília é:

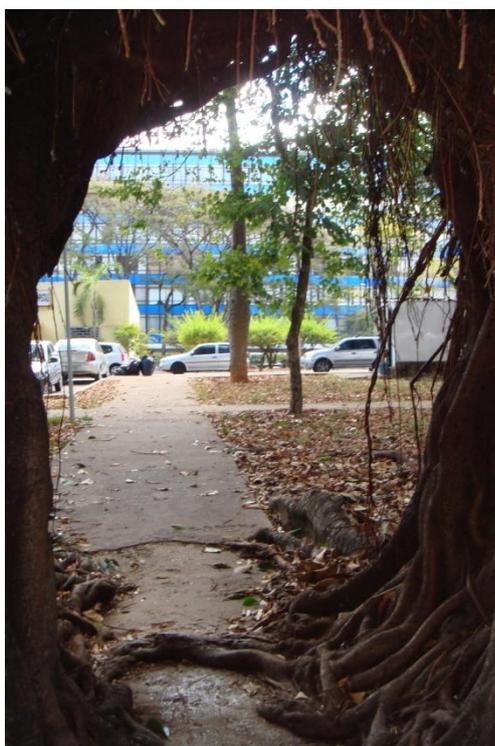
“UM CASO PECULIAR DE UNIDADE DO DIVERSO”

[...] Uma cidade é uma alma generosa, mesmo que a princípio ela tenha lhe parecido hostil e estranha, fechada e fria, indócil e enigmática.

[...] Uma cidade é sua quando você a defende com a ira santa dos que sabem amar.

[...] Uma cidade é sua quando você compartilha com ela, com gosto, a história de sua vida. (FREITAS, 2009, p.47-48)

Figura 178



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Figura 179

Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria) / Imagens existentes no site da Prefeitura SQN 410 (carnaval / festa junina)



CAPÍTULO 7
CONSIDERAÇÕES FINAIS
“Um caso peculiar de unidade do diverso”

[...] Se você conhece muitos outros céus e nenhum deles chega aos pés do de Brasília, aí, sim, você é inteiramente brasiliense.
(FREITAS, 2009, p. 54)

Após quase 31 meses de intenso trabalho, entre idas e vindas, encontros e desencontros, chega-se ao final dessa dissertação, com um olhar não menos apaixonado que no início dessa pesquisa, mas um olhar mais seguro, consciente, real e, sobretudo, humano.

Percorreu-se a cidade de Brasília de uma ponta a outra, de um extremo ao outro das Asas Sul e Norte, pois antes de adentrar verdadeiramente ao objeto de trabalho – a superquadra – percebeu-se a necessidade inicial de entender como se dá sua relação com a cidade, em que momento ocorreu a transição das escalas gregária e monumental para a residencial, buscando compreender o que no início dessa dissertação foi previsto: a existência de cidades, de outras “menores Brasília” dentro de uma “Brasília maior”.

É interessante percorrer a cidade e perceber suas transformações ao longo de seus anos de existência, refletindo sobre sua concepção inicial e contrapondo-se à realidade proveniente de uma cidade que, apesar de ser Patrimônio Cultural da Humanidade, é uma cidade como outra qualquer, com os mesmos problemas, as mesmas fraturas, os mesmos encantos e desencantos.

São imagens diversas, que precisam ser compreendidas, e não simplesmente percebidas. Isso nos remete ao pensamento de Lynch (1997) em relação às imagens da cidade:

A cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para serem explorados. Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas. (LYNCH, 1997, p.1)

Nesse contexto, essa percepção inicial do conjunto urbano que conforma o Plano Piloto de Brasília contribuiu para perceber a dinâmica da cidade sobre outra ótica. Aqui contou não simplesmente a compreensão da cidade tombada, protegida e de reconhecimento mundial por sua arquitetura e urbanismo, marco do modernismo; procurou-se, sim, ver a cidade sob a ótica do morador, que vive e faz uso dos seus espaços, o morador que todos os dias passa por uma espécie de portal imaginário, que o transporta de uma escala à outra, do residencial para o monumental/gregário e vice-versa.

Desde o início, desde o primeiro encontro com Brasília em 1987, a certeza de que essa cidade é muito diferente do que se apresenta nos noticiários e cartões postais povoava a mente. A cidade é sim um monumento, um museu a céu aberto, uma cidade que parece intocável, porém, desde o início, suspeitava-se que por trás de toda a formalidade, de toda a monumentalidade existia outra Brasília ou, quem sabe, outras Brasília.

Assim, a intuição de um arquiteto que há aproximadamente 24 anos reside na cidade e que por um bom tempo percorre e observa seus espaços, assim como o *flâneur* de Baudelaire (BENJAMIN, 1991), mostrava, a partir de uma análise acerca das imagens já sentidas, que essa Brasília mais humana poderia estar nas superquadras, no lugar de morada do brasileiro, em sua “cela protetora” (FREITAS, 2009, p. 39).

Será? Será que a vivência nas superquadras fez brotar outras Brasília? Será que, de fato, esse pensamento é verdadeiro? Será que nela encontraremos uma Brasília mais humana, um pouco diferente do que pregam alguns de seus críticos mais ferrenhos, entre eles Holston (1993), que descreve: “[a superquadra] não tem vida própria”, “não tem senso comunitário”, “as pessoas se trancam”, “se afastam”, “as pessoas acham difícil fazer amigos” (HOLSTON, 1993 apud HOLANDA, 2010, p. 114).

E se existe essa Brasília mais humana, quais os fatores que contribuíram ou não para o surgimento de sua essência? Os moradores desempenharam algum papel nesse contexto ou se comportam como meros expectadores?

Será que as críticas traçadas por Jane Jacobs (2000) em relação às cidades modernas são, de fato, percebidas nas superquadras de Brasília?

Certamente as perguntas são diversas, mas seu sentido geral converge para um ponto em comum: a relação do homem com seu lugar de morada. O que será que esse homem fez com os espaços que foram concebidos para se tornar um “lugar” de convivência? Será que existe um patrimônio “mais caseiro” sendo construído por esses homens, por esses brasileiros? Será que a cultura formadora falou mais alto e fez brotar na superquadra a alma brasileiro que Lúcio Costa (1991) um dia suspeitou?

Essa é um pouco da mistura, do sentimento que se buscou encontrar. Assim, em busca de respostas, percorreu-se um longo caminho, que começou motivado por uma grande paixão pela cidade, passou por algumas decepções e, em seguida, veio o encontro com a realidade e, com ela, a compreensão e o equilíbrio dessa paixão.

Assim, as respostas surgiram naturalmente, a partir de vivências experimentadas enquanto arquiteto, planejador, sonhador, apaixonado, e, sobretudo, morador, que também vive e faz uso dos espaços da cidade, não é apenas um mero expectador.

Para responder aos questionamentos, ou melhor, às inquietações surgidas ao longo da pesquisa, fez-se necessário resgatar um pouco dessa vivência, que teve seu ápice no ano de 2009, como veremos a seguir. Ressalta-se aqui que essa experiência foi fundamental para uma percepção inicial sobre a provável existência de outras Brasília, o que acabou por proporcionar diversas possibilidades de leitura do espaço urbano.

Certa vez, como tarefa de uma disciplina cursada no mestrado, em que era estudada a imaterialidade do patrimônio, uma disciplina do Departamento de Sociologia da UnB – Arte e Sociedade, a Profa. Letícia Vianna, antropóloga, uma das coordenadoras da disciplina, sugeriu um exercício: a turma deveria visitar a Unidade de Vizinhança nº 01 de Brasília, o conjunto das superquadras SQS 107/307 – 108/308. Nessa visita, deveríamos compreender a ocorrência da vida naquele lugar, observando o movimento proveniente do cotidiano das pessoas que transitam pela unidade. Nesse contexto era fundamental a identificação dos atores que vivem e se relacionam com os espaços da unidade. Ao longo desse percurso ocorreram muitas descobertas, que proporcionaram uma maior aproximação com o ideal de superquadra concebido por Lúcio Costa com o projeto de Brasília.

Em seguida, foi sugerido que nos deslocássemos para a rodoviária, e lá seria contemplado o cotidiano naquela escala, gregária e monumental. Esse deslocamento ocorreu através do metrô, naquele momento entendido como um “não lugar”, que para nós serviria como uma espécie de portal, uma transição entre essas escalas, uma pausa para melhor perceber e entender as imagens que há pouco se havia identificado.

Pudemos experimentar uma sensação muito interessante, como se saíssemos verdadeiramente de uma Brasília para outra.

De um lado, na unidade de vizinhança, deparamo-nos com uma Brasília mais serena, mais palpável, mais real enquanto cidade, onde parece que a rigidez do concreto perdeu sua força e deu lugar à leveza, ao lúdico, ao humano; onde existe, nas proximidades de um dos blocos, o pomar do Coronel,⁵⁸ onde existe o tradicional cachorro quente perto da Igrejinha, onde se lancha na pizzaria Dom Bosco ao final da tarde, onde se senta embaixo de uma árvore e fica apenas curtindo o silêncio, ouvindo o canto dos pássaros, vendo o tempo passar, ou melhor, a vida acontecer.

Outra escala se apresentava, uma de menor porte, em que o peso e a formalidade de uma capital do país foi amenizada com a intensidade do verde, o gramado, as árvores que filtram o sol, criando belos efeitos de luz e sombra, e de onde o céu, o “ator” principal de toda a cidade, pode ser ainda mais admirado por entre os galhos e folhas das árvores ou até mesmo pelas frestas das janelas ou dos “cobogós” dos blocos residenciais.

De outro lado, a rodoviária, uma Brasília de ritmo intenso, pessoas se cruzando, sempre com muita pressa, vidas diversas que quase se atropelam por algum momento; uma

⁵⁸ Pomar do Coronel: Em um dos blocos residenciais da unidade de vizinhança existe um pomar com plantação de espécies do norte do país. Esse espaço é aberto à comunidade e é cuidado por um coronel aposentado. Na árvore que sombreia o pomar, uma placa demarca o território: “pomar do coronel”.

confusão de cheiros (mistura de pão de queijo com pastel e caldo de cana), imagens, cores, uma Brasília que surpreendeu Lúcio Costa (1991) ao se deparar com a rodoviária do Plano Piloto em uma visita em 1987:

[...] Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. [...] Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais [...]. (COSTA, 1991, contracapa)

E, de repente, com o simples ato de subir uma escada rolante, saímos dessa Brasília “bem brasileira”, desse mosaico de cores, e nos deparamos com outra, a monumental, de onde se tem a formalidade, o centro de governo, o marco maior que representa a Capital do país, a esplanada dos Ministérios, o eixo monumental; tudo estático, rígido e quase que intocável; certamente outra Brasília, bem diferente daquela que experimentamos anteriormente, aquela do “pomar do Coronel”, aquela que Lúcio Costa (1991) disse ser dos brasileiros.

Certamente, essa visita, ou melhor, a vivência dessa experiência foi um “divisor de águas”. Por intermédio dela, outro olhar surgiu em relação à cidade, em que esta passou a ser entendida não apenas como objeto percebido e, em alguns momentos, desfrutado; teve-se, assim, a certeza de que as imagens que se apresentavam na cidade deveriam ser compreendidas, desvendadas a partir do sentido e do significado do que então se manifestava com o olhar. (LYNCH, 1997).

Veio então a certeza: ali estava o tema que motivaria a pesquisa – a superquadra do Plano Piloto, ou melhor, os usos de seus espaços pelos moradores a partir do seu cotidiano, buscando compreender como o espaço foi assumido por essa gente, como as pessoas fazem uso do mesmo, como elas vivem nesses espaços, como ocorrem os encontros, se realmente ocorrem e, se não ocorrem, por quê? Aqui se buscou, sobretudo, um olhar mais humano sobre o espaço e, a partir desse olhar, a compreensão dos sentidos e significados de sua existência.

Lembrando Thompson (1981, apud SINOTI, 2003, p. 195) “a experiência, inerente ao homem, é que permite que ele confira sentidos e significados à sua existência, em qualquer dimensão do fazer humano”.

Assim, pouco a pouco a pesquisa foi sendo construída, sempre enfatizando o lado humano, com calma, tranquilidade e serenidade, procurando não se iludir ou até mesmo se impressionar com a primeira imagem, buscando sempre entender o porquê de sua ocorrência.

A própria forma de escrever essa dissertação reflete esse sentimento. Ao longo de todas essas páginas existe sempre uma pausa que sugere reflexão, um ato de compartilhar com o leitor os sentimentos em relação às imagens que aos poucos foram descobertas.

Do Prefácio ao Capítulo 5, é possível perceber uma constante, a busca por uma Brasília mais humana, com forte inflexão cultural, uma cidade repleta de significados, com alma própria e diversificada, a cidade que um dia Lúcio Costa comentou que os brasileiros tomariam posse, uma cidade real, não “uma flor de estufa” (COSTA, 1991), compreendendo a essência do que um dia ele mesmo falou: “o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior, mais bela” (COSTA, 1991).

Essa sempre foi a base que norteou esta dissertação, o encontro com essa Brasília “real”. Assim, em meio a um labirinto de conceitos, uma mistura de sonho e realidade, em que comparece o pensamento de Baudelaire, Ítalo Calvino, Benjamin, Sennett, Jacobs, Holston e a concepção “simeliana de cidade moderna”, deu-se o encontro com a superquadra.

Um encontro que muito seguiu a orientação de Simmel em relação à “sede de sentidos na cidade”. O autor nos orienta a “concebê-la a partir das formas e dos gestos humanos na condição da fugacidade e da efemeridade do tempo que ritma o viver humano” (SIMMEL, 1979 apud ROCHA; ECKERT, 2007, p. 343).

Para Simmel “há aqui a reconciliação entre as oposições mais prementes do viver urbano: a cultura objetiva e a cultura subjetiva – uma reconciliação no tempo e no espaço social na cidade, enfocadas enquanto formas simbólicas que encobrem uma construção de sentido para o mundo” (SIMMEL, 1979, apud ROCHA; ECKERT, 2007, p. 343).

Nesse contexto, imbuído das cenas advindas desse labirinto de conceitos, deu-se o encontro com a superquadra do Plano Piloto, considerada aqui o lugar em que, de uma ou de outra forma, o brasileiro se fez brasiliense, emprestou sua cultura e, com o passar do tempo, vem contribuindo para a formação de uma cultura própria.

E, assim, esse brasiliense demarcou seu território e, ao seu modo de entender e viver, concebeu seu lugar de morada, nem sempre belo, nem sempre sociável, nem sempre coerente com o contexto pensado para a cidade em seus primórdios, mas foi, sem dúvida, a forma que esse brasileiro encontrou de transformar um simples espaço em lugar para a construção de uma vida que, por vezes, distancia-se da vida que provavelmente Lúcio Costa imaginou, porém a vida que esses brasilienses consideram.

Brasílias menores, dentro de uma grande Brasília, patrimônios quase que “domésticos” inseridos em um patrimônio que é mundial. Essa foi a outra Brasília que se descobriu, na verdade várias Brasília, que nessa pesquisa aparecem na forma de

tipologias, formas de uso, nas quais o homem, à sua maneira, faz-se presente e vive, ora se apresentando intensamente sociável, ora extremamente individualista, mas essa foi a realidade encontrada, uma mistura de paixões, desejos, um aglomerado de fragmentos de memórias, histórias, afetos e, às vezes, desafetos.

Foi a partir desses encontros que se fez conhecer uma Brasília, por vezes interiorana, de onde se põe o banquinho na janela e se observa o tempo passar, e onde se compartilha, mesmo que de longe, a vida de quem ali passa, afinal, o espaço ali está para ser compartilhado, para ser vivenciado, não por um único dono, mas vários; o chão é completamente livre e é esse chão que vira palco, onde ocorre o encontro entre os diversos atores que vivem o espaço.

Essa é a Brasília da SQS 303 e da SQN 309, onde ao abrir a janela do apartamento se depara com árvores, praça, parque, e da janela se percebe uma possível convivência harmoniosa entre o porteiro, a secretária do lar e o proprietário de um belo apartamento; onde a criança enxerga o idoso caminhando e este, ao passar em direção à padaria para comprar um pão bem quentinho, cruza com o comerciante sentado em um banquinho, papeando e aguardando o horário de entrar no trabalho, e este, por sua vez, observa o jovem se exercitando no *kit* malhação. É uma junção de ideias, de gerações, mas independentemente da ordem e do tempo que ocorram, é notável a força dessa convivência, que foi observada e vivenciada ao longo da pesquisa.

Uma Brasília repleta de espaços voltados à coletividade, espaços que foram assumidos e transformados pela própria comunidade, como o caso da “praça central” da SQN 309, onde se encontraram bancos e mesas revestidos com retalhos de azulejos, vasos com plantas (sobras recicladas dos apartamentos) e até quadros pendurados nas árvores; será uma praça central ou um “estar ao ar livre”? Certamente, isso não vem ao caso. O que de fato importa é que essa Brasília é legítima, pois reflete os símbolos e significados de uma determinada comunidade.

E, se considerarmos que uma das prerrogativas para que um determinado bem constitua patrimônio cultural deve-se ao fato dos múltiplos significados deste para as pessoas, pode-se entender que, ao se tornar lugar de referência, um signo para um determinado grupo de pessoas, as superquadras (SQS 303 e SQN 309), mesmo sem perceber, vêm contribuindo, assim, para a construção de um patrimônio próprio daquele lugar.

Assim como fundamentado por Eco (S.d.), não importa se esse bem é belo ou artístico, o que importa é que ele constitua um signo para essa comunidade. Assim, o fato de a

comunidade da SQN 309 ter nomeado um determinado espaço de “Praça Central” por si só já concretiza a eleição desse espaço como lugar de encontro, de convivência.

Assim essa Brasília é sim referência para essa comunidade, e nela encontramos outro patrimônio, ainda em construção, não o patrimônio que é marco do modernismo, mas um patrimônio que vem sendo construído a partir das referências culturais da gente que habita essa superquadra.

Nessa Brasília, certamente não se evidenciam as críticas de teóricos como Holston (1993), Jacobs (2000), Sennett (2002). Essa Brasília se mostrou diferente, e o que fez dela aconchegante e sociável? A construção de um cenário que se aproxima culturalmente da vida das pessoas que dele fazem uso. Lembrando parte da fala do Prefeito da superquadra, entenderemos o valor, o carinho que a prefeitura, com a ajuda e reconhecimento da comunidade, vem fazendo para que esse espaço, essa “Praça Central”, fique cada vez mais sociável:

A prefeitura continua trabalhando na reestruturação da praça central da quadra, o antigo espelho d'água foi retirado para aumentar a área sombreada pelas árvores e diminuir os riscos de acidentes para as crianças que utilizam os parquinhos. O chão foi pintado com tinta especial antiderrapante. Os brinquedos infantis nos parques foram revisados e pintados, assim como as grades de proteção. Foi reinstalada a torneira de água para regar os jardins. Os vasos de plantas também receberam tinta e foram reposicionados, com a intenção de tornar a área de uso coletivo cada vez mais agradável e atraente aos moradores e trabalhadores.

Não há como negar, nesse fragmento de cidade, nessa “Brasília” o homem se faz presente. Assim, percebe-se a essência do que um dia Lúcio Costa riscou e, de forma poética, fez brotar e, movido por intensa simplicidade e sabedoria, convencionou chamar de “superquadra” (COSTA, 1991, p.28).

Existe também a Brasília da individualidade, das “privatizações camufladas”, do uso pontual dos espaços públicos, onde não se percebe claramente um senso de comunidade, de socialização.

Nesse fragmento de cidade comparece, sim, a valorização da intimidade, uma Brasília bem diferente daquela que seu criador idealizou, “propícia à coexistência social” (COSTA, 1991, p. 30). Essa Brasília nos causa certo estranhamento, pois mesmo a configuração urbana da superquadra contribuindo para a conformação de um espaço com potenciais de socialização, o espaço em geral não é reconhecido pela comunidade local. Assim, não se percebe um elo afetivo entre a pessoa e o espaço, o que se convencionou chamar de topofilia.

Nesse sentido, o espaço continua a exercer sua função enquanto mero espaço, um fragmento de área verde, por vezes residual, pois a percepção é que a comunidade não o enxerga com intensidade humana, não percebe no mesmo o significado que o elevaria à condição de lugar.

Nessa Brasília, o encontro é escasso e quando ocorre se dá, em geral, de forma fragmentada, ou seja, cada bloco com “sua gente”.

Isso nos remete ao pensamento de Sennett: “Multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares; esta preocupação tem demonstrado ser mais uma armadilha do que uma libertação”. E, ainda, “Intimidade conota calor, confiança e expressão aberta de sentimentos. [...] o mundo exterior, o mundo impessoal, parece nos decepcionar, parece rançoso e vazio” (1988, p. 17).

Essa intimidade em algumas situações, como a apresentada na descrição das tipologias, com o caso da SQN 303 (Tipologia 4), foi levada tão a sério, de forma tão intensa, que fez surgir uma outra Brasília, descendente direta da Brasília anterior, ainda mais estranha, pois na anterior os espaços, mesmo pontuais, ainda oferecem possibilidade de uso por moradores de outros blocos, mesmo que seja uma possibilidade remota, considerando que a existência de fechamento das áreas, acaba por inibir o uso compartilhado do espaço. Já nessa variação, o uso ocorre diretamente no bloco e para o bloco, causando a “supressão do espaço público vivo” que, quando usado, “destina-se à passagem e não à permanência” (SENNETT, 1988, p. 28).

Em seu livro “O Declínio do homem público” (1988), Sennett explica assim os efeitos dessa supressão e as causas de um possível isolamento:

Até agora empregamos o termo “isolamento” em dois sentidos: em primeiro lugar, significa que os habitantes ou os trabalhadores de uma estrutura urbana de alta densidade são inibidos ao sentirem qualquer relacionamento com o meio no qual está colocada essa estrutura.

Em segundo lugar, significa que, assim como alguém pode se isolar em um automóvel particular para ter liberdade de movimento, também deixa de acreditar que o que o circunda tenha qualquer significado além de ser um meio para chegar à finalidade da própria locomoção. Existe ainda um terceiro sentido, um sentido um tanto mais brutal de isolamento social em locais públicos, um isolamento produzido diretamente pela nossa visibilidade para os outros. (SENNETT, 1988, p. 29)

Faz-se necessário destacar que os moradores dessa Brasília parecem não se dar conta de que a forma com que vêm ocupando esses espaços caracteriza um isolamento; para esses moradores, o espaço está ali e pode ser usado, não entendendo o porquê das barreiras que surgem com o simples ato de cercar uma área, mesmo que durante todo o tempo seu portão esteja aberto. Não conseguem perceber que o fato de o portão permanecer aberto não caracteriza que o espaço é de domínio público, existem barreiras que são invisíveis aos olhos, mas que, certamente, afetam o nosso sentido.

Durante a caminhada, deparamo-nos também com uma Brasília meio esquecida, na qual o potencial dos seus espaços ainda não foram descobertos. Aqui nos referimos às superquadras, que, apesar de dotadas de espaços voltados à convivência, seus habitantes ainda não atribuíram a esses espaços a sua marca, a sua identidade; estão lá, existem, mas não têm um uso direto como espaço de encontros, pausas e contemplações. Certamente os espaços são belos, sua configuração favorece o uso, mas esse não é visível.

Se não ocorre um uso concreto dos espaços, eles se tornam apenas fragmentos de espaço urbano, dotados de verde, pontos de passagem, que não convidam e, por vezes, não seduzem o olhar. Em espaços como esses, percebe-se outro problema: a falta de segurança; se não são percebidos e reconhecidos pela comunidade que dele deveria fazer uso, caem no esquecimento e, em alguns casos, geram espaços sombrios e, tentando pensar positivamente, acabam se conformando em mera moldura verde para os blocos residenciais.

E, como um dia Costa comentou, “os gramados não contribuem unicamente, como um *“passe – partout”* para a serenidade ambiente, são os tapetes da cidade e, como tais, devem ser pisados” (COSTA apud BUCHMANN, 2002, p. 109).

Por fim, temos uma Brasília pitoresca, repleta de cores e elementos cenográficos, que marcam uma intensa necessidade de sua gente de cravar na terra a sua marca, a sua identidade. Assim, o bloco de apartamentos não é apenas um edifício solto no conjunto urbano, na paisagem da superquadra; é o bloco que representa aquela comunidade que nele habita, assim é fácil reconhecê-lo.

Pitoresca sim, pois o ar dessa Brasília é certamente interiorano. Se buscarmos nas origens das superquadras um conceito que mais se aproxime dessas intervenções, acharemos o bucólico, pensando no aspecto mais puro de seu significado, como sendo ingênuo, singelo, cândido, campestre e tantos outros significados que induzem ao bem-estar.

O que pensaria Lúcio Costa ao visitar esses espaços? Pensa-se que sua reação poderia ser a mesma ao se deparar com a rodoviária do Plano Piloto; certamente não é o que

foi pensado para a superquadra, mas isso não torna esses cenários menos legítimos que outros existentes nas outras Brasília encontradas ao longo dessa caminhada.

E se um dia ele mencionou que toda a mistura existente na rodoviária é fruto de uma cidade de raízes brasileiras (COSTA, 1991), certamente, ao se deparar com esses cenários, pode-se imaginar que sentaria em um de seus bancos e, com toda a sua simplicidade, entenderia essas transformações não como uma afronta à sua criação, mas como a marca de uma ligação emocional de uma comunidade com o seu lugar de vida. Perceberia a mão do morador em cada um daqueles mosaicos que conformam os tapetes da pracinha de um dos blocos da SQN 415.

E, assim, como na rodoviária, abstrairia a presença das garças, das fontes, cascatas e cavalos marinho, e com um leve sorriso no rosto repetiria: “Só o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isso. Eles estão com a razão, eu é que estava errado” (COSTA, 1991, contracapa).

A partir do conhecimento dessa realidade e do encontro com todas essas Brasília podemos, com mais segurança, voltar às inquietações iniciais desta dissertação que, em geral, margeiam a relação do homem com seu lugar de morada, suas ligações e as possíveis construções simbólicas que contribuíram para a legitimidade de um espaço, tornando-o intensamente humano.

A partir das descobertas dessas outras Brasília, pode-se traçar um diagnóstico sobre algumas das críticas já delineadas em relação à cidade.

Percebe-se que não se pode generalizar, afinal é grande a diversidade de usos na cidade, é grande a mistura de culturas, de significados que foram percebidos nos cenários espalhados nas superquadras.

Ao analisar a tabela das tipologias identificadas, apresentada no início do Capítulo 5, perceberemos que, no universo de todas as superquadras do Plano Piloto, Asas Sul e Norte:

1. 79% das superquadras do Plano Piloto, aqui representadas pelo somatório das Tipologias 1 e 2, possuem uma configuração do espaço de convivência que muito se aproxima do “tipo ideal”, adotado na metodologia da pesquisa, ou seja, aproxima-se da essência que um dia Lúcio Costa pensou para a área residencial de Brasília, em sua superquadra.

Desse total, em **38%**, como indicado com a Tipologia 1, a configuração do espaço favorece um ótimo índice de convivência entre os moradores, ou seja, observou-se que os moradores dessas superquadras fazem um ótimo uso dos espaços existentes.

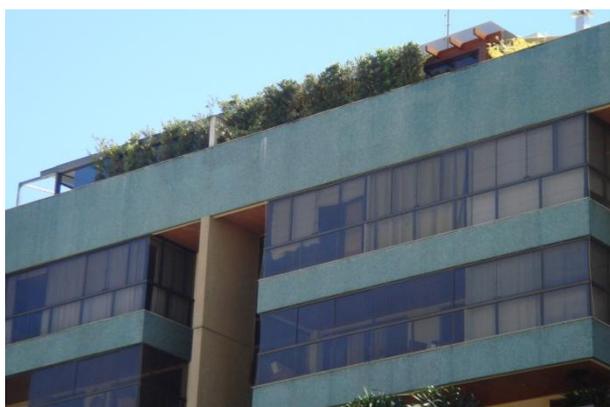
Assim, nesses cenários, compreende-se que vem sendo construído um patrimônio, sustentado nas práticas sociais vivenciadas por essas comunidades. Um patrimônio que, como apresentado no Capítulo 5, com o detalhamento dessa tipologia, vem sendo construído a partir da articulação conceitual das expressões culturais dos moradores, cuja dinâmica observada a partir do uso cotidiano do espaço, define a identidade desses moradores com o lugar.

2. 12% das superquadras do Plano Piloto, aqui representadas pelo somatório das Tipologias 3 e 4, nas Asas Sul e Norte não se enquadram no “tipo ideal” de superquadra idealizado por Lúcio Costa, pois não ocorre um uso compartilhado do espaço público, o que o tornaria sociável, e a convivência favoreceria o encontro tão pregado por seu criador.

A comunidade dessas superquadras vem fazendo um uso individualizado do espaço público, o que se convencionou chamar nessa pesquisa de “privatização camuflada”. Ressalta-se que essas tipologias aparecem em maior grau na Asa Norte, em que: 13% (Tipologia 3) das superquadras faz uso de espaço existente no entorno imediato ao pilotis, onde cerca a área e inibe o uso por parte do restante da comunidade da quadra. 2% (Tipologia 4) faz um uso do próprio pilotis como espaço de convivência.

A compreensão dessa realidade se justifica com o aparecimento de novos empreendimentos surgidos nos últimos anos na cidade de Brasília, onde o mercado imobiliário vem buscando uma valorização do imóvel por meio de elementos que valorizam cada vez mais o uso individualizado do espaço. Os blocos de apartamento são dotados de salão de festa, circuito interno de TV, parquinhos, que em alguns empreendimentos vêm como bônus. Alguns blocos, como os existentes na SQN 303, têm, inclusive, coberturas coletivas com churrasqueira e piscina, para uso da comunidade do bloco (Figura 180).

Figura 180



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Entretanto há de se considerar que, se o mercado imobiliário de Brasília vem intensificando esse tipo de prática é porque certamente existe um determinado público que com ele se identifica. Assim, como explicado anteriormente, há pessoas cuja qualidade de vida significa ter um apartamento em uma superquadra dotada de vida, de convivência social, de espaços verdes bem aproveitados, com local de sombra, de sol, com parquinhos, quadras poliesportivas, festas comunitárias e outros elementos. Para outras pessoas, tudo isso pode significar certa invasão de privacidade. Assim, essas pessoas clamam por construções que favoreçam o convívio com sua própria família e, por vezes, com uma comunidade muito restrita. (Figura 181)

Figura 181



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Realmente existe um público que preza por uma privacidade exagerada, e para esse público também existe uma Brasília.

Para isso, basta percebermos a SQB, que surgiu no Guarã. É um protótipo do que muita gente desejaria, mas certamente em nada se aproxima à energia de se viver em um lugar como a superquadra de Brasília, aquela que Lúcio Costa imaginou e que 78,5 % da cidade vem comprando essa ideia.

3. 6% das superquadras do Plano Piloto, aqui representadas pelo somatório da Tipologia 5, nas Asas Sul e Norte, apesar de se enquadrar no “tipo ideal” de superquadra idealizado por Lúcio Costa no aspecto de configuração espacial da área de convivência, afasta-se do “tipo ideal” no aspecto uso do espaço.

Como demonstrado na análise da Tipologia, Capítulo 5, alguns fatores concorreram para essa não identificação do espaço pela comunidade local, fatores como transitoriedade de

moradores, no caso da quadra da UnB (SQN 205) e, principalmente, pela inexistência de liderança comunitária ativa.

4. 3% das superquadras do Plano Piloto, aqui representadas pelo somatório da Tipologia 6, nas Asas Sul e Norte, como apresentado na análise na tipologia, certamente não foi o que pensou Lúcio Costa em sua superquadra, mas são exemplos de expressões culturais de uma comunidade e, assim, não se trata de gostar ou não, mas de aceitar e compreender como tal.

É necessário esclarecer que as superquadras da Asa Norte, que fazem uso dessa tipologia, aproximam-se ainda mais do “tipo ideal” de superquadra, pois mesmo criando um cenário pitoresco no entorno imediato do bloco, compartilham seu uso com o restante da quadra, o que, de acordo com a observação da área, deve-se ao não uso de cercas que a isolam.

Ao contrário, no geral, as quadras da Asa Sul, inseridas nessa tipologia, adotam o uso de cercas em volta da área.

A partir da análise geral das tipologias identificadas, tendo-se como universo todo o Plano Piloto de Brasília, pode-se considerar que 82% (Tipologias 01,02 e 06) das superquadras fazem bom uso dos espaços públicos voltados para a convivência, o que responde algumas das perguntas que nortearam toda essa pesquisa. O fato de a cidade ter sido erguida a partir das bases conceituais do modernismo, ao contrário do que profetizou Jacobs (2000), no caso específico das áreas residenciais de Brasília não ocasionou o esvaziamento do espaço público, pois 80,5% dos moradores dessa cidade, de alguma forma, encontram-se e compartilham de um uso social do espaço público.

Holston (1993) também se surpreenderia, pois as evidências do uso observado nesses espaços negam alguns dos chavões por ele utilizados para falar sobre as superquadras de Brasília.

E, por fim, volta-se para Clarice Lispector e seu pensamento sobre o homem próprio de Brasília. Pode ser que esse ainda não tenha, de fato, surgido, se pensarmos que a cidade só tem 51 anos de existência. Contudo, se voltarmos ao início dessa pesquisa e, ainda mais, nos primórdios da construção da cidade, deparar-nos-emos com histórias, com relatos de pessoas que deixaram suas terras, pessoas que, ao chegarem, depararam-se com um mar de terra vermelha, não “arredaram pé”, acreditaram que era possível.

Ao longo de todo esse tempo, essas pessoas vêm emprestando à cidade a sua cultura formadora e, sem perceber, misturam-se a outras culturas. São tantos gestos, sotaques que, às vezes, confundimo-nos e não percebemos que nós mesmos já estamos sim nos transformando

nesse homem de Brasília, pois já estamos há mais tempo convivendo com essa cidade que com nossa própria terra natal.

Há pouco, um movimento começou a surgir na cidade, um entre tantos que surgem a cada dia. Por curiosidade, vem-se acompanhando o seu desenvolvimento, a sua evolução. Esse movimento tem um *site*, onde as pessoas podem deixar seu depoimento e colocar a sua fotografia, que se junta à de outro, depois outro. Antes de concluir esse texto, em um momento de pausa, resolveu-se acessar e checar como andava a evolução e deparou-se com muitas imagens, muitas pessoas declarando o seu amor à cidade, muitas pessoas que, mesmo não sendo ainda aquele homem que Clarice Lispector um dia falou, faz questão, tem orgulho de mencionar que é “brasiliense de coração”.

Quase chegando ao final, confirma-se o que desde o início se suspeitava: existe sim uma Brasília muito mais humana que aquela dos cartões postais, que aquela apresentada em pacotes turísticos; existe uma Brasília mais caseira, mais nossa, mais pitoresca, lúdica, que aos poucos vem construindo a sua história, não simplesmente pegando carona em um título que a tornou marco de um momento na história da arquitetura e urbanismo, mas uma Brasília onde os “brasilienses de coração” e os brasilienses que dela brotaram se encontram e, juntos, vêm descobrindo e criando outras Brasília, que, de alguma forma, encontram-se, assim como a formação de um grande mosaico, com as cores do Brasil.

Ao longo dessa pesquisa, e com a aproximação com os cenários existentes nas superquadras, foi possível perceber de perto, não apenas com a observação, mas também com o contato com vários atores que fazem uso de seus espaços, algumas questões que, por sua importância, serão descritas a seguir na forma de recomendação:

Ao IPHAN / DePHA (GDF):

Recomendação 1:

Essa pesquisa mostra que não existe apenas uma Brasília, existem várias, existe grande diversidade de uso nos espaços públicos das superquadras; mostra também que, em 82% dessas superquadras, esse uso muito se aproxima do desejado por Lúcio Costa para Brasília.

Essa comunidade se queixa constantemente de não ser ouvida, pois, de acordo com alguns moradores, qualquer intervenção que fazem fere o tombamento e eles não entendem o porquê. Pensa-se que esse seria um bom momento de responder com clareza a essa pergunta, pois isso é um ato de dividir com essas pessoas um patrimônio que também é delas; talvez

entendendo, de fato, esses porquês os moradores possam melhor perceber o que uma simples cerca viva pode ocasionar, o que algumas ações simples podem trazer de prejuízo ao lugar.

As pessoas se queixam muito disso, talvez essa seja uma possibilidade de se mostrar mais sensível a essas intervenções e, com coerência, com a mesma simplicidade que um dia Lúcio Costa percebeu que a rodoviária é dos brasileiros, descubra-se que a superquadra também é desses brasileiros e ainda, perceba-se que esses brasileiros, com o avançar do tempo, vêm se enraizando, colocando alma nesse lugar.

Certamente o IPHAN pode contribuir com o processo de amadurecimento de um homem que aos poucos surge em Brasília.

Recomendação 2:

Contribuir com o resgate do patrimônio cultural imaterial que vem surgindo nessas outras Brasília. Algumas superquadras já começaram esse resgate, como é o caso da SQN 113 e da SQS 114 (Figura 182), mas outras também já iniciaram.

Figura 182



Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

Essas pessoas já perceberam a importância de se preservar uma história, o que as torna sensível à questão de contribuir para a construção de um processo histórico. Elas sentem orgulho de ter passado ou de ainda estar vivendo em um lugar como esses, em uma cidade que é Patrimônio Cultural da Humanidade. Em algumas superquadras eles começam, inclusive, a escrever uma espécie de “diário da quadra”, da qual não se conseguiu um exemplar, mas teve-se conhecimento da existência de um registro como esses na SQN 113.

O fato do IPHAN e do DePHA se aproximarem dessas comunidades fará com que elas percebam a importância desses órgãos no processo educativo. Essa atitude favorecerá a disseminação de um patrimônio junto a comunidade diretamente envolvida. É importante que isso aconteça, é importante que outras comunidades comecem a perceber que é possível.

Certa vez, quando se trabalhava no DePHA, teve-se a oportunidade de desenvolver um trabalho com uma historiadora chamada Marta Sinoti, que tinha um ótimo projeto visando o resgate da história da Candangolândia. O trabalho começou de uma forma muito simples, foi solicitado que cada morador separasse alguma foto dele com a cidade, alguma foto em que a cidade aparecesse como pano de fundo, como cenário; assim, sem perceber, eles se soltavam e começavam a defender aquela foto, o porquê de sua importância, um processo simples, mas certamente um começo.

Recomendação 3:

A partir do conhecimento dessa realidade e do contato com os moradores dessas outras Brasília's apresentadas nessa pesquisa, e a partir da ligação com os moradores dessas Brasília's, iniciar um processo de inventário desse patrimônio, um exemplo:

- Identificação da superquadra;
- Dados da concepção da superquadra, que podem ser obtidos com a dissertação de Mestrado de Marília Pacheco (FAU-UnB,2007);
- Predominância cultural, podendo contribuir com esse resgate a dissertação de Marta Sinoti (FAU/UnB, 2005);
- Mapeamento das superquadras com o nível de diversidade, para o qual essa pesquisa pode contribuir;
- Nomear pessoas na comunidade para auxiliar no processo de coleta de dados históricos da própria comunidade, como fotos, cartas, documentos e até entrevistas, não formais, mas entrevistas soltas, extraídas pela própria comunidade. Pode-se conseguir apoio com a liderança comunitária local, que comparece em grande parte das superquadras;
- A partir de uma identificação cultural, perceber os diversos atores que favoreceram a construção desses cenários. Esta pesquisa contribuiu para apontar o caminho. Existe também um trabalho sendo desenvolvido no Transe/UnB sob a coordenação da Profa. Letícia Vianna. A pesquisa conta com a participação de Raquel Mello, de Maira Zenum e do autor desta dissertação, e tem a seguinte base argumentativa:

O presente documento é a base argumentativa para o desenvolvimento de produtos audiovisuais de caráter documental e ficcional, apoiados nos princípios sociológicos, cujo argumento deverá ser roteirizados em filmes curtíssimos sobre as formas de existência humana e de sociabilidade na “unidade de vizinhança numero um.”⁵⁹

⁵⁹ Modelo de vivência urbana para o Plano Piloto de Brasília. Letícia Vianna é antropóloga e pesquisadora do Transe/UnB.

Essas são algumas das recomendações, mas existem outras. Considera-se que um dos papéis dessa pesquisa, além de apresentar essas outras Brasília, é sensibilizar o olhar sobre a questão.

Ao poder público, cabe, então, digerir essas informações e perceber que existe sim um patrimônio sendo construído nessas outras Brasília e, por sua intensidade de cores, isto é, por sua diversidade, não pode ser enxergado como um todo comum, deve ser trabalhado por partes, ou seja, para que o mosaico seja bem formado, é preciso que não existam frestas, é preciso que o encaixe seja perfeito; o mesmo ocorre com a cidade: para que funcione, é preciso antes que se tenha conhecimento de sua gente e do que essa gente vem construindo e reconhecendo enquanto cidade; quais os símbolos, os significados, o que para esses brasilienses é, de fato, legítimo.

É necessário que o governo local e o IPHAN / DePHA busquem estratégias como essas, de aproximação com os moradores das superquadras, e sem preconceitos, ouçam o que se tem a dizer e, com sensibilidade, percebam a cidade que esses moradores vêm tomando posse, para não correr o risco de valorizar algo que em nada represente o desejo e a identidade dessa gente.

Afinal,

as pedras com que se constrói uma cidade não são suficientes para edificá-la. Seja Babel, Sodoma ou a Atenas clássica. Seja Londres, Paris ou as “Cidades invisíveis” de Calvino.

Por mais engenhosas, monumentais e indestrutíveis que possam ser as construções de pedras, elas são insuficientes para se fazer uma cidade.

Da pedra, com sua dureza, faz-se o muro, a muralha, a rua, a catedral, o monumento. E, ainda assim, não temos uma cidade, mas um aglomerado pétreo que, apesar de engenho humano, continua sendo matéria mineral, da natureza das rochas.

Para que haja a cidade, para que o petrificado se desencante como nos contos de fada, não basta nomear o aglomerado de pedras de cidade. É preciso mais que dar-lhe um nome, é preciso construir-lhe uma história, revelar uma origem, eternizar uma memória. Soprar vida à cidade de pedra é insuflar-lhe a maciez de um discurso que diga quão dura a pedra é!

Ai está, pois, a fórmula da bruxa para transformar “cidades de pedra” em pedras da cidade: inventar a cidade. Dizer ao amontoado de casas, templos, monumentos, fortalezas que são uma cidade, dar-lhe um sentido, traçar-lhe um destino. Trata-se de dar a essas formas físicas um enquadramento numa teia discursiva, de maneira tal, que a dureza da pedra não se reconheça mais na alma mineral, mas somente na fluidez do discurso. (PECHMAN, 1998, p. 351-368)

Aos Estudantes de ARQUITETURA E URBANISMO, em especial à FAU de minha querida UnB:

É importante avaliarmos dia após dia o verdadeiro papel do arquiteto e urbanista no cenário urbano, percebendo-o não apenas como um aglomerado de casas, um aglomerado de blocos soltos no espaço verde. É preciso realmente perceber o poder conciliador do espaço, e nós, como profissionais dotados de sensibilidade, podemos muito contribuir com isso, podemos ajudar na construção de melhores espaços na cidade, espaços mais humanos, onde a realidade será melhor quando percebermos que nossa obra foi feita sob medida para uma determinada comunidade.

É preciso ouvir mais, é preciso perceber, sem preconceitos e contribuir com o amadurecimento, não simplesmente da cidade que queremos, mas de uma cidade que respeite os saberes e a cultura do povo para o qual estamos projetando, afinal queremos que essas pessoas sejam mais do que meros expectadores, queremos que vivam e convivam nos espaços que criamos, que saíam de nossas cabeças e, para isso, é preciso que essas pessoas o enxerguem, o considerem como dignos para a construção de uma vida.

Aqui cabe a lição de Armando Holanda, transcrito pelo arquiteto Edgar Graeff e citado por Buchmann (2002)

Arquitetura como construir portas,
de abrir; ou construir o aberto;
construir; não como ilhar e prender,
nem construir como fechar secretos;
construir portas abertas, em portas;
casas exclusivamente portas e tetos.
(GRAEFF apud BUCHMANN, 2002, p. 179)

A todos nós essa pesquisa vem mostrar que, por mais bagagem cultural que um projeto tenha, por mais significativo que ele seja, enquanto marco de um movimento ou até de um momento no país e no mundo, a força da cultura é mais forte, **é o Brasil**, e assim como Lúcio Costa um dia falou: “[...] Só o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isso. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. [...] A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído.” (COSTA, 1991).

Certamente, essa pesquisa não é o fim, mas o começo de uma grande caminhada. É preciso aprofundar todo o conhecimento aqui descoberto, é preciso compartilhar e conhecer mais a fundo cada uma dessas Brasília aqui identificadas e, assim, contribuir com o levantamento e registro de todo o patrimônio cultural imaterial que sua gente vem construindo.

Ao longo desse registro é preciso compartilhar os resultados, contribuindo, assim, com a construção e disseminação desse patrimônio entre os maiores interessados, os brasilienses. E, aos poucos, esse real conhecimento do patrimônio construído possa colaborar com o crescimento e amadurecimento de um homem próprio de Brasília.

Assim, quem sabe um dia, o filho desse homem de Brasília possa, com orgulho, dizer: “eu fiz parte dessa história, eu contribuí com o processo de formação de sua cultura, eu vivi, eu convivi, me encontrei, encontrei pessoas, brinquei nesses parques, desfrutei da sombra dessas árvores; agora compreendo e, hoje, sinto-me feliz com tudo o que compartilhei, sinto-me feliz por ter feito parte da história desse lugar”.

E, se por alguma mágica contribuição do destino, assim como nos contos imaginários de Ítalo Calvino, esse alguém for arquiteto, assim como o autor desta dissertação, poderá pensar: “E imaginar que tudo começou com um simples cruzamento de dois eixos no papel, passou por tantas críticas e hoje a cidade acontece, tem alma, formou sua gente”.

E desfrutando de todo esse azul, que só Brasília tem, pode-se concluir: “certamente, não foi simplesmente um risco, ele tinha alma, era um rabisco e pulsava (BUCHMANN, 2002, p. 180) como afirmou Drummond”.

Lúcio Costa tinha razão, quando afirmou “Apesar de todas as críticas e restrições, preconceitos ou não, entendo que Brasília valeu a pena e, com o tempo, ganhará cada vez mais conteúdo humano” (COSTA apud BUCHMANN, 2002, p. 113-114).

E esse arquiteto, complementando, diria: “sinto-me feliz de ter ajudado a injetar alma em seus espaços, de ter contribuído verdadeiramente para a formação desse lugar, que é ímpar, que tem as cores do Brasil”.

Por fim, esse arquiteto, filho do homem de Brasília, concluiria: “**Lúcio Costa**, você tinha razão. **Brasília tem alma**. Sinta-se feliz e orgulhoso de seu risco ter se transformado verdadeiramente em uma cidade; nem tudo deu certo, mas há de se considerar, a cidade tem alma, e a superquadra, aquela “do chão gramado” (COSTA, 1991, p. 28), que um dia você concebeu para receber blocos de apartamento e servir de moradia, passou a ser mais, passou a ser um lugar, repleto de cores, desejos, afetos, vida.”

“A alma que sua gente nela injetou fez com que se transformasse e, com o tempo, ela se transformou, ou melhor, nós, seus filhos a transformamos em um lugar e hoje se percebe o que um dia uma certa pessoa, que aqui chegou no ano de 1987, um arquiteto, que começou a contar essa história por meio de uma pesquisa de dissertação, ousou falar: não é apenas uma superquadra, é ‘**um caso peculiar de unidade do diverso**’”.

Figura 183

Fonte: Francisco Ricardo Costa Pinto (Autoria própria).

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alexkenya; ALMEIDA, Marco Antonio Plácido; BARREIROS, Mário Antonio Ferreira. **Urbanismo: história e desenvolvimento**. São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://pcc2561.pcc.usp.br/textotecnicPCC16.pdf>>.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

ALVES, Márcia Brito Nery; ALVES, Carley Rodrigues. **A reafirmação do lugar na geografia contemporânea a partir do conceito de solidariedade geográfica**. Disponível em:

<http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20MarciaBritoNeryAlves.ED3II.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.

AMARAL, Rita. **O homem Urbano**. 1992. Disponível em: <<http://www.aguaforte.com/antropologia/homem.htm>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

ARANTES, Augusto. **Produzindo o passado: estratégias de Construção do Patrimônio Cultural**. Brasília: Brasiliense, 1984.

ARGAN, Getúlio Carlo. A época do funcionalismo. In: _____. **Arte moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 263-264.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p. 146-147. (Coleção Os Pensadores).

ASSAY, Pierre; SCHOONBRODT, René. **Penser la ville, choix des textes philosophiques**. Paris: AAM, 1989.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores).

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: _____. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991. (Obras escolhidas volume III).

_____. A imagem de Proust. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. São Paulo: Vozes, 1960.

BLOG URBANIDADE. **Eu na cidade, a cidade em mim**. Disponível em: <<http://www.urbanamente.net/blog/2009/06/19/cidades-literarias-clarice-lispector/>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

BRAGA, Milton. **O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital**. São Paulo: Cosac Naify; Imprensa Oficial do Estado; Museu da Casa Brasileira, 2010. p 11.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo, Perspectiva, 1981.

BUCHMANN, Armando José. Lúcio Costa, o inventor da cidade de Brasília. Brasília: Thesaurus, 2002. 216 p.

CABRAL, João de Pina. Semelhança e Verossimilhança: horizontes da narrativa etnográfica. *Mana*, v. 9, n. 1, p. 109-122, 2003.

CAMARGO, Flávio Pereira. **Marcel Proust e o Triunfo da Memória**. 2009. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero41/proustme.html>>. Acesso em: 20 maio 2011.

CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998**. 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CARTA DE ATENAS, 1931. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1931.pdf>.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. Sociedade e educação patrimonial. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)**, [S.d.]. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=131>>.

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

CAZÉ, Paulo. Dia da cultura ou dia da cidade? In: _____. **A Cidade desvendada: reflexões e polêmicas sobre o espaço urbano, seus mistérios e fascínios**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000. p. 110.

CHAGAS, Mario. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)**, [S.d.]. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=145>>.

COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL. **Censo Experimental de Brasília: população e habitação**. 1959. Disponível no acervo do DePHA/SC/GDF.

CORBUSIER, Le. **O Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

COSTA, Aline Moraes. **(Im)Possíveis Brasília: os projetos apresentados no concurso do plano piloto da nova capital federal**. 2002. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Unicamp, 2002.

COSTA, Lúcio. Brasília revisitada. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)**. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=101>>.

_____. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: GDF, 1991.

_____. **Lúcio Costa: registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COSTA, Maria Elisa. **Documento Brasília, 57/85**. Brasília: Terracap, 1985.

COUTO, Mia. Águas do meu princípio, In: _____. **Pensatempos, textos de opinião**. Maputo: Ed. Nidjira, 2005.

DICIONÁRIO DE DIREITOS HUMANOS SOBRE PERTENCIMENTO. Disponível em: <www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Minist%C3%A9rio+p%C3%BAblico>.

DUMONT, Louis. Do indivíduo-fora-do-mundo ao indivíduo-no-mundo. In: _____. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.

ECO, Umberto. **Proposta para uma semiologia da arquitetura**. Brasília, Universidade de Brasília. (mimeo).

ELIADE, Mircea. Mitologia da memória e do esquecimento. In: _____. **Mito e realidade**. Trad. Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ESTRELO. **Brasília e suas modernas tradições**. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/festival-brasilia-de-cultura-popular>>.

FERNANDA, Suenia. **Pesquisa em Publicidade**. Blog para postagens sobre o livro Cultura: um conceito antropológico, de Roque Laraia. Disponível em: <<http://pesquisaempublikidade.blogspot.com/>>.

FERREIRA, João. **Uma visão poética do espaço segundo Gaston Bachelard**. Disponível em: <<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=36643&cat=Artigos&vinda=S>>.

FERRO, Sérgio. Brasília, **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FILHO, Manuel Ferreira Lima; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane (Org.). Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25., 2007, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Nova Letra, 2007.

FREITAS, Conceição. **Só em caso de amor: 100 crônicas para conhecer Brasília**. Brasília: LGE Editora, 2009.

FREUND, Julien. **A sociologia de Max Weber**. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. Revisão de Paulo Guimarães do Couto. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GATTI, Ronald F. **Radburn: a cidade de idade motor. 1969-1989**. Disponível em: <<http://www.radburn.org/geninfo/history.html>>. Acesso em: 3 jun. 2011.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GOROVITZ, Matheus; FERREIRA, Marcílio Mendes. **A invenção da Superquadra: o conceito de unidade de vizinhança em Brasília**. Brasília: Iphan, 2009.

GOUVEIA, Luiz Alberto de Campos. **Brasília: a capital da segregação e do controle social**. São Paulo: Annablume, 1991.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVICHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 1990.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HOLANDA, Frederico de. **O Espaço de exceção**. Tese (Doutorado) – Bart Lett Scholl of Graduate Studies, University College London, London, 1997.

_____. **Arquitetura e Urbanidade**. São Paulo: ProEditores Associados Ltda., 2003.

_____. **Brasília: cidade moderna, cidade eterna**. Brasília: FAU-UnB, 2010.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, jul./dez. 1999.

HOWARD, Ebenezer. **Tomorrow: a Peaceful Path to Real Reform**. 2. ed. London: Friends of the world, 1898; 1902.

JACOBS, Jane Butznser. **Morte e vida de Grandes Cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JASPERS, Karl. Método e visão do mundo em Weber. In: COHN, Gabriel (Org.). **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Azougue, 2005.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2005.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora UnB, 1996.

KOHLSDORF, Maria Elaine; KOHLSDORF, Gunter. **Dimensões morfológicas dos lugares: dimensão topoceptiva**. Mar. 2005. Disponível em: <www.ufscar.br/~cec/arquivos/referencias/Texto%20Maria%20Elaine.doc>. Acesso em: 25 jun. 2011.

KRIER, Robert. **El espacio urbano**. Barcelona: Gustavo Gili, 1975.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, Marília Pacheco. **Superquadra: pensamento e prática urbanística**. 269f. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MADER, Helena. Superquadras, do espaço democrático para o exclusivo: o complexo de prédios que é a cara de Brasília está mudado. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 33-39, 2009. (Caderno Cidades).

MAGNANI, José Guilherme C. A rua e a evolução da sociabilidade. **Cadernos de História de São Paulo**, Museu Paulista da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 2, 1993.

MARICATO, Erminia. **Morte e vida do urbanismo moderno**. 2001. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_resenejacobs.pdf>.

MARTINELLO, Alexandre M. **Da carta de Atenas ao Estatuto da Cidade**: questões sobre o planejamento urbano no Brasil. 2006. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp44art03.pdf> - 2006>.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. **Abordagem etnográfica na investigação científica**. UERJ, 2001. Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/paginas/revista/A%20bordag%20 etnogr para%20Monica.htm>>.

MAYKALL, Giannina Picado. **Um olhar sobre o Espaço Urbano como Símbolo**. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

MELO NETO, João cabral. **Poesias Completas**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1986.

O DIÁRIO.COM. **Letchworth mantém projeto**. Disponível em: <<http://maringa.odiario.com/maringa/noticia/205594/letchworth-mantem-projeto/>>.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. (Org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial**. Paris, 2003.

OSTROWETSKY, Sylvia. **Du symbolique a l'imaginaire**: en l'imaginaire bâtisseur. Paris: Librairie des Meridiens, 1983.

PARK, Robert Ezra **A Cidade**: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

PECHMAN, Robert Moses. 9 cenas, algumas obs-cenas da rua. **Fractal Revista de Psicologia**, Niterói, v. 21, n. 2, p. 351-368, maio./ago. 2009. Disponível em: <www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/download/.../336>. Acesso em: 6 jul. 2011.

PEDROSA, Mário. Reflexões em torno da nova capital. In: AMARAL, Aracy (Org.). **Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo A. **O que é patrimônio Cultural Imaterial**. Brasília: Editora Brasiliense, 2008.

PICADO, Maykall Giannina. **Um olhar sobre o espaço urbano como símbolo**. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

PINTO, Francisco Ricardo Costa; MARTINS, Anamaria de Aragão Costa; SINOTI, Marta Litwinczik. **A arquitetura como suporte da memória**: a experiência do inventário do patrimônio cultural de Planaltina. São Paulo: Editora FAU-PUC, 1998. (Caderno de Resumos).

PINTO, Francisco Ricardo Costa et al. **Topofilia**: arte, patrimônio e sociabilidade na unidade de vizinhança número um. Brasília, 2009. Trabalho originalmente apresentado na disciplina da Pós-Graduação em Sociologia, UnB, 2/2009.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. **Um Toque de Clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

RADBURN: a planned community. Disponível em:
<<http://www.radburn.org/geninfo/radburn-intro.html>>.

REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Paraíba, n. 7, set. 2004. Disponível em:
<www.cchla.ufpb.br/caos>.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília**: memória, cidadania e gestão do Patrimônio Cultural. São Paulo, Annablume, 2005.

RILKE, Rainer Maria. Les Cahiers de Malte Lourids Brigge. In: BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pesandores).

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Editora Garnier, 1908.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. A cidade: sede de sentidos. In: FILHO, Manuel Ferreira Lima; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Florianópolis: Nova Letra/ABA, 2007.

ROSSI, Aldo. **La arquitectura de la ciudad**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1966.

SAES, Silvia Faustino de Assis. **Percepção e imaginação**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SANTOS, Lúcia Leitão. **Os movimentos desejanter da cidade**: uma investigação sobre processos inconscientes na arquitetura da cidade. Recife: Fundarpe, 1998.

SANTOS, Silvia Ferreira. **Jardim América**: o primeiro bairro-jardim de São Paulo. São Paulo: Edusp, 2001.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Patrimônio Imaterial, memória coletiva e espaço público. In: GARCIA, Marcus Vinícius Carvalho; GUSMÃO, Rita; TEIXEIRA, João Gabriel L. C. (Org.). **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re) tradicionalização**. Brasília: ICS-UnB, 2004.

SCHWARTZ, Wagner. **Uma visão poética do espaço segundo Gaston Bachelard**. Disponível em: <<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=36643&cat=Artigos&vinda=S>>.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENTY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SÊGA, Christina Pedrazza. **Sociedade e Interação**: um estudo das diferentes formas de interagir. Brasília: Editora UnB, 2011.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Luis Sérgio Duarte da. **A construção de Brasília**: modernidade e periferia. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida Mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, Jessé; OËLZE, Berthold. (Org.) **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora UnB, 1998a.

_____. O indivíduo e a liberdade. In: SOUZA, Jessé; OËLZE, Berthold. (Org.) **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora UnB, 1998b.

_____. **As grandes cidades e a vida do espírito**. 2007. Disponível em: <<http://www.ciranda.net/brasil/diversos/article/georg-simmel-as-grandes-cidades-e>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

SINOTI, Marta Litwinczik. **Quem me quer, não me quer**: Brasília, metrópole-patrimônio. 2003. 213f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

SITTE, Camilo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. Organização e apresentação Carlos Roberto Monteiro de Andrade. Tradução: Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Editora Ática, 1992.

SOUZA, José Martins. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec Editora, 2000.

SPENGLER, Oswald. **A decadência do Ocidente**: esboço de uma morfologia da história universal. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Democracia na América, 1832/35**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

TORRANO, José Antonio Alves. **O significado de Zeus na Teologia de Hesíodo**. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portalrepositorio/File/existenciaearte/Edicoes/4_Edicao/carlos_artigo_.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

VELOSO, Marisa Motta Santos. Nasce a Academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 24, 1996.

VERNANT, Jean-Pierre. Aspectos míticos da memória e do tempo. In: _____. **Mito e pensamento entre os gregos**: estudos de psicologia histórica. Trad. Haiganuch Sarian. São Paulo: Difusão Europeia do Livro; Ed. Universidade de São Paulo, 1973.

VICENTINI, Yara; RIZEK, Cibele S. **Teorias urbanas e o tema da natureza**. [S.d.]. Mimeografado.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Juventude, Violência e Cidadania:** Os jovens de Brasília. 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001308/130866por.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

WARNIER, Jean Pierre. **A mundialização da cultura.** Bauru, SP: Editora: Edusc, 2003.

WEBER, Max. **Ciência e Política:** duas vocações. Disponível em: <<http://diegocanhada.blog.br/?p=88>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

_____. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. (Org.). **Max Weber.** 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: UnB, 1998. v. 1, p. 3.

WISNIK, Guilherme. **Lúcio Costa.** São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001. (Edição Português – Série Espaços da arte brasileira).